

**Bona Conscientia Paradisus.**

# **MANUAL DE TEOLOGIA ARMINIANA**

**FLÁVYO HENRIQUE COSTA SANTOS**



# MANUAL DE TEOLOGIA ARMINIANA

Flávyo Henrique Costa Santos

CAXIAS-MA, 11 DE JULHO DE 2021

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por Sua bondade e misericórdia que tem nos acompanhado todos os dias de nossa vida. Depois agradeço à minha família, minha esposa Ana Célia e as minhas filhas Hannah e Gabriele, que são um presente de Deus para mim, força nos momentos difíceis e motivação para continuar lutando mesmo em meio às tempestades.

Agradeço aos meus amigos que compartilham os mesmos sentimentos de amor por Deus e por sua obra, pastores, escritores, irmãos: Vinícius Couto, Marlon Marques, Zwinglio Rodrigues, Luís Henrique Silva, Marcelo Monteiro, Welington Mariano, Valdemir Moreira, Samuel Coutinho, Wesley Monteiro, Thiago Titillo e Lucas Martins, todos motivadores para que escrevesse esta obra e participantes de algum modo dela, através de sugestões de escritos, dicas ou apenas incentivando. Sou grato a todos.

Agradeço à Editora Reflexão, pioneira em teologia arminiana do Brasil, que busca sempre levar o que há de melhor a todos os seus leitores e que vem apoiando o resgate teológico histórico dentro desta rica tradição. Publicando títulos dos maiores estudiosos do mundo sobre o assunto, além de abrir as portas para autores locais, já consagrados e/ou iniciantes que demonstram estudos e pesquisas de qualidade.

Por fim, agradeço a você leitor que adquiriu a esta obra. Que possa ser uma bênção em sua vida e vir a ajudar a dirimir dúvidas relativas ao tema “salvação”. Que seja uma ferramenta de motivação a fim de que continue estudando, buscando crescer a cada dia na graça e no conhecimento de Deus.

A Deus seja honra, glória e louvor pelos séculos dos séculos.

*A Deus e à família que Ele me deu,  
esposa e filhas. À minha mãe e às minhas  
irmãs Flávya e Thalita.*

## PREFÁCIO

*Manual de Teologia Arminiana* é fruto de um dos primeiros expoentes e mais importantes disseminadores do arminianismo em solo brasileiro. Flávyo Santos participou ativamente do ressurgimento do arminianismo no Brasil em sua fase inaugural, produzindo periódica e sistematicamente um grande número de textos soteriológicos que foram amplamente lidos, através das mídias sociais, tanto por leigos quanto por acadêmicos e profissionais, em um momento em que a única fonte de textos arminianos escritos por arminianos era a *Internet*, estágio este que antecede o despertar editorial de obras arminianas no Brasil. Tais textos inclusive foram uma das molas propulsoras que mostraram aos editores que existia um nicho teológico esquecido e desprezado por igrejas, seminários e acadêmicos.

O livro possui treze capítulos, iniciando com o ressurgimento do debate (cap. 1) e culminando com o desenvolvimento soteriológico no Brasil (cap. 13). Flávyo Santos foi testemunha ocular e participante ativo nestas duas etapas, conhecendo praticamente todas as pessoas envolvidas e também os desdobramentos de tais estágios. Sua obra, resultado de expansões e aprimoramentos de textos publicados nas redes sociais, agora passa a prefigurar também na fase editorial arminiana brasileira.

A obra ainda oferece três capítulos escritos por autores convidados. Samuel Coutinho, um exímio conhecedor da história do arminianismo, nos brinda com um texto de teologia histórica sobre o Sínodo de Dort (cap. 8). Vinícius Couto, o mais profícuo escritor brasileiro sobre arminianismo no presente, escreve em coautoria com Marlon Marques um texto sobre o papel de John Wesley como teólogo e reformador social (cap. 11). Marlon Marques, um dos mais versados sobre a teologia wesleyana, apresenta uma reflexão sobre a vida intelectual e acadêmica de John Wesley (cap. 12). O pastor batista e Zwínglio Rodrigues, um dos precursores e principais expoentes do arminianismo no Brasil, encerra a obra com uma fundamentação bíblica dos cinco pontos da remonstrância e um comentário do sexto capítulo de Hebreus (apêndice).

Os oito capítulos restantes abordam questões soteriológicas diversas, tal como o estudo da patrística e sua relação com o livre arbítrio (cap. 2), uma comparação entre as citações de Armínio e dos pais da igreja que antecedem a Agostinho (cap. 3), conceitos e definições de livre-arbítrio (cap. 4), um estudo sobre a posição soteriológica de Justino Mártir, um dos principais apologistas da igreja (cap. 5), a doutrina da eleição em Cristo,

onde não só visões arminianas divergentes são apresentadas, mas também o entendimento calvinista é apresentado (cap. 6); em um estilo apologético, as respostas às principais perguntas e objeções calvinistas são apresentadas (cap. 7), os cinco pontos do arminianismo, conhecidos como FACTS, são expostos histórica, bíblica e teologicamente, com suas devidas implicações (cap.9); e, por fim, um artigo onde o irenismo arminiano é mais uma vez reiterado na busca de um diálogo maduro, proveitoso e saudável com os defensores do calvinismo, onde a regra de ouro é evocada na busca pela ausência de espantalhos do sistema soteriológico alheio (cap. 10).

Esta obra é necessária e extremamente bem-vinda por apresentar um vasto repertório de textos e assuntos soteriológicos diversos. Ela mescla estudos históricos, apologética, diálogo entre a patrística e (pós) reformadores, dentre outros, além de revelar informações privilegiadas de alguém que não apenas viveu, mas participou energicamente do movimento arminiano no Brasil. *Manual de Teologia Arminiana* é leitura imprescindível a todos aqueles que querem seriamente estudar e compreender o arminianismo como sistema soteriológico e seu desenvolvimento no Brasil.

Wellington Mariano

Pastor das Assembleias de Deus

Mestre em teologia pela McMaster University

Tradutor de várias obras teológicas e autor de *O que é Teologia Arminiana?*

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

- 1 COMO RESSURGIU O DEBATE SOTERIOLÓGICO NO BRASIL?
- 2 A PATRÍSTICA E O LIVRE-ARBÍTRIO
- 3 COMPARANDO ALGUMAS CITAÇÕES DE JACÓ ARMÍNIO COM O QUE DIZIAM OS PATRÍSTICOS
- 4 O QUE É LIVRE-ARBÍTRIO?
- 5 UM ESTUDO DE CASO: JUSTINO, O MÁRTIR
- 6 A DOCTRINA DA ELEIÇÃO EM CRISTO
- 7 RESPOSTAS ÀS OBJEÇÕES CALVINISTAS
- 8 O SÍNODO DE DORT – Samuel Paulo Coutinho
- 9 FACTS
- 10 POR UM DEBATE MADURO – EVITANDO ESPANTALHOS DO CALVINISMO
- 11 JOHN WESLEY: TEÓLOGO E REFORMADOR SOCIAL – Vinícius Couto e Marlon Marques
- 12 A VIDA INTELECTUAL E ACADÊMICA DE JOHN WESLEY – Marlon Marques
- 13 O DESENVOLVIMENTO DO ARMINIANISMO NO BRASIL

APÊNDICE: OS CINCO ARTIGOS REMONSTRANTES FUNDAMENTADOS  
BIBLICAMENTE – Zwinglio Rodrigues

### BIBLIOGRAFIA

## INTRODUÇÃO

Este livro é fruto da latente necessidade de termos uma obra mais robusta, em termos de volume e temas abordados, a respeito da teologia arminiana no Brasil. Fruto de um fenômeno recente, o redescobrimento do arminianismo data já do início do século XXI. Antes disso, pela falta de conhecimento somada a ausência de defensores deste ramo soteriológico, falar em arminianismo era sinônimo de salvação por obras ou de pelagianismo. Desse modo, propusemos aqui uma análise desde as raízes primitivas do arminianismo, ou como designou Thomas Oden, desde a paleo-ortodoxia<sup>1</sup>, a até o contexto brasileiro atual do debate sobre a doutrina da salvação.

O que fiz foi reunir vários textos e artigos que já havia publicado em *sites*, *blogs* e revistas acadêmicas, promovendo a revisão e a ampliação dos textos visando a melhorá-los, além de traçar um elo de correspondência para a composição deste livro a fim de torná-lo um manual prático e didático. Iniciei a escrever sobre o arminianismo em 2013, com o texto “O que é o livre-arbítrio?” no portal *GospelPrime*, ao passo que no mesmo ano foi publicada pela Editora Reflexão a primeira obra arminiana de peso no Brasil, o livro “Arminianismo: Mitos e Realidades”, do já muito conhecido historiador da igreja Roger Olson, que também é autor das obras “História da Teologia Cristã: 2000 anos de tradição e reformas (2001)” e “História das Controvérsias na Teologia Cristã: 2000 anos de unidade e diversidade(2004)”, ambas publicadas pela Editora Vida. Este material do Olson é muito difundido entre professores, seminários e faculdades teológicas nas disciplinas relacionadas a história da igreja, até mesmo no meio católico é utilizado. Assim, com o “Mitos e Realidades”, nasce a primeira contestação acadêmica publicada no Brasil a respeito da versão, exclusiva até então, que apresentava a Jacó Armínio e seus seguidores como um grupo que tentou ressuscitar as ideias semipelagianas que remontavam a João Cassiano, discípulo de Pelágio.

Com a finalidade de proporcionar, além de um breve apanhado histórico, um grupo de temas que demonstram bíblica e historicamente a ortodoxia da soteriologia redescoberta por Jacó Armínio na Holanda século XVI, ecoando a teologia esposada pelos primeiros e perseguidos cristãos, isto é, as gerações que sucederam aos apóstolos, expondo os principais nomes e debates realizados em quase 1600 anos desde que a

---

<sup>1</sup> Ortodoxia mais antiga ou primitiva, doutrinas esposadas pelos primeiros cristãos.



primeira disputa soteriológica pública que ocorreu entre Pelágio e Agostinho, relatado por alguém que viu e que (de forma modesta) participou deste ressurgimento da teologia arminiana no Brasil, até esta tornar-se a potência editorial de resgate histórico de denominações e da ortodoxia cristã.

Muito disso, por mais estranho que em um primeiro momento possa parecer, sem dúvida alguma, deve-se ao crescimento do calvinismo no continente americano como um todo, que, como uma onda anterior incomodou e despertou o interesse pelo resgate histórico e doutrinário de vários autores, pastores, professores e líderes denominacionais.

Contando com a ajuda de quatro amigos, autores e estudiosos sobre a soteriologia arminiana e wesleyana, em quatro capítulos deste livro, espero que possa mergulhar o leitor dentro desta rica, prazerosa e exitosa história do arminianismo em território nacional, que ainda está sendo redigida por muitos bons nomes no Brasil, com tradições próprias do contexto brasileiro, onde e quando muitos outros ainda farão parte disto. Vamos juntos!

## 1 COMO RESSURGIU O DEBATE SOTERIOLÓGICO NO BRASIL?<sup>2</sup>

Com a virada do milênio e a aproximação da data de 500 anos da reforma protestante, gradativamente foi aumentando o desejo acadêmico por conhecer os pilares e a história da Reforma. Dezenas de livros começaram a ser lançados, encontros teológicos “reformados” e com um forte apoio e domínio editorial exclusivamente calvinista. Tudo quanto era publicado provinha da pena de autores calvinistas e de editoras como Cultura Cristã, PES, FIEL, Vida, Vida Nova, Shedd – até na CPAD muita coisa ainda pode ser encontrada. O site “Teologia Brasileira” é igualmente repleto de artigos de autores calvinistas, até então, praticamente incontestes. Soma-se a isso o declínio doutrinário de algumas denominações históricas que cederam ao liberalismo teológico, a falta de interesse e compromisso de denominações tradicionais em transmitir suas raízes e a pior das mazelas que acometeu o Brasil, a nosso ver, o neopentecostalismo.

Igrejas cheias passou a ser o objetivo de muitos líderes e denominações, o interesse doutrinário deixou de ser os fundamentos ou bases da fé, migrando direto para uma eclesiologia perniciosa cujo único desejo era “qual o melhor método para encher a igreja?”. Técnicas mercadológicas foram implantadas, planos, estruturas organizacionais, *coaching*, sistemas empresariais, igrejas com nichos específicos e público alvo, tais circunstâncias perduram até os dias de hoje, infelizmente. Isto fez com que grandes líderes não calvinistas deixassem de se preocupassem com a produção teológica, com raras exceções que merecem aqui nosso destaque, como Russell Shedd<sup>3</sup>, Zacharias Aguiar, Elienai Cabral, Antônio Gilberto, Isaltino Gomes e Enéas Tognini. No mais, a produção teológica brasileira era 100% dominada por professores reformados, muitos destes voltados a defender os chamados cinco pontos do calvinismo.

No início dos anos 2000 e até a presente data, os livros que enchiam as prateleiras das igrejas, das bibliotecas de faculdades e dos seminários teológicos eram quase em sua totalidade de autores reformados. Fora do grupo que se autodesignou reformado, o que encontramos são títulos como: 10 passos para ser um líder de sucesso; Você vai vencer; Deus te pôs por cabeça; Célula é vida; Como ser um vencedor; 10 passos para a prosperidade financeira; A igreja de sucesso; O pastor de sucesso; Seja um profeta ungido;

---

<sup>2</sup> Pressupõe-se que em algum momento da história brasileira o tema já tenha sido debatido.

<sup>3</sup> Batista, calvinista bem moderado.

Deus vai te honrar e outros<sup>4</sup> do mesmo tipo (triumfalistas). Assim quando um cristão, mesmo que com anos de fé e de estudos nas escolas dominicais, era questionado sobre os princípios elementares de sua fé, sua história e sua tradição doutrinária, não tinha nada a oferecer ou contrapor sobre o que lhe fora apresentado. Deste modo poderia facilmente ser cooptado, pois a continuidade das conversas levaria à exposição de muitos bons nomes na história da igreja, que, pelo menos em tese<sup>5</sup>, teriam esposado os mesmos princípios e ideias descritas por Calvino em suas Institutas da Religião Cristã, nomes como Lutero, Ulrico Zwínglio, William Perkins, John Knox, John Owen, Jonathan Edwards e outros. Isso por fim pesava (ou pesa) ainda mais na cabeça do cristão mediano. O raciocínio era simples: ora, se nós somos descendentes da Reforma e os reformadores foram “todos” calvinistas, por que não somos mais calvinistas?

A esta altura (idos dos anos 2000), a palavra “arminianismo” era praticamente desconhecida no Brasil, e quando utilizada era de forma pejorativa como sendo um sinônimo para o pelagianismo ou semipelagianismo<sup>6</sup>. Se procurássemos entre as teologias sistemáticas disponíveis, à exceção de alguns batistas como a TS<sup>7</sup> de Zacharias Aguiar e do livro “Palestras introdutórias à teologia sistemática” de Henry Clarence Thiessen, encontraríamos apenas obras calvinistas: Louis Berkhof, James Strong, Charles Hodge, Wayne Grudem, Franklin Ferreira e Alan Myatt, Millard Erickson, Alister McGrath e outros. A situação editorial e histórica era tão grave que mesmo autores clara e incontestavelmente arminianos não ousavam se declarar deste modo, ou por desconhecimento ou por receio de perseguição (e. g. Thiessen, Norman Geisler e Stanley Grenz) ou por correrem o risco de encontrarem portas fechadas nas editoras e conferências teológicas, assim era contado nos bastidores teológicos.

Quando alguém perguntava sobre alguma teologia sistemática arminiana a indicação era a de “Charles Finney”. Nada temos contra a pessoa deste grande avivalista, mas a sua teologia exibe uma forte ênfase às obras e ao mérito humano (semipelagiana). A tática tinha a clara intenção de desacreditar qualquer produção acadêmica não calvinista. A mesma dificuldade se aplicava para obras de comentários bíblicos, os mais

---

<sup>4</sup> Todos os nomes foram incluídos de modo fictício, se algum título coincidir com a realidade é por mera coincidência.

<sup>5</sup> Dito “em tese” porque temos debate até mesmo sobre as posições de João Calvino, E.g. Se este defendeu e permaneceu até o fim defendendo a expiação particular ou limitada.

<sup>6</sup> Cada uma destas designações será tratada de forma paulatina nos capítulos seguintes deste livro.

<sup>7</sup> Diminutivo de Teologia Sistemática.

antigos e talvez os mais utilizados até então: Matthew Henry, John MacArthur, R. C. Sproul, Hernandes Dias Lopes, todos muito populares no Brasil, todos calvinistas.

Algo que nos parecia um contrassenso era o fato de que os comentários de Henry e de MacArthur, declaradamente cessacionista, são publicados pela CPAD, editora das Assembleias de Deus, a maior denominação pentecostal do Brasil. Assim, um arminiano sentia-se órfão em relação a livros, eventos teológicos e material acadêmico sobre a história e mesmo sobre os elementos constitutivos da soteriologia arminiana. Enquanto isso, comentários bíblicos como os de Adam Clarke e Richard Watson jamais haviam sido publicados no Brasil, por exemplo.

Conforme se aproximava a celebração dos 500 anos da Reforma, conferências, palestras e programas em redes sociais se intensificaram e eram apresentados por respeitáveis expoentes da teologia americana e brasileira, que narravam, sem contestação, como a teologia reformada foi estabelecida como ortodoxia e como os 5 pontos do calvinismo “são estritamente bíblicos”. A euforia chegou a tanto que não raro passou a ser comum a citação de uma infeliz frase de C. H. Spurgeon: “o calvinismo é o apelido do evangelho” (obs: para nós nada se compara ao evangelho!), colocando a todos os demais, não calvinistas, nos pacotes prontos de pelagianos, semipelagianos, liberais ou neopentecostais. Tal fato não incomodou apenas os leitores brasileiros, mas também causou desconforto em solo norte-americano. Começaram a surgir excelentes obras de contestação ao Calvinismo, como “O lado negro do Calvinismo”, de Laurence Vance e o “Que amor é este: a falsa representação de Deus no calvinismo”, do já consagrado autor Dave Hunt<sup>8</sup>. Obras ricas em fontes primárias, contestam ponto a ponto cada uma das afirmações feitas pelos principais calvinistas, demonstrando a inconsistência ou as contradições em que a aceitação desta teologia implica.

Entretanto, nem mesmo estes autores, por um equívoco muito comum que ocorre principalmente entre batistas <sup>9</sup>, não se declaravam arminianos, isto é, porque aparentemente ou não conheciam bem o arminianismo e/ou porque a ala mais tradicional e mais antiga da denominação defende a doutrina da segurança dos santos, o quinto ponto do calvinismo (constam a defesa da perseverança dos santos tanto nas declarações doutrinárias brasileiras quanto nas americanas), que é popularmente conhecida com a frase “uma vez salvo, salvo para sempre”. Assim, do mesmo modo que o apologista

---

<sup>8</sup> Ambos publicados no Brasil pela Editora Reflexão.

<sup>9</sup> Batistas tendem a evitar rótulos teológicos.

Norman Geisler, eles se autodesignavam de calvinistas moderados<sup>10</sup>, evitando assim maiores debates ou a exclusão editorial. Já conheci pessoalmente a alguns pastores neste limiar, que pensam ser calvinistas ou que não aceitam ser chamados de arminianos porque creem na perseverança dos santos, entretanto têm muito mais em comum com arminianismo que com o calvinismo.

As convenções batistas americanas também se viram na obrigação de tomar alguma medida contra o forte avanço do calvinismo em seus arraiais, uma vez que dois dos maiores expoentes do neocalvinismo dos Estados Unidos, conferencistas, com programas de rádios e muitos vídeos publicados na internet e replicadas nas redes sociais, eram (e ainda são) batistas. Refiro-me aos pregadores Paul Washer e John Piper. Além destes, no contexto americano merecem destaque J. I. Packer e R. C. Sproul que acabaram por influenciar a muitos outros autores.

Em outubro de 2010 foi elaborada uma nova declaração doutrinária da Convenção Nacional Batista dos EUA, a fim de deixar clara a posição não calvinista das igrejas pertencentes à convenção [tradução livre]:

VI. A oferta livre da Salvação.

Cremos que as Escrituras ensinam que as bênçãos da salvação estão disponíveis a todos por meio do Evangelho; que é dever imediato de todos aceitá-los pela fé voluntário, penitente e obediente; e que nada impede a salvação do maior pecador da terra, a não ser a sua própria depravação e rejeição voluntária do Evangelho; cuja rejeição o envolve em maior condenação.<sup>11</sup>

A Convenção Batista do Sul (a maior dos EUA), vivendo a mesma realidade da crescente influência calvinista em suas igrejas, realizou uma série de debates a partir de 2008 para tratar do tema, designadas de Conferências João 3.16, nome bem apropriado, resultando em no livro *Whoroever Will: A Biblical-theological critique of five points Calvinism*, editado por David L. Allen e Steve W. Lemkes, publicado em 2010<sup>12</sup>. Destacando e reafirmando o fato de que os batistas não são calvinistas. Conforme o texto da Declaração doutrinária do ano de 2000, que abaixo segue:

V. O propósito da Graça de Deus.

A eleição é o propósito gracioso de Deus, segundo o qual Ele regenera, justifica, santifica e glorifica os pecadores. Está de acordo com o livre-arbítrio do homem e compreende todos os meios relacionados ao fim. É a gloriosa demonstração da

<sup>10</sup> Mais informações em GEISLER, Norman. Eleitos, mas livres e o Livre-arbítrio. Ed. Vida, 2001.

<sup>11</sup> Disponível em <<https://www.nationalbaptist.com/about-nbc/what-we-believe>>. Acesso em 11 de abril 2020.

<sup>12</sup> Disponível em < <http://www.sbclife.net/article/1940/calvinism--southern-baptist-perspectives>>. Acesso em 11 de abril 2020.

bondade soberana de Deus e é infinitamente sábia, santa e imutável. Ela exclui o orgulho e promove a humildade. Todos os verdadeiros crentes permanecem até o fim. Aqueles a quem Deus aceitou em Cristo e santificou pelo Seu Espírito, nunca se afastarão do estado de graça, mas perseverarão até o fim. Os crentes podem cair no pecado por negligência e tentação, por meio do qual entristecem o Espírito, prejudicando-se longe das graças e confortos e trazem reprovação à causa de Cristo e julgamentos temporais sobre si mesmos; todavia estes serão guardados pelo poder de Deus através da fé para a salvação.<sup>13</sup>

Tais exposições iniciais servem para exemplificar como se deu o ressurgimento do calvinismo na América, ou, simplesmente, o neocalvinismo, que começou a incomodar causando transtornos a muitos ministérios e pastores ao serem pegos de surpresa por perguntas para as quais não estavam preparados, pois não era o foco no momento, mas que também, por outro lado, trouxe um despertar teológico que havia sido renegado por muito tempo. Como dito, o teólogo que visa à expansão da teologia calvinista aborda a novos crentes oferecendo pregações mais profundas, de fato, não superficiais, preenchendo assim uma necessidade latente de nossa época. Muitos crentes começaram a sentir na pele a falta de sermões expositivos em suas próprias denominações e comunidades locais e ao mesmo tempo viam a invasão de ideias e influências pós-modernas em suas igrejas, como a confissão positiva<sup>14</sup>, o triunfalismo<sup>15</sup>, a teologia da prosperidade<sup>16</sup> e principalmente os cultos antropocêntricos<sup>17</sup>, onde e quando Deus é “submetido” à vontade e aos desejos humanos, e não o inverso. Em meio a este caos teológico, e com uma proposta de retorno às “antigas doutrinas da graça”<sup>18</sup>, surgem nomes de destaque no cenário nacional.

Na parte pastoral, o reverendo Hernandes Dias Lopes tem se destacado até os dias de hoje, inclusive recomendamos as suas mensagens. Com palavras sadias e sem focar na soteriologia, ou melhor, sem falar do calvinismo, tem trânsito livre na maioria das denominações. Prega como um bom arminiano! Junto a este outros da mesma escola reformada merecem destaque, considerando a dedicação individual a causa e o volume de produção teológica: Franklin Ferreira, Heber Campos Jr., Paulo Anglada, Mauro Meister, Solano Portela, Leandro Lima (talvez mais conhecido pelas suas defesas do

<sup>13</sup> Disponível em <<http://www.sbc.net/bfm2000/bfm2000.asp>>. Acesso em 11 de abril 2020.

<sup>14</sup> Significa falar só coisas boas, profetizar bênçãos, repetir falas positivas para atrair coisas boas.

<sup>15</sup> A ideia de que todo crente vai vencer, isto é, neste mundo. Assim o crente terá seu nome e sua vitória reconhecida por todos.

<sup>16</sup> A ideia de que Deus quer que todos os crentes sejam ricos ou ganhem bastante dinheiro, seja por orações, votos ou sacrifícios em troca de bênçãos terrenas.

<sup>17</sup> O homem, suas vontades, anseios e desejos tornaram-se o centro do culto.

<sup>18</sup> Assim os adeptos desta escola gostam de chamar aos cinco pontos do calvinismo.

amilenismo<sup>19</sup>). Por fim, aquele que veio a se tornar o grande ícone do movimento no Brasil, o apaixonadamente calvinista Augustus Nicodemus Lopes. Vamos começar exatamente por uma informação que consta em um dos muitos vídeos com milhares de visualizações deste, a gravação de uma espécie de seminário cujo palestrante foi o Dr. Nicodemus e que causa controvérsias até o dia de hoje.

Particularmente, por muito tempo vinha ouvindo que o determinismo, a doutrina calvinista da predestinação (que se contrapõe à doutrina do livre-arbítrio), aquela que ensina que os salvos foram eleitos incondicionalmente por Deus e, por conseguinte, os reprovados, isto é, Deus deliberadamente escolheu uns para o bem eterno e outros para o mal eterno, desde o início, por vontade livre, e o mais grave, a afirmação de que isto sempre foi a doutrina predominante na igreja desde o tempo dos apóstolos. Costumeiramente, ao não concordar com as exposições, ouvia “apelos à autoridade” de Lutero e de Calvino (século XVI) e de Agostinho de Hipona (século IV), que para nós é o “pai da doutrina da predestinação”<sup>20</sup>, uma espécie de protocolvinista<sup>21</sup>. “Tanto Lutero quanto Calvino foram fortemente influenciados por Agostinho. Os últimos escritos de Agostinho sobre a predestinação foram a fonte do sistema teológico de Calvino”<sup>22</sup>. Foi com base nos escritos deste que Calvino formulou suas convicções e teses que formaram as bases de sua *magnum opus* “As Institutas da Religião Cristã”, mais especificamente no terceiro volume da obra onde trata sobre eleição e predestinação.

Um querido amigo, a quem havia disculpado por volta do ano 2000, acreditando estar fazendo o bem, tentou “calvinizar-me” ou trazer-me às fileiras daqueles que defendiam a teologia “reformada”<sup>23</sup>. Depois de inúmeras mensagens e inclusão em grupo de estudos teológicos, recomendou-me assistir a um vídeo sobre a história do livre-arbítrio, uma espécie de prova cabal, o qual afirmava que a ideia de liberdade da vontade, historicamente, sempre foi combatida pelos líderes da igreja. Neste vídeo, do professor Augustus Nicodemus<sup>24</sup>, postado pela primeira vez entre 2010 e 2011. Nele temos muitas

<sup>19</sup> Vertente escatológica que defende que o milênio (Ap 20) já foi inaugurado e está em pleno vigor.

<sup>20</sup> Escreveu um livro chamado de “A predestinação dos Santos”.

<sup>21</sup> Em suas institutas Calvino cita Agostinho mais de 400 vezes.

<sup>22</sup> ALLEN, David. Por quem Cristo Morreu?: uma análise crítica sobre a extensão da expiação. Natal-RN: Editora Carisma, 2019, p. 64.

<sup>23</sup> Destacamos porque Teologia Calvinista é uma coisa e Teologia Reformada é outra bem mais abrangente. É possível ser calvinista sem ser reformado e o contrário, a nosso modo de ver. O maior exemplo disto é teólogo reformado Jacó Armínio.

<sup>24</sup> NICODEMUS, Augustus. Predestinação x Livre-arbítrio. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=vG1GjvHrZ0I>>, acesso em 10 de abril 2020, e em <<https://www.youtube.com/watch?v=2s8pgh7z3kQ>>, acesso em 10 de abril 2020.



informações históricas relevantes, entretanto comete ou induz a alguns erros os ouvintes, pela omissão de certos detalhes não enfrentados ou não citados pelo professor. Destaco que não estou sugerindo que tais omissões foram propositais, mas que estas têm o potencial de levar seus ouvintes a conclusões erradas sobre a história da igreja e o sobre o(s) conceito(s) de livre-arbítrio.

Inicialmente o palestrante procurou esclarecer a complexidade e a longa e histórica discussão sobre o tema. É quando então, afirma que tudo teria iniciado com o debate entre o bispo bretão Pelágio e Agostinho, bispo de Hipona, sugerindo implicitamente que foi Pelágio quem introduziu o conceito de vontade livre (livre-arbítrio) no processo de salvação, e que Agostinho supostamente defendeu, contra as heresias pelagianas, “as antigas doutrinas da graça”, que é a designação usual dada por calvinistas aos seus cinco pontos soteriológicos, conforme o quadro abaixo:

<b>Total Depravity</b>	<b>Depravação Total</b>
<b>Unconditional Election</b>	Eleição Incondicional
<b>Limited Atonement</b>	Expição Limitada (particular)
<b>Irresistible Grace</b>	Graça Irresistível
<b>Perseverance of the Saints</b>	<b>Perseverança dos Santos</b>

Importante esclarecer que o acróstico TULIP não foi cunhado por João Calvino ou algum de seus contemporâneos. Somente muito tempo depois em um Sínodo calvinista realizado na Holanda, o chamado Sínodo de Dort (1618-1619), é que tais doutrinas foram sintetizadas. Mais adiante trataremos disto em maiores detalhes, mas, retornando ao conteúdo do vídeo, nos parece um total contrassenso atribuir a Pelágio a paternidade da ideia do livre-arbítrio, isto porque o próprio Agostinho, alguns anos antes (395 d.C), publicou o livro *De libero arbitrio*<sup>25</sup>, onde traça uma teodiceia a fim de provar que Deus não é o autor do mal e do pecado. Esta é a exata ideia e motivação de qualquer arminiano em tempos hodiernos, que é preservar o caráter Santo de Deus e deixar claro que Ele não é o autor do pecado.

O livro de Agostinho inicia com a seguinte frase: “Evódio: Peço-te que me digas, será Deus o autor do mal?”. A partir desta pergunta, em forma de diálogo, o autor discorre

<sup>25</sup> Publicado no Brasil pela Editora Paulus, Coleção Patrística. Santo Agostinho: o livre-arbítrio.



a sua narrativa. Então, *a priori*, nos pareceu completamente estranho dizer ou sugerir, ainda que de forma sutil ou indireta, que Pelágio era o inventor do livre-arbítrio. A não ser que o professor tivesse um conceito mais específico em mente, diferente do esposado por Agostinho no livro supracitado e pelos arminianos (preveniência/primazia da graça) anteriores. Algo curioso é que, em razão da polêmica, por vezes cheguei a pensar que existiram mais de um monge chamado Agostinho, isto pelo volume de obras e pelas mudanças tão abruptas em sua teologia ao longo dos anos. O Agostinho, teólogo da Graça, é o autor de escritos sobre a virgindade eterna de Maria, purgatório, regeneração batismal, este mesmo Agostinho que acompanhava a seus colegas na defesa da graça *preventia* e do livre-arbítrio passou a escrever, já em seus últimos anos, “sobre a predestinação dos santos” (um de seus últimos escritos) e a respeito de uma graça rígida e seletiva.

Segundo Geisler, “as raízes dessa ideia do calvinismo extremado são encontradas no Agostinho da velhice.”<sup>26</sup> O pastor Thiago Titillo, ex-calvinista, em seu livro “A Gênese da Predestinação na História da Teologia Cristã”<sup>27</sup>, explica algumas das mais prováveis razões das mudanças no pensamento de Agostinho, apontando, sobretudo, que se deram em virtude das disputas com os donatistas e depois com os pelagianos.

[...] as controvérsias pelagiana e donatista testificam das preocupações antropológicas e eclesiológicas da Igreja mesmo na parte mais densa do debate criptológico. Essas questões capacitaram Agostinho, em particular, a desenvolver uma forte doutrina tanto do pecado original quanto da graça eletiva, de um lado, e uma doutrina mais rígida da Igreja e dos sacramentos, de outro lado.<sup>28</sup>

Embora o cerne da discussão deste livro não seja exatamente o livre-arbítrio, mas sim fornecer um arcabouço amplo e sólido da teologia arminiana aos leitores, trataremos muito sobre isto, porque a maior parte das acusações contra a teologia arminiana partem do pressuposto que a livre vontade é o seu fundamento. Roger Olson explica, e concordo plenamente, que na realidade o debate reside na perspectiva individual sobre Deus [teontologia]:

Contrário à crença popular, então, o verdadeiro divisor no cerne do debate calvinismo/arminianismo não é a predestinação versus livre arbítrio, mas a

<sup>26</sup> GEISLER, Norman. Eleitos, mas livres: uma perspectiva equilibrada entre a eleição divina e o livre-arbítrio. São Paulo: Editora Vida, 2015, p. 54.

<sup>27</sup> Publicado pela editora reflexão. A Gênese da predestinação na história da teologia cristã: Uma análise do pensamento Agostiniano sobre o pecado e a Graça. Publicado pela Editora Reflexão. 2015.

<sup>28</sup> FERGUSON, B. Sinclair; WRIGHT, F. David. Novo Dicionário de Teologia. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 512.

figura guia de Deus: ele é primeiramente visto ou como (1) majestoso, poderoso e controlador ou (2) amável, bom e misericordioso.<sup>29</sup>

Partiremos exatamente do ponto proposto pelo professor calvinista, “seria Pelágio o inventor do livre-arbítrio?”<sup>30</sup>. Esclareço que a ideia não é denegrir ou desrespeitar a imagem ou a opinião de qualquer autor, pregador ou pastor, mas expor os fatos históricos e possibilitar ao leitor tirar suas próprias conclusões, obviamente apresentando também as nossas conclusões.

---

<sup>29</sup> OLSON, Roger. Arminianismo: Mitos e Realidades. São Paulo: Editora Reflexão, 2013, p. 94.

<sup>30</sup> Sugerimos que assistam aos primeiros 5 minutos do vídeo supracitado para uma melhor compreensão, mas não consideramos indispensável a sua visualização para os propósitos deste livro.

## 2 A PATRÍSTICA E O LIVRE-ARBÍTRIO

Nesse capítulo vamos analisar se os chamados “Pais da Igreja”, líderes cristãos pós-apostólicos, do século I até o IV, defenderam ou falaram algo sobre o livre-arbítrio.

É curioso considerar e perceber que os chamados pais da igreja quase que de forma unânime falaram sobre ou defenderam o livre-arbítrio, como seguem os textos abaixo. Os que não o defenderam expressamente também não esboçaram a mínima reprovação à ideia, ou seja, trabalharam com a ideia implícita em seus textos. Isto põe por terra qualquer argumento que aponte para a premissa que “a história do livre-arbítrio inicia por Pelágio”. É relativamente fácil encontrar textos extensos em que a vontade livre é defendida pelos primeiros cristãos. Em contrapartida, aquele que desejar defender qualquer ponto da TULIP (excluída a depravação total) terão que fazer pequenos recortes e inferir que palavras como “eleitos”, “escolhidos” ou “predestinados” se refiram ao calvinismo, mesmo que nada no contexto sugira que os escolhidos o foram incondicionalmente.

Seguem alguns excertos de escritos em ordem cronológica para demonstrar a conformidade e unidade de pensamento sobre o tema entre os primeiros cristãos. Lembro aos leitores que a lista não é exaustiva, apenas exemplificativa, pois são muitas as citações e defesas do livre-arbítrio nos primeiros séculos e seria muito complicado transcrevê-las em sua totalidade ou na íntegra. A escola Ocidental (Antioquia) defendia algo bem semelhante ao que, muitos séculos depois, veio a ser denominado de arminianismo e a oriental apresentava uma forte inclinação ao semipelagianismo.

### a) Clemente de Roma (35–100 d.C.) em sua chamada Primeira Carta aos Coríntios:

Caríssimos, vigiai para que seus numerosos benefícios não se tornem condenação para nós, caso não vivamos de maneira digna dele, realizando na concórdia o que é bom e agradável aos seus olhos. Com efeito, em algum lugar se diz: “O espírito do Senhor é lâmpada que perscruta as profundezas das entranhas.” Consideremos que ele está próximo e que nada lhe escapa de nossos pensamentos e de nossas decisões interiores. É justo, portanto, que não abandonemos nosso lugar contra a vontade dele.<sup>31</sup>

Portanto, se tudo ele vê e ouve, temamo-lo e destruamos os desejos impuros das ações vis, para que sejamos protegidos, pela sua misericórdia, dos julgamentos futuros. **De fato, para onde alguém de nós poderá fugir de sua mão poderosa? Qual mundo dará refúgio a quem dele desertou?** De fato, a Escritura diz em algum lugar: “Aonde irei e me esconderei de sua face? Se subo

<sup>31</sup> Clemente, I Coríntios 21.1-5.

até o céu, aí estás; se vou até aos confins da terra, aí está a tua direita; se deito nos abismos, aí está o teu Espírito.”<sup>32</sup> (grifo nosso)

Que faremos então irmãos? Cessaremos de fazer o bem e abandonaremos a caridade? Jamais permita o Senhor que isso aconteça entre nós! Ao contrário, esforcemo-nos com zelo e ardor para praticar toda obra boa.<sup>33</sup>

Quais são as coisas preparadas para aqueles que a esperam? O Criador e Pai dos séculos, o Santíssimo, conhece a quantidade e a beleza delas. Nós, portanto, lutamos para sermos encontrados no número dos que o esperam, a fim de participarmos dos dons prometidos.<sup>34</sup>

- b) Inácio de Antioquia (68–107 d.C.). Talvez o único que possa ser utilizado a partir de pequenos fragmentos por calvinistas, pois adota linguagem muito semelhante a Carta de Paulo aos Efésios em seus escritos, tratando sobre o corpo místico de Cristo:

Por isso, o Senhor recebeu unguento sobre a cabeça, a fim de exalar a incorruptibilidade para a sua Igreja. Portanto, não vos deixeis ungir com o mau odor do príncipe deste mundo, para que não os levem prisioneiros, longe da vida que vos espera.<sup>35</sup>

Meus caríssimos, não vos escrevo isso por ter sabido que alguns dentre vós se comportam desse modo. Ao contrário, embora inferior a vós, quero deixar-vos de sobreaviso, para que não sejais fígados pelo anzol da vaidade, mas estejais convencidos do nascimento, da paixão e da ressurreição que aconteceram sob o governo de Pôncio Pilatos. Essas coisas foram realizadas verdadeira e seguramente por Jesus Cristo, vossa esperança, da qual nenhum de vós possa jamais se afastar.<sup>36</sup>

Não vos enganeis, meus irmãos. Se alguém segue cismático, não herdará o Reino de Deus. Se alguém caminha em conhecimentos estranhos, esse não participa da Paixão.<sup>37</sup>

- c) Policarpo de Esmirna (69–155 d.C.):

Por causa disso, cinjam suas cinturas, "sirvam o Senhor no temor" e na verdade, como aquele que tem renunciado ao inútil, as conversas vãs e os erros da multidão, e "acreditado nAquele que ressuscitou nosso Senhor Jesus Cristo da morte, e Lhe deu a glória", e um trono a sua direita. Por Ele todas as coisas no Céu e na Terra estão subordinadas. A Ele todo espírito serve. Ele vem como o Juiz dos vivos e dos mortos. Deus pedirá conta do sangue dEle por aqueles que não acreditam nEle. [Outra tradução do fragmento é: cujo sangue Deus exigirá daqueles que lhe desobedecem]<sup>38</sup>

Evitem o mal de toda espécie. Pois como alguém que não sabe conduzir a si mesmo nestas coisas pode ensinar aos outros? Se alguém não evita o apego ao

<sup>32</sup> Clemente, I Coríntios 28.1-3.

<sup>33</sup> Ibid. I Coríntios 33.1.

<sup>34</sup> Ibid. I Coríntios 35.3-4.

<sup>35</sup> INÁCIO de Antioquia. Carta aos Efésios 17.1.

<sup>36</sup> INÁCIO de Antioquia. Carta ao Magnésios 11.1.

<sup>37</sup> INÁCIO de Antioquia. Carta aos Filadélfios 3.3.

<sup>38</sup> POLICARPO de Esmirna. Carta aos Filipenses 2.1.

dinheiro, ele seria corrompido pela idolatria e assim será julgado como se fosse um pagão, que ignora o julgamento do Senhor.<sup>39</sup>

d) Didaquê, o primeiro conjunto de ensinamentos cristãos (século I):

Existem dois caminhos: um é o caminho da vida, e o outro, o da morte. A diferença entre os dois é grande.

Cuidado para que ninguém os engane e os desvie desse caminho da justiça, pois o ensinamento de alguém deste tipo [gananciosos] são ímpios.

Vigiem sobre a vida de vocês. Não deixem que suas lâmpadas se apaguem, nem soltem o cinto dos rins. Fiquem preparados, porque vocês não sabem a que hora o Senhor nosso vai chegar. Reúnam-se com frequência para procurar o que convém a vocês. Porque de nada lhes servirá todo o tempo que vocês viveram a fé, se no último momento vocês não estiverem perfeitos.<sup>40</sup>

e) Epístola de Barnabé (século II):

Devemos, portanto, compreender, pois não somos sem inteligência, o desígnio de nosso Pai em sua bondade, pois ele se dirige a nós, desejando que procuremos o modo de nos aproximar dele, sem nos extraviar, como aqueles homens. Eis, portanto, o que ele nos diz: "O sacrifício para Deus é um coração contrito; o perfume de suave odor para o Senhor é o coração que glorifica o seu Criador." Irmãos, devemos, portanto, cuidar de nossa salvação, para que o maligno não introduza em nós o erro, e nos atire, como pedra de funda, para longe da nossa vida.<sup>41</sup>

É preciso, portanto, que examinemos com grande atenção a situação presente, para procurar o que nos pode salvar. Fugamos, pois, radicalmente de todas as obras iníquas, para que as obras iníquas jamais se apoderem de nós. Odiemos o erro do mundo presente, para que sejamos amados no mundo futuro. Não demos à nossa alma a liberdade, de modo que ela não tenha poder de correr com os maus e pecadores, a fim de que não nos tornemos semelhantes a eles.[...] Tomemos cuidado para não ficarmos tranquilos como chamados, adormecendo sobre nossos pecados, de modo que o príncipe do mal se apodere de nós e nos afaste do reino do Senhor.<sup>42</sup> (Carta de Barnabé 4.1-2 e 13).

f) Epístola a Diogneto (século II):

Foi esse que Deus enviou [O Filho]. Talvez como alguém poderia pensar, será que o enviou para que existisse uma tirania ou para infundir-nos medo e prostração? De modo nenhum. Ao contrário, enviou-o com clemência e mansidão, como um rei que envia seu filho. Deus o enviou, e o enviou como homem para os homens; enviou-o para nos salvar, para persuadir, e não para violentar, pois em Deus não há violência.<sup>43</sup>

g) Justino, o Mártir (100–165 d.C.):

<sup>39</sup> Ibidem. Filipenses 11.2

<sup>40</sup> DIDAQUÊ, 1.1; 6.1 e 16.1-2 respectivamente.

<sup>41</sup> Epístola de Barnabé, 2.9-10.

<sup>42</sup> Ibid. Capítulo 4.1-2 e 13.

<sup>43</sup> Carta à Diogneto, 7.2-4.

Do que dissemos anteriormente, ninguém deve tirar a conclusão de que afirmamos que tudo o que acontece, acontece por necessidade do destino, pelo fato de que dizemos que os acontecimentos foram conhecidos de antemão. Por isso, resolveremos também essa dificuldade. Nós aprendemos dos profetas e afirmamos que esta é a verdade: os castigos e tormentos, assim como as boas recompensas, são dadas a cada um conforme as suas obras. **Se não fosse assim, mas tudo acontecesse por destino, não haveria absolutamente livre-arbítrio.** Com efeito, se já está determinado que um seja bom e outro mau, nem aquele merece elogio, nem este, vitupério. Se o gênero humano não tem poder de fugir, **por livre determinação**, do que é vergonhoso e escolher o belo, ele não é irresponsável de nenhuma ação que faça. Mas que o homem é virtuoso e peca por livre escolha, podemos demonstrar pelo seguinte argumento: vemos que o mesmo sujeito passa de um contrário a outro. Ora, se estivesse determinado ser mal ou bom, não seria capaz de coisas contrárias, nem mudaria com tanta frequência. Na realidade, nem se poderia dizer que uns são bons e outros maus, desde o momento que afirmamos que o destino é a causa de bons e maus, e que realiza coisas contrárias a si mesmo, ou que se deveria tomar como verdade o que já anteriormente insinuamos, isto é, que virtude e maldade são puras palavras, e que só por opinião se tem algo como bom ou mau. Isso, como demonstra a verdadeira razão, é o cúmulo da impiedade e da iniquidade. Afirmamos ser destino ineludível que aqueles que escolheram o bem terão digna recompensa e os que escolheram o contrário, terão igualmente digno castigo. Com efeito, Deus não fez o homem como as outras criaturas. Por exemplo: árvores ou quadrúpedes, que nada podem fazer por livre determinação. Nesse caso, não seria digno de recompensa e elogio, pois não teria escolhido o bem por si mesmo, mas nascido já bom; nem, por ter sido mal, seria castigado justamente, pois não o seria livremente, mas por não ter podido ser algo diferente do que foi.<sup>44</sup> (grifo nosso)

h) Taciano, o Sírio (120–172 d.C.):

Entretanto, o Verbo, antes de criar os homens, foi artífice dos anjos, e algumas criaturas foram feitas livres, se ter em si a natureza do bem (que não existe senão em Deus), mas que se realiza através dos homens, graças à liberdade de escolha. Desse modo, o mau é castigado justamente, pois se tornou mau por sua própria culpa; o justo é merecidamente louvado por suas obras, pois não transgrediu a vontade de Deus, embora por seu **livre-arbítrio** pudesse fazer isso. Essa é a nossa doutrina sobre os anjos e os homens. Todavia, como a virtude do Verbo tem em si a presciência do futuro, não por fatalidade do destino, **mas por livre determinação dos que escolhem**, predisse os acontecimentos futuros, freou a maldade por suas proibições e louvou os que perseveraram no bem.<sup>45</sup> (grifo nosso)

i) Irineu de Lião, (130–200 d.C.):

Se alguém, por causa da indocilidade dos israelitas, tachasse esta Lei de fraqueza, poderia ver que na nossa vocação “há muitos chamados, mas poucos eleitos”; há os que são lobos por dentro enquanto por fora são vestidos de peles de cordeiros; **veriam que Deus sempre respeitou o livre-arbítrio do homem, limitando-se a exortá-lo ao bem**, de modo que os que tiverem desobedecido sejam julgados com razão por terem desobedecido e os que obedeceram e creram nele sejam coroados com a incorruptibilidade.<sup>46</sup> (grifo nosso)

<sup>44</sup> JUSTINO. I Apologia, 43.1-8.

<sup>45</sup> TACIANO. Discurso contra os Gregos, cap. 7.

<sup>46</sup> IRINEU. Contra Heresias, Livro IV, 15.2

Se o Filho veio para todos igualmente, mas julga e distingue os que creem dos que não creem — porque espontaneamente os que creem fazem a sua vontade e espontaneamente os que não creem não recebem os seus ensinamentos — está claro que o Pai criou todos iguais, **cada um possuindo o seu poder de decisão e seu livre-arbítrio**, mas vê tudo e providência para todos e “faz nascer o sol sobre os maus e os bons e faz chover sobre os justos e os injustos”.<sup>47</sup> (grifo nosso)

Nos livros precedentes expusemos os motivos pelos quais Deus permitiu que acontecessem estas coisas e mostramos como todas elas se cumpriram em benefício do homem que se salva, **amadurecendo-lhe o livre-arbítrio para a imortalidade e tornando-o mais apto para a eterna submissão a Deus**.<sup>48</sup> (grifo nosso)

Tema: *Liberdade: contra as categorias gnósticas*

**37.1.** As palavras que diz: “Quantas vezes quis reunir os teus filhos e não quiseste”, ilustram bem a antiga lei da liberdade do homem, **porque Deus o fez livre desde o início, com a sua vontade e a sua alma para consentir aos desejos de Deus sem ser coagido por ele**. Deus não faz violência, e o bom conselho o assiste sempre, e por isso dá o bom conselho a todos, mas também dá ao homem o poder de escolha, como o dera aos anjos, que são seres racionais, para que os que obedecem recebam justamente o bem, dado por Deus e guardado para eles enquanto os desobedientes serão justamente frustrados neste bem e sofrerão o castigo merecido. [...] Portanto, Deus ofereceu o bem, como o testemunha o Apóstolo na carta mencionada, e os que o praticam receberão glória e honra por tê-lo feito, quando podiam não fazê-lo; os que não o fazem receberão o justo julgamento de Deus por não ter feito o bem que podiam fazer.

**37.2.** Se, por natureza, alguns fossem bons e outros maus, nem aqueles seriam louváveis por serem bons, porque nasceram assim, nem estes seriam condenáveis porque foram feitos assim. Mas como todos são da mesma natureza, capazes de possuir e operar o bem e capazes de perdê-lo e de não fazê-lo, os que escolheram e perseveraram no bem recebem digno testemunho por isso, e são justamente louvados pelas pessoas sensatas — e muito mais por Deus — os outros são repreendidos e recebem a merecida infâmia por terem recusado o bem e o justo. [...] **37.3.** Por isso o Senhor diz [...] Feliz o servo que o senhor encontrar assim, na sua volta”. E ainda: “O servo que conhece a vontade do seu dono e não a cumpre, receberá muitas chicotadas”. E: “Por que me dizeis: Senhor, Senhor! e não fazeis o que vos digo?” E ainda: “Se um servo diz em seu coração: O meu dono está atrasando e começa a bater nos seus companheiros, a comer, a beber e a embriagar-se, virá o dono num dia em que não o espera, prendê-lo-á e lhe dará a sua parte com os hipócritas”. **E todas as outras coisas que mostram o livre-arbítrio do homem e que Deus o instrui com o seu conselho, exortando-nos à submissão a ele, precavendo-nos da incredulidade, mas sem nos obrigar com a violência.** **37.4.** É possível também não seguir o Evangelho, se alguém assim quiser, contudo não é conveniente. A desobediência a Deus e a recusa do bem estão em poder do homem, mas comportam prejuízo e castigo não indiferentes. Por isso Paulo diz: “Tudo me é lícito, mas nem tudo me convém”, indicando a liberdade do homem pela qual tudo lhe é lícito, pois Deus não o obriga e mostrando “o que não convém” para que não abusemos da liberdade a fim de encobrir a malícia: isto não convém. [...] Sendo, porém, o homem livre na sua vontade, desde o princípio, e livre é Deus, à semelhança do qual foi feito, foi-lhe dado, desde sempre, o conselho de se ater ao bem, o que se realiza pela obediência a Deus. **37.5. Não somente nas ações, mas também na fé, o Senhor deixou livre e independente o arbítrio do homem.** Ele disse: “Seja-te feito segundo a tua fé”, mostrando que a fé é própria do homem, pois tem o poder de decidir. E ainda: Tudo é possível para quem crê. [...] Segundo este princípio, indicando ao homem seu verdadeiro bem e afirmando ao mesmo

<sup>47</sup> Ibid. Livro IV, 27.1.

<sup>48</sup> IRINEU. Contra Heresias, Livro IV, 29.1.



tempo a sua liberdade de arbítrio e de poder, o Senhor dizia a Jerusalém: “Quantas vezes quis reunir os teus filhos, como a galinha recolhe os pintinhos debaixo das asas, e não quiseste”. “Eis por que a vossa casa será deixada deserta”. **37.6.** Os que dizem o contrário introduzem um Senhor impotente e incapaz de fazer o que quiser ou ignaro [ignorante] dos que por natureza são terrenos, como dizem, e não podem receber a sua incorruptibilidade. [...] Então os bons já não teriam nenhum merecimento, pois são assim mais por natureza do que pela sua vontade, possuindo o bem automaticamente e não por livre escolha, nem entenderiam a excelência do bem como não gozariam dele. [...] **37.7.** Por isso o Senhor disse que o reino dos céus é objeto de violência e são os violentos que se apossam dele, isto é, os que pela violência e pela luta, **pela vigilância e perseverança se apossam dele.** É por isso que também o apóstolo Paulo diz aos coríntios: “Não sabeis que os que correm no estádio, correm todos, mas um só ganha o prêmio? Correi, portanto, de maneira a consegui-lo. Os atletas se absterem de tudo; eles, para ganhar uma coroa perecível, nós, porém, para ganhar uma coroa imperecível.[...] Desta maneira Deus tudo dispôs para a perfeição do homem e para a atuação e revelação das suas economias, a fim de mostrar a sua bondade e para que se cumpra a justiça e a Igreja seja configurada à imagem de seu Filho, e finalmente para que o homem formado por tanta experiência se torne maduro para ver e entender a Deus.<sup>49</sup> (grifo nosso)

j) Atenágoras de Atenas (133–190 d.C.):

Do mesmo modo, porém, **que os homens têm livre-arbítrio podem optar pela virtude e pela maldade** — pois se não estivesse em seu poder a maldade e a virtude, não honraríeis os bons nem castigaríeis os maus, quando uns se mostram diligentes e outros desleais naquilo que lhes confiais —, assim também os anjos.<sup>50</sup>

k) Clemente de Alexandria (150–215 d.C.):

**Nós que ouvimos pelas Sagradas Escrituras que a escolha autodeterminada e a recusa foram dadas pelo Senhor aos homens,** descansamos no critério infalível da fé, manifestando um espírito desejoso, já que escolhemos a vida e cremos em Deus por intermédio da sua voz.<sup>51</sup>

Não somente o crente, mas até mesmo o descrente, é julgado mais retamente. Pois, desde que Deus soube em virtude de sua presciência que essa pessoa não acreditaria, Ele, entretanto, a fim de que ele possa receber a sua própria perfeição, deu-lhe a filosofia antes da fé.<sup>52</sup>

**A soberania e o livre-arbítrio são compatíveis,** pois muitas coisas na vida surgem no exercício da razão humana, tendo recebido a faísca incandescente de Deus. [...] Agora, todas estas coisas têm verdadeiramente origem e existência por causa da providência divina — contudo, não sem a cooperação humana também.<sup>53</sup>

l) Orígenes (185–254 d.C.):

<sup>49</sup> IRINEU. Contra Heresias, Livro IV, 37.1-7.

<sup>50</sup> ATENÁGORAS de Atenas. Petição em favor dos Cristãos, capítulo 24.

<sup>51</sup> Apud. GEISLER, Norman. Teologia Sistemática. Vol. 2. Rio de Janeiro: CPAD, 2010, p. 78.

<sup>52</sup> A Dictionary of Early Christian Beliefs, editado por David W. Bercot, p. 284, publicado por Hendrickson, 1998.

<sup>53</sup> Apud. GEISLER, Norman. Teologia Sistemática. Vol. 1. Rio de Janeiro: CPAD, 2010, p. 1024.



É por isso que pensamos que Deus, pai de todas as coisas, para salvar todas as criaturas pelo inefável meio da sua palavra e sabedoria, dispôs cada coisa de tal maneira que cada espírito, mente, ou seja como for que se chamem os seres racionais subsistentes, apesar da liberdade da vontade, não seja constrangido a fazer senão o que lhe ordena o ato da sua inteligência, pois, **do contrário, parece que lhe seria retirada a faculdade do livre-arbítrio, e a qualidade da sua natureza seria totalmente modificada**; mas ele preparou os diversos movimentos das suas intenções de modo adequado e com utilidade para assegurar a harmonia de um único mundo...<sup>54</sup> (grifo nosso)

Como, porém, **as próprias criaturas racionais receberam a faculdade do livre-arbítrio**, a liberdade da sua vontade convidou cada uma a progredir pela imitação de Deus, ou a arrastou na regressão por causa da sua negligência; essa questão já a demonstramos muitas vezes e voltaremos a demonstrar no seu lugar.<sup>55</sup> (grifo nosso)

Vamos começar pelo que se diz a respeito do faraó e de Deus que o endurece para impedi-lo de deixar partir o povo; examinaremos ao mesmo tempo esta palavra do Apóstolo: “Terá piedade de quem ele quer e endurecerá quem ele quer” (Rm 9,18). **Examinemos o que dizem alguns heterodoxos. Eles se servem desses textos para quase suprimir o livre-arbítrio, argumentando que há naturezas perdidas, incapazes de salvação, e outras que estão salvas e são incapazes de se perder**; dizem eles que o faraó era de uma natureza perdida, e endureceu por causa disso, porque Deus tem piedade dos espirituais e endurece os terrestres. Perguntamos se o faraó era de natureza terrestre; quando responderem, lhes diremos que aquele que tem uma natureza terrestre desobedece totalmente a Deus. Se desobedece, que necessidade existe de endurecer o seu coração, e isso não apenas uma, mas várias vezes? Mas, se lhe era possível ser persuadido, teria sido de fato persuadido, como se não fosse terrestre, porque fora convencido pelos prodígios e sinais; porém, Deus precisava da repetição da desobediência dele para manifestar suas maravilhas em vista da salvação de muitos; por essa razão, Deus endureceu o coração dele. [...] 9. Pode-se objetar àqueles que pensam ter compreendido a palavra “endureceu” o que segue: que é que Deus fez para lhes endurecer o coração e com que objetivo procedeu assim? Examinem, pois, a noção de Deus que, segundo a sã doutrina, é justo e bom, mas, se não a aceitam, concedas-lhes, por enquanto, que ele é somente justo. Eles que nos mostrem como é que aquele que é justo e bom, ou somente justo, pode parecer que agiu com justiça ao endurecer o coração daquele que morrerá porque endureceu, e como é que aquele que é justo pode ser causa de perdição e desobediência ao castigar aqueles que endureceu e constrangeu à desobediência. Por que é que ele critica o faraó nestes termos: “Tu, que não queres deixar partir o meu povo, eis que eu vou ferir todos os primogênitos do Egito e o teu primogênito” (Ex 4,23; 9,17ss; 12,29) e tudo o mais que, segundo a Escritura, Deus disse ao faraó por intermédio de Moisés? É preciso que aquele que acredita que as Escrituras são verdadeiras e que Deus é justo, lute, se é sábio, para mostrar como compreender claramente que Deus é justo ao proferir tais palavras. Porque, se alguém se colocar como acusador e, de cabeça erguida, afirmar que o Criador é mau, teremos de lhe responder com outras razões. 10. Mas como eles dizem que o consideram justo e para nós ele é justo e bom ao mesmo tempo, examinemos como é que aquele que é justo e bom endurecia o coração do faraó. Vejamos se, a partir de um exemplo que o Apóstolo utilizou na Carta aos Hebreus, podemos mostrar como é que, numa mesma ação, Deus tem misericórdia de um e endurece o outro, não com o propósito de endurecê-lo, **mas com a boa intenção que tem por efeito endurecer por causa do substrato de malícia que constitui o mal que está neles e é por isso que se diz que ele endurece o que está endurecido**. Diz ele que “a terra que

<sup>54</sup> ORÍGENES. Tratado sobre os Princípios. Livro II, 1.2.

<sup>55</sup> Ibid. Livro II, 9.6.

bebeu a chuva que caiu sobre ela e produz uma erva útil àqueles para os quais foi cultivada recebe a bênção de Deus; se ela produz espinhos e cardos, é rejeitada e está próxima da maldição, destinada a ser queimada” (Hb 6,7-8). Há, pois, uma única ação, a da chuva; a partir dessa única ação, que é a da chuva, a terra cultivada produz frutos, e a que não é cuidada e é estéril produz espinhos. Podia parecer uma calúnia colocar na boca daquele que faz chover as seguintes palavras: fui eu quem produziu os frutos e os espinhos que estão na terra. Mas, se é injurioso, contudo, é verdadeiro, pois, se não houvesse chuva, não teria havido frutos nem espinhos; porém, se ela cai no tempo desejado, e com medida, uns e outros serão produzidos. Com efeito, quando ela produz espinhos e cardos, a terra que bebeu a chuva que caiu sobre ela é desprezada e fica próxima da maldição. O benefício da chuva caiu, portanto, na terra pior, e como o solo estava descuidado e inculto, produziu espinhos e cardos. Assim, portanto, os prodígios realizados por Deus são como a chuva, as diversas vontades são como a terra cultivada e a negligenciada, sendo pela sua natureza única como uma só terra. 11. É como se o sol tomasse a palavra e dissesse: eu torno líquido, e eu seco – quando liquefazer e secar são estados contrários; contudo, ele não mentiria por causa da base comum, pois o mesmo calor que torna líquida a cera é o que seca a lama.<sup>56</sup>

m) João Crisóstomo, o Boca de Ouro (347–407 d.C.):

Da mesma forma que a argila obedece às mãos do oleiro, seja como for que a torneie e modele, há de ficar mudo como a argila quando Deus quiser realizar algum desígnio seu. Certamente não foi no intuito de abolir nossa liberdade – **longe disso – ou de arruinar o livre-arbítrio que Paulo assim se expressou**, mas para impor silêncio radical a nossa arrogância.<sup>57</sup> (grifo nosso)

Mas prefiro, dizes, ser forçosamente bom e ficar privado de qualquer recompensa, **a ser mau pelo livre-arbítrio e ser punido e atormentado**. Mas nunca se emprega coação para que alguém se torne bom. Se, portanto, ignoras o que deves fazer, manifesta que não sabes e então diremos o que for necessário dizer. Se sabes que a luxúria é má, por que não foges do mal? Não posso, respondes. Na verdade, outros que agiram de melhor maneira, acusar-te-ão, e fechar-te-ão a boca com vigor.<sup>58</sup>

E relativamente à sede e ao frio, e a outras necessidades és eficiente e pronto para atender ao cuidado com o corpo. Faze, portanto, o mesmo acerca do reino dos céus, e sem dúvida alguma o alcançarás. Com efeito, Deus te criou dotado de livre-arbítrio a fim de não o acusares após de estares preso à necessidade.<sup>59</sup>

n) Jerônimo, autor da Vulgata Latina, contemporâneo de Agostinho (347–420 d.C.):

Tu dizes, pois: “aquele que se manifestou a todos como causa do pecado” e enquanto imputas sobre ele os crimes, tu libertas os homens da sua culpabilidade e **retiras-lhes o poder do livre-arbítrio, quando o Salvador diz que de nosso coração saem os maus pensamentos**, os homicídios, os adultérios, as fornicações, os furtos, os falsos testemunhos, as blasfêmias; e nós lemos de novo sobre Judas em seu Evangelho: “depois do bocadinho, entrou nele Satanás”, porque, antes do bocadinho, ele havia pecado voluntariamente e não se inclinou ao arrependimento nem pela humildade nem pela clemência do Salvador. E por

<sup>56</sup> Ibid. Livro III, 1.8-11.

<sup>57</sup> CRISÓSTOMO. Da incompreensibilidade de Deus; Providência de Deus e Cartas a Olímpia. Livro I, Segunda Homilia.

<sup>58</sup> CRISÓSTOMO. Comentários às Cartas de São Paulo/2. Segunda Homilia, 10.

<sup>59</sup> Ibid. Décima Quarta Homilia, 21.

essa razão, diz o Apóstolo: “Eu os entreguei a Satanás para que aprendam a não blasfemar”; e em outra passagem: “Eu entreguei a Satanás para a ruína da carne desta espécie de homens, para que o espírito seja salvo”. Entregou-os a Satanás, como a um carrasco para puni-los, aqueles que, antes que fossem entregues, haviam blasfemado por vontade própria.<sup>60</sup>

Em vão me deturpas e tentas convencer os ignorantes que eu condeno o livre-arbítrio. Que aquele que condena, seja por si mesmo condenado, **pois fomos criados com o dom do livre-arbítrio** [...]. É verdade que a liberdade da vontade traz consigo a liberdade de decisão. Contudo o homem não age imediatamente a partir do seu livre-arbítrio, mas precisa da ajuda de Deus, que é o único que não precisa ser ajudado.<sup>61</sup> (grifo nosso)

Quando nós estamos preocupados com a Graça e misericórdia, o livre-arbítrio é parte anulada; em parte, eu digo, porque tanto depende dele, que queremos e desejamos, e damos consentimento ao curso que escolhemos. Mas depende de Deus se temos o poder em sua força e com sua ajuda para fazer o que desejamos, e para o nosso trabalho e esforço darem resultado.<sup>62</sup>

As citações acima são suficientes para exemplificar e demonstrar a unidade na defesa do livre-arbítrio entre os primeiros grandes líderes cristãos, sem ser contudo um rol exaustivo de passagens. Calvino certa vez admitiu que a Patrística lhe era contrária: “sei que eles podem citar a Orígenes e a Jerônimo como partidários de sua exposição. Eu poderia, de minha parte, opor-lhes também Agostinho.”<sup>63</sup> O máximo que Calvino poderia alegar era a existência de ambiguidades nos textos. Poderíamos até concordar que Inácio de Antioquia é o único que em alguns fragmentos parece ambíguo, se lido a partir dos pressupostos calvinistas, mas todos os demais são extremamente claros e tenho certeza de que Inácio não seria (e não foi) a ovelha desgarrada da ortodoxia.

Assim sendo, desconsiderando a TULIP como pressuposto, a ambiguidade em seus escritos cai e entendemos que Inácio se utiliza de uma linguagem mais espiritual e apontando para o sentido do Corpo místico de Cristo, como as Cartas de Paulo aos Efésios e Colossenses, em nada sugerindo incondicionalidade de escolha de indivíduos para a salvação. Segue então a alegação, e ao mesmo tempo a confissão, de Calvino sobre a questão patrística. Escusa esta que é utilizada até os dias de hoje por muitos calvinistas:

Tudo indica que grande preconceito atraí contra minha pessoa quando confessei que todos os escritores eclesiásticos, exceto Agostinho, nesta matéria se expressaram tão ambígua ou variadamente que de seus escritos não se pode ter coisa alguma certa. Ora, alguns haverão de interpretar isto exatamente como se os quisesse privar do direito de opinião, **já que todos me são contrários.**<sup>64</sup>

<sup>60</sup> JERÔNIMO. Apologia Contra os Livros de Rufino. Livro II, 7. 26-30.

<sup>61</sup> GEISLER, Op. Cit. volume 2, p. 79.

<sup>62</sup> GEISLER, Norman. Eleitos, mas livres: uma perspectiva equilibrada entre a eleição divina e o livre-arbítrio. [Trad. Heber Carlos de Campos]. São Paulo: Editora Vida, 2005. p. 76

<sup>63</sup> CALVINO, João. Institutas da Religião Cristã [Edição Clássica], volume II, 5.17.

<sup>64</sup> Ibid. volume II, 2.9.

Desse modo, em uma exposição histórica criteriosa, a correta afirmação seria a de que Pelágio<sup>65</sup> “introduziu uma heresia ao negar o pecado original” e “Agostinho inovou teologicamente em seus argumentos”, no que tange ao entendimento de graça e salvação, se afastando de todos os demais mestres e líderes anteriores. Quem deseja acreditar que Agostinho estava certo nestes pontos terá que crer que houve outros 400 anos de silêncio do Espírito [além do período interbíblico – Malaquias/Mateus], pós apóstolos, e que nenhum dos discípulos dos apóstolos entendeu as respectivas mensagens recebidas, até que em Hipona na África [atual Argélia], um bispo redescobriu as doutrinas da graça. Maravilha! É realmente necessário ter muita fé e confiança no entendimento e nos escritos de Agostinho para concordar com isto.

---

<sup>65</sup> Sobre Pelágio temos relatos e leituras somente a partir de citações de seus opositores.

### 3 COMPARANDO ALGUMAS CITAÇÕES DE JACÓ ARMÍNIO COM O QUE DIZIAM OS PATRÍSTICOS

Quando iniciei as pesquisas em busca das minhas raízes e tradição histórica da fé, isto é, após verificar novamente a fundamentação bíblica, para além da apresentação de “textos-prova”<sup>66</sup>, passei a buscar informações sobre quem era de fato Jacó Armínio, pois constantemente era chamado de modo pejorativo de “arminiano”. Um pouco atordoado ao receber tantas informações ao mesmo tempo, refletia e pesquisava sobre o significado daqueles verbetes que nunca havia ouvido e eram ditas de modo belo e com tanta autoridade. Palavras como infralapsarianismo<sup>67</sup>, supralapsarianismo<sup>68</sup>, beneplácito<sup>69</sup>, expiação particular<sup>70</sup>? Realmente não foi fácil.

No início, praticamente sozinho e sem encontrar materiais sobre o arminianismo em nosso vernáculo, pois “assim como a teoria da evolução permeia todas as ciências naturais, a teologia Reformada predomina em livros evangélicos, comentários, teologias sistemáticas e dicionários bíblicos”<sup>71</sup>, continuei de modo incessante a busca. Sentia-me motivado a pesquisar. Em todos os materiais modernos que pesquisava encontrava verdadeiras odes aos reformadores. Comecei a pensar que poderia estar errado em minhas convicções e refiz as leituras bíblicas dos principais textos de debates e percebi que não, eles estavam errados! Não importa se foram Lutero e Calvino, eram homens suscetíveis a erros como qualquer outro. Com o passar dos anos e com muitos estudos fui percebendo que eles erraram em muitas outras coisas e que a doutrina da predestinação era apenas uma delas.

Por estas razões, sem parâmetros ou livros arminianos à época, me voltei a patrística. E o que encontrei? Para a glória de Deus, como os caros leitores puderam verificar no capítulo anterior, quase de modo unânime os primeiros cristãos expressaram

---

<sup>66</sup> Textos-prova é quando no debate alguém apresenta um versículo sem o acompanhamento de sua respectiva exegese ou sem a exposição do significado do texto, acreditando ser isto suficiente para findar a controvérsia e encerrar o debate.

<sup>67</sup> Lapso, significa “queda ou espaço”. Infralapso – após, dentro ou considerando a queda do homem.

<sup>68</sup> Supra, significa “antes ou acima”. Logo supralapso – depois da queda.

<sup>69</sup> Segundo a Pequena Enciclopédia Bíblica de Orlando Boyer, significa “Aprovação”, “consentimento”. Basicamente é a bondade divina derramada sobre o homem. É utilizada como mero verbalismo pelos defensores da dupla predestinação, não carregando em si nenhum significado ou explicação.

<sup>70</sup> Expição particular ou limita é a ideia de que o sacrifício de Cristo foi efetuado exclusivamente por um grupo certo de pessoas designadas de eleitos. De outro modo, é a ideia de que Jesus não morreu por todos os homens.

<sup>71</sup> PARKINSON, J. F. A fé dos eleitos de Deus. Pirassununga-SP: Editora Sã Doutrina, 2013, 67.

uma fé semelhante à nossa. Claramente afirmaram a graça (que age antes) e a liberdade da vontade, ao passo que, quase no mesmo momento tive os primeiros contatos com textos autorais de Armínio.

Jacó Armínio<sup>72</sup> (1560–1609 d.C.), teólogo holandês do século XVI, passou por uma experiência semelhante em seu tempo como professor universitário na cidade de Leiden. Em meados do século XVI, os calvinistas que fugiam da perseguição espanhola, mais precisamente dos católicos, já haviam se estabelecido nas províncias holandesas. Outrora as províncias que foram solo fértil para debates e convivência pacífica, enfrentavam, no entanto, um debate político-religioso ferrenho, a ponto de pastores e irmãos chegarem a vias de fato.<sup>73</sup>

Parece estranho para os dias de hoje, entretanto devemos lembrar que durante a Idade Média a Igreja e o Estado eram uma coisa só. Uma pessoa poderia ser condenada à morte por heresia, seja por um concílio religioso ou por um Tribunal de Justiça. O caso de condenação por heresia mais famoso é o de Miguel Servetus, sobre o qual Hunt destaca:

Nascido Miguel Serveto em Villanova em 1511, o homem conhecido pelo mundo como aquele que “descobriu a circulação pulmonar do sangue — a passagem do sangue da câmara direita do coração pela artéria pulmonar, para e através dos pulmões, sua purificação pela oxigenação, e seu retorno pela veia pulmonar para a câmara esquerda do coração”. Ele era de alguma maneira “um pouco mais insano do que a média em seu tempo”, anunciando o fim do mundo em que “o Arcanjo Miguel lideraria uma guerra santa contra ambos anticristos, o papal e o genebrino”<sup>74</sup>

Laurence Vance nos conta que Servetus era perseguido por calvinistas e católicos por suas heresias, mas foi quando criticou as Institutas de Calvino que a coisa ficou realmente grave. Depois de recebê-las, devolveu-as com afirmações contrárias em quase todas as páginas do livro, o que depois foi reunido e juntado em um escrito que “Foi chamada de *Christianismi Restitutio* (A Restauração do Cristianismo), e incluía trinta cartas de Servetus a Calvino.”<sup>75</sup> É muito importante perceber que por uma vírgula mal colocada em um texto de debate, atrocidades poderiam ser cometidas ou pessoas poderiam ser levadas a juízo criminal e até mesmo condenadas à morte.

<sup>72</sup> Para maiores detalhes sobre a vida de Armínio leia BANGS, Carl O. Armínio – um estudo da Reforma Holandesa. 1. ed. [Trad. Wellington Mariano]. São Paulo: Reflexão, 2015.

<sup>73</sup> Mais detalhes no capítulo sobre o Sínodo de Dort.

<sup>74</sup> HUNT, Dave. Que amor é este? [Trad. Clóvis Rocha dos Santos e Walson Sales da Silva]. São Paulo: Editora Reflexão, 2015. p. 113.

<sup>75</sup> Mais informações leia VANCE, Laurence. O outro lado do Calvinismo. São Paulo: Editora Reflexão, 2018.

Outro bom exemplo é o do movimento anabatista, que significa “aquele que rebatiza” e “foi um nome criado com a intenção de ofender. Naturalmente, os anabatistas, que se chamavam de irmãos, não acreditavam em ‘rebatar’ pessoa alguma”<sup>76</sup>, mas, a esta época, foram mortos aos milhares apenas por não batizarem os seus recém-nascidos, sendo credobatistas<sup>77</sup>, ou seja, batizavam apenas crentes.

Hunt continua dizendo que “os anabatistas, por exemplo, foram perseguidos e mortos tanto por católicos quanto por protestantes, porque os últimos ainda acreditavam no batismo de crianças de Agostinho para entrar na família de Deus, com seus poderes mágicos de regeneração.”<sup>78</sup> Menno Simons, um dos principais líderes anabatistas<sup>79</sup>, dizia que “ensinar e crer que a regeneração é obtida através do batismo, meus irmãos, é uma idolatria e blasfêmia contra o sangue de Cristo.”<sup>80</sup> A crença de que todos nascemos perdidos e assim precisamos receber a graça infundida sobre nós por meio do batismo remonta a Agostinho, assim todos os infantes deveriam ser batizados para se verem livres do pecado de Adão, caso contrário o destino seria o inferno, atribuindo ao batismo o poder de remover pecado, ou pelo menos o pecado original, o que passou a ser denominado de “regeneração baptismal”, adotada até o dia de hoje por alguns reformados e católicos.

Menno continua sua oposição dizendo que “se nós atribuirmos a remissão dos pecados ao batismo e não ao sangue de Cristo, fazemos do batismo um bezerro de ouro e o colocamos no lugar de Cristo.”<sup>81</sup> Timothy George conta que os anabatistas “na época de Menno, viviam sob perpétuas ameaças de desterro e morte”<sup>82</sup>. Deste modo, fica fácil perceber que as questões doutrinárias tinham implicações na vida civil e política e vice-versa.

Então, o que fez Armínio para responder as constantes indagações e acusações de seus colegas calvinistas (William Perkins e Francis Junius) sem ser levado à fogueira ou à prisão? Para a nossa grata surpresa, ele teve a exata e idêntica atitude que tive.

---

<sup>76</sup> OLSON, Roger. História da Teologia Cristã: 2000 anos de tradição e reformas. São Paulo: Editora Vida, 2001, p. 403.

<sup>77</sup> O batismo aplica-se somente após a confissão de fé, “arrependei-vos e sede batizados”, “quem crer e for batizado”.

<sup>78</sup> HUNT, op. cit., 153.

<sup>79</sup> Embora o movimento tenha sido muito pulverizado passando desde por comunidades pacifistas a até seitas mais radicais e dispostas a lutar em batalhas.

<sup>80</sup> BENDER, S. Harold [editor]. A vida e os escritos de Menno Simons. São Paulo: Editora LMS, 2015, p. 83.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> GEORGE, Timothy. Teologia dos Reformadores. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2017, p. 32.



Inicialmente buscou respaldo nas Escrituras, depois na Patrística, passando pelos concílios ecumênicos e verificou que:

Esta doutrina da Predestinação não compreende o Evangelho inteiro e nem qualquer parte dele. [...] Esta doutrina nunca foi admitida, decretada ou aprovada em qualquer Concílio, geral ou particular, durante seiscentos anos depois de Cristo. [...] não foi discutida ou confirmada em Concílios particulares, como no de Jerusalém, Orange, ou até mesmo no de Mela da África, que foi conduzido contra Pelágio e seus erros, como consta nos artigos da doutrina que foram então decretados contra a sua pessoa e falsas opiniões.<sup>83</sup>

Quando li estas palavras de Armínio pela primeira vez, mesmo que em uma tradução grosseira de suas *Works* que circulava pela internet, ainda assim rejubilei. As conclusões eram, senão iguais, muito semelhantes às conclusões que havia chegado. Já não estava sozinho na história recente da teologia, pós-reforma. Armínio foi mais longe em suas declarações como professor, afirmando que “nenhum desses doutores da Igreja que apresentaram argumentos corretos e ortodoxos durante os primeiros seiscentos anos depois do nascimento de Cristo levou esta doutrina adiante e nem lhe deu a sua aprovação.”<sup>84</sup>

Importantíssimo ter em mente que Jacó Armínio estava sempre a escrever em respostas às indagações de pastores, professores e alunos, ou seja, ele não montou uma teologia sistemática ou um credo a ser seguido, como o fizeram Melancton, Bullinger e Calvino. Pelo contrário, sistematicamente era chamado para comentar credos e postulados de outros teólogos ou igrejas. Seguem então algumas de suas exposições a fim de verificarmos se realmente condizem com os escritos patrísticos.

- 1.1. Para Armínio o homem e o livre-arbítrio, carecem da graça, da ajuda de Deus, exatamente como descreviam Crisóstomo, Jerônimo e Agostinho.

Esta é minha opinião a respeito do livre-arbítrio do homem: [...] Mas em seu estado de descuido e pecado, o homem não é capaz de pensar, nem querer, ou fazer, por si mesmo, o que é realmente bom; pois é necessário que ele seja regenerado e renovado em seu intelecto, afeições e desejos, e em todos seus poderes, por Deus, em Cristo, por intermédio do Santo Espírito, para que possa ser corretamente qualificado para entender, estimar, considerar, desejar e fazer aquilo que realmente seja bom. Quando ele é feito participante dessa regeneração ou renovação, considero que, estando liberto do pecado, ele é capaz

<sup>83</sup> ARMÍNIO, Jacó. As obras de Armínio. (Volume 1). [Trad. Degmar Ribas]. Rio de Janeiro: CPAD, 2015. pp. 200-201.

<sup>84</sup> Ibidem. p. 202.



de pensar, de querer e fazer aquilo que é bom, mas ainda não *sem a ajuda continuada da graça divina*.<sup>85</sup>

## 1.2. Sobre a graça, favor imerecido de Deus.

Desta maneira, atribuo à graça o início, a continuidade e a consumação de todo o bem, de tal forma que, sem a sua influência, um homem, mesmo já estando regenerado, não pode conceber, nem fazer bem algum, nem resistir a qualquer tentação do mal, sem esta graça emocionante e preventiva, que coopera com o homem. Como fica claro a partir desta afirmação, de maneira nenhuma cometo alguma injustiça à graça, atribuindo, como é relatado de mim, uma quantidade excessiva de coisas ao livre-arbítrio do homem. Toda a controvérsia se reduz à solução desta questão: “A graça de Deus é uma certa força irresistível?” **Ou seja, a controvérsia não se relaciona às ações ou às operações que podem ser atribuídas à graça (pois reconheço e inculco mais dessas ações ou operações do que qualquer homem já o fez), mas se refere apenas ao modo de operação, irresistível ou não.**<sup>86</sup> (grifo nosso)

Fica evidente que Armínio se expressava de modo muito semelhante, sobretudo a Justino, Irineu e Jerônimo, principalmente ao enfatizar a necessidade e primazia do auxílio da graça de Deus para que possamos sequer pensar o que é bom (no sentido espiritual ou de modo que agrade a Deus). As questões divergentes para com os calvinistas não diziam respeito especificamente ao livre-arbítrio, como destacado no fragmento, mas a dois pontos específicos: 1) Se a graça é uma força irresistível e; 2) se a regeneração precede a fé.

## 1.3. Sobre a regeneração - para Armínio era algo que não se concluía em um único momento, mas possuía uma natureza contínua.

Todavia, duas coisas devem ser observadas aqui. A primeira é que esta obra de regeneração e iluminação não é completa em um só momento, mas avança e é promovida de tempos em tempos, com base em um crescimento diário. Tendo em vista que “Sabendo isto, que o nosso homem velho foi com ele crucificado, para que o corpo do pecado seja desfeito” (Rm 6.6) e que o nosso homem interior “se renova de dia em dia” (2 Co 4.16). [...] A segunda coisa a ser observada é que o início de qualquer boa coisa, assim como seu progresso, continuidade e confirmação, e ainda além, a perseverança no bem não vêm de nós mesmos, mas de Deus, por meio do maravilhoso Espírito Santo, uma vez que “aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até ao dia de Jesus Cristo” (Fp 1.6) e porque “mediante a fé estais guardados na virtude de Deus para a salvação” (1 Pe 1.5).<sup>87</sup>

<sup>85</sup> ARMÍNIO, Jacó. As obras de Armínio. (Volume. 1). [Trad. Degmar Ribas]. Rio de Janeiro: Reflexão, 2015, p. 231.

<sup>86</sup> Ibid. p. 232.

<sup>87</sup> Obras, volume 1, p. 476.

Armínio cita a Agostinho para falar em graça preveniente e subsequente contra os seus opositores. A ideia do reformador de segunda geração era a de demonstrar que quem promovia as inovações teológicas estranhas à ortodoxia eram os calvinistas e não os arminianos. Calvinistas podem não admitir, mas Agostinho foi um defensor da graça preveniente, que hoje tanto criticam. Como nos aponta Ferguson:

Foi Agostinho quem falou novamente sobre a prioridade da graça, especialmente em sua doutrina da predestinação. Em oposição à afirmação de Pelágio, de que cada indivíduo, desimpedido de qualquer fardo do pecado herdado, estaria essencialmente livre para uma escolha moral, Agostinho elaborou plenamente o caráter radical e escravizador do pecado, baseando a salvação na graça “preveniente”, que por si só induz ao arrependimento e a fé. Para Agostinho, no entanto, há também uma graça subsequente à fé e que torna a vontade renovada do homem em agente dos próprios atos do amor de Deus para com o próximo.<sup>88</sup>

Nas obras de Armínio, é possível encontrar vários textos em oposição às ideias de Pelágio e dos semipelagianos. Para fins de facilitação do entendimento, principalmente para quem está iniciando nos estudos teológicos, sintetizamos as vertentes aqui citadas em quatro posições:

- 1) Arminianismo (Armínio e patrística anterior a Agostinho) – Sinergismo<sup>89</sup>, sintelismo<sup>90</sup> ou monergismo condicional<sup>91</sup>, defendem a ideia de que Deus chama e ilumina o pecador que deve receber a graça de livre vontade;
- 2) Calvinismo (baseado nos últimos escritos de Agostinho e na primeira geração de reformadores) – defendia a ideia de um monergismo<sup>92</sup> divino. Apenas Deus age na salvação dobrando a vontade humana, de modo irresistível, isto é, dos predestinados;
- 3) Pelagianismo – o monergismo humano. O homem pode ser salvo independente de graça. A graça coopera, mas já estaria presente nas próprias faculdades humanas.

<sup>88</sup> FERGUSON, B. Sinclear; WRIGHT, F. David. Novo Dicionário de Teologia. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 469.

<sup>89</sup> A tradução literal seria “cooperação” de forças, mas na ideia arminiana significa que o homem exerce vontade de aceitar ou resistir a graça.

<sup>90</sup> Uma nomenclatura recente que tem aparecido em alguns escritos, significa concurso ou convergência de vontades.

<sup>91</sup> Designação utilizada por aqueles que se designam arminianos reformados a exemplo dos batistas Robert Picirilli e J. Matthew Pinson, significa que toda a força exercida é de Deus, evitando o sin ergos que seria força conjunta, e a vontade é humana.

<sup>92</sup> Vem do grego mono ergos, única força. Deus exclusivamente age na salvação independente de vontade humana ou dobrando a vontade humana para onde quer, seja salvação ou perdição.

Negava o poder do pecado original e dizia que o homem poderia ser bom, se quisesse. Foi condenado como herege;

- 4) Semipelagianismo (João Cassiano e toda tradição católica até os dias de hoje) – A ideia de que Deus está disposto a ajudar aqueles que desejarem. O homem pode e deve dar o primeiro passo em direção a Deus. É o que a teologia chama de *initium fidei*<sup>93</sup>. Popularmente pregada na forma de “Deus já fez a parte Dele, agora você precisa fazer a sua.” Ou seja 50/50. Com o passar dos séculos se transformou em uma teologia de obras.

Reforçamos que Armínio foi durante toda a sua vida contrário às ideias de Pelágio e dos pelagianos e, assim como Jerônimo, falou do livre-arbítrio ao mesmo tempo em que combateu aos hereges. Várias vezes, em razão das falsas acusações que lhe eram imputadas, precisou repetir as suas definições sobre graça e livre-arbítrio, mostrando as diferenças em relação aos escritos de Pelágio e de seus seguidores. Do mesmo modo como fizera Agostinho, em seu livro “O Livre-arbítrio”, mas resta a pergunta: o que fez Pelágio nos séculos IV e V que causou tantos debates?

Nascido na Grã-Bretanha perto do final do século IV, Pelágio alcançou fama depois da queda de Roma em agosto de 410, o que o obrigou a fugir para o norte da África. Lá, ele entrou em conflito aberto com Agostinho por causa de seus pontos de vista de que tinha havido seres sem pecado antes de Cristo e de que era possível através do esforço humano, auxiliado pela graça, a qualquer um viver sem pecar. Ele alegava que Adão era mortal quando foi criado e que seu pecado não trouxe a morte sobre a humanidade, mas afetou somente ele. Consequentemente, as crianças nascem no mesmo estado em que Adão se encontrava antes de pecar. Além disso, as boas obras eram essenciais para a salvação, especialmente para o rico, pois dar os seus bens aos pobres ajudaria a efetuar a transformação moral da sociedade, a qual ele acreditava ser possível. Ele considerava “perdoa os nossos pecados” como uma oração envolvendo falsa humildade e imprópria para os cristãos, visto que o pecado não é uma necessidade, mas a própria culpa do homem.<sup>94</sup>

Pelágio pregava uma doutrina do “homem puro”, ao contrário dos pais primitivos que pregavam o livre-arbítrio em conjunto as doutrinas da graça preveniente e da corrupção da natureza humana, esta que posteriormente foi chamada pelos reformadores de “depravação total”, afirmando que o pecado original de Adão afetou somente a ele,

<sup>93</sup> Segundo o Breve Dicionário de Teologia de J. Gonzalez “Literalmente, o começo da fé. Trata-se do primeiro passo da salvação.”

<sup>94</sup> HUNT, op. cit., pp. 49-50.

exclusivamente. Que “o homem nasce puro” e “pode permanecer puro, se quiser, independente do auxílio da graça”. “Pelágio acreditava que a salvação era, pelo menos em parte, uma questão de realização humana, e não inteiramente da graça, ou pelo menos assim alegaram seus inimigos.”<sup>95</sup>

Nas pessoas de Pelágio e Agostinho estas duas opiniões entraram em forte conflito. Pelágio ensinava que o homem não era afetado pela transgressão de Adão, sendo que a sua vontade retinha a liberdade da indiferença, de modo que ele possui em si mesmo a capacidade de escolher entre o bem ou o mal. À luz de Rm 5.12-13, Agostinho sustentava que o pecado de Adão tinha aleijado o homem de tal maneira que sua única maneira possível de agir é expressar sua natureza pecaminosa herdada dos seus primeiros pais. O meio-termo inevitável apareceu na tese sinérgica semi-pelagiana (ou semi-agostiniana) de que, embora todos os homens realmente herdem uma propensão ao pecado, permanece uma liberdade de decisão que permite que pelo menos alguns homens deem o primeiro passo em direção à justiça.<sup>96</sup>

O que Pelágio fez não foi modificar a soteriologia (doutrina da salvação), mas toda cosmovisão e antropologia cristã, dizendo que todo homem nasce puro, o que é um tremendo equívoco (Rm 5). Para Sproul “Pelágio levantou a seguinte questão: A assistência da graça é necessária para o ser humano obedecer a Deus?”<sup>97</sup> e afirmava que “nem o pecado de Adão e nem sua culpa foram transmitidos à sua descendência.”<sup>98</sup> Seria como se o homem nascesse semelhante a uma folha em branco na qual pudesse ser escrita qualquer coisa, algo como “um bom selvagem” de J. J. Rousseau. Mas por que todos os homens pecam? O que respondeu Pelágio sobre a universalidade do pecado:

Porque nenhuma outra coisa faz com que tenhamos dificuldade de fazer o bem do que o longo costume dos vícios que nos infectam desde a infância e gradualmente, através dos anos, nos corrompem e, assim, nos mantém obrigados e devotados a eles, parecendo, de alguma forma, ter a força da natureza.<sup>99</sup>

Pelágio, no século V, substituiu a ideia de **imputação** pelo conceito menos severo de **imitação**. Ele argumentou que, como agentes livres e responsáveis, nascidos com a capacidade de não pecar, todas as pessoas, todavia, pecam concretamente, seguindo o exemplo de Adão. Pelágio recebeu a oposição de Agostinho e, desde então, seu conceito da possibilidade humana tem sofrido frequentes rejeições pela igreja ortodoxa (embora a noção tenha se mostrado repetitiva, *e.g.*, no liberalismo protestante).<sup>100</sup>

No século V, Agostinho desafiou as opiniões do monge britânico Pelágio, que entendia que o pecado era basicamente um ato externo de transgredir a lei, e considerava o homem livre para pecar ou para desistir do pecado. Agostinho,

<sup>95</sup> OLSON, op. cit., p. 228.

<sup>96</sup> ELWELL, Walter A. Enciclopédia histórica-teológica da Igreja Cristã. São Paulo: Vida Nova, 2009, p. 264.

<sup>97</sup> SPROUL, R. C. Sola Gratia. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, p. 28.

<sup>98</sup> Idem, p. 29.

<sup>99</sup> PELÁGIO, Carta a Demétrio, 8. Apud. SPROUL, op. cit., p. 33.

<sup>100</sup> ELWELL. op. cit. pp. 324-325

apelando ao testemunho das Escrituras, sustentava que o pecado incapacita o homem para a prática do bem e, pelo fato de nascermos pecadores, não possuímos o poder de praticar o bem. Mas, porque deliberadamente escolhemos o mal e não o bem, temos que sofrer as consequências do nosso pecado. Agostinho deu a ilustração do homem que, ao abster-se da comida necessária para a saúde, enfraqueceu-se de tal maneira que já não conseguia comer. Embora continuasse sendo um ser humano, criado para sustentar a sua saúde comendo, já não tinha a capacidade de comer. Semelhantemente, no evento histórico da queda, toda a humanidade tornou-se incapaz de fazer aquele movimento em direção a Deus — a própria vida por causa da qual eia foi criada. Pelágio sustentava que a pessoa podia elevar-se pelos seus próprios esforços em direção a Deus e, portanto, a graça seria a recompensa pela virtude humana. Agostinho respondeu que o homem é incapaz de fazer o bem até que a graça venha sobre ele, e, quando a graça assim é dada, ele é atraído irresistivelmente para Deus e para o bem.<sup>101</sup>

Para este livro importa separar as ideias de Pelágio da dos pais primitivos e de Jacó Armínio. Como dito, Pelágio trouxe uma inovação antropológica, e não é o pai do livre-arbítrio, como por muitos é sugerido. As ideias do monge bretão acabaram achando pouso em muitos corações que acreditavam que o sacrifício individual por meio de uma vida ascética era algo que agradaria a Deus e que isto seria o suficiente para alcançar a salvação. As ideias do monge formaram o embrião dos futuros monastérios. O pelagianismo:

Foi uma corrente doutrinária do movimento ascético ocidental no século V, da qual Pelágio é comumente considerado como fonte principal. Sua perspectiva teológica se caracterizava por: insistência sobre a suficiência da natureza humana, não enfraquecida essencialmente pela queda de Adão, para cumprir a vontade de Deus; a negação do pecado original transmitido como culpa ou corrupção, desde Adão, a toda a humanidade; as expectativas morais e espirituais mais elevadas do cristão batizado, capaz de uma vida de perfeita santidade, porque Deus assim determina; um entendimento dos dons da graça, que, para o pelagianismo, excluíam ou, na melhor das hipóteses, minimizariam drasticamente o poder da capacidade humana, sem a obra interior do qual nada se poderia fazer de aceitável a Deus.<sup>102</sup>

Destaco que o que Pelágio ensinou foi outra coisa, infelizmente, que também foi denominada de “livre-arbítrio”, mas com um sentido totalmente diferente de toda tradição anterior. A história e as referências sobre a vontade libertária (defendida pelos patrísticos) começa muito antes de Pelágio e sempre foi predominante na igreja, como ainda é hoje, com uma ruptura somente no século XVI. Somente no período da Reforma e nos séculos subsequentes as doutrinas chamadas de calvinistas ganharam destaque e o nome de ortodoxia da igreja “reformada”, mesmo assim, nem todos concordavam com ela

<sup>101</sup> ELWELL, op. cit., p. 111.

<sup>102</sup> FERGUSON, op. cit., 783.

(e.g. anabatistas e remonstrantes). Tais doutrinas nunca foram unânimes, nunca ficaram sem oposição de homens notáveis, como Menno Simons, Baltasar Hubmaier (anabatistas), Felipe Melancton (luterano), Jacó Armínio, Simon Episcopius, Hugo Grotius (remonstrantes), John Wesley, John Fletcher, Richard Watson (metodistas) e outros incontáveis nomes. No período anterior à Reforma, salvo exceções, a doutrina majoritária que prevaleceu foi o semipelagianismo.

Ampla movimentação monástica de reação contra os ensinamentos antipelagianos de Agostinho — mais corretamente, contra o chamado semiagostinianismo, pois surgiu depois do século XVI. A denominada “revolta dos mosteiros” teve origem, na verdade, em 427, na África romana, contra as obras de Agostinho *Graça e livre-arbítrio* e *Correção e graça* e como resposta às críticas de sua *Carta 194*. Quando Agostinho soube da dissensão monástica no sul da Gália, onde o ensino de João Cassiano difundia um otimismo origenista (cf. P. Munz em *JEH* 11, 1960, p. 1-22), escreveu *A predestinação dos santos* e *O dom da perseverança*. A controvérsia continuou após sua morte (430), entre o seu crítico mais forte, Vincent de Lerins (ver Catolicidade), cuja famosa obra *Comunitário* implicitamente acusa a doutrina agostiniana de “não católica”, e Próspero de Aquitânia (c. 390-c. 463), seu incansável defensor. Mais tarde, Fausto de Riez (c. 408-c. 490) e Fulgêncio de Ruspe (468-533) representariam essas duas posições. Em 529, sob convocação do bispo Cesário de Arles (c. 470-542), reuniu-se o Segundo Concílio de Orange, que condenaria as doutrinas semipelagianas (e pelagianas) e endossar uma teologia agostiniana devidamente qualificada. As decisões do concílio, compiladas parcialmente por Cesário da defesa de Próspero sobre Agostinho, **rejeitavam a predestinação para o mal**, afirmavam que, com a graça de Deus, podemos cumprir sua vontade e silenciava sobre questões como a da graça irresistível, a do destino das crianças não batizadas e da maneira de transmissão do pecado original. O ponto inicial de diferença entre as doutrinas referia-se ao “início da fé”. Os críticos de Agostinho insistiam em ser esse um ato da liberdade humana, sem nenhuma ajuda, embora a graça fortalecesse de imediato a fé incipiente. **Agostinho sustentava que “a vontade é preparada pela graça proveniente de Deus somente”**. A investida de caráter pelagiano se estendia contra a “cota fixa” agostiniana, limitada somente aos predestinados a salvação e que recebiam essa graça, com o abandono do restante da “massa perdida” de pecadores, destinada a justa condenação; e também contra a irresistibilidade da graça pelos eleitos e a perseverança infalível destes até o fim. **Era feita também objeção a negação de Agostinho de que Deus “desejava que todas as pessoas fossem salvas”, ponto que até mesmo Próspero mais tarde abandonou.** [...] Embora Agostinho temesse um recrudescimento do pelagianismo propriamente dito, os “semiagostinianos” reafirmavam o pecado original e a necessidade da graça para a salvação, embora buscando uma antinomia equilibrada entre a graça e a liberdade; **rejeitavam usar do recurso aos conselhos ocultos de Deus na eleição e duvidavam que uma predestinação justa pudesse deixar de estar baseada na presciência**. As questões doutrinárias abertas naqueles anos vieram a reaparecer regularmente, especialmente nos séculos XVI a XVIII, bem como no incessante debate entre calvinistas e arminianos, no evangelicalismo moderno.<sup>103</sup> (grifos nossos)

Como é possível observar, as doutrinas rígidas agostinianas jamais foram aceitas como ortodoxia na igreja, e até Próspero, seu leal defensor, abandonou o embrião da ideia

<sup>103</sup> FERGUSON, op. cit., pp. 914-915.

da expiação limitada. Ao final, uma posição mais intermediária prosperou, o semipelagismo, porém eivada por um erro fatal já mencionado: *o initium fidei*.

O líder do partido de teólogos semipelagianos era um monge de Marselha (França) chamado João Cassiano. Ele nasceu por volta de 360 e ingressou ainda jovem no mosteiro de Belém, na Palestina. Visitou mosteiros no deserto do Egito e em outros lugares do Império Romano durante, pelo menos, sete anos e, finalmente, fundou seu próprio mosteiro em Marselha, em 410. Sua fama na história da igreja é mais de fundador do monasticismo ocidental do que de o principal teólogo da controvérsia semipelagiana. Segundo o tradutor de Cassiano para a língua inglesa: “Embora sua fama tenha sido ofuscada pelo grande monge ocidental, São Bento de Núrsia, Cassiano realmente merece o crédito por ter sido, não exatamente o fundador, mas o primeiro organizador e sistematizador do monasticismo ocidental”. Bento de Núrsia, que formulou a regra oficial para os monges ocidentais em *A regra de São Bento* por volta de 600, foi fortemente influenciado por Cassiano e nele baseou muitas de suas idéias. João Cassiano morreu em 432, apenas dois anos depois de Agostinho, no auge da grande controvérsia semipelagiana. Nunca foi canonizado pela igreja ocidental (católica romana), mas é considerado santo no Oriente (na ortodoxia oriental).<sup>104</sup>

Neste capítulo pretendíamos demonstrar duas coisas. Em primeiro lugar, que o livre-arbítrio foi a doutrina pregada pelos pais da igreja, e não nasceu com Pelágio. Em segundo lugar, que Jacó Armínio não pregou ou reviveu as doutrinas de Pelágio, pelo contrário, as combateu, revivendo as doutrinas da igreja primitiva. “*Se, pois, o filho vos libertar, verdadeiramente, sereis livres.*” (João 8.36)

Mas o que é o livre-arbítrio? Existe ou não tal coisa? Trataremos no próximo capítulo.

---

<sup>104</sup> OLSON, op. cit., pp. 285-286.



## 4 O QUE É LIVRE-ARBÍTRIO?

O céu e a terra tomo hoje por testemunhas contra ti de que te pus diante de ti a vida e a morte, a bênção e a maldição; escolhe, pois, a vida, para que vivas, tu e a tua descendência, amando ao Senhor teu Deus, obedecendo à sua voz, e te apegando a ele; pois ele é a tua vida, e o prolongamento dos teus dias; e para que habites na terra que o Senhor prometeu com juramento a teus pais, a Abraão, a Isaque e a Jacó, que lhes havia de dar. (Dt 30.29-30)

Mas, se vos parece mal o servirdes ao Senhor, escolhei hoje a quem haveis de servir; se aos deuses a quem serviram vossos pais, que estavam além do Rio, ou aos deuses dos amorreus, em cuja terra habitais. Porém eu e a minha casa serviremos ao Senhor. (Js 24.15)

Vede, irmãos, que nunca se ache em qualquer de vós um perverso coração de incredulidade, para se apartar do Deus vivo; antes exortai-vos uns aos outros todos os dias, durante o tempo que se chama Hoje, para que nenhum de vós se endureça pelo engano do pecado; porque nos temos tornado participantes de Cristo, se é que guardamos firme até o fim a nossa confiança inicial; enquanto se diz: Hoje, se ouvirdes a sua voz, não endureçais os vossos corações... (Hb 3.2-15)

Examinai as Escrituras, porque julgais ter nelas a vida eterna; e são elas que dão testemunho de mim; mas não quereis vir a mim para terdes vida! (Jo 5.39-40)

E o Espírito e a noiva dizem: Vem. E quem ouve, diga: Vem. E quem tem sede, venha; e quem quiser, receba de graça a água da vida. (Ap 22.17)

### 4.1 DEFINIÇÕES

#### Conceito geral:

Ao ler essa palavra, imediatamente vem à mente a ideia de “poder decidir livremente” sobre determinado assunto, coisa, evento, sentimento, de maneira isenta, livre de causação externa ou interna ou de forças extrínsecas a nós mesmos. De outro modo, no senso comum, livre-arbítrio seria a capacidade de decidir de maneira totalmente isenta, sem levar em conta estado ou necessidade, capacidade e poder de decidir. Isto, ou algo próximo, é o que vem a nossa mente quando ouvimos a expressão livre-arbítrio. Justo González diz que arbítrio é “A liberdade do ser humano para tomar decisões. [...] A verdadeira liberdade requer opções e a capacidade de decidir entre alternativas”<sup>105</sup> e continua:

O livre-arbítrio interessa aos teólogos por duas razões. Em primeiro lugar, os teólogos afirmam, quase unanimemente, que a liberdade é necessária como requisito para a responsabilidade. Nesse sentido, a liberdade se opõe ao determinismo, segundo o qual todas as coisas e todos os acontecimentos têm

<sup>105</sup> GONZÁLEZ, J. Justo. Breve Dicionário de Teologia. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 16.



sido determinados de antemão. Em segundo lugar, os teólogos repetidamente têm discutido a relação entre a liberdade humana e a predestinação.<sup>106</sup>

É importante notar, antes de qualquer análise, que a ideia central do livre-arbítrio é poder decidir por si mesmo, ter liberdade de decidir e ser responsável pela decisão (Rm 14.12). Tomamos as mais diversas decisões durante um dia de nossas vidas, como a que horas vamos acordar, dormir, se tomaremos café, o que comeremos no café, a roupa que iremos vestir, o caminho que tomaremos para ir ao trabalho e tantas outras decisões (ex.: você livremente decidiu ler este livro). Erickson diz que livre-arbítrio é o “conceito segundo o qual as escolhas e ações humanas são autodeterminadas”<sup>107</sup>, mesmo nesta definição as influências internas e externas ainda não são consideradas.

#### Conceito específico e aplicação bíblica:

É a “capacidade de escolha contrária”, de escolher em oposição. Mesmo em determinada situação somos capazes de nos decidir tomando como base o nosso próprio intelecto, sem desprezar as forças e causas interiores e exteriores, consideradas ainda as nossas necessidades do momento. Por exemplo, alguém lhe oferece uma comida muito ruim, que você realmente não gosta, o que lhe vem à mente é que a proposta será rejeitada, mas isto leva em conta seu estado momentâneo, neste instante, saciado, isto é, sem fome. Porém em uma situação adversa ou de extrema necessidade, talvez a sua decisão “seria” comer a refeição indigesta, ou poderia ainda rejeitá-la: não sabemos até que a situação de fato aconteça.

O que queremos destacar é que o estado momentâneo de necessidade pode influenciar diretamente em sua decisão, assim como as influências internalizadas ao longo da vida, educação, convívio social, necessidades fisiológicas (fome, frio), estados emocionais, tudo isto pode determinar, ou pelo menos, influenciar as decisões. Contudo, a capacidade de escolha contrária é manifestada na Bíblia em versículos como:

Digo, porém: Andai pelo Espírito, e não haveis de cumprir a cobiça da carne. Porque a carne luta contra o Espírito, e o Espírito contra a carne; e estes se opõem um ao outro, para que não façais o que quereis. (Gl 5.16, cf. Rm 6.12-13; Rm 8.1,4,12)

---

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> ERICKSON, Millard J. Dicionário Popular de Teologia. Tradução: Emerson Justino. São Paulo: Mundo Cristão, 2011. p. 116.

Amados, exorto-vos, como a peregrinos e forasteiros, que vos abstenhais das concupiscências da carne, as quais combatem contra a alma. (1Pe 2.11)

E quem não toma a sua cruz, e não segue após mim, não é digno de mim. (Mt 10.38)

Então disse Jesus aos seus discípulos: Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz, e siga-me; pois, quem quiser salvar a sua vida por amor de mim perdê-la-á; mas quem perder a sua vida por amor de mim, achá-la-á. (Mt 15.24-25)

Nestes textos fica clara a exigida negação de nós mesmos contrariando nossos sentidos, desejos e vontades, necessidades da carne em favor de um crescimento espiritual, um bem maior. Se analisarmos bem o próprio convite/anúncio do evangelho é para a negação de si mesmo, do eu, que nada mais é que uma escolha contrária à nossa natureza carnal, a lei dos nossos sentidos (Rm 7.18-23). Mas e quanto à salvação individual, como fica o livre-arbítrio? O homem não está morto em delitos e pecados, como pode decidir? O homem pode escolher livremente a salvação? Comentaremos a partir destas explicações e diferenciações preliminares.

**Livre-arbítrio 1** – capacidade de escolher livremente, de forma isenta, em relação à salvação individual, estado espiritual e as coisas boas, boas obras de Deus.

Este conceito era o defendido por Pelágio e seus seguidores e combatido por Agostinho. Neste, o homem seria capaz de por si mesmo ou por sua força e inteligência conhecer a Deus, encontrar a salvação, permanecer puro, sem pecar. Afirmava que o “pecado original” de Adão trazia consequências apenas para ele mesmo, e mais à frente foi apresentada de forma amenizada, que a corrupção não destituiu o homem totalmente de tal capacidade (semipelagianismo) de escolhas espirituais livres, mas havendo apenas uma propensão para o mal e não uma corrupção de sua natureza. O homem não estaria totalmente morto, incapaz, para os pelagianos, não nasce morto espiritualmente, o pecado posterior é que o mata, separa, contudo, pode viver livremente, com ou sem o auxílio da graça, sem pecar. Algumas citações sobre Pelágio:

CALVINO: Contudo, esta relutância não pôde impedir que Pelágio entrasse em cena, cuja profana invenção foi haver Adão pecado tão-somente para seu *próprio* dano, *mas* que aos descendentes nada afetou. Naturalmente, com esta artimanha de encobrir a enfermidade, Satanás tentou torná-la incurável. Como, porém, pelo claro testemunho da Escritura se mostrasse que o pecado foi transmitido do

primeiro homem a toda a posteridade [Rm 5.12], sofismavam haver-se transmitido por imitação, não por geração.<sup>108</sup>

OLSON: Pelágio ensinava que os seres humanos podem de fato, simplesmente, decidir obedecer a Deus o tempo todo e nunca pecar deliberada e dolosamente. [...] O mal não nasce conosco e somos procriados sem culpa. [...] Eu disse de fato que um homem pode ficar isento do pecado e seguir os mandamentos de Deus, se assim desejar; essa capacidade, pois, lhe foi outorgada por Deus. No entanto, não declarei que existe um homem que nunca tenha pecado desde a infância até a velhice, mas que, ao ser convertido de seus pecados, pode permanecer isento do pecado por seus próprios esforços e pela Graça de Deus, embora, mesmo assim, seja capaz de mudar no futuro.<sup>109</sup>

Por óbvio que tal aplicação não é possível, não há um homem que não tenha pecado, segundo as Escrituras, e mesmo regenerado, que não cometa pecado.

...como está escrito: Não há justo, nem sequer um. Não há quem entenda; não há quem busque a Deus. Todos se extraviaram; juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só. [...] Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus. Rm 3.10-12 e 23.

O homem nasce morto espiritualmente, separado de Deus vejamos alguns textos bíblicos a respeito:

Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porquanto todos pecaram. (Rm 5.12)

Eis que eu nasci em iniquidade, e em pecado me concedeu minha mãe. (Sl 51.5)

Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum; com efeito o querer o bem está em mim, mas o efetuá-lo não está...[...] mas vejo nos meus membros outra lei guerreando contra a lei do meu entendimento, e me levando cativo à lei do pecado, que está nos meus membros. (Rm 7.18, 23)

...entre os quais todos nós também antes andávamos nos desejos da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como também os demais. (Ef 2.3)

Portanto digo isto, e testifico no Senhor, para que não mais andeis como andam os gentios, na verdade da sua mente, entenebrecidos no entendimento, separados da vida de Deus pela ignorância que há neles, pela dureza do seu coração; (Ef 4.17-18)

Muitos outros versículos poderiam ser citados para demonstrar o quanto o homem está separado de Deus e de Sua vontade Santa (Rm 12.2). Este conceito de decidir livremente, sem considerar estado ou necessidade e sem levar em conta forças externas,

<sup>108</sup> CALVINO, João. As institutas da Religião cristã: Edição Clássica [Latim]. Vol. II, 2.5.

<sup>109</sup> ROGER, Olson. História da Teologia Cristã: 2000 anos de tradições e reforma; [tradução Gordon Chown]. São Paulo: Fonte Editorial, 2001, pp. 272-274.

é a ideia primeira do livre-arbítrio, e aqui tenho que admitir, que nem mesmo para o cotidiano podemos considerar esta hipótese verdadeira, isto é, nos considerar totalmente livres para decidir. Isto porque em nossas escolhas levamos em conta vários fatores, exemplo: você vai à praia com short de banho e camiseta, mas não vai ao seu trabalho assim. O meio determina no seu subconsciente a melhor opção para o momento; a decisão da roupa é livre, em certo ponto, mas não é livre das condições externas, do meio social.

O mesmo raciocínio podemos aplicar para as mais diversas respostas, como tom de voz que usamos, corte de cabelo, tudo determinado por ideias, normalmente externas a nós mesmos, pois “o homem é um animal social” (Aristóteles), e até determinado ponto “produto do meio” (Karl Marx) e seu subconsciente age assim naturalmente, como se fosse de fato livre, mas na realidade ele expressa condições e limitações impostas pelo contexto em que vive. Outro exemplo: você acredita que, se tivesse nascido no continente Africano, em uma remota tribo, estaria vestindo roupas semelhantes às que usa agora mesmo? Então como suas escolhas podem ser ditas livres de fatores ou agentes externos? Imagine tal conceito aplicado ao Criador. Como podemos tomar decisões livres da influência de forças espirituais, estado emocional, meio? Pelágio e seus seguidores estavam errados, com certeza. Roger Olson esclarece que “contrário ao que alegam alguns críticos, o livre-arbítrio arminiano não é a absoluta liberdade da indiferença; e liberdade situada sob a influência do chamado ao bem e o arranque da natureza caída (...) O livre-arbítrio arminiano é uma criação de Deus e é limitada em seu escopo de possibilidades, e ainda está sob a influência da natureza caída do homem, assim como do Espírito de Deus.”<sup>110</sup>

O conceito pelagiano de livre-arbítrio (errôneo biblicamente), segundo o qual Deus teria dado, ou teria restado no homem caído, carente da graça de Deus, alguma possibilidade de escolha espiritual, foi combatido ao longo da história por mentes de destaque no cenário teológico em suas respectivas épocas, como Agostinho, Lutero, Calvino e Jonathan Edwards, todos estes adeptos da doutrina rígida (ou compatibilista) da predestinação, entendida como uma escolha unilateral de Deus sobre determinados indivíduos para que estes sejam salvos e a consequente rejeição dos demais, sem qualquer motivo conhecido. Predestinação nas palavras de Calvino, seria:

Chamamos predestinação o eterno decreto de Deus pelo qual houve por bem determinar o que acerca de cada homem quis que acontecesse. Pois ele não quis criar a todos em igual condição; ao contrário, **preordenou a uns a vida eterna; a outros, a condenação eterna.** Portanto, como cada um foi criado para um ou

<sup>110</sup> OLSON, Roger. Arminianismo: Mitos e Realidades. São Paulo: Editora Reflexão, 2013, p. 226.

outro desses dois destinos, assim dizemos que um foi predestinado ou para a vida, ou para a morte.<sup>111</sup> (grifo nosso)

Mas, da mesma forma que pela vocação e pela justificação o Senhor assinala seus eleitos, assim também ao excluir os réprobos, seja do conhecimento de seu nome, seja da santificação de seu Espírito, mostra com esses sinais qual será seu fim e que juízo lhes está preparado.<sup>112</sup>

Os réprobos querem ser tidos como escusáveis no pecar, porque não podem evadir à necessidade de pecar, principalmente quando necessidade desta natureza lhes é imposta pela ordenança de Deus. Nós, na verdade, negamos retamente que daí haja escusa, visto que à ordenação de Deus, pela qual se queixam de ser destinados à ruína, a equidade lhe é manifesta, a nós de fato desconhecida, mas sendo a mesma infalível. Do quê concluímos que nada de mal eles sustêm que não proceda do justíssimo juízo de Deus que lhes é infligido.<sup>113</sup>

Deveria ser assustador o temor de ser um réprobo que sentia um agricultor ou comerciante que lesse as Institutas, àquela época em que a expectativa de vida de um homem era em torno de 50 anos. Com o pouquíssimo conhecimento de forma geral entre os membros das comunidades cristãs, seja da Bíblia ou das ciências naturais, os escritos de Calvino se permearam e se fizeram refletir em todas as igrejas reformadas quase sem oposição. Letrado, primeiramente graduou-se em Direito, usou seu conhecimento jurídico somado a lógica aristotélica (dedutiva), acrescido dos desvarios últimos de Agostinho, formando o composto perfeito para o preparo de uma graça rígida e seletiva e para a possível instituição da “Cidade de Deus”<sup>114</sup> na prática, em Genebra. Desta forma, com aproximadamente 26 anos de idade, e com não muito mais que quatro anos de crente, em 1536, João Calvino foi capaz de escrever e lançar a primeira versão de suas Institutas, que tinha o propósito de auxiliar na liturgia e na administração dos sacramentos, ainda não tratando sobre o *Decretum Horribile*<sup>115</sup>, que veio ser incluído nas versões seguintes da obra.

Importante frisarmos que mesmo com seus erros teológicos e sua irredutível altivez, Calvino e Genebra foram fundamentais para a formação teológica de muitos cristãos e para a expansão da teologia cristã reformada. Primeiro porque ele mesmo, em seus escritos, já esboçava um rompimento com o método escolástico, que basicamente apresentava a tese, seguida de inúmeras hipóteses e suas consequências lógicas (boas ou

<sup>111</sup> CALVINO, João. Institutas da Religião Cristã. Edição clássica [latim]. Vol. 3.21.5.

<sup>112</sup> CALVINO, Institutas vol. 3.21.7.

<sup>113</sup> CALVINO, Institutas vol. 3.23.9.

<sup>114</sup> Título de um dos livros de Agostinho de Hipona.

<sup>115</sup> Segundo o Dicionário Popular de Teologia de Millard Erickson, Decreto Horrível é a “expressão usada por alguns, incluindo Calvino, em relação à doutrina da reprobção, a saber, a doutrina que afirma que Deus predestinou alguns para a condenação eterna.

ruins) e só depois a conclusão, o que tornava a leitura enfadonha e restrita à academia, quase sem nenhuma aplicação prática. Calvino propôs uma normatização direta, em termos literários, bem elaborada para servir como uma espécie de Credo ou doutrinas básicas a serem seguidas. Genebra tornou-se o grande centro teológico europeu. O próprio Jacó Armínio veio a estudar em Genebra, sendo recebido por Theodoro Beza, sucessor de Calvino.

Para além dos pensamentos de João Calvino, mas relacionados a eles, temos outras definições de predestinação. Segue a mais comum sintetizada por R. C. Sproul:

Desde a eternidade, antes de vivermos, Deus decidiu salvar alguns membros da raça humana e deixar perecer o restante. Deus fez uma escolha - Ele escolheu alguns indivíduos para serem salvos em eternas bênçãos no céu, e outros Ele escolheu para deixar de fora, para permitir a eles que sigam as consequências de seus pecados em eterno tormento no inferno.<sup>116</sup>

A problemática da doutrina da predestinação rígida nunca foi com relação aos eleitos, mas sim aos reprovados. Por que foram reprovados? Como? A questão básica por trás de todas as teses de João Calvino (anteriormente encontradas em Agostinho) baseava-se na seguinte pergunta: “por que uns são salvos e outros não?”. A resposta só poderia estar em Deus, Ele é quem deve determinar incondicionalmente quem são escolhidos ou reprovados. Sproul, refletindo sobre o porquê de Deus ter escolhido apenas alguns, chega à seguinte conclusão, não muito diferente da conclusão de Calvino:

A questão continua. Por que Deus somente salva alguns? Se nós admitimos que Deus pode salvar os homens violentando suas vontades, por que então Ele não violenta a vontade de todos e traz todos a salvação? (Estou usando aqui a palavra violentar não porque eu realmente pense que exista uma violentação errada, mas porque os não calvinistas insistem no termo.) A única resposta que eu posso dar a esta pergunta é que eu não sei. **Não tenho ideia de por que Deus salva alguns e não todos.** Não duvido por um momento que Deus tenha o poder de salvar todos, mas eu sei que Ele não escolhe salvar todos. Realmente não sei por quê.<sup>117</sup> (grifo nosso)

Para Sproul, o livre-arbítrio seria "a capacidade de escolher o que queremos". Este conceito, que igualmente demonstramos em linhas anteriores, é sempre em meio a condições, contexto, ou no mínimo influenciado pelos nossos desejos e vontades, pela natureza, agentes e forças externas, mas nunca totalmente livre. Para explicar isto Sproul trouxe afirmações interessantes de outro calvinista, Jonathan Edwards, que se propôs a

<sup>116</sup> SPROUL, R. C. Eleitos de Deus. 4. ed. [Trad. Gilberto Carvalho Cury]. São Paulo: Cultura Cristã, 2016. p. 13.

<sup>117</sup> Ibid., p. 25.

pôr um ponto final à questão e exterminar de vez o “tal” “livre-arbítrio” no que diz respeito à salvação do homem.

Ainda no livro *Eleitos de Deus*, Sproul, baseado nos ensinamentos de Edwards, diz que o homem é forçado pelo seu desejo interior a escolher o que escolhe.

De acordo com Edwards, um ser humano não somente é capaz de escolher o que deseja, como *precisa* escolher o que deseja, simplesmente para ser capaz de escolher. O que eu chamo de *Lei da Escolha de Edwards* é esta: “A vontade sempre escolhe de acordo com sua mais forte inclinação do momento”. Isto significa que toda escolha é livre e toda escolha é determinada. Eu disse que era enganoso. Soa como uma clara contradição dizer que toda escolha é livre e ainda assim toda escolha é determinada. “Determinada”, aqui, não significa que alguma força externa compele à vontade. Em vez disso, refere-se à motivação ou desejo interno de alguém. Em poucas palavras, a lei é esta: Nossas escolhas são determinadas por nossos desejos. Elas continuam sendo nossas escolhas porque são motivadas por nossos próprios desejos. Isto é o que chamamos de autodeterminação, que é a essência da liberdade.<sup>118</sup>

Elwell, sobre o determinismo:

Outra forma do determinismo é o determinismo teísta. Este é o ponto de vista de que todos os eventos, inclusive o comportamento do homem, são causados (determinados) por Deus. Um dos mais famosos defensores deste ponto de vista foi o teólogo puritano Jonathan Edwards. Ele afirmou que o conceito do livre-arbítrio ou do autodeterminismo contradiz a soberania de Deus. Se Deus está verdadeiramente controlando todas as coisas, logo, ninguém pode agir de modo contrário à Sua vontade, e isto é o que o autodeterminismo forçosamente tem de sustentar. Por isso, para que Deus seja soberano, Ele deve causar todos os eventos, quer sejam humanos quer não.<sup>119</sup>

*A priori*, a proposta de Edwards parece resolver o problema. O fim último da explicação é mostrar que o homem carnal não pode ir (sozinho) na direção de Deus, não pode desejá-Lo, querer fazer o bem, boas obras de e em Deus. Isto porque sempre decidimos em direção à mais forte inclinação do momento. O homem pecador, inclinado ao pecado, separado de Deus, escolhe o que é mal, o que é ruim aos olhos do Pai, enquanto o homem espiritual escolhe coisas espirituais, vida, paz, bondade e misericórdia. Parece muito claro e correto. Em termos mais simples seria o mesmo que dizer que um animal herbívoro só se alimenta de plantas e não de carnes, pois não é de sua natureza. Ótimo! Que bela explicação! Parece elucidar boa parte das dificuldades em entender as chamadas “decisões livres” ou o “livre-arbítrio”.

Entretanto, embora aparentemente lógica a definição de Edwards, em sentido amplo ela se aplica bem, mas em sentido estrito não condiz integralmente ou em todos

<sup>118</sup> Ibid. p. 39.

<sup>119</sup> ELWELL, op. cit., p. 432.



os casos com a verdade das Escrituras, pois homens regenerados, nascidos de novo, homens espirituais, continuam pecando. “Se dissermos que não temos pecado nenhum, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós. [...] Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso, e a sua palavra não está em nós.” (1 Jo 1.8-10).

Da forma que Edwards e Sproul postulam, parece que o homem sem Cristo só comete torpeza, o tempo todo. Em todo tempo é mal, só faz maldades e iniquidades, inclinação ao pecado, não há sequer, nem sombra de Deus em suas memórias. Mentes corrompidas de tal modo que não podem nunca manifestar característica ou pensamento daquele de quem foram feitos à imagem e semelhança (Gn 1.26 e 5.1). Mal sabem que tal conceito destoa até daquilo que pensava João Calvino:

Isto, sem dúvida, será sempre evidente aos que julgam com acerto, ou, seja, que está gravado na mente humana um senso da divindade que jamais se pode apagar. Mais: esta convicção de que há algum Deus não só é a todos ingênita por natureza, mas ainda que lhes está encravada no íntimo, como que na própria medula, que a contumácia dos ímpios é testemunha qualificada, a saber, lutando furiosamente, contudo não conseguem desvencilhar-se do medo de Deus.<sup>120</sup>

Armínio também percebeu que nas propostas e exposições feitas por calvinistas o homem parecia perder totalmente a imagem divina ou quaisquer resquícios da divindade, passando a ser a imagem de satanás. Ele, de um modo até certo ponto sarcástico, expôs tal fato a fim de que seus opositores percebessem a bobagem que ensinavam:

Mas pela intervenção, ou melhor, por esta predestinação, foi preordenado que o homem fosse perverso e cometesse pecado, isto é, ele não pode conhecer a Deus, o seu amor, nem adorá-lo ou servi-lo; e que ele não pode conformar-se a esta imagem de Deus, à qual ele estava bem qualificado e habilitado a fazer, algo que estava prestes a realizar. Isso equivale a uma declaração como a seguinte, que qualquer um pode fazer: “Deus, sem dúvida, criou o homem à sua própria imagem, em verdadeira justiça e santidade; mas, não obstante disso, Ele predeterminou e decretou que o homem se tornasse impuro e injusto, isto é, fosse feito conforme a imagem de Satanás”.<sup>121</sup>

Em algum momento de nossa existência, mesmo em má consciência pecaminosa, lampejos de Deus se manifestam em nós. Ainda resta em nós o temor do juízo, um senso de divindade – observe que mesmo em vilas e comunidades remotas há divindades, temor de um criador, de um julgamento, e povos dos mais distintos instituem leis que em muito

<sup>120</sup> CALVINO, João. Institutas da Religião Cristã. Edição clássica [latim]. Vol. 1.3.3

<sup>121</sup> ARMÍNIO. Obras, vol. 1, p. 206.



se comunicam com a Torá, por exemplo, e devemos perguntar: de onde vem tal sentimento comum entre todos os homens? O *sensus divinitatis*<sup>122</sup>.

De um só homem fez todas as nações para habitarem sobre a face da terra, havendo fixado os tempos previamente estabelecidos e os limites da sua habitação; para buscarem Deus se, porventura, tateando, o possam achar, ainda que não esteja longe de cada um de nós; (At 17.27-28)

Pois do céu é revelada a ira de Deus contra toda a impiedade e injustiça dos homens que detêm a verdade em injustiça. Porquanto, o que de Deus se pode conhecer, neles se manifesta, porque Deus lhes manifestou. Pois os seus atributos invisíveis, o seu eterno poder e divindade, são claramente vistos desde a criação do mundo, sendo percebidos mediante as coisas criadas, de modo que eles são inescusáveis. (Rm 1.18-20)

É bem verdade que nenhum homem é totalmente livre, isto porque ninguém é capaz de viver sem pecar. Estamos aprisionados em nossas paixões, mesmo querendo o bem (natural) não conseguimos, e o apóstolo Paulo isto relatou: “Pois o que faço, não o entendo; porque o que quero, isso não pratico; mas o que aborreço, isso faço. E, se faço o que não quero, consinto com a lei, que é boa. Agora, porém, não sou mais eu que faço isto, mas o pecado que habita em mim.” (Rm 7.15-17)

Apenas a título de curiosidade, a interpretação de Armínio a respeito de Romanos 7<sup>123</sup>, exposto em uma de suas pregações na igreja de Amsterdã, trouxe a ideia de que o texto trata de um descrente, o que suscitou inúmeros debates, pois a maioria dos professores reformados defendia a ideia de que Paulo tratava de um homem regenerado. Mas quem pode nos livrar desta maldição do pecado, da escravidão de nossa mente e membros? “Graças a Deus, por Jesus Cristo nosso Senhor! De modo que eu mesmo com o entendimento sirvo à lei de Deus, mas com a carne à lei do pecado.” (v. 25).

Compreendendo o fato de que o conceito de Edwards, “inclinação à maior necessidade no momento”, é demasiadamente relativo em si mesmo (quais necessidades?), surgem uma série infindável de problemas. Quantas vezes o homem faz o que lhe é contrário? Quantas vezes toma decisões contra todas as forças exteriores e às vezes contra seu próprio intelecto? Não fazem jejuns os não crentes? Não se matam, contra toda natureza divina, pois todos somos criaturas de Deus, *imago Dei*, e contra a

<sup>122</sup> Para Ferguson, op. cit., p. 258, “sentido de Deus”, dado ao ser humano pelo próprio Deus não significa um conhecimento salvador, pois homens e mulheres, sem exceção, têm pervertido o que conhecem de Deus, em idolatrias rebeldes (Rm 1.21-28). Não obstante, permanece na humanidade corrupta uma inerradicável *semen religionis* (“semente da religião”).

<sup>123</sup> Mais detalhes leia BANGS, Carl O. Armínio: um estudo da reforma holandesa, capítulo 13.

natureza humana, “instinto” de sobrevivência, os radicais islâmicos? Ou nunca fazem o bem os que não conhecem a Deus? Não contribuíram com o mundo e a existência humana os cientistas, pensadores, filósofos? Reis, impérios, não contribuíram para o desenvolvimento humano, educação?

Um destes problemas básicos neste tipo de determinismo causal foi brilhantemente identificado e contraposto pelo Dr. W. L. Craig, como abaixo segue:

***O Determinismo universal causal não pode ser racionalmente afirmado.*** Há uma espécie de caráter vertiginoso e autodestrutivo no determinismo. Pois se alguém passa a acreditar que o determinismo é verdadeiro, tem que acreditar que o motivo pelo qual ele veio a acreditar nisso é simplesmente porque ele estava determinado a fazê-lo. Ele não foi capaz de pesar os argumentos pró e contra e livremente fazer a sua decisão com base nisso. A diferença entre a pessoa que pesa os argumentos para o determinismo e o rejeita, e a pessoa que os pesa e aceita, é somente porque uma foi determinada por fatores causais fora de si mesmo para acreditar e outra para não acreditar. Quando você percebe que sua decisão de acreditar no determinismo foi determinada e que até mesmo sua presente realização desse fato agora é igualmente determinada, uma espécie de vertigem acontece, porque tudo o que você pensa, até mesmo este mesmo pensamento, está fora de seu controle. O determinismo poderia ser verdade; mas é muito difícil ver como isso poderia ser racionalmente afirmado, já que sua afirmação enfraquece a racionalidade de sua afirmação.<sup>124</sup>

Alvin Plantinga também pode nos ajudar na compreensão do que seria o livre-arbítrio ou a autodeterminação:

Ora, Deus pode criar criaturas livres, mas não pode *causar* ou *determinar* que façam apenas o que é correto. Afinal, se o fizer, então elas não são afinal significativamente livres; não fazem *livremente* o que é correto. [...] O fato de algumas criaturas livres errarem, contudo, não depõe contra a onipotência de Deus nem contra a sua bondade; pois ele só poderia ter impedido a ocorrência do mal moral removendo a possibilidade do bem moral.<sup>125</sup>

Então o homem pecador nem sempre está a cometer torpeza. Está corrompido, morto espiritualmente, embora esteja separado de Deus, longe da graça e da salvação, visto que independe de obras (Ef 2.5-10), pode, em determinadas circunstâncias, escolher e resistir às forças contrárias, restando um arbítrio no íntimo. Não totalmente livre, mas também não totalmente cativo a maior necessidade do momento. Infelizmente não sabem, a maioria dos que creem na predestinação calvinista, que os teólogos arminianos (assim são chamados o grupo dos que creem na existência do livre-arbítrio – capacidade de

<sup>124</sup> Disponível em <<https://pt.reasonablefaith.org/artigos/pergunta-da-semana/molismo-vs.-calvinismo-preocupado-com-os-calvinistas/>> Acesso em 6 de maio 2020.

<sup>125</sup> PLANTINGA, Alvin. Deus, a liberdade e o mal. Ed. Vida Nova, 2012, p. 47.

escolha contrária ou na liberdade de escolha), também combateram e combatem as ideias pelagianas.

E aqui entramos na segunda definição de livre-arbítrio – “capacidade de escolha contrária”, de resistir a forças externas, escolher, considerando forças e necessidades, mas com determinada liberdade. Ao final, nenhum homem poderá dizer que teve sua vontade cativa de tal maneira, que, mesmo diante da manifestação do Espírito Santo não lhe era possível dizer sim ou não, e assim receber esta graça livremente (a salvação).

#### 4.2 O LIVRE-ARBÍTRIO PARA JACÓ ARMÍNIO

A respeito da graça e do livre-arbítrio, isto é o que ensino, a respeito das Escrituras e do consenso ortodoxo: o livre-arbítrio é incapaz de iniciar ou aperfeiçoar qualquer bem verdadeiro e espiritual, sem graça. Para que eu não possa ser considerado, como Pelágio, como usando de mentiras com respeito à palavra “graça”, quero dizer, com isto, aquilo que é a graça de Cristo e que diz respeito à regeneração. Portanto, afirmo que esta graça é simples e absolutamente necessária para o esclarecimento da mente, a devida ordenação dos interesses e sentimentos, e a inclinação da vontade para o que é bom. É esta graça que opera na mente, nos sentimentos e na vontade; que infunde na mente bons pensamentos; inspira bons desejos às ações, e faz com que a vontade coloque em ação bons pensamentos e bons desejos. Esta graça vai antes, acompanha e segue; instiga, auxilia, opera o que queremos, e coopera, para que não queiramos em vão. Ela evita tentações, auxilia e concede socorro em meio às tentações, sustenta o homem contra a carne, o mundo e Satanás, e, nesse grande conflito, concede vitória ao ser humano. Ela levanta outra vez os que são vencidos e os que estão caídos, firmando-os e dando a eles nova força, além de fazer com que sejam mais cuidadosos. Esta graça inicia a salvação, promovendo-a, aperfeiçoando-a e consumando-a. Confesso que a mente de um homem carnal e natural é obscura e sombria, que os seus afetos são corruptos e desordenados, que a sua vontade é obstinada e desobediente, e que o próprio homem está morto em pecados.<sup>126</sup>

Não foram poucas as vezes em que Armínio nomeia em seus escritos as teses pelagianas e semipelagianas, tratando-as como heresias e se opondo claramente a elas. Mas isto não era suficiente. Seus opositores insistiam em questioná-lo a fim de verificar alguma falta em seus escritos, e Armínio tornava a explicar que o conceito de corrupção da natureza para ele é o mesmo e idêntico ao de qualquer confissão reformada. A questão residia sobre a irresistibilidade da graça. Para a tradição cristã ortodoxa a graça era resistível. Toda a celeuma tinha raiz nas interpretações silogísticas agostinianas que induz o leitor a uma ideia de incapacidade absoluta, como derivado da corrupção da natureza, como se a *imago Dei*<sup>127</sup> tivesse sido destruída e não apenas danificada ou corrompida.

<sup>126</sup> ARMÍNIO, Jacó. As obras de Armínio. Volume. 2. [Trad. Degmar Ribas]. Rio de Janeiro: Reflexão, 2015, p.

<sup>127</sup> Imagem de Deus em nós. Fomos criados a semelhança divina.

Exemplo disto é a interpretação de Efésios 2.1, onde e quando o termo “mortos” destaca o nosso estado de corrupção (sujeira) e não a nossa incapacidade ou impotência de crer na Palavra, senão, na esteira da incapacidade o morto (inativo) não poderia fazer qualquer outra coisa, inclusive pecar. Na Bíblia o sentido figurado de “morto em pecados” é o de separados de Deus. Muitos outros teólogos arminianos também se expressaram a respeito do livre-arbítrio. Seguem alguns exemplos:

Baltasar Hubmaier (1481 – 1528, arminiano antes mesmo de Arminio, teólogo do movimento anabatista): “Seria pérfido um Deus que convidasse todas as pessoas para um jantar, oferecesse sua misericórdia com a mais elevada sinceridade, mas não quisesse que com parecessem, Lucas 14.16ss.; Mateus 22.2ss. Seria falso um Deus que dissesse: Venham para junto de mim, mas que pensasse secretam ente em seu coração: Fiquem aí.”<sup>128</sup> Olson diz que Hubmaier:

...não somente foi o primeiro teólogo anabatista, como também o primeiro sinergista evangélico. Isto é, foi o primeiro pensador protestante a defender abertamente a crença no livre-arbítrio com base na obra de Deus em Cristo e mediante o Espírito Santo. O livre-arbítrio, destruído pela queda, é restaurado por Cristo e pelo Espírito de Deus que opera por meio da Palavra.<sup>129</sup>

Um dos pontos centrais de diferença entre os anabatistas e os reformadores dizia respeito a questão da natureza humana e da salvação. Enquanto os reformadores definiam o pecado como escravidão da vontade, os anabatistas, rejeitando a interpretação agostiniana da soberania de Deus, viam o pecado como uma perda de capacidade ou uma doença seria do ser humano. Para eles, não havia arrependimento real nem compromisso sem o livre-arbítrio.<sup>130</sup>

John Wesley:

Não posso conceber porque o dr. E. contende comigo por causa do livre-arbítrio natural, senão que o faz pelo prazer da contenda. Pois é certo que neste ponto, se em nenhum outro, estamos inteiramente de acordo. Creio que Adão, antes da sua queda, era totalmente livre para escolher o bem ou o mal, mas que, desde a sua queda, nenhum filho dos homens tem poder natural para escolher qualquer coisa que seja realmente boa. Contudo sei (e quem não sabe?) que o homem ainda tem de escolher nas coisas de natureza indiferente. Não concorda comigo o dr. E. nisto? Oh! porque procuramos ocasião para contenda!<sup>131</sup>

Dizer que todo homem pode crer para ser justificado ou santificado quando, na verdade, a vontade dele é claramente contrária a isso. (...)Sustento de forma fervorosa que todo homem pode crer se quiser, e, contudo, nego totalmente que pode crer quando quiser.<sup>132</sup>

<sup>128</sup> In: OLSON. op. cit., p. 433.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> FERGUSON. op. cit., p. 963.

<sup>131</sup> BURTNEN, Robert; CHILES, Robert. Coletânea da Teologia de John Wesley. Ed. Imprensa Metodista, 1995, p. 125.

<sup>132</sup> COLLIN. Kenneth J. Teologia de John Wesley. Ed. CPAD, 2012, pp. 221-222.

A. B. Langston:

Convém notar que a predestinação de que nos fala a Bíblia não foi dada para confundir o homem, senão para consolá-lo, e para servir de fundamento firme à sua fé e esperança. Os ensinamentos que ali encontramos a este respeito trazem conforto e tranquilidade ao espírito do homem, quando este é bom. Nos capítulos 9, 10 e 11 da Epístola aos Romanos, escrita pelo apóstolo Paulo, encontramos bons ensinamentos neste assunto. Neles o apóstolo refuta vigorosamente uma das ideias errôneas que prevalecem acerca da predestinação. Paulo declara formalmente que Deus salva a quem quer. Isto quer dizer que a graça de Deus é livre, ideia está absolutamente contrária àquela outra de que já foi fixado o número e até os indivíduos que serão salvos! Estudando este assunto — a predestinação — logo vemos que um dos pontos firmemente estabelecidos é a liberdade do homem. As Escrituras sempre reconheceram a liberdade do homem. «E dizia a todos: Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, e tome cada dia a sua cruz, e siga-me» (Lucas 9:23). «Vinde a mim todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração; e encontrareis descanso para as vossas almas. Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve» (Mateus 11:28, 29). «Porque Deus amou o mundo de tal maneira, que deu o seu Filho unigênito para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna (João 3:16). Ora, se Deus já houvesse predestinado todos os atos dos homens, não lhes falaria dessa maneira. Ele não diria: «Vinde a mim», «Se alguém quiser», etc. Acresce ainda a seguinte circunstância: se Deus soubesse que o homem não é livre, e o tratasse como sendo livre, onde estaria a sua sinceridade? E princípio sobejamente estabelecido pelas Escrituras que o homem é livre, que Deus respeita esta liberdade, e que, por isso mesmo, não predestina os atos de um ser livre.<sup>133</sup>

Norman Geisler:

Além disso, todas as boas virtudes para com Deus no coração e na vontade também foram, igualmente, perdidas — o amor de Deus, a confiança em Deus, e o temor real a Deus. Deus não é recebido onde o Espírito Santo não tenha, primeiramente, iluminado e despertado o entendimento, a vontade e o coração. Sem o Espírito Santo os homens são incapazes de realizar obras virtuosas como a fé verdadeira, o amor de Deus e o temor real a Deus, por suas próprias forças. E, por isso, o coração miserável do homem permanece tal qual uma casa desolada, deserta, velha e decadente, sem abrigar Deus e com o vento soprando através das suas janelas. Ou seja, todos os tipos de tendências conflitantes e cobiças arrastam o coração rumo aos mais variados pecados que envolvem o amor, o ódio, a inveja e o orgulho fora de controle. Os demônios também espalharam o seu veneno. Quando falamos acerca desta grande ruína dos poderes humanos, estamos falando sobre o livre-arbítrio, pois a vontade e o coração do homem estão miseravelmente aprisionados, afetados e arruinados, de forma que, interiormente, o coração e a vontade do homem são, diferentemente da lei divina, ofensivos e hostis a este, e o homem, por suas forças interiores naturais, não é capaz de ser obediente. Isto é dito a respeito da obediência interior real, aquela sem hipocrisia.<sup>134</sup>

Se Deus fez criaturas livres e se é bom ser livre, então a origem do mal está no uso indevido da liberdade. Isso não é difícil de entender. Todos nós desfrutamos a liberdade de dirigir, mas muitos abusam dessa liberdade e dirigem imprudentemente. Todavia, não devemos culpar o governo de conceder carteira

<sup>133</sup> LANGSTON, Alva Bee. Esboço de Teologia Sistemática. Ed. Juerp, 1980, p.59.

<sup>134</sup> GEISLER, Norman. Teologia Sistemática. Volume 2. São Paulo: CPAD, 2010, p. 59.

de motorista só porque alguns fazem mau uso do carro. Os que matam outros por dirigir irresponsavelmente são responsáveis pelo que aconteceu. Lembre-se: o governo que deu a permissão para dirigir também nos estabeleceu leis sobre como dirigir de maneira segura. Da mesma forma, Deus é moralmente responsável por dar a boa coisa chamada livre-arbítrio, mas não é moralmente responsável por todos os males que fazemos com nossa liberdade.<sup>135</sup>

Roger Olson:

Os arminianos não acreditam em livre-arbítrio absoluto; o arbítrio é sempre influenciado e situado em um contexto. Mesmo Deus é guiado por sua natureza e caráter ao tomar decisões. Mas os arminianos negam que as decisões e ações das criaturas sejam controladas por Deus ou qualquer força fora do ser.<sup>136</sup>

A questão é que eu, assim como a maioria dos cristãos não calvinistas, abraço o livre-arbítrio por dois motivos (além do fato de acreditarmos que o conceito esteja suposto na Bíblia): o livre-arbítrio é necessário para conservar a responsabilidade humana pelo pecado e o mal e também por ele ser necessário para eximir Deus da responsabilidade pelo pecado e o mal. Posso dizer com toda a sinceridade (como a maioria dos evangélicos não calvinistas o faz) que eu não dou a mínima para o livre-arbítrio a não ser por estes motivos.<sup>137</sup>

O apóstolo Tiago também discordaria de Edwards e da teoria de inclinação à maior necessidade. “Meus irmãos, tende por motivo de grande gozo o passardes por várias provações, sabendo que a aprovação da vossa fé produz a perseverança; e a perseverança tenha a sua obra perfeita, para que sejais perfeitos e completos, não faltando em coisa alguma.” (Tg 1.2-4)

Para nós o livre-arbítrio 2 pode ser chamado de livre-arbítrio real ou livre-arbítrio arminiano, assim como o livre-arbítrio 1 (senso comum) pode, e deve, ser chamado de livre-arbítrio pelagiano.

**O livre-arbítrio 2** - isto é capacidade de escolha contrária. Não consiste em desprezar influências internas, externas ou necessidade do momento, mas que mesmo frente as forças, necessidades e agentes externos, é possível escolher entre aceitar ou resistir, até mesmo ao Espírito Santo. Ex: “Homens de dura cerviz, e incircuncisos de coração e ouvido, vós sempre resistis ao Espírito Santo; como o fizeram os vossos pais, assim também vós.” (At 17.51), “mas Cristo o é como Filho sobre a casa de Deus; a qual casa somos nós, se tão-somente conservarmos firmes até o fim a nossa confiança e a glória

<sup>135</sup> GEISLER, Norman. Eleitos, mas livres: uma perspectiva equilibrada entre a eleição divina e o livre-arbítrio. [Trad. Heber Carlos de Campos]. São Paulo: Editora Vida, 2005, pp. 24-25.

<sup>136</sup> OLSON, Roger E. Teologia arminiana, Mitos e Realidades. Ed. Reflexão, 2013, p. 96.

<sup>137</sup> OLSON, Roger. Contra o Calvinismo. [Trad. Wellington Carvalho Mariano]. São Paulo: Editora Reflexão, 2013. p. 35



da esperança.” (Hb 3.6). Ou resistir ao adversário: “Sujeitai-vos, pois, a Deus; mas resisti ao Diabo, e ele fugirá de vós.” (Tg 4.7) “Sede sóbrios, vigiai. O vosso adversário, o Diabo, anda em derredor, rugindo como leão, e procurando a quem possa tragar; ao qual resisti firmes na fé[...].” (1Pe 5.8-9) “Portanto tomai toda a armadura de Deus, para que possais resistir no dia mal e, havendo feito tudo, permanecer firmes.” (Ef 6.13) A graça que chega antes, a bondade de Deus que nos capacita, nos esclarece, o Espírito nos mostra a vontade Dele, e nossa oração deve ser sempre “seja feita a Tua vontade.”

Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Porque Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele. Quem crê nele não é julgado; mas quem não crê, já está julgado; porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus. E o julgamento é este: A luz veio ao mundo, e os homens amaram antes as trevas que a luz, porque as suas obras eram más. (Jo 3.16-19)

Quem crê no Filho de Deus, em si mesmo tem o testemunho; quem a Deus não crê, mentiroso o fez; porquanto não creu no testemunho que Deus de seu Filho deu. E o testemunho é este: que Deus nos deu a vida eterna; e esta vida está em seu Filho. Quem tem o Filho tem a vida; quem não tem o Filho de Deus não tem a vida. Estas coisas vos escrevo, a vós que credes no nome do Filho de Deus, para que saibais que tendes a vida eterna. (1Jo 5.10-13)

Resumindo, definimos o livre-arbítrio (2) como a capacidade de escolher em contrário, mesmo frente a agentes externos, meio, situação ou necessidade. A capacidade de resistir e decidir, ainda que restritamente, mediante condições, em que nada verga de tal maneira a vontade humana que não se possa atribuir ao homem a responsabilidade de seus atos. Tal capacidade nada mais pode ser que a semelhança com que fomos criados, advinda de Deus, da livre Graça, da liberdade do Criador que dotou a criatura. Comer ou não comer do fruto do bem e do mal, obedecer ou não, está diante de cada um de nós agora mesmo. A graça, indispensável à salvação do homem, nos orienta para aquilo que o homem natural não compreende, isto é, as coisas espirituais. Nos abrindo os olhos, pela pregação da palavra, a fé vem aos nossos corações (Rm 10.17) e então somos feitas novas criaturas em Cristo Jesus. (2Co 5.17)

Dito de outro modo, o livre-arbítrio no conceito arminiano é a capacidade de escolha contrária e, no que tange à salvação, só é possível através da manifestação da graça de Deus. Com o indispensável auxílio da graça, que vem antes, precede, antecede, auxilia e capacita, de maneira que o homem pode, ao ouvir o Evangelho, ao ouvir o Espírito Santo, entender, aceitar ou ainda resistir, rejeitar e endurecer o coração, negar o Filho de

Deus, não crer no unigênito do Pai. Quão bondoso é o nosso Deus que nos deu liberdade da escravidão do pecado em Cristo Jesus nosso Senhor.

Nele somos verdadeiramente livres.

GRATUITO



## 5 UM ESTUDO DE CASO: JUSTINO O MÁRTIR

É bem comum, em livros escritos com o propósito de defender o calvinismo<sup>138</sup>, encontrarmos uma tentativa de traçar uma linha de homens, autoridades eclesiásticas reconhecidas ou de alguma relevância na história do Cristianismo, como tendo sido defensores daquilo que chamam de “As Antigas Doutrinas da Graça”<sup>139</sup>. Na verdade, elas não são tão antigas assim, pelo menos não como tradição ou com a aceitação da igreja, visto não ter suas origens ligadas à igreja primitiva, nem mesmo em suas formas embrionárias. À exceção das doutrinas agostinianas da graça, nenhum de seus pressupostos (conhecidos como TULIP) existia nos primeiros séculos, salvo a doutrina da corrupção da natureza humana. Os indícios (similares às doutrinas calvinistas) de toda forma de determinismo foram condenados como anátema pela igreja à época. Podemos citar como exemplo os resultados dos sínodos de Arles (473 d.C.) e Orange (529 d.C.). Como observa o historiador Louis Berkhof, “a doutrina da predestinação dupla – predestinação também para o mal – foi abandonada em 529”<sup>140</sup>, como podemos ver no veredito do Sínodo de Orange: “Ao contrário, não só não acreditamos que pelo divino poder alguns tenham sido predestinados ao mal, mas, se há alguns que querem crer em tamanho mal, com toda reprovação lhe dizemos: anátema.”<sup>141</sup>

---

<sup>138</sup> O calvinismo é a doutrina que deve seu nome e suas origens ao teólogo e reformador francês João Calvino (1509-1564). Essa corrente é popularmente conhecida por defender as doutrinas da eleição incondicional e predestinação. Obviamente, o calvinismo é muito mais profundo e não pode ser explicado em apenas uma nota de rodapé, entretanto, quanto à soteriologia, podemos resumir suas ideias principais através do acróstico TULIP, que são os cinco pontos seguintes: T (1) Depravação total: devido ao pecado de Adão, a raça humana é completamente incapaz de fazer qualquer coisa que possa produzir salvação; o homem está morto em pecados e, a menos que Deus aja primeiramente no homem, ele não poderá ser salvo. U (2) Eleição incondicional: Deus, na eternidade, através de um decreto soberano, elegeu alguns homens para serem salvos, independentemente da vontade do homem ou de fé prevista. L (3) Expição limitada: Deus enviou seu Filho, Jesus Cristo, para morrer em um sentido salvífico apenas pelos eleitos. I (4) Graça irresistível: Deus chama eficazmente a todos os eleitos através de sua graça; eles não podem resisti-la. P (5) Perseverança dos santos: os eleitos, após chamados, perseverarão até o fim; não existe qualquer possibilidade de apostasia. (COUTINHO, Samuel Paulo, Sínodo de Dort. Disponível em <http://deusamouomundo.com/remonstrantes/432/>. Acesso em 04/10/2013.) Vide ainda <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Calvinismo>> Acesso em 02/03/2014.

<sup>139</sup> Assim denominam as chamadas doutrinas da TULIP, uma autodenominação por parte dos defensores das doutrinas calvinistas, definição que é possível ser encontrada em livros como: O Antigo Evangelho, de J. I. Packer, editora Fiel, 2013; Pilares da Graça de Steven J. Lawson, editora Fiel, 2013, e O Calvinismo de Paulo Anglada, editora Knox Publicações, 2009, obras citadas neste artigo, e em outros autores adeptos desta linha soteriológica.

<sup>140</sup> BERKHOF, Louis. História das Doutrinas Cristãs, tradução: João Marques Bentes e Gordon Chown. São Paulo: Editora PES. 2014. p. 126.

<sup>141</sup> Apud. TITILLO, Thiago Velozo. A Gênese da Predestinação na História da Teologia Cristã. Uma análise do pensamento agostiniano sobre o pecado e a graça. São Paulo: Fonte Editorial. 2014. p. 191.

Sempre nos intrigou o fato das citações desta suposta linha histórica de homens piedosos defensores do calvinismo vir desacompanhada de fontes primárias verificáveis, se resumindo a meras afirmações e quando muito cita-se um pequeno recorte que contenham as palavras “eleitos” ou “predestinação” ou “predestinados”, e então os autores acreditam ser possível deduzir que os patrísticos (pais primitivos) estariam, com tais palavras, defendendo a predestinação nos moldes de João Calvino. Vejamos, por exemplo, o que diz Charles Spurgeon, que não se preocupou em citar qualquer fonte:

Não estou pregando aqui nenhuma novidade; nenhuma doutrina nova. Gosto imensamente de proclamar essas antigas e vigorosas doutrinas que são conhecidas pelo cognome de calvinismo, e que, por certo, e verdadeiramente, são a verdade de Deus, a qual nos foi revelada em Jesus Cristo. Por meio da verdade da eleição, faço uma peregrinação ao passado, e, enquanto prossigo, contemplo pai após pai da Igreja, confessor após confessor, mártir após mártir levantarem-se e virem apertar a minha mão.<sup>142</sup>

Se porventura Spurgeon ainda fosse vivo lhe perguntaria: “Qual?” “Quando?” “Onde?”. Certamente, embora tenha sido um brilhante evangelista/pregador, neste ponto creio que estava totalmente equivocado. Entretanto, o alvo da análise deste capítulo é “o apologista mais importante do século II por causa de ideias criativas a respeito de Cristo como o Logos cósmico e de o cristianismo ser a filosofia verdadeira”<sup>143</sup>. E, para fins de comparação usaremos as afirmações do historiador calvinista, Dr. Steven J. Lawson, que aponta Justino como tendo sido um dos defensores das doutrinas que vieram a ser chamadas de calvinismo (será que foi?) e ainda a versão em português que contém os três livros de Justino que permaneceram até o dia de hoje, o livro “Justino de Roma: I e II Apologias e Diálogo com Trifão”, editora Paulus, 1995.

## 5.1 QUEM FOI JUSTINO, O MÁRTIR?

Justino nasceu em uma família grega na Palestina na primeira metade do século II. Muito pouco se sabe a respeito de sua vida pré-cristã, a não ser que se tornou filósofo da escola platônica e mais tarde deixou-a para seguir o cristianismo, após ter conversado com um misterioso homem idoso. A tradição (registrada em Eusébio) diz que Justino continuou a usar sua toga ou túnica filosófica depois de converter-se ao cristianismo – sem dúvida, o motivo de alguns comentários e controvérsias entre os cristãos de Roma quando Justino chegou ali e começou a ensinar o cristianismo por volta de 150. Fica claro ao ler os escritos de Justino

<sup>142</sup> SPURGEON, Charles H. Eleição. São Paulo: PES, PP. 7-8. Apud. ANGLADA, Paulo. Calvinismo: As Antigas Doutrinas da Graça. Ananindeua, PA: Knox Publicações, 2009, p. 15.

<sup>143</sup> ROGER, Olson. História da Teologia Cristã: 2000 anos de tradições e reforma; tradução Gordon Chown. São Paulo: Fonte Editorial, 2001, p. 57.

que ele se considerava um filósofo cristão – um filósofo de Cristo – assim como fora um filósofo de Platão.<sup>144</sup>

...um dos mais importantes escritores cristãos do segundo século, Justino exerceu uma forte influência sobre outros antigos cristãos. Estudiosos o consideram o mais importante dos apologistas, o mais famoso, o principal e o mais eminente. É provável que fosse o melhor cristão erudito da época.<sup>145</sup>

O mais importante dos apologistas, escreveu uma Apologia (I), algum tempo depois do ano 151, a qual acrescentou depois um Apêndice (ou Apologia II). Em seu Diálogo com Trifon, procura convencer um judeu da verdade do cristianismo. Diferentemente de outros apologistas, Justino concentra-se principalmente sobre a natureza e o significado de Cristo. Cristo era o Logos que havia inspirado os filósofos gregos e que está presente em todos os homens como o *Logos spermatikos* (razão ou palavra seminal).<sup>146</sup>

Diante de tamanho destaque e importância deste apologista para a história da cristandade é natural que as mais diversas correntes teológicas queiram listá-lo entre suas fileiras. Mas será que Justino foi um “calvinista” ou defendeu alguma coisa próxima ao calvinismo? Este debate histórico é interessante pois, sempre que um teólogo calvinista cita algum pequeno (ou até minúsculo recorte) fragmento dos patrísticos anteriores a Agostinho ou quando fazem a leitura de suas obras, a leitura e interpretação são vistas como inteiramente condizentes com a realidade. Por outro lado, quando um teólogo arminiano apresenta extensos textos e teodiceias escritas, até mesmo pelo Bispo de Hipona, para demonstrar que Deus não é o autor do mal ou do pecado, logo são acusados de estarem fazendo uma leitura anacrônica<sup>147</sup>. Eu mesmo já sofri esta curiosa acusação.

## 5.2 DOCTRINA: DEPRAVAÇÃO TOTAL

Para a nossa agradável surpresa o Dr. Lawson reconhece de pronto àquilo que, após as leituras dos livros de Justino, é possível depreender: “De modo geral, os pais apologistas, incluindo Justino, **foram unânimes que o homem é dotado de livre-arbítrio**”<sup>148</sup> (grifo nosso). O único ponto, entre aqueles evocados pelos calvinistas, que

<sup>144</sup> Ibid. p. 57-58.

<sup>145</sup> LAWSON, Steven J. Pilares da Graça, tradução: Walter Graciano Martins – São José dos Campos, SP. Editora Fiel, 2013. p. 109.

<sup>146</sup> FERGUSON. op. cit. p. 82.

<sup>147</sup> Segundo ZABATIERO, Júlio. Manual de Exegese. São Paulo: Hagnos, 2007, “anacronismos (atribuir a uma época da história o que pertence a outra época da história) em nossa maneira de compreender a relação do texto com sua época, pois as sociedades antigas eram diferentes da nossa. Uma das principais diferenças precisa ser aqui ressaltada: nos tempos bíblicos, a realidade não era entendida da mesma forma compartimentada que nós fazemos.

<sup>148</sup> LAWSON, Steven J. Pilares da Graça, tradução: Walter Graciano Martins – São José dos Campos, SP. Editora Fiel, 2013. p. 109.

aparece na patrística (e não em todos) é a doutrina da Depravação Total ou corrupção da natureza humana, que foi um pilar ortodoxo em toda a história – às vezes este conceito era enfraquecido, mas logo retomado. Ao mesmo tempo é de todo presente a vontade livre ou o livre-arbítrio do homem, como garantia e defesa do caráter justo de Deus e da responsabilidade humana. Vejamos as palavras de Justino:

...como também não se dignou nascer e ser sacrificado porque necessitasse disso, mas por amor ao gênero humano, que desde Adão havia incorrido na morte e no erro da serpente, cada um cometendo o mal por sua própria culpa. Com efeito, **tendo Deus criado homens e anjos dotados de livre-arbítrio e autonomia**, quis que cada um fizesse aquilo para o qual foi por ele capacitado, e caso escolhessem o que lhe é agradável, iria mantê-los isentos de morte e castigo. Caso, porém, cometessem o mal, castigaria cada um como lhe aprouvesse.<sup>149</sup> (grifo nosso)

Entre nós, o príncipe dos maus demônios se chama serpente, satanás, diabo ou caluniador, como podeis ver, caso deseje averiguar isso, através de nossas Escrituras. Ele e todo o seu exército, juntamente com os homens que o seguem, será enviado para ser castigado pela eternidade sem fim, coisa que foi de antemão anunciada por Cristo. Na verdade, a paciência de Deus mostra em não fazê-lo imediatamente, tem como causa seu amor pelo gênero humano, pois **ele prevê que alguns se salvarão** pela penitência, **entre os quais alguns que talvez não tenham ainda nascido**. No princípio, ele **criou o gênero humano racional, capaz de escolher a verdade e praticar o bem, de modo que não existe homem que tenha desculpa diante de Deus**, pois todos foram criados racionais e capazes de contemplar a verdade. Se alguém não crê que Deus se preocupe com estas coisas, ou terá que confessar **sofisma que não existe**, ou existindo, se compraza com a maldade ou permaneça insensível como uma pedra. Virtude e vício seriam puros nomes e os homens considerariam as coisas boas ou más unicamente por sua opinião, o que é a maior impiedade e iniquidade.” (grifos nossos)

O Dr. Lawson, em Pilares da Graça, mostra textos que claramente não permitem que Justino seja listado entre os defensores do calvinismo, e ainda assim, o põe entre aqueles que defendem tais doutrinas. O que nos parece ser muito contraditório, vejamos: “Nem afirmamos que seja pelo destino que os homens façam o que fazem, ou sofram o que sofrem. **Ao contrário, afirmamos que cada um age corretamente ou peca por sua livre escolha.**”<sup>150</sup> e “Ele [Deus] criou os anjos e os homens livres, para fazerem o que é justo. E ele designou períodos de tempos durante os quais bem sabia seria bom para que eles tivessem **o exercício do livre-arbítrio**”<sup>151</sup> e a continuação deste texto “e porque

<sup>149</sup> JUSTINO. Diálogo com Trifão.88, apud. JUSTINO DE ROMA: I e II Apologias: Diálogo com Trifão. São Paulo: PAULUS. 1995, pp. 248-249.

<sup>150</sup> LAWSON, Steven J. Pilares da Graça, tradução: Walter Graciano Martins – São José dos Campos, SP. Editora Fiel, 2013. p. 118.

<sup>151</sup> Idem.

igualmente considerou bom, estabeleceu julgamentos universais e particulares, **embora sem atentar conta a liberdade.**<sup>152</sup> (grifos nossos)

Só estes comentários supracitados já seriam suficientes para mostrar que Justino não cria na predestinação nos moldes calvinistas e que claramente era um defensor do livre-arbítrio, mas prosseguiremos com a exposição em relação as demais doutrinas da TULIP.

### 5.3 DOCTRINA: ELEIÇÃO INCONDICIONAL

Para demonstrar que Justino teria defendido a doutrina da Eleição Incondicional, isto é, que Deus escolheu de antemão incondicionalmente aqueles que irão para o céu e os que irão para o inferno, Lawson cita o excerto:

Senhores, agora vou citar-vos outras palavras dos discursos de Moisés, pelas quais podereis compreender como antigamente Deus dispersou todos os homens, conforme suas descendências e línguas, escolhendo para si o vosso povo, geração inútil, desobediente e incrédula. Em troca, ele mostrou que os escolhidos de todas as nações obedecem ao seu desígnio por meio de Cristo, e por isso, o chama de Jacó e lhe dá o nome de Israel.<sup>153</sup>

Bem, se alguém dissesse que Justino foi um *protocalvinista* e citasse este texto, e apenas este, de forma isolada eu poderia acreditar. Mas a verdade é que este texto faz parte de um conjunto expositivo e que em sua totalidade é oposto ou contrário ao que chamamos hoje de calvinismo. E ainda, já demonstramos que “o Mártir” defendeu claramente o livre-arbítrio e agora mostraremos que também defendia uma eleição condicional baseada na presciência e não o determinismo incondicional de Calvino. Vejamos:

Concluindo: se dizemos que os acontecimentos futuros forma profetizados, nem por isso afirmamos que aconteçam por necessidade do destino; **afirmamos sim que Deus conhece de antemão tudo o que será feito por todos os homens** e é decreto seu recompensar cada um segundo o mérito de suas obras.<sup>154</sup> [...] até se completar o número dos que por ele, **de antemão conhecidos** como bons e virtuosos, em respeito dos quais justamente ainda não foi levado a cabo a conflagração universal.<sup>155</sup> (grifo nosso)

<sup>152</sup> JUSTINO. Diálogo com Trifão.102, apud. JUSTINO DE ROMA: I e II Apologias: Diálogo com Trifão. São Paulo: PAULUS. 1995, p. 267.

<sup>153</sup> JUSTINO. Diálogo com Trifão.130. Idem.

<sup>154</sup> JUSTINO. I Apologia. 44, apud. JUSTINO DE ROMA: I e II Apologias: Diálogo com Trifão. São Paulo: PAULUS. 1995, p. 60.

<sup>155</sup> Idem. pp. 44-45.

A mesma profecia deixa claro que veremos este mesmo como rei glorioso, e suas próprias palavras estão dizendo aos gritos **que o povo que foi de antemão conhecido como crente**, também foi conhecido como mediante do temor do Senhor.<sup>156</sup> (grifo nosso)

Em muitos outros textos lemos a expressão “conhecidos de antemão” e em mais nenhum outro, a não ser neste citado pelo Dr. Lawson, algo que possa pelo menos sugerir uma incondicionalidade na eleição de Deus. Portanto é muito claro perceber que Justino defendeu uma eleição condicional baseada na presciência de Deus, à semelhança do que muitos arminianos vieram esposar muitos séculos depois, inclusive Jacó Armínio.

#### 5.4 DOCTRINA: EXPIAÇÃO LIMITADA

Para defender a ideia que Deus morreu apenas por alguns e não por todos, aquilo que é o centro da doutrina calvinista, isto é, que Cristo morreu somente pelos eleitos, e ainda, tentar demonstrar que Justino teria dito algo sobre isto, encontramos em Pilares da Graça o seguinte recorte: “Feito homem de uma virgem, segundo a vontade do Pai, para a salvação dos que nele creem.”<sup>157</sup>. Mas será mesmo que Justino acreditava que Cristo morreu somente, exclusivamente, pelos eleitos? Vejamos:

Portanto, se foi da vontade do Pai que o seu Cristo **carregasse por amor o gênero humano com a maldição de todos**, sabendo que ressuscitaria depois de crucificado e morto, por que falei como de um maldito daquele que designou sofrer tudo isso pelo desígnio do Pai?<sup>158</sup>

Não sei quem possa afirmar isso, mas o fato é que antecipadamente anunciava **a salvação que viria para todo gênero humano por meio do sangue de Cristo**.<sup>159</sup>

Quando a Escritura fala de Cristo por meio de Davi, não diz as nações serão abençoadas em sua descendência, **mas nele**. Eis as palavras: Seu nome se levantaria para sempre acima do sol, **nele serão abençoadas todas as nações**.<sup>160</sup> [...] e que todos podem se transformar em filhos do Altíssimo, e é por culpa sua que, como Adão e Eva, são julgados e condenados.<sup>161</sup> (grifo nosso)

<sup>156</sup> JUSTINO. Diálogo com Trifão.70, apud. JUSTINO DE ROMA: I e II Apologias: Diálogo com Trifão. São Paulo: PAULUS. 1995, p. 222.

<sup>157</sup> LAWSON, Steven J. Pilares da Graça, tradução: Walter Graciano Martins – São José dos Campos, SP. Editora Fiel, 2013. p. 118. (O equivale à I Apologia, 63).

<sup>158</sup> JUSTINO. Diálogo com Trifão.130, apud. JUSTINO DE ROMA: I e II Apologias: Diálogo com Trifão. São Paulo: PAULUS. 1995, p. 258.

<sup>159</sup> Diálogo com Trifão, 111. Ibid. p. 279.

<sup>160</sup> Diálogo com Trifão, 121. Ibid., p. 294.

<sup>161</sup> Diálogo com Trifão, 124. Ibid., p. 301.



Existem mais alguns textos em que Justino declara que Cristo veio **em favor do gênero humano**, o que inclui toda a humanidade. É notório que o apologista não defendia uma expiação somente pelos eleitos, mas sim por todo o gênero humano, por toda a humanidade.

## 5.5 DOCTRINA: GRAÇA IRRESISTÍVEL

A chamada “graça eficaz” ou “graça irresistível” é aquela que dobra ou converte a vontade humana na direção do favor divino, a querer o bem. Seguem alguns excertos dos livros de Justino citados por calvinistas em defesa de uma suposta graça irresistível, isto é, que age no homem de modo que não pode ser resistida: “Sabendo isto, por que não parais de enganar a vós mesmos e aos que vos cercam? Por que não aprendeste de nós que temos ensinado pela Graça de Cristo?”<sup>162</sup> [...] e “Portanto, fomos dotados com graça especial de ouvir e entender, de sermos salvos por Cristo e de conhecermos todas as verdades relevantes do Pai.”<sup>163</sup>

Sinceramente, vejo apenas muito voluntarismo<sup>164</sup> neste ponto, em supor que estes textos sugerem uma ação da graça de modo irresistível sobre o homem. Ao designá-la de especial, a graça que capacita não induz necessariamente a incondicionalidade, mas sim que de fato a preveniência desta graça é indispensável para que possamos ouvir e entender o evangelho. Sobre esta doutrina basta relembrar o fato de que Justino defendia o livre-arbítrio, ou seja, a vontade livre. Se este fosse contemporâneo de Calvino, ele não só não seria a favor das doutrinas da TULIP, mas (com certeza) as condenaria. Quer vejamos nos textos seguintes:

Contudo se a palavra de Deus anuncia absolutamente que alguns homens e anjos serão castigados, isso foi predito **porque Ele de antemão conheceu que seriam maus e não se arrependeriam, não, porém, porque o próprio Deus assim o fizesse.**<sup>165</sup> (grifo nosso)

Do que dissemos anteriormente, ninguém deve tirar a conclusão de que afirmamos que tudo o que acontece, acontece por necessidade do destino, pelo fato de que dizemos que os acontecimentos **foram conhecidos de**

<sup>162</sup> LAWSON, Steven J. Pilares da Graça, tradução: Walter Graciano Martins – São José dos Campos, SP. Editora Fiel, 2013. p. 121. (Diálogo com Trifão, 32).

<sup>163</sup> Ibid. p. 121. (Diálogo com Trifão, 121).

<sup>164</sup> Como o nome sugere - um movimento, uma manifestação voluntária. É um querer ver e acreditar, independente de provas em contrário.

<sup>165</sup> JUSTINO. Diálogo com Trifão. 141, apud. JUSTINO DE ROMA: I e II Apologias: Diálogo com Trifão. São Paulo: PAULUS. 1995, p. 322.

**antemão.** Por isso, resolveremos também essa dificuldade. Nós aprendemos dos profetas e afirmamos que esta é a verdade: os castigos e tormentos, assim como as boas recompensas, são dadas a cada um conforme as suas obras. **Se não fosse assim, mas tudo acontecesse por destino, não haveria absolutamente livre-arbítrio.** Com efeito, se já está determinado que um seja bom e outro mau, nem aquele merece elogio, nem este, vitupério. Se o gênero humano não tem poder de fugir, por livre determinação, do que é vergonhoso e escolher o belo, ele não é irresponsável de nenhuma ação que faça. **Mas que o homem é virtuoso e peca por livre escolha,** podemos demonstrar pelo seguinte argumento: Vemos que o mesmo sujeito passa de um contrário a outro. **Ora, se estivesse determinado ser mal ou bom,** não seria capaz de coisas contrárias, nem mudaria com tanta frequência. Na realidade, nem se poderia dizer que uns são bons e outros maus, desde o momento que afirmamos que o destino é a causa de bons e maus, e que realiza coisas contrárias a si mesmo, ou que se deveria tomar como verdade o que já anteriormente insinuamos, isto é, que virtude e maldade são puras palavras, e que só por opinião se tem algo como bom ou mau. Isso, como demonstra a verdadeira razão, **é o cúmulo da impiedade e da iniquidade.** Afirmamos ser destino ineludível que aqueles que escolheram o bem terão digna recompensa e os que escolheram o contrário, terão igualmente digno castigo. Com efeito, Deus não fez o homem como as outras criaturas. Por exemplo: árvores ou quadrúpedes, que nada podem fazer por livre determinação. Nesse caso, não seria digno de recompensa e elogio, pois não teria escolhido o bem por si mesmo, mas nascido já bom; nem, por ter sido mal, seria castigado justamente, pois não o seria livremente, mas por não ter podido ser algo diferente do que foi.<sup>166</sup>

É cristalina e inequívoca a conclusão que jamais, de modo algum, Justino concordaria com doutrinas como a eleição incondicional ou a graça irresistível. E, se Agostinho de Hipona pode ser chamado de defensor das antigas doutrinas da graça posteriormente denominadas de TULIP, podemos também dizer que 150 anos de Agostinho nascer os cristãos defendiam uma Soteriologia na forma de um *protoarminianismo*, as antiquíssimas doutrinas da graça, ou, como diz Thomas C. Oden, que o arminianismo representa o regaste do consenso patrístico [especialmente o oriental] pré-agostiniano. Se procedêssemos de igual modo a analisar outros líderes do mesmo período, estamos seguros de que as conclusões serão muito semelhantes.

<sup>166</sup> JUSTINO. I Apologia. 43, apud. JUSTINO DE ROMA: I e II Apologias: Diálogo com Trifão. São Paulo: PAULUS. 1995, pp. 57-58.



## 6 A DOUTRINA DA ELEIÇÃO EM CRISTO<sup>167</sup>

Ef 1.4 καθως **εξελεξατο ημας εν αυτω** προ καταβολης κοσμου εινα ημας αγιους και αμωμους κατενωπιον αυτου εν αγαπη (TR)

Ef 1.4 como também **nos elegeru nele** antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis diante dele em amor; (JFA-RA) (grifo nosso)

O que é a eleição em Cristo? Em Efésios 1, encontramos a palavra “eleitos” que advém, segundo o dicionário grego James Strong<sup>168</sup>, do grego G1588 *εκλεκτος* (*eklektos*) que significa: adjetivo - “favorito, selecionado, escolhido; escolhido por Deus; escolha, seleção”. Por sua vez a palavra “eleição” G1589 *εκλογη* (*ekloge*) implica em: substantivo - “o ato de selecionar, escolher; do ato de livre arbítrio de Deus pela qual, antes da fundação do mundo, decretou suas bênçãos sobre certas pessoas; coisa ou pessoa escolhida”. O dicionário VINE declara que, por exemplo, “em Atos 9.15 por ‘escolhido’, literalmente “ele é um vaso de escolha para mim.”<sup>169</sup>

A nossa exposição se concentrará em Efésios 1.4-11. Neste excerto a palavra aparece flexionada em uma variante da forma G1586 *εκλεγομαι* (*eklegomai*), de mesma raiz das anteriores, que significa basicamente: “(voz média) selecionar, escolher, selecionar ou escolher para si mesmo; escolher entre muitos, como Jesus que escolheu seus discípulos.”<sup>170</sup>

Esclareço que a voz média grega equivale à voz reflexiva em português, isto é, o sujeito realiza o ato sobre si mesmo. Exemplo: “Pintei o meu cabelo de preto.” O sujeito é o agente e o paciente da ação ao mesmo tempo. É algo que diz respeito a si mesmo. Em Efésios 1.4, temos: “como também nos elegeru nele”. Fica muito claro que a eleição é um ato de Deus e o homem é sujeito passivo neste caso. Entretanto é igualmente claro que o ato é em Si mesmo (reflexivo/voz média), onde o sujeito (Deus) é o autor da ação e de algum modo também é o paciente desta. Basta olharmos todo o contexto de Efésios 1 e veremos a ênfase no *εν αυτω* (traduzido “em Ele” ou na forma contraída do português “**Nele**” somos eleitos). Como pode ser isto? Adiante explicaremos.

<sup>167</sup> Este capítulo, em sua versão original, foi apresentado no primeiro volume da Revista Bona Conscientia. Revisado e ampliado aqui, publicação autorizada.

<sup>168</sup> BÍBLIA. Português. Bíblia de Estudo Palavras-Chaves Hebraico e Grego. (anexo). Almeida Revista e Corrigida. 4. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2011. p. 2176-7.

<sup>169</sup> VINE, W. E.; Merrill F., UNGER; William, WHITE JR. Dicionário Vine: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2013. p. 609.

<sup>170</sup> Ibid. p. 2171.

## 6.1 ONDE O DEBATE COMEÇOU?

A doutrina da eleição, juntamente com a da predestinação, é uma das mais debatidas em todos os tempos na história da igreja cristã. Tais doutrinas foram, ao longo dos anos, apresentadas como sinonímicas ou correspondentes intercambiáveis. O debate principal girou (e gira) em torno da questão: “se Deus sabe tudo (onisciente), como pode haver livre-arbítrio?”. Outras perguntas derivam ou acompanham esta, como: “Por que Deus salva alguns e não a todos? Sob que critérios salva aos indivíduos?”. O debate tem seu nascedouro mais precisamente no século IV A.D., conforme destaca Titillo:

A eleição é uma das doutrinas bíblicas mais disputadas na teologia. Não há qualquer novidade nisso. Sua relação com as controvérsias entre predestinação e livre-arbítrio remonta a Pelágio, Agostinho e João Cassiano, figuras importantes envolvidas em torno desse debate no século IV-V.<sup>171</sup>

Severa pormenoriza ao indicar as razões das controvérsias:

A primeira controvérsia sobre a eleição surgiu entre Agostinho e Pelágio, no final do século IV. Pelágio sustentava que cada pessoa tem o livre-arbítrio para escolher o bem e o mal, para aceitar ou rejeitar a salvação. Agostinho, por outro lado, estava convencido de que, como resultado da queda, o ser humano, no estado natural, não tem capacidade de vir a Deus sem a intervenção divina.<sup>172</sup>

O que ocorreu de fato é que a ideia da predestinação, como a conhecemos ou como é popular hoje através do calvinismo, tem suas raízes e nascedouro com Agostinho de Hipona (*protocalvinismo*). A ideia de que o homem possui livre-arbítrio e que Deus escolheu os que seriam salvos por presciência foi a doutrina esposada por todos os pais anteriores a ele. Bercot diz:

Agostinho conseguiu persuadir a maioria dos bispos do Norte da África e seu ponto de vista acabou prevalecendo. Todavia, ao reagir exageradamente contra os erros de pelagianismo, ele jogou por terra os ensinamentos originais dos cristãos primitivos sobre o livre-arbítrio e o envolvimento do ser humano no processo de salvação. No lugar delas, Agostinho colocou a fria e amarga doutrina da predestinação.<sup>173</sup>

O historiador calvinista Steven Lawson nos diz que “de modo geral, os pais apologistas, incluindo Justino, foram unânimes que o homem é dotado de livre-

<sup>171</sup> TITILLO, Thiago. Eleição Condicional. (Coleção Teologia Arminiana). São Paulo: Reflexão, 2015. p. 11.

<sup>172</sup> SEVERA, Zacarias. Manual de Teologia Sistemática. Curitiba: A. D. Santos Editora Ltda., 1940. p. 258.

<sup>173</sup> BERCOT, David W. Que falem os primeiros cristãos: uma análise moderna sob a luz do cristianismo primitivo. 1. ed. São Paulo: LMS, 2013. p. 154.

arbítrio.”<sup>174</sup>. O ex-calvinista Fischer declara: "Durante os primeiros quatrocentos anos da história da igreja, as pessoas leram Romanos 9 e não acharam que a passagem ensinava o que posteriormente veio a ser chamado de calvinismo." <sup>175</sup> No mesmo texto, citando o historiador Gerald Bray, temos "...apenas Agostinho, e ainda assim apenas em seus escritos mais tardios, estava preparado para aceitar as plenas implicações da predestinação divina." <sup>176</sup> Bettenson diz que "a doutrina agostiniana extremista não conseguiu grande aceitação" <sup>177</sup> e Berkhof declara que "a doutrina agostiniana do pecado e da graça foi adotado como antropologia do Ocidente, embora sua aceitação jamais tenha sido geral, mesmo ali." <sup>178</sup>

O que ocorreu entre Agostinho e Pelágio foi uma grande polarização. Enquanto Pelágio defendia a possibilidade de salvação sem a participação divina, ou seja, sem a necessidade de graça, apenas por vontade e esforço humano, em uma espécie de monergismo humano, por outro lado, Agostinho na sua fase tardia, para se opor a esta heresia, cada vez mais se afastou do ensino dos pais primitivos que afirmavam tanto a soberania divina (necessidade de graça) quanto a liberdade humana (livres pela graça), isto é, passou a defender um monergismo divino, onde Deus e somente Ele age na salvação sem qualquer participação ou vontade humana envolvida, ou melhor, onde Ele faz tudo, inclusive dobra (no sentido de vencer/quebrar) <sup>179</sup> a vontade, independe de querer ou mesmo de fé.

Para ilustrar a ocasião é como se houvesse uma única estrada correta que fora apresentada por muitos pais anteriores, mas ambos, Pelágio e Agostinho, no quesito salvação, resolveram pegar ruas marginais ou andarem por cima das calçadas e não se centraram no caminho, qual seja, a graça e o livre-arbítrio.

O fato de que inicialmente os líderes da igreja, tanto do Ocidente quanto do Oriente, defenderam a ideia de uma predestinação por presciência é algo facilmente percebido e

<sup>174</sup> LAWSON, Steven J. *Pilares da Graça*. Tradução: Walter Graciano Martins – São José dos Campos, SP. Editora Fiel, 2013. p. 116.

<sup>175</sup> FISCHER, Austin. *Jovem, incansável, não mais reformado. Buracos negros, amor, e uma jornada para dentro e fora do calvinismo*. [Trad. Welligton Mariano]. Maceió: Sal Cultural, 2015. p. 61.

<sup>176</sup> Idem.

<sup>177</sup> BETTENSON, Henry. *Documentos da igreja Cristã*. São Paulo: Aste, 2007. p. 113.

<sup>178</sup> BERKHOF, Louis. *A história das doutrinas cristãs*. São Paulo: PES, 1992. p. 125.

<sup>179</sup> Teólogos calvinistas usam a expressão que a vontade é natural a partir da regeneração. Assim Deus não força, mas é natural do novo homem buscar a Deus. Deste modo, em um claro eufemismo, a vontade não é dobrada, mas é transformada. Para nós, tal argumento não passa de um subterfúgio para evitar a clara conclusão de que Deus faz mesmo que alguém não quisesse. A vontade humana não tem qualquer valor nesta perspectiva.

verificado nos escritos patrísticos, como pode ser verificado no primeiro capítulo deste livro. O período de maior acirramento do debate, sem dúvida, se deu durante a Reforma Protestante e nas gerações imediatamente subsequentes, mas persiste até os dias de hoje. A dificuldade à época da Reforma iniciava já no que tange às definições. Naquele momento não havia uma exposição de prolegômenos, não havia esta preocupação, nem mesmo havia sistematizações da tradição reformada ou anteriores, voltadas a responder às questões sobre eleição e predestinação, tudo era muito novo.

Alguns poucos comentaram, como Anselmo<sup>180</sup>, mas ainda assim muito pouco a respeito. As primeiras obras organizadas surgem com o sinergista Felipe de Melanchton (1497-1560), que são a *Locci Communes* e a Confissão de Augsburgo<sup>181</sup>, e depois com o monergista João Calvino e as suas Institutas da Religião Cristã. Lutero, por sua vez, escreveu muito e sobre muitos temas, mas não sistematizou os seus escritos. Assim a eleição e a predestinação eram tratadas em conjunto com outros temas e em documentos espaçados. Apenas com a segunda geração de reformadores (a partir de Calvino) foi sendo consolidado o conceito. Vejamos então as Institutas:

Chamamos predestinação o eterno decreto de Deus pelo qual houve por bem determinar o que acerca de cada homem quis que acontecesse. Pois ele não quis criar a todos em igual condição; ao contrário, preordenou a uns a vida eterna; a outros, a condenação eterna. Portanto, como cada um foi criado para um ou outro desses dois destinos, assim dizemos que um foi predestinado ou para a vida, ou para a morte.<sup>182</sup>

Observe que o que Calvino chama de predestinação mais parece um conceito sobre a eleição ou ainda uma mistura dos dois. Mesmo em teólogos contemporâneos encontramos os temas misturados. Eleição, para Erickson, é a “decisão de Deus de escolher um grupo especial ou certas pessoas para a salvação ou para posições especiais de serviço. O termo é especialmente associado à predestinação dos benefícios individuais da salvação.”<sup>183</sup> Por sua vez, González diz que é a “ação ou decreto pelo qual Deus predestina alguns para a salvação.”<sup>184</sup> Sproul coloca: “falamos sobre a predestinação porque a Bíblia fala sobre predestinação. Se queremos construir nossa teologia sobre a

<sup>180</sup> ANSELMO, Santo. Livre-arbítrio e predestinação: uma conciliação entre presciência e graça divina. São Paulo: Fonte Editorial, 2008.

<sup>181</sup> Para mais informações sobre a teologia e obra de Melanchton recomento o artigo, disponível em <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20396/20396.PDFXXvmi=>>>. Acesso 04 de maio de 2018.

<sup>182</sup> CALVINO, João. Institutas da Religião Cristã. Edição clássica (latim). (Vol. 3.21.5)

<sup>183</sup> ERICKSON, Millard J. Dicionário Popular de Teologia. Tradução: Emerson Justino. São Paulo: Mundo Cristão, 2011. p. 65.

<sup>184</sup> GONZÁLEZ, Justo. Breve Dicionário de Teologia. Trad. Silvana Perrella Brito. São Paulo: Hagnos, 2009. p. 103.

Bíblia, batemos de frente com este conceito”<sup>185</sup> e Storms infere que “ninguém que crê na Bíblia questiona o fato de que a eleição é ensinada nela.”<sup>186</sup> Hunt diz que “nas Escrituras o significado básico dos termos *predestinação* e *eleição* é o mesmo: assinalar de antemão para uma benção e um propósito especial”.<sup>187</sup> Sem mencionar o fato de que o conceito de providência, que muitas vezes também é confundido ou fundido ao conceito de predestinação. *Providere*, do latim, significa ver de antemão.

Pois bem, a fim de evitarmos equívocos e deixarmos bem claro o significado de cada termo utilizado neste capítulo, definimos como eleição como o ato de escolha de Deus em Si mesmo, de indivíduos para que sejam semelhantes a Cristo (cf. Rm 8.28-30).

Em termos didáticos podemos simplificar os conceitos:

- Eleição: Escolha de Deus, “o quê ou quem”;
- Predestinação: Escolha prévia do destino, “para onde ou para quê”;
- Providência: diz respeito ao “como”, os meios utilizados.

Mantendo em mente estes conceitos as nuvens de dúvidas começam a se dissipar. Vejamos o que disse Anselmo:

...quando a sagrada Escritura diz algo em favor da graça, ela não faz total abstração do livre-arbítrio, e que, quando ela insiste sobre o livre-arbítrio, não exclui a graça, como se somente a graça ou somente o livre-arbítrio bastassem para salvar o homem, como crêem aqueles que colocam a si mesmo esta questão.<sup>188</sup>

## 6.2 O PARADOXO TEMPORAL

O que significa a expressão “antes da fundação do mundo” ou *προ καταβολης κοσμου* (*pro kataboles kosmou*)? A questão do tempo da escolha de Deus também é outra dificuldade enfrentada neste debate. Os textos que tratam sobre a eleição claramente usam verbos no passado e isto gera dificuldades interpretativas. Vejamos alguns exemplos:

<sup>185</sup> SPROUL, R. C. Eleitos de Deus. 4. ed. [Trad. Gilberto Carvalho Cury]. São Paulo: Cultura Cristã, 2016. p. 6.

<sup>186</sup> STORMS, C. Samuel. Escolhidos: uma exposição da doutrina da eleição. [Trad. Cláudio Chagas]. Rio de Janeiro: Anno Domini, 2014. p. 19.

<sup>187</sup> HUNT, Dave. Que amor é este? [Trad. Clóvis Rocha dos Santos e Walson Sales da Silva]. São Paulo: Editora Reflexão, 2015. p. 389.

<sup>188</sup> ANSELMO, 200, p. 85.

...como também **nos elegeu nele antes da fundação do mundo**, para sermos santos e irrepreensíveis diante dele em amor; e **nos predestinou** para sermos filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade, Efésios 1.4-5,

Porque **os que dantes conheceu**, também os **predestinou** para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos; e aos que predestinou, a estes também **chamou**; e aos que chamou, a estes também **justificou**; e aos que justificou, a estes também **glorificou**. Rm 8.29-30

Portanto não te envergonhes do testemunho de nosso Senhor, nem de mim, que sou prisioneiro seu; antes participa comigo dos sofrimentos do evangelho segundo o poder de Deus, **que nos salvou, e chamou** com uma santa vocação, não segundo as nossas obras, mas segundo o seu próprio propósito e a graça **que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos eternos**. 2Tm 1.9 (JFA) (grifo nosso)

Podemos entender os verbos no passado de dois modos basicamente. Primeiro, tudo já foi decidido e está (independentemente do modo, se por presciência ou predeterminação) predestinado. Outra forma de ver é, como apresenta George E. Ladd<sup>189</sup>, uma “escatologia realizada”, onde o futuro e o presente se encontram, “o já, mas ainda não”, onde a vida futura começa agora. Na realidade, a própria ideia e realização escatológica/eterna do sacrifício de Cristo, em termos bíblicos, é anterior à fundação do mundo.

sabendo que não foi com coisas corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes resgatados da vossa vã maneira de viver, que por tradição recebestes dos vossos pais, mas com precioso sangue, como de um cordeiro sem defeito e sem mancha, o sangue de Cristo, **o qual, na verdade, foi conhecido ainda antes da fundação do mundo, mas manifesto no fim dos tempos por amor de vós**, que por ele credes em Deus, que o ressuscitou dentre os mortos e lhe deu glória, de modo que a vossa fé e esperança estivessem em Deus. 1 Pe 1.18-19

E adoraram-na todos os que habitam sobre a terra, esses cujos nomes não estão escritos no livro da vida **do Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo**. Apocalipse 13:8

Pai, aqueles que me deste quero que, onde eu estiver, também eles estejam comigo, para que vejam a minha glória que me deste; **porque tu me amaste antes da fundação do mundo**. João 17:24 (grifo nosso)

Ainda, na sequência, Ladd, Barth e Calvino, tratando sobre o tempo e a eternidade a contar de uma perspectiva divina revelada nas Escrituras:

O que Cristo fez na Cruz, embora fosse um evento no tempo e no espaço, foi, em si mesmo, um evento no mundo espiritual. A eternidade, neste ponto, torna-se

<sup>189</sup> LADD, George Eldon. Teologia do Novo Testamento. [Trad. Degmar Ribas Junior]. ed.- ver. São Paulo: HAGNOS 2003. pp. 379-381.

uma intercessão no tempo; o celestial se incorpora no terreno; o transcendental ocorre no histórico.<sup>190</sup> (LADD, 2003)

Deus continua em contraste com o homem como o impossível em contraste com o possível, como a morte em contraste com a vida, como a eternidade em contraste com o tempo. A solução do enigma, a resposta à questão, a satisfação da nossa necessidade é absolutamente o novo evento pelo qual o impossível torna-se por si mesmo possível, a morte torna-se vida, a eternidade tempo, e Deus homem.<sup>191</sup> (BARTH, 2011)

Confundimos a eternidade com temporalidade. Esta é nossa falta de respeito no relacionamento com Deus. Secretamente, nesse modo de proceder, somos nós os senhores. Para nós não se trata de Deus, porém das nossas necessidades [de nossos desejos e conveniência] pelas quais queremos que Deus se oriente.<sup>192</sup> (BARTH, 2009)

Quando atribuímos presciência a Deus, queremos dizer que ele tem sempre e perpetuamente permanente sob as vistas, de sorte que, ao seu conhecimento, nada é futuro ou pretérito; ao contrário, todas as coisas estão presentes, e de fato tão presentes que não as imagina como meras ideias – da maneira como imaginamos aquelas coisas das quais nossa mente retém a lembrança –, mas as visualiza e discerne como se estivessem verdadeiramente diante dele. E esta presciência se estende a todo o âmbito do mundo e a todas as criaturas.<sup>193</sup> (CALVINO, 2006)

Se fôssemos simplesmente definir o tempo em que fomos eleitos, *a priori*, citaria imediatamente o texto “**eleitos segundo a presciência de Deus Pai**, na santificação do Espírito, para a obediência e aspersão do sangue de Jesus Cristo: Graça e paz vos sejam multiplicadas.” (1Pe 1.2, grifo nosso). “Eleitos” é uma flexão que indica algo no passado, fomos eleitos, como todos os outros textos bíblicos que tratam sobre a eleição em Cristo. A eleição é um fato fundamentado em um conhecimento ou ato prévio (atemporal), cujo modo é segundo a presciência de Deus Pai. Não imagino como Pedro poderia ser mais claro para explicitar o modo e o tempo de quando fomos eleitos. Mas isto não resolve tudo, nem mesmo entre os arminianos.

Há arminianos que creem que tais textos trazem apenas uma perspectiva indicativa, um caminho a seguir, um modo de dizer enquanto possibilidade dada a todos e não um fato realizado no passado. Isto ocorre porque há dificuldade (é o que observamos nas diversas publicações que lemos) na definição e separação de ideias do que é temporal do atemporal, é difícil processar estes conceitos, ainda mais conjuntamente. Para estes, que tratam o tema em termos de caminho ou possibilidade, a eleição ocorre hoje ou está ocorrendo agora. Para nós, toda a questão se resume apenas à

<sup>190</sup> Ibid., p. 765.

<sup>191</sup> BARTH, Karl. Palavra de Deus, Palavra do Homem. 2ª Ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2011. p. 218.

<sup>192</sup> BARTH, Karl. Carta aos Romanos. Trad.: Lindolfo Anders. 5ª Ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2009. p. 52

<sup>193</sup> CALVINO, João. As institutas da Religião cristã: Edição clássica (latim). (Vol. 3.21.5)



diferença de perspectiva, a de quem escolhe (Deus escolheu) e de quem é objeto desta eleição.

Para qualquer de nós que cremos em Cristo a nossa eleição ocorre no tempo (escolhido), no dia em que aceitamos/recebemos a Cristo (Jo 1.12). Do ponto de vista da perspectiva da presciência divina (quem escolhe), porém, o fato já ocorreu, pois não existe um futuro para Deus, uma vez que Ele não está dentro ou limitado ao tempo, muito menos há para Ele um futuro desconhecido. Pois “a invisível liberdade humana é apenas o palco onde tem lugar a eleição ou a rejeição do indivíduo que se move e repousa em Deus”.<sup>194</sup>

### 6.3 PERSPECTIVAS CALVINISTAS DA ELEIÇÃO EM CRISTO

Para um calvinista a eleição é incondicional, o que significa, na mente de um predestinista em termos semânticos, uma “eleição soberana”. Para defender esta posição utilizam-se principalmente dos textos de Romanos 8.29-30; 9.1-21 e 2Timóteo 1.9, além de Efésios 1, nosso texto base.

Agostinho foi quem primeiro esboçou as doutrinas que vieram a receber, quase 1200 anos depois, o nome de Calvinismo. Este apresentou os embriões, uma espécie de *protocolvinismo*. É algo muito interessante o salto hermenêutico e o exercício de imaginação que ele fez para explicar textos bíblicos onde claramente as bênçãos, a graça e a expiação são ditas “para todos os homens”. Na época, ele propôs uma saída que até hoje é utilizada por teólogos calvinistas para explicar estes mesmos textos (Jo 3.16, Rm 5.18, Tt 2.11, 1Tm 2.4-6, 1Jo 2.2), vejamos:

O que está escrito, que “ele quer que todos os homens sejam salvos”, enquanto nem todos os homens são salvos, deve ser entendido de muitas maneiras, algumas das quais tenho mencionado em outros escritos de minha lavra; aqui, porém, direi uma coisa: “Ele quer que todos os homens sejam salvos” deve ser entendido apenas como estando compreendidos todos os predestinados, por que todo tipo de pessoas se encontra entre eles.<sup>195</sup>

O historiador da patrística N. D. Kelly comenta o caso, sobre a visão de Agostinho:

Uma vez que a graça toma a iniciativa, e sem ela todos os homens constituem uma *massa damnata*, cabe a Deus decidir quem receberá e quem não receberá a graça. Com base nas Escrituras, Agostinho crê que Deus fez isso desde a eternidade. O número dos eleitos esta rigorosamente limitado, não sendo maior

<sup>194</sup> BARTH, 2009. p. 539.

<sup>195</sup> AUGUSTINE, Rebuke and Grace. 44 in: Nicene and Post-Nicene Father, First Series. vl. VIII. Apud LAWSON, 2013, p. 312.

nem menor do que é necessário para substituir os anjos caídos. Desse modo, ele precisa distorcer o texto que diz que “Deus deseja que todos os homens sejam salvos” (1Tm 2.4), interpretando que Ele deseja a salvação de todos os eleitos, entre os quais estão representadas todas as raças e tipos.<sup>196</sup>

O calvinista Charles Spurgeon também nos apresenta um comentário interessante sobre o texto de 1 Timóteo 2.3-4:

E então? Tentaremos substituir por outro o sentido que o texto apresenta com tanta clareza? Nem pensar! Vocês, muitos de vocês, conhecem bem o método geral pelo qual os nossos velhos amigos calvinistas tratam este texto. “Todos os homens”, dizem eles – “isto é, alguns homens”; como se o Espírito Santo não fosse capaz de dizer “alguns homens”, se quisesse dizer alguns homens. “Todos os homens”, dizem eles; “isto é, alguns de todos os tipos de homens”; como se o Senhor não pudesse dizer “Todos os tipos de homens”, se Ele quisesse dizer isso. O Espírito Santo, por meio do apóstolo, escreveu “todos os homens” e, inquestionavelmente, Ele que dizer todos os homens.[...] Há pouco estive lendo a exposição de um habilidoso doutor que explica o texto acabando com ele; ele aplica pólvora gramatical ao texto, e o faz explodir a título de explicá-lo. Quando li a sua exposição, pensei que teria sido um comentário de capital importância se o texto dissesse: “Que não quer que todos os homens se salvem, nem cheguem ao conhecimento da verdade”. Se essa fosse a linguagem inspirada, todas as observações feitas pelo ilustre doutor ser-lhe-iam exatamente fiéis, mas como acontece que ele diz “Que deseja que todos os homens sejam salvos”, as suas observações estão mais que um pouco fora do lugar.<sup>197</sup>

Entre Agostinho e os primeiros reformadores existiu um monge que defendeu uma ideia de predestinação rígida. Parkinson nos diz que “a ideia de expiação limitada, que recebeu lugar de grande destaque no calvinismo, foi primeiramente postulada por Godescalco de Orbais, um monge beneditino do século IX. Tendo desenvolvido uma doutrina de predestinação dupla, ele defendeu que a expiação limitada era necessariamente lógica.”<sup>198</sup> David Allen nos diz que “a primeira pessoa a defender explicitamente a expiação limitada na história da igreja foi Godescalco de Orbais”<sup>199</sup> e que este “leu Agostinho e aceitou sua posição sobre a predestinação, mas foi além se posicionando para uma dupla predestinação extrema”<sup>200</sup>. E, como esperado, o monge foi condenado em dois Sínodos por heresia. Não podemos desconsiderar o fato de que, no século IX, a Igreja, de modo geral, adotava interpretações alegóricas, por influência da

<sup>196</sup> KELLY, J. N. D. *Patrística: a origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã*. [Trad. Marcio Loureiro Redondo]. São Paulo: Vida Nova, 1994. p. 279.

<sup>197</sup> MURRAY, Iain H. *Spurgeon versus Hipercalvinismo: a batalha pela pregação do Evangelho*. São Paulo: PES, 2006. p. 171ss.

<sup>198</sup> PARKINSON, J. F. *A fé dos eleitos de Deus*. Pirassununga-SP: Editora Sã Doutrina, 2013, p. 62.

<sup>199</sup> ALLEN, David. *Por quem Cristo Morreu?: uma análise crítica sobre a extensão da expiação*. Natal-RN: Editora Carisma, 2019, p. 74.

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 75.

escola oriental (origenista) e uma soteriologia claramente semipelagiana, salvo exceções. Segue um pouco da história do monge, segundo Ferguson:

**GOTTSCHALK** (c. 803-869). Teólogo beneditino, poeta e monge, Gottschalk levantou argumentação quanto a predestinação que agitou a Igreja na França e Alemanha durante a era carolíngia. Seu pai, Berno, nobre saxão, o colocou ainda muito jovem em um mosteiro em Fulda. Ao atingir a idade adulta, Gottschalk pediu para ser liberado de seus votos. Esse pedido foi concedido pelo Sínodo de Mogúncia (829), mas Luís I, o Pio, atendendo a um apelo do abade do monastério, Rabanus Maurus, reverteu a decisão. Gottschalk foi então levado para o mosteiro de Orbais, onde se dedicou a um estudo intenso da obra de Agostinho. Já sacerdote, visitou Roma e serviu mais tarde como missionário nos Balcãs. Sua constante ênfase sobre dupla predestinação o levou a sua condenação nos Sínodos de Mogúncia (848) e Quiercy (849 e 853). Foi dispensado do sacerdócio, surrado até quase a morte e aprisionado no restante de sua vida no mosteiro de Hautvillers. Sua ideia de predestinação incluía as crenças de que: Deus predetermina aqueles que deseja levar para o céu ou para o inferno; toda pessoa pode ter absoluta certeza de salvação ou condenação; Deus não quer que todos sejam salvos, Cristo morreu somente pelos eleitos; ninguém pode exercer seu livre-arbítrio para fazer boas obras, somente para praticar atos maus. Diversos teólogos deram apoio, em seus escritos, as ideias de Gottschalk, entre os quais Ratramnus, Prudentius de Troyes (m. 861) e Remigius de Lião (m. 875). Quando três oponentes de seu pensamento, entre eles Hincmar de Reims (c. 806-882), enviaram cartas a Remigius justificando o duro tratamento que Gottschalk havia recebido, Remigius retrucou, em nome da Igreja de Lião, com uma *Resposta as três cartas*, na qual não só criticava o tratamento dado ao monge, mas esclarecia várias questões e dava parcialmente o seu apoio a posição de Gottschalk. O vivo debate sobre a predestinação demonstraria que as questões levantadas anteriormente na controvérsia pelagiana não tinham sido devidamente solucionadas. Viriam à tona novamente no tempo da Reforma e, ainda mais recentemente, como resultado do movimento wesleyano. Essas discussões, acompanhadas até, por vezes, de uma certa dose de rancor, continuam ainda hoje a dividir o evangelicalismo. Houve pouco progresso na fase da argumentação de Gottschalk, no século IX, não prevalecendo nenhum dos grupos contrários nem se alcançando qualquer acordo ou conclusão. Alguns dos monges companheiros de Gottschalk tentaram libertá-lo, apelando para o papa, mas sua tentativa falhou. Permaneceu na prisão sem se reconciliar com seus superiores eclesiásticos, e o sofrimento que certamente sentiu, por causa do tratamento severo que havia recebido, pode ter até contribuído para o desequilíbrio mental que experimentaria pouco antes de morrer. Homem de grande talento literário, Gottschalk deixou notáveis poemas, considerados dos mais inspirados produzidos pela Renascença Carolíngia.<sup>201</sup>

Não podemos deixar de ter em mente, pela sua relevância para entender o movimento, que a Reforma Protestante bem poderia ser chamada de “reforma agostiniana”, pois foi iniciada em monastérios agostinianos e fundamentada sobretudo nos escritos de Agostinho de Hipona, a exemplo do que ocorreu a Gottschalk no século IX. Assim, não é de se estranhar que esta influência tenha sido propagada entre os primeiros reformadores (salvo exceções). Tyndale diz:

<sup>201</sup> FERGUSON. op. cit. pp. 462-463.

**Por que Deus abre os olhos de um e não de outro?** Paulo (Rm 9) proíbe indagar por quê; pois isto é profundo demais para a capacidade do homem. Vemos que Deus é honrado com isso, e sua mercê se realça ainda mais quando vista nos vasos de misericórdia. Mas o papado não pode permitir que Deus tenha algum segredo íntimo. Eles têm tentado ir ao fundo de sua sabedoria sem fundo. E porque não podem atingir tal segredo, e são orgulhosos demais para deixá-lo sozinho e admitir que são ignorantes, como fez o apóstolo que nada mais conhecia senão a glória de Deus nos eleitos; vão e estabelecem o livre-arbítrio com os filósofos pagãos, e dizem que o livre-arbítrio do homem é a causa por que Deus escolhe um e não ao outro, contrariando assim toda a Escritura.<sup>202</sup> (grifo nosso)

Interessante que o apelo ao mistério ou a situação de antinomia sempre foi algo constante nas explicações sobre a eleição propostas por teólogos calvinistas ou *protocolvinistas*, como podemos ver em Calvino:

Com Agostinho afirmo que foram criados pelo Senhor aqueles a quem sabia, sem dúvida, de antemão que haveriam de ir para perdição, e que fez isto **porque assim o quis**. Mas, por que Deus assim o quis não é de nossa alçada indagar a razão, **a qual não podemos compreender**. Tampouco devemos discutir se a vontade de Deus é ou não justa; visto que, sempre dela se faz menção, sob seu nome se enuncia a suprema e infalível regra de justiça.<sup>203</sup> (grifo nosso)

Mesmo calvinistas modernos vivem este mesmo dilema e oferecem a mesma resposta quando questionados: “porque Ele quis”. Sam Storms escreveu um livro baseado neste dilema, onde traz como ilustração a história de dois irmãos gêmeos, Jerry e Ed, criados sob as mesmas condições, onde um aceita a Jesus e o outro não. “O que explica a separação irrevogável e eterna entre esses irmãos terrenos? Por que um veio a ter fé sincera e feliz... enquanto o outro persistiu em ódio e desdém sinceros?”<sup>204</sup>, assim o mistério é a mais lógica explicação para o fato. Outra exposição interessante e bastante sincera a respeito é a opinião de Sproul:

A questão continua. Por que Deus somente salva alguns? Se nós admitimos que Deus pode salvar os homens violentando suas vontades, por que então Ele não violenta a vontade de todos e traz todos a salvação? [...] A única resposta que eu posso dar a esta pergunta é que eu não sei. **Não tenho ideia por que Deus salva alguns e não todos**. [...] **Realmente não sei por quê**.<sup>205</sup> (grifo nosso)

Portanto, utilizaremos escritos de calvinistas sobre o conceito de eleição incondicional a fim de evitar a formação de espantalhos<sup>206</sup>. Vale destacar que a diferença

<sup>202</sup> LAWSON, 2013. p. 595.

<sup>203</sup> CALVINO, João. As Institutas da Religião cristã: Edição clássica (latim). (Vol. 3.21.5)

<sup>204</sup> Storms, 2014. p. 15.

<sup>205</sup> SPROUL, R. C. Eleitos de Deus. 4. ed. [Trad. Gilberto Carvalho Cury]. São Paulo: Cultura Cristã, 2016, p. 25.

<sup>206</sup> Caricaturas que não expressam a realidade ou em exatidão a visão dos autores ou teólogos.

entre os monergistas repousa basicamente na ordem dos decretos, gerando as perspectivas *infra* e *supralapsariana*. *Supra* significa antes ou acima, e *lapsus* quer dizer queda, erro, engano. Deste modo a dúvida reside se Deus escolheu os eleitos antes ou depois da queda de Adão. Assim temos, conforme o quadro explicativo abaixo, quatro principais visões de ordem temporal sobre a eleição divina:

<b>Supralapsarianismo</b>	<b>Infralapsarianismo</b>	<b>Amyraldismo</b>	<b>Arminianismo</b>
1. Eleger alguns, reprovar o restante.	1. Criar.	1. Criar.	1. Criar.
2. Criar.	2. Permitir a Queda.	2. Permitir a Queda.	2. Permitir a Queda.
3. Permitir a Queda.	3. Eleger alguns, ignorar o restante.	3. Providenciar salvação suficiente para todos.	3. Providenciar salvação para todos.
4. Providenciar salvação para os eleitos.	4. Providenciar salvação para os eleitos.	4. Eleger alguns, ignorar o restante.	4. Chamado de todos à salvação.
5. Chamado do eleito à salvação.	5. Chamado do eleito à salvação.	5. Chamado do eleito à salvação.	5. Eleger aqueles que creem.

(JOHNSON, 2004.)<sup>207</sup>

Vamos às definições e explicações de teólogos calvinistas:

SPROUL: Eleição incondicional significa que nossa eleição é decidida por Deus de acordo com seu propósito, de acordo com sua vontade soberana. Não é baseada em alguma condição prevista, condições que alguns de nós preenchemos e outros não conseguem preencher. Não é baseada em que querermos ou correremos, mas no soberano propósito de Deus.<sup>208</sup>

É assim que devemos entender a dupla predestinação. Deus dá misericórdia aos seus eleitos, operando fé em seu coração, e dá justiça aos reprovados, deixando-os nos próprios pecados. Não há simetria aqui. Um grupo recebe misericórdia. O outro recebe justiça. Ninguém recebe injustiça. Ninguém pode queixar-se de que há injustiça em Deus.<sup>209</sup>

ANGLADA: Para os calvinistas, a fé e o arrependimento não são condições, e sim os resultados da eleição, os meios que Deus escolheu para aplicar a salvação aos

<sup>207</sup> JOHNSON, Phillip R. Disponível em <[http://www.monergismo.com/textos/predestinacao/infra-supra\\_phil.htm](http://www.monergismo.com/textos/predestinacao/infra-supra_phil.htm)>. Acesso em 11 de junho de 2018.

<sup>208</sup> SPROUL, 2016. p. 114.

<sup>209</sup> Ibid., p. 108.

eleitos. Deus não elege porque antevê arrependimento e fé; ele produz arrependimento e fé porque elegeu.<sup>210</sup>

MAIA: Nossa eleição caracteriza o reino da graça de Deus como antecedendo à história (Rm 11.5-6; Gl 1.15; 2Tm 1.9). Ela não é condicionada por nossas “boas obras” nem depende delas, nem da fé ou mesmo da previsão da fé, mas do beneplácito de Deus.<sup>211</sup>

GRUDEM: Eleição é o ato divino antes da criação no qual ele escolhe algumas pessoas para serem salvas, não com base em qualquer mérito previsto nelas, mas somente por causa de seu beneplácito.<sup>212</sup>

BERKHOF: Deus executa o decreto da eleição com sua própria eficiência, pela obra salvadora que realiza em Jesus Cristo. É Seu propósito que certos indivíduos creiam e perseverem até o fim, e Ele assegura este resultado pela obra objetiva de Cristo e pelas operações subjetivas do Espírito Santo, Rm 8.29, 30; 11.29; 2 Tm 2.19. É o firme fundamento de Deus que permanece, “tendo este selo: o Senhor conhece os que lhe pertencem”. E, como tal, é fonte de abundante consolação para os crentes. Sua salvação não depende da sua obediência incerta, mas tem a garantia do propósito imutável de Deus.<sup>213</sup>

No caso do *infralapsarianismo*, Deus, ciente da queda ou a tendo permitido<sup>214</sup> escolhe, dentre a massa de caídos, alguns para que sejam salvos, deixando os demais ao seu próprio destino - condenação. Ouvi certa vez uma ilustração assim: todos, devido à queda de Adão, estão perdidos e andam na direção do abismo do inferno, com os olhos vendados. Então Deus resolve soberanamente<sup>215</sup> retirar as vendas de alguns e deixar a outros que continuem andando às cegas. Destacando que todos estão cegos por seus próprios pecados.

Nesta perspectiva, Deus não está obrigado a ser gracioso com ninguém. Ninguém recebe injustiça, porque todos pecaram. Não há qualquer previsão de fé para que venham ser salvos, mas os escolhidos são dotados com o “dom da fé”.<sup>216</sup> A condenação é com base nos pecados individuais ou no estado de pecado futuro (pós queda), é uma reprobção baseada na justiça, enquanto que a eleição é baseada na graça e misericórdia divina

<sup>210</sup> ANGLADA, Paulo. Calvinismo: as antigas doutrinas da graça. 3. ed. Ananindeua: Knox Publicações, 2009. p. 47.

<sup>211</sup> MAIA, Hermisten. Fundamentos da Teologia Reformada. São Paulo: Mundo Cristão, 2007. (coleção teologia brasileira). p. 85.

<sup>212</sup> GRUDEM, Wayne. Manual de Doutrinas Bíblicas: teologia sistemática ao alcance de todos. [Trad. Heber Carlos de Campos]. São Paulo: Vida Nova, 2007, p. 308.

<sup>213</sup> BERKHOF, Louis. Teologia Sistemática. [Trad. Odayr Olivetti]. Campinas: Luz para o caminho, 1990. pp. 105-106.

<sup>214</sup> Permissão, neste caso, implica em um antinomismo ou em um mistério em que Deus determinou que o homem caísse livremente (sic).

<sup>215</sup> Para um calvinista, a coisa mais importante e que precisa sempre ser destacada é a Soberania divina. Sobre o pretexto de proteger a liberdade da vontade Soberana de Deus é que toda a doutrina é estruturada.

<sup>216</sup> MAIA, Hermisten. Prefácio do livro: Calvinismo e Arminianismo Evangélico: Eleição, reprobção, justificação e doutrinas correlatas, de Jonh L. Girardeau. Goiania: Primicias p. 6-8.



dispensada sobre alguns (os escolhidos). Diz-se que na eleição Deus age ativamente, enquanto a reprovação de forma passiva, isto é, tem fundamento na culpa humana. Também conhecida como eleição assimétrica, já que os eleitos recebem graça e os reprovados recebem a justiça divina, mas ninguém recebe injustiça.

Segundo Maia<sup>217</sup>, estão entre aqueles que defenderam tal visão: F. Turrentini (1623-1687); Charles Hodge (1797-1878); A. A. Hodge (1823-1886); B. B. Warfield (1851-1921); L. Boettner (1901-1190); G. C. Berkouwer (1903-1996), A. A. Hoekema (1913-1988), entre outros.

Já no *supralapsarianismo* Deus escolhe ativamente, por livre e soberana vontade, homens para a salvação e para a perdição respectivamente, antes e independentemente de previsão de fé ou mesmo da fé ou pecado, mas simplesmente porque Ele quis dispor a história como bem Lhe aprouve. Vasos de honra e de desonra já formados com propósito definido, para compor este ou aquele grupo, em uma escolha ativa de Deus. Diz-se que é uma eleição simétrica em razão de ter um único ato, em uma igualdade única de motivo, a vontade de Deus. Nesta nem fé e nem pecado são considerados, passam a ser somente após a eleição dos indivíduos. Como declara Calvino, que parecia esboçar esta perspectiva:

E de fato muitos, como se quisessem impedir que Deus seja acusado de tão odiosa discriminação, então admitem a eleição, mas de maneira que negam que alguém seja reprovado. Mas nisto se enganam mui inepta e infantilmente, quando a própria eleição não pode ser mantida, a não ser que seja confrontada com a reprovação. Diz-se que ele separa àqueles a quem adota para a salvação; seria, pois, um notável desvario afirmar que os outros alcançam casualmente, ou adquirem por sua própria indústria o que a eleição dá a poucos. Portanto, **aqueles a quem Deus pretere os reprova; não por outra causa, mas porque os quer excluir da herança para a qual predestina a seus filhos.**<sup>218</sup> (grifo nosso)

Defenderam tal perspectiva, além do próprio Calvino: Theodoro Beza (1519-1605) – sucessor de Calvino em Genebra e a quem é atribuída a sistematização desta vertente; Jacobus Trigland (1583-1654); William Twisse (1575-1646) – que presidiu a Assembléia de Westminster; Francisco Gomarus (1563-1641) – o maior rival de Jacó Armínio; Zacharias Ursinus (1534-1583); Herman Hoeksema (1886-1965) e outros.

Então, no *infralapsarianismo* temos um Deus que não se importa com aqueles que continuam vendados ou que não são objeto de Sua “graça eficaz”<sup>219</sup>, onde mesmo tendo o

<sup>217</sup> Na perspectiva calvinista a fé é um dom que é dado exclusivamente aos eleitos.

<sup>218</sup> CALVINO, João. As institutas da Religião cristã: Edição clássica (latim). (Vol. 3.23.1)

<sup>219</sup> Isto é, no calvinismo, a graça que conduz o homem eficaz e irresistivelmente ao novo nascimento/salvação.



remédio suficiente para todos, podendo, o dá somente a alguns, sem nenhuma razão aparente, em uma escolha misteriosa. Racionalmente é impossível, a não ser que seja por sorteio, escolher entre objetos ou seres idênticos sem considerar nada naqueles que são escolhidos. Como dissemos, só há duas opções, ou há um fundamento/razão para a escolha ou esta se faz mediante sorte. Vejamos o que diz Sproul:

Parece que nossa eleição é o resultado de uma loteria cega e frívola. Se somos eleitos, então é só porque temos sorte. Deus tirou nossos nomes de um chapéu celestial. [...] Os calvinistas geralmente não gostam de falar de sorte. Em vez de desejar “boa sorte” às pessoas, preferimos dizer “bênçãos providenciais”. Ainda assim se devemos falar de nosso dia de sorte, marcaríamos aquele dia na eternidade quando Deus decidiu nos escolher.<sup>220</sup>

Outra palavra que é repetida a plenos pulmões é “beneplácito”, que é normalmente dita como puro verbalismo, não carregando qualquer sentido prático para a solução do caso, ou seja, do como ou com em que base fomos eleitos. Que foi pela vontade divina é algo mais que óbvio, mas esta vontade foi revelada nas Escrituras e na pessoa de Jesus Cristo. Não podemos depositar nossa fé e confiança na sorte de termos sido eleitos incondicionalmente antes da fundação do mundo. E é por isso que jamais poderia ser um calvinista, não suportaria tal dúvida constante e impossível de solução: “Sou eu um dos eleitos?”.

Do outro lado temos o *supralapsarianismo*, mais conhecida como doutrina da dupla-predestinação, a visão de que Deus fez os réprobos, independente de pecados futuros, para a condenação. Os reprovados foram escolhidos ativamente para isto mesmo, para cumprir e manifestar a todos a justiça de Deus condenando-os eternamente, não por qualquer outra vontade ou causa, mas porque Ele quis. Nesta perspectiva todos cumprem papéis no teatro de Deus<sup>221</sup>, o decreto horrível. A história seria como um livro escrito em que o autor escolheu quem seriam os mocinhos (neste caso, os vilões que receberiam graça) e o que os vilões (os reprovados incondicionalmente). Importante salientar que mesmo nesta perspectiva muitos autores não admitem a simetria entre eleição e reprovação, pois a condenação tem em vista os pecados futuros que serão cometidos, ainda que inevitáveis. Então mesmo que Deus predestine ao pecado sem qualquer possibilidade de remissão, é com base nestes pecados (futuros) predestinados que serão condenados. Em termos lógicos é como usar uma arma para cometer um homicídio e

<sup>220</sup> SPROUL, op. cit., pp. 115-116.

<sup>221</sup> Designação utilizada por Calvino nas Institutas, volume 1.

depois culpar a arma pelo crime (sic). Esta perspectiva foi a mais combatida por Jacó Armínio, ele a considerava repugnante, pois fazia claramente Deus o autor do pecado.

Em ambas as perspectivas, percebemos de modo claro que o foco é o homem eleito: “Por que Deus abre os olhos de um e não de outro?”. As considerações partem do indivíduo para Deus e não de Deus para o indivíduo. A questão é centrada no “será que sou um dos eleitos?” Ou “como fui escolhido?”. É uma visão claramente antropocêntrica, embora os calvinistas jamais admitam tal fato ou conclusão. Homens são eleitos pelo beneplácito divino (seja lá o que signifique esta expressão em uma mente predestinista) ou por sorte, para que depois Jesus seja oferecido como sacrifício pela salvação deles.

Eles podem desejar dizer algo diferente, mas é isto que lemos nos textos dos calvinistas. Uma possível esquiva para o predestinista seria a proposição de uma separação da ordem lógica da cronológica (no tempo). Mas isto cria mais problema que explica qualquer coisa, primeiro porque a eleição é atemporal e depois porque em pelo menos uma destas ordens o sacrifício de Cristo é secundário e isto é inaceitável. Cristo é escolhido para eles e não eles por Cristo.

A Bíblia diz: “como nos elegeu Nele” e não “como nos elegeu para ele”. Em Cristo somos eleitos, somos feitos filhos, somos constituídos herdeiros. Cristo tem a primazia, o primeiro, o primogênito. O equívoco é tanto que Berkhof chega ao absurdo de dizer:

O decreto da eleição é: (1) Uma expressão da vontade soberana de Deus, do beneplácito divino. Significa, entre outras coisas, **que Cristo como Mediador não é a causa impulsora, motriz ou meritória da eleição, como alguns têm asseverado.** Pode-se-lhe chamar causa mediata da concretização da eleição, e causa meritória da salvação para a qual os crentes foram eleitos, mas Ele não é a causa motriz ou meritória da eleição propriamente dita.<sup>222</sup>

Entretanto, o bom historiador calvinista apenas reconhece a consequência lógica da eleição incondicional. Se não há condição, Cristo não pode ser a condição ou causa da eleição, ou seja, Ele é enviado para confirmá-la ou executá-la. A eleição é (ou tem que ser necessariamente) anterior ao decreto que determina que Cristo seja oferecido como expiação pelos eleitos. Logo que me apresentaram o calvinismo percebi este fato, o papel de coadjuvante dado a Cristo na eleição e salvação. Em outras palavras, Jesus também cumpriu um papel nesta história, sem vontade envolvida. Foi enviado somente para cumprir um plano de eleição de indivíduos pré-selecionados com base em suas

---

<sup>222</sup> BERKHOF, Louis. Teologia Sistemática. [Trad. Odayr Olivetti]. Campinas: Luz para o caminho, 1990. p. 106.

respectivas individualidades ou por pura sorte. Como um calvinista poderá saber se é um dos eleitos? Não vejo como, pois nem sua fé, nem mesmo o estar em Cristo é critério de eleição no calvinismo. Pode ser uma falsa fé. Ao final, “faria alguma diferença se Deus condenasse indivíduos desde a eternidade ou simplesmente os ignorasse enquanto escolhe outros de modo irresistível?”<sup>223</sup>

Porém, diferentemente das teses calvinistas, a Bíblia diz que fomos eleitos Nele e não “para Ele”.

#### 6.4 PERSPECTIVAS ARMINIANAS DA ELEIÇÃO EM CRISTO – A DIREÇÃO CORRETA SOBRE O TEMA

Para a teologia arminiana, a eleição é sempre condicionada e sua condição é a fé, isto porque a eleição bíblica é “em Cristo” e somos ligados a Cristo somente pela fé (Rm 5.1-2). Entre os arminianos temos duas escolas de pensamento a respeito das doutrinas da eleição e predestinação. A primeira e mais antiga vertente é aquela que defende a ideia de uma eleição por presciência simples da fé. Deus conheceu os que são (seriam) seus e então os predestinou. A segunda é aquela que chamamos de escola da eleição corporativa, onde a eleição absoluta é a de Cristo e a predestinação diz respeito ao destino daqueles que se ligarem no tempo a Cristo pela fé. A eleição, neste caso, é do corpo de Cristo, do meio e não dos indivíduos.

##### 6.4.1 A eleição por presciência divina

A primeira escola, presciência simples, tem origem na patrística (*protoarminianos*). Podemos incluir nesta Justino, o Mártir (100–160), Irineu de Lião (130–202), Orígenes (185–254), João Crisóstomo (347–407), Jerônimo (347–420). Na época medieval, destaco Anselmo da Cantuária (1033–1109), Erasmo de Roterdã (1466–1536), Jacó Armínio (1560–1609) e os remonstrantes. Na era moderna e contemporânea,

---

<sup>223</sup> PARKINSON, J. F. A fé dos eleitos de Deus. Pirassununga-SP: Editora Sã Doutrina, 2013, p. 115.

destaco ainda John Wesley<sup>224</sup> (1703–1791), Henry Clarence Thiessen<sup>225</sup> (1883–1947), Robert Picirilli (1932), Jack Cottrell (1938), J. Matthew Pinson e outros.

JUSTINO: ...até se completar o número dos que por ele, de antemão conhecidos como bons e virtuosos, em respeito dos quais justamente ainda não foi levado a cabo a conflagração universal. [...] Concluindo: se dizemos que os acontecimentos futuros foram profetizados, nem por isso afirmamos que aconteçam por necessidade do destino; afirmamos sim que Deus conhece de antemão tudo o que será feito por todos os homens e é decreto seu recompensar cada um segundo o mérito de suas obras.<sup>226</sup>

ANSELMO: Quanto à questão da presciência, já investigamos com clareza que certas coisas que se realizarão com plena liberdade são conhecidas previamente e sem que nisso haja contradição. [...] pois Deus não conhece nem predestina alguém a ser justo em virtude de uma necessidade. Pois aquele que não a obedece por livre vontade não possui justiça. [...] Como a presciência, que não se engana, não conhece senão a verdade tal qual será, necessária ou espontânea, assim, a predestinação, que não muda, não predestina senão conforme a presciência.<sup>227</sup>

ERASMO (citando a Laurêncio Valla): Com efeito, a presciência não é a causa das coisas que acontecem, pois sucede que temos presciência de muitas coisas que não acontecem porque as conhecemos previamente, mas, muito antes, nós as conhecemos previamente por estarem por acontecer. Assim sendo, o eclipse solar não acontece porque os astrólogos predizem a sua ocorrência, mas eles predizem a sua ocorrência porque ele certamente aconteceria. Em contrapartida, a questão da vontade e da determinação de Deus é mais difícil.<sup>228</sup>

THIESSEN: Por eleição, entendemos aquele ato soberano de Deus em graça, pelo qual Ele escolheu em Jesus Cristo para salvação todos aqueles que de antemão sabia que O aceitariam. [...] Ele os escolheu “em Cristo”. Não podia escolhê-los em si mesmos por causa de sua indignidade; por isso os escolheu pelos méritos de outro.<sup>229</sup>

A eleição por presciência simples é fundamentada na onisciência divina, assim Deus, antes de criar o mundo, já tinha conhecimento prévio de quantos e quais seriam aqueles que creriam em Cristo. A crítica mais comum a esta perspectiva é quanto a uma passividade divina na eleição, como se Deus dependesse das escolhas humanas para tomar as suas decisões ou para fazer as Suas escolhas. Calvinistas normalmente sugerem que nesta perspectiva Deus se torna um sujeito totalmente passivo e o homem, por sua

<sup>224</sup> Sobre a posição de John Wesley pode haver divergências, mas é o que este autor depreende de sermões como “Sobre a Predestinação”, “Graça Livre” e “A predestinação calmamente considerada”. Defende também este ponto de vista o historiador Roger Olson, vide Teologia Arminiana - Mitos e Realidades. Reflexão, 2013. p. 244.

<sup>225</sup> Embora o Thiessen negasse ser arminiano, sua soteriologia é claramente arminiana.

<sup>226</sup> JUSTINO. I Apologia. 44, apud. JUSTINO DE ROMA: I e II Apologias: Diálogo com Trifão. São Paulo: PAULUS. 1995. pp. 44-45 e 60.

<sup>227</sup> ANSELMO, op. cit. pp. 63-64

<sup>228</sup> ROTERDÃ, Erasmo. Livre-arbítrio e salvação. [Trad. Nélcio Schneider]. São Paulo: Editora Reflexão, 2014. p. 108.

<sup>229</sup> THIESSEN, Henry Clarence. Palestras introdutórias à Teologia Sistemática. São Paulo: Batista Regular, 1987. p. 261.

vontade livre, faz-se salvador de si mesmo. Isto é um falso dilema fundamentado na ideia de que se o homem possuir alguma liberdade então Deus não é totalmente soberano. É um claro defeito nos conceitos de soberania e na teontologia de alguns calvinistas. Obviamente há um claro exagero nesta consideração/crítica dos calvinistas à eleição por presciência, mas é relativamente compreensível a crítica. Na parte final comentamos mais sobre isto.

Armínio entendia a presciência divina quanto aos eleitos como algo um pouco mais ativo na pessoa de Deus, diferente de uma mera expectativa concernente às futuras decisões humanas ou, ainda, muito diferente da ideia de presciência como um mero conhecimento visionário do futuro. Não, para Armínio Deus é sujeito ativo na história.<sup>230</sup> Vejamos a ordem dos decretos que ele expos em sua famosa Declaração de Sentimentos:

I. O primeiro decreto integral de Deus a respeito da salvação do homem pecador é aquele no qual Ele decreta a indicação de seu Filho, Jesus Cristo, para Mediador, Redentor, Salvador, Sacerdote e Rei [...]. II. O segundo decreto preciso e absoluto de Deus é aquele em que Ele decretou receber aqueles que se arrependerem e crerem, e, em Cristo, por causa dEle e por meio dEle, para efetivar a salvação de tais penitentes e crentes que perseverarem até o fim, mas deixar em pecado, e sob a ira, todas as pessoas impenitentes e incrédulas, condenando-as como alheios a Cristo. III. O terceiro decreto divino é aquele pelo qual Deus administra, de formas suficientes e eficazes, os meios que eram necessários para o arrependimento e a fé [...]. IV. A estes sucede o quarto decreto, **pelo qual Deus decretou salvar e condenar certas pessoas em particular. Este decreto tem o seu embasamento na presciência de Deus, pela qual Ele sabe, desde toda a eternidade, que tais indivíduos, por meio de sua graça preventiva, creriam, e por sua graça subsequente perseverariam**, de acordo com a administração previamente descrita dos meios que são adequados e apropriados para a conversão e a fé; e, do mesmo modo, pela sua presciência, Ele conhecia aqueles que não creriam, nem perseverariam.<sup>231</sup> (grifo nosso)

4. Desses três decretos, se origina um quarto decreto, a respeito da salvação dessas pessoas, em particular, e a condenação daquelas. Isto depende da presciência e da previsão de Deus, com que Ele sabia, desde toda a eternidade, quais homens, por tal administração, creriam, pela ajuda da graça preventiva ou precedente, e quais perseverariam, pelo auxílio da graça subsequente ou posterior, e quais não creriam e não perseverariam. 5. **Consequentemente, diz-se que Deus “conhece os que são seus” (2 Tm 2.19), e o número dos que serão salvos e dos que serão condenados é certo e fixo, e o quod e o qui [a substância e as partes de que é composto]** ou, como na maneira de expressar dos estudiosos, é tanto *materialmente* quanto *formalmente*.<sup>232</sup> (grifo nosso)

É fácil perceber, a partir dos excertos acima, que a eleição e a predestinação para Armínio é mais que uma mera expectativa divina quanto a decisão dos homens frente à

<sup>230</sup> Para saber mais, leia a definição de providência divina feita por Armínio. Obras, volume 1, p. 230.

<sup>231</sup> ARMÍNIO, Jacó. As obras de Armínio. (Volume 1). [Trad. Degmar Ribas]. Rio de Janeiro: CPAD, 2015. pp. 226-227.

<sup>232</sup> ARMÍNIO, Jacó. As obras de Armínio. (Volume 2). [Trad. Degmar Ribas]. Rio de Janeiro: CPAD, 2015. pp. 427.

oferta e disponibilização da graça divina. Deus, na eternidade, elegeu indivíduos em particular, com base em sua presciência, sendo o número dos salvos certo e conhecido. Isto não implica dizer que Deus agiu ativamente a fim de que aqueles que Ele sabe que dados certos meios (contrafactuais) creriam, ou faz com que ouçam o evangelho e venham crer, isto é a definição de molinismo e não foi o pensamento expresso por Armínio, embora dele tenha se utilizado. Antes significa que Deus amou, desde a fundação do mundo, aqueles que conheceu como crentes, ligados a Cristo, remidos pelo sangue, e a estes destinou bênçãos, amou e providenciou meios e livramentos, “por causa dos eleitos” (Mt 24.21-22).

“Deus não reconhece como seu e não escolhe para a vida eterna nenhum pecador, a menos que o considere como um crente em Cristo, e feito um só, com Ele, pela fé.”<sup>233</sup> Para Armínio “a eleição é considerada como tendo sido feita em Cristo”, este é o ponto central de sua exposição, uma eleição cristocêntrica. Bangs declara que na teologia de Armínio:

Jesus Cristo, então, é mais do que um meio para a realizar um decreto anterior e não cristológico. Ele é mais do que o executor do decreto. Ele é o fundamento do decreto, de maneira que toda eleição é “em Cristo”. [...] Dessa forma, pode-se dizer que Armínio acredita em uma predestinação absoluta – a de Cristo. É um ponto que Karl Barth redescobriu no século XX.<sup>234</sup>

A diferença essencial desta perspectiva para as vertentes calvinistas está na condicionalidade da eleição e não no fato de considerá-la como eleição individual pela presciência da fé dos que creriam e perseverariam. Jack Cottrell, um dos principais defensores desta posição na atualidade, comentando sobre Ap 17.8, diz que:

De qualquer forma, existem certos indivíduos cujos nomes estão escritos no livro da vida desde a fundação do mundo e cujos nomes não serão apagados. Quem podem ser estes, senão aqueles a quem Deus predestinou individualmente para a salvação? E o ponto aqui é seus próprios nomes são conhecidos de Deus desde o início. O que pode ser isto senão predestinação individual? “Alegrei-vos antes por estarem vossos nomes escritos nos céus.” (Lc 10.20).<sup>235</sup>

#### 6.4.2 Eleição corporativa

<sup>233</sup> ARMÍNIO, Jacó. As obras de Armínio. (Volume 3). [Trad. Degmar Ribas]. Rio de Janeiro: CPAD, 2015. p.303.

<sup>234</sup> BANGS, Carl O. Armínio – um estudo da Reforma Holandesa. 1. ed. [Trad. Wellington Mariano]. São Paulo: Reflexão, 2015. p. 414.

<sup>235</sup> PINNOCK, Clark H. e WAGNER, John D. (editores). Graça para todos: A dinâmica arminiana da salvação. São Paulo: Editora Reflexão, 2016. pp. 140-141.

A ideia da eleição do corpo, isto é, da igreja, é muito mais popular, isto em termos de ser amplamente divulgada. É também a mais aceita entre arminianos contemporâneos. Basicamente assume como eleição absoluta somente a Cristo e todas as outras condicionadas a ele. Entende que, assim como Israel (nação) no Antigo Testamento foi eleita como um meio instrumental da salvação e que nem todos de Israel eram de fato eleitos, assim, de igual modo, no Novo Testamento, a igreja, isto é, o corpo de Cristo é (de certo modo) o instrumento de definição daqueles que são eleitos. Assim toda e qualquer eleição é condicionada à ligação a Cristo, a igreja que é o seu corpo. Essencialmente o meio ou o destino que é predefinido (predestinado), não os indivíduos. Entre os que apoiam esta escola,<sup>236</sup> podemos citar: Richard Watson (1781–1833), John Miley (1813–1895), William Burton Pope (1822–1903), H. Orton Wiley (1877–1961), Eduardo Joiner, Mildred Bangs Wyncoop (1905–1977), Robert Shank (1918–2016), Thomas Oden (1931–2016), Norman Geisler<sup>237</sup> (1932-2019), Donald Stamps (1938–1991), William Klein (1946), Brian Abasciano (1970) e outros.

Vejamos a clássica ilustração desta perspectiva, a ideia do navio da salvação, por Stamps e depois por Geisler:

No tocante à eleição e predestinação, podemos aplicar a analogia de um grande navio viajando para o céu. Deus escolhe o navio (a igreja) para ser sua própria nau. Cristo é o capitão e piloto deste navio. Todos os que deseja estar nesse navio eleito, podem fazê-lo mediante a fé viva em Cristo. Enquanto permanecerem no navio, acompanhando seu capitão, estarão entre os eleitos. Caso alguém abandone o navio e seu Capitão, deixará de ser um dos eleitos. **A predestinação concerne ao destino do navio** e ao que Deus preparou para quem nele permanece. Deus convida todos a entrar a bordo do navio eleito mediante Jesus Cristo.<sup>238</sup>

Uma ilustração final da congruência entre predeterminação e livre-escolha é encontrada no naufrágio registrado por Lucas em Atos 27. Paulo assegura de antemão aos seus companheiros de viagem que “nenhum de vocês perderá a vida; apenas o navio será destruído” (v. 22). Todavia, uns poucos versículos adiante ele os adverte: “Se estes homens não ficarem no navio, vocês não poderão salvar-se” (v. 31). As duas coisas são verdadeiras. Deus sabia de antemão e tinha revelado a Paulo que ninguém se perderia (v.23), mas também sabia que seria por meio da livre-escolha de permanecer no navio que isso seria cumprido.<sup>239</sup>

<sup>236</sup> Alguns sugerem que Clemente de Roma teria esposado esta posição em sua 1ª Carta aos Coríntios e ainda Inácio de Antioquia em Carta aos Efésios.

<sup>237</sup> Embora não assuma a condição de arminiano a sua soteriologia é claramente arminiana de 4 pontos.

<sup>238</sup> STAMPS, Donald. Bíblia de Estudos Pentecostal. CPAD, 1995. p. 1809.

<sup>239</sup> GEISLER, Norman. Eleitos, mas livres: uma perspectiva equilibrada entre a eleição divina e o livre-arbítrio. [Trad. Heber Carlos de Campos]. São Paulo: Editora Vida, 2005. p. 47



Como podemos perceber, nesta perspectiva o meio (navio) tem destinação certa, pré-definida, e não os indivíduos. A participação dos indivíduos é condicional à sua permanência no meio. Couto nos diz que:

O arminianismo não nega a doutrina da predestinação, apenas a interpreta de forma diferente. Enquanto o entendimento calvinista parte da escolha pessoal de Deus, em nosso sistema, cremos numa eleição corporativa, ou seja, que Deus não escolheu as pessoas, mas a igreja. Não os israelitas, mas Israel. Não os salvos, mas a salvação. Não os redimidos, mas a redenção.<sup>240</sup>

O erudito mais citado entre os defensores desta opinião, eleição corporativa, é com certeza Robert Shank. Para este “o organismo corporativo de eleitos é compreendido de indivíduos. Mas a eleição é primariamente corporativa, e secundariamente particular.”<sup>241</sup> Joiner diz que “aqueles que Deus elegeu em Cristo ‘antes da fundação do mundo’ não foram escolhidos arbitrariamente. Quem crê no evangelho é que passa a integrar o número dos eleitos”<sup>242</sup>. Vale destacar o comentário de Ladd sobre os eleitos:

A igreja é uma comunhão dos eleitos (Ef 1.4; I Ts 1.4). a despeito da condição social, educação, riqueza ou raça (I Co 1.27). A igreja pode simplesmente ser designada a eleita de Deus (Rm 8.33; Cl 3.12; 2 Tm 2.10; Tt 1.1). Isto enfatiza que a igreja não é primariamente uma instituição humana nem um movimento religioso fundado em obras, ou mesmo lealdade a um grande mestre ou líder; é uma criação de Deus, baseada em seu propósito gracioso (Rm 9.11; 11.5-6). [...] A ideia da eleição não é basicamente a do indivíduo para a salvação, mas a *Heilsgeschichte*, um conceito da eleição do povo de Deus. O fundamento é Israel como o povo eleito de Deus, e designa a igreja como sucessora de Israel. **É basicamente um conceito corporativo.**<sup>243</sup> (grifo nosso)

Brian Abasciano é outro erudito que defende a primazia da eleição corporativa. Comentando sobre a analogia utilizada pelo calvinista Thomas Schreiner, escreve:

A analogia de um time de baseball oferecida por Schreiner fornece na verdade uma boa ilustração de tais modos corporativos de pensamento e testemunha contra seu próprio argumento. Sem dúvida, a analogia mostra que “escolher um time requer que você escolha um time entre outros junto com os indivíduos que o compõem.” Mas Schreiner deixa de observar que a compra de um time de baseball é mais corporativamente do que individualmente orientado. Alguém compra/“elege” o time, e os jogadores individuais que fazem parte do time são escolhidos como consequência de sua associação com o time. Alguém familiar com a atividade do baseball profissional sabe que quando um novo proprietário compra um time, ele não seleciona individualmente cada jogador que ele quer que esteja no time, mas adquire os jogadores individualmente no time como consequência de sua compra corporativa. [...] A identidade de um time profissional de baseball transcende a mera reunião de seus membros

<sup>240</sup> COUTO, Vinícius. Introdução à Teologia Armínio-wesleyana. São Paulo: Editora Reflexão, 2014. p. 38.

<sup>241</sup> SHANK, Robert. Eleitos no Filho – um estudo da doutrina da eleição. [Trad. Vinícius Couto e Glória Hefzábá]. São Paulo: Editora Reflexão, 2015. p. 45.

<sup>242</sup> JOINER, Eduardo. Manual prático de teologia. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2014. pp. 304-305.

<sup>243</sup> LADD, 2003. pp. 727-728.

individualmente assim como a identidade de quaisquer de seus membros individuais.<sup>244</sup>

As críticas a esta perspectiva fundamentam-se principalmente na ideia de que, se Deus não escolheu indivíduos na eternidade, então não teria escolhido a ninguém, não houve eleição de fato a não ser do meio de salvação e não de pessoas, o que esvazia o sentido das palavras *ekloge*, *eklegomai* e outras. A partir desta crítica várias outras se desdobram, as quais são respondidas no capítulo 7, “Respostas às objeções calvinistas”, artigo anteriormente divulgado na internet e que após revisão e ampliação passa a compor este livro. O escrito inicial para a internet está disponível no *site* do Centro Apologético Cristão de Pesquisas.<sup>245</sup> Assim, após a exposição das principais vertentes a respeito da doutrina da eleição, passamos agora a análise dos pontos fortes e dificuldades de cada perspectiva.

## 6.5 DIFICULDADES E PROBLEMAS ENFRENTADOS EM CADA PERSPECTIVA APRESENTADA.

Como poderia o indivíduo temporal, visível, psicológico, estar habilitado à eleição ou à rejeição? [Como seria isto possível?] A invisível liberdade humana é apenas o palco onde tem lugar a eleição ou a rejeição do indivíduo que se move e repousa em Deus.<sup>246</sup>

Primeiramente é necessário dizer que não é de se admirar o apelo ao mistério por parte dos teólogos calvinistas, porque as perspectivas *infra* e *supralapsariana* são claramente absurdas e jamais foram (até o século XVI) adotadas como ortodoxia na igreja Cristã, seja no âmbito ocidental ou oriental. Na primeira (*infra*) Deus simplesmente não se importa com os que se perdem, e isto contraria a muitos textos bíblicos que declaram o amor de Deus por todos os homens. (Jo 1.29, 3.16, 12.32; At 17.30; Tt 2.11; I Jo 2.2 e 4.9). Alguns teólogos tentam oferecer conceitos diferentes para a palavra amor, sendo um o tipo de amor pelos eleitos e outro diverso o dispensado sobre os reprovados.

Não sei como alguém pode chamar de amor o sentimento de condenar eternamente alguém a sofrimentos eternos e inimagináveis sem lhe prover qualquer

<sup>244</sup> ABASCIANO, Brian J. Eleição Corporativa em Romanos 9: Uma Resposta a Thomas Schreiner. Disponível em <<http://www.arminianismo.com/index.php/categorias/obras/livros/136-miner-raymond-teologia-sistemica-vol2->>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

<sup>245</sup> SANTOS, Flávyo H. Teologia Arminiana: Respostas às objeções calvinistas. Disponível em <<http://www.cacp.org.br/teologia-arminiana-respostas-as-objecoes-calvinistas/>>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

<sup>246</sup> BARTH, 2009. p. 539.

possibilidade de redenção. Já a versão *supralapsariana* é ainda pior. Deus predestina *entes*, porque ainda não são homens e nem pecadores, uns são separados incondicionalmente para reprobção e outros para a condenação, que será baseada em seus pecados futuros. Kreeft e Tacelli, comentando sobre a realidade do inferno, citam a vertente *supralapsariana* (dupla predestinação)<sup>247</sup>:

Talvez a pior interpretação sobre a existência do inferno seja a doutrina calvinista da dupla predestinação (não sustentada por todos os calvinistas). De acordo com essa doutrina, Deus teria arbitrariamente designado algumas almas, antes de nascerem, para o céu, e outras para o inferno; isto é, Deus desejaria a condenação de uns e a salvação de outros.<sup>248</sup>

Deste modo, é difícil dizer o que seria pior, um Deus que não se importa com o sofrimento dos perdidos, para os quais não dá chances de arrependimento, pois não lhes concede graça suficiente, ou um Deus que predestina incondicionalmente pessoas para a perdição eterna, antes ou independente de pecado. Por isto, dada a repugnância ou característica indigesta desta doutrina, encontramos posições/exposições como a de Roger Olson e a de John Wesley, nesta ordem, sobre a predestinação calvinista:

Levadas a sua conclusão lógica, até mesmo o inferno e os que sofrerão eternamente nele são preordenados por Deus, Deus é, desse modo, retratado, no melhor cenário, como moralmente ambíguo e, no pior cenário, um monstro moral. Cheguei ao ponto de dizer que este tipo de calvinismo, que atribui tudo à vontade e o controle de Deus, torna difícil (pelo menos para mim) enxergar a diferença entre Deus e o diabo. Alguns de meus amigos calvinistas se sentiram ofendidos com essa afirmação, mas eu continuo a acreditar que ela seja uma questão válida que valha a pena ser acompanhada. Quando digo isso quero dizer que se eu fosse calvinista e acreditasse no que estas pessoas ensinam, eu teria dificuldade em dizer a diferença entre Deus e Satanás.<sup>249</sup>

Que blasfêmia esta, como alguém pensaria que poderia fazer tinir os ouvidos de um cristão! [...] Ela destrói todos seus atributos de uma só vez: Ela destrói sua justiça, misericórdia, e verdade; sim, ela representa o mais santo Deus como pior do que o diabo, como mais falso, mais cruel, e mais injusto. Mais falso; porque o diabo, mentiroso como é, nunca disse que “deseja que todos os homens sejam salvos:” Mais injusto; porque o diabo não pode, se quisesse, ser culpado de tal injustiça que você atribui a Deus, quando diz que Deus condenou milhões de almas ao fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos, por continuarem no pecado, que, por falta daquela graça que ele não lhes dará, eles não podem evitar: E mais cruel; porque esse espírito infeliz “busca repouso e não encontra nenhum;” para que sua própria miséria impaciente seja uma espécie de tentação para que ele tente os outros. Mas Deus repousa em seu elevado e santo lugar; de

<sup>247</sup> Importante destacar que nem todo supralapsariano defende a dupla predestinação simétrica, alguns advogam a condenação em razão dos pecados futuros. Assim Deus pode basear seu Juízo sobre o pecado cometido, ainda que inevitável, mas não leva em conta fé futura.

<sup>248</sup> KREEFT, Peter. e TACELLI, Ronald K. Manual de Defesa da Fé – Apologética Cristã. Rio de Janeiro, 2008. p. 455.

<sup>249</sup> OLSON, Roger. Contra o Calvinismo. [Trad. Wellington Carvalho Mariano]. São Paulo: Editora Reflexão, 2013. p. 35.

modo que supor que Ele, de seu próprio impulso, de sua pura vontade e prazer, feliz como Ele é, condenar suas criaturas, se desejam ou não, à miséria sem fim, é atribuir tamanha crueldade a Ele como não podemos atribuir até mesmo ao grande inimigo de Deus e do homem. É representar o grande Deus (aquele que tem ouvidos para ouvir ouça!) como mais cruel, falso, e injusto do que o diabo!<sup>250</sup>

Levadas às últimas consequências as doutrinas da TULIP, perguntas simples tornam-se complicadas. Tipo: “Quem deseja que homens sejam destinados ao inferno?” e “Quem não quer que certos homens alcancem a salvação e continuem em uma vida de pecados e maldades?”. Deus, o diabo ou os dois? Tenho certeza de que nossos amigos calvinistas evitam a tais pensamentos, mas é um problema real para qualquer pessoa que adotar a TULIP como pressuposto exegético. Nas vertentes calvinistas ninguém jamais pode ter certeza de sua salvação, e a doutrina da eleição calvinista (se corretamente entendida) torna-se um constante tormento, primeiro porque a eleição não depende de fé, depois a própria fé pode ser falsa ou temporária (Calvino chamava de um sentimento evanescente, anos depois Perkins chamou de fé temporária).

Um calvinista só pode torcer para que ele, e aqueles a quem ama, tenha sido eleito antes da fundação do mundo e nada mais, por mais que digam ou argumentem em contrário, o calvinista não pode dizer que é eleito baseado em sua fé. Jamais poderá ter certeza de sua própria salvação e eleição. Tudo isto foi provocado pelas inovações e a influência dos escritos últimos de Agostinho. Parkinson diz que “a ideia de que a predestinação é uma predeterminação divina estabelecendo o destino eterno de todo indivíduo não é da Bíblia, mas de Agostinho.”<sup>251</sup> Assim como a maioria dos dogmas católicos também guardam suas origens neste mesmo bispo.

Sua influência duradora e de grande alcance sobre o parecer religioso da Cristandade, dificilmente pode ser superada. É realmente irônico que o legado de Agostinho, hoje, pode ser visto principalmente em dois campos distintos e opostos, ou seja, o Catolicismo Romano e a Teologia Reformada.<sup>252</sup>

Após as considerações sobre as perspectivas calvinistas, avancemos na direção correta, rumo a uma eleição cristocêntrica, como apontava Jacó Armínio. Sabendo que “Porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas”. Rm 11.36. Cristo tem a primazia em tudo. Alguns arminianos apontam a eleição de indivíduos baseado na presciência (*prognosis*) de Deus. Nas palavras de Armínio “o número dos que serão salvos e dos que

<sup>250</sup> WESLEY, Jonh. Sermão Graça Livre. Disponível em <<http://www.cacp.org.br/john-wesley-graca-livre/>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

<sup>251</sup> PARKINSON. op. cit., 54.

<sup>252</sup> Ibid. p. 48.

serão condenados é certo e fixo.” Assim tal expressão parece semelhante às vertentes calvinistas, já que a escolha deste número certo e fixo está no passado eterno, não admira que alguns calvinistas queiram arregimentar Jacó Armínio em suas fileiras (históricas), mas isto revela somente uma falta de compreensão de sua teologia. Outros defendem a ideia do corpo de Cristo, eleitos pela ligação a Cristo, a eleição do meio, e eleito é quem participa do corpo.

## 6.6 A PRESCIÊNCIA SIMPLES

Considerada isoladamente, deixa faltas ou muitos pontos em aberto. Se Deus meramente vê o futuro, sem qualquer intervenção, Ele é reduzido a um mero espectador de um possível resultado. Todas as suas decisões estariam condicionadas as decisões humanas e estas seriam sempre consequentes. Por um lado, se no calvinismo Deus determina tudo, nesta perspectiva de uma eleição meramente tendo em vista decisões humanas futuras, Ele não determina nada, só reage aos estímulos provocados pelos humanos. Neste prisma, caminhamos (ou nos aproximamos) na direção ou de um deísmo ou de um teísmo aberto, isto é, a ideia de que Deus decidiu somente sobre as leis, as regras e os meios, sem nenhuma imanência no desenvolvimento da história ou pior, a ideia de que o futuro é uma construção ainda indefinida, neste caso, a presciência de Deus não seria exaustiva, mas gradual. Estes caminhos são muito ruins. Sabemos que quem defende a presciência simples não defende nem o deísmo e nem o teísmo aberto, mas muitas lacunas ficam sem respostas o que inevitavelmente acarretarão críticas ou acusações de adoção de uma destas errôneas perspectivas.

Outros, como Armínio, veem a presciência de Deus como algo mais ativo. Penso que o teólogo holandês até concordaria **em parte** com a interpretação de Rm 8.29, de alguns calvinistas, quando estes atribuem à palavra *prognosis* um sentido para além de um mero conhecimento. Ora, Deus conhece a todos os homens, crentes e descrentes, então, quando declara “os que dantes conheceu” isto carrega em si algum fator de distinção, de afeto, como é dito em suas Obras “conhecidos como crentes em Cristo”, há uma clara distinção entre os que serão salvos e os perdidos. Isto implica na eleição incondicional calvinista? É claro que não, mas sim que o pré-conhecimento de Deus é distintivo entre aqueles dos quais se agradou, porque creram, e aqueles os quais foram rejeitados, porque não creram. (2Ts 2.12-13). Obviamente tal distinção é consequente à

fé (Is 65.9; Mt 24.22; Mc 13.20), mas compreendida e (de certo modo) realizada (nos elegeu Nele – passado) por Deus “antes da fundação do mundo”. Em razão deste amor pelos seus filhos, Deus age no tempo, abençoando e provendo a todos os que creem Nele. (Is 64.4)

Outros, ainda dentro da perspectiva de uma presciência ativa de Deus, atribuem à disposição (distribuição) de todos os homens no tempo e na história de maneira que Ele colocou todos aqueles que sabia que creriam em uma ordem e de modo que viessem a ouvir o evangelho, deixando os impenitentes irremediáveis seguirem seus próprios passos. Hunt e Craig sugerem que:

Claramente sabendo de antemão quem creria no evangelho, Deus tornou certo que aqueles indivíduos ouvissem o evangelho, e os destinou para participar das muitas bênçãos que Ele planejou doar aos redimidos por toda a eternidade.<sup>253</sup>

...é possível que Deus, em sua providência, dispôs o mundo de maneira que aqueles que nunca, de fato, ouviram o evangelho são as pessoas que não responderiam a Ele se ouvissem. Deus traz o evangelho a todos aqueles que Ele sabe que irão responder a Ele se eles ouvirem.<sup>254</sup>

Neste trilhar, de uma presciência que tem uma disposição mais ativa dos seres por parte de Deus, caminhamos na direção do molinismo que é a ideia de controle dos meios ou dos mundos possíveis, onde Deus age nos meios para que aqueles que sabe que creriam, venham a crer, o que também não fica sem objeção, pois isto não seria o equivalente à predestinação calvinista, onde no calvinismo Deus age sobre o homem para o alcance da salvação dos eleitos e no molinismo Ele age nos meios para o mesmo fim? A diferença significativa que percebo é a manutenção da liberdade humana, sem o apelo a mistérios como fazem calvinistas compatibilistas.<sup>255</sup> No molinismo, o controle para o alcance de um fim determinado é dos meios, da realidade fática e dos eventos, do contexto, a fim de aqueles que Deus sabe que creriam venha a crer, sem desprezo da liberdade da vontade.

---

<sup>253</sup> HUNT, 2015. p. 405,

<sup>254</sup> CRAIG, William Lane. O único Deus Sábio: A compatibilidade entre a Presciência Divina e a Liberdade Humana. [Trad. Walson Sales]. Maceió: Editorial Sal Cultural, 2016. p. 145.

<sup>255</sup> Compatibilistas são aqueles que asseguram a eleição e condicional, mas misteriosamente com manutenção da liberdade humana. Charles Haddon Spurgeon foi um dos principais nomes desta escola.

## 6.7 ELEIÇÃO CORPORATIVA

Como vimos até aqui nas mais variadas perspectivas da eleição, os defensores da eleição corporativa também podem ser subdivididos em dois grupos: aqueles que defendem a primazia da eleição corporativa sobre a presciente e aqueles que caminham na negação da eleição de indivíduos, quando a predestinação é tão somente do meio, o barco ou bote da salvação.

A primazia de Cristo na eleição é óbvia, mas é preciso entender melhor isto. E a negação da eleição de indivíduos é absurda, pois a Bíblia deixa isto muito claro. (Rm 8.28-30; Ef 1.4-11; 2 Tm 1.9; I Pe 1.2; Ap 7.14; 13.8; 17.14; 21.27). Penso ser um enorme equívoco negar a eleição presciente de indivíduos, pois se Deus não sabe quem e quantos seriam salvos e se não planejou nada para eles, todas as expressões que Paulo usou perdem o sentido, porque ele escreve às igrejas locais e as igrejas são compostas de pessoas, não propriamente ao lugar, ou prédio ou um CNPJ. O apóstolo adota um tom altamente pessoal. Além disso, algumas vezes a Bíblia chama certos crentes de eleitos e outras vezes a igreja é a eleita. Matthew Pinson explica:

Em primeiro lugar, deve-se notar que a Bíblia geralmente fala de predestinação em termos que especificam indivíduos em particular. Muitas passagens se referem aos eleitos em geral, mas outras referências se concentram em pessoas específicas. Em Rom 16:13, Rufo é identificado como uma pessoa eleita. Em 1 Ped 1: 1, 2, o apóstolo cumprimenta os cristãos eleitos em certos locais geográficos específicos. Uma declaração muito clara da predestinação dos indivíduos para a salvação é 2 Tess 2:13. Aqui, Paulo diz aos irmãos tessalonicenses que “Deus os escolheu desde o princípio para a salvação”. Essa afirmação não pode ser generalizada e despersonalizada. Outro ponto que deve ser observado é que Apocalipse 17: 8 fala daqueles “cujo nome não foi escrito no livro da vida desde a fundação do mundo”. Esta é uma afirmação negativa; Mas não teria sentido dizer que os nomes de algumas pessoas não foram escritos no livro da vida desde o princípio, a menos que existam outros cujos nomes foram escritos desde o princípio.<sup>256</sup>

Assim, negar uma eleição de indivíduos é negar claramente o sentido bíblico de vários textos e da própria ideia da eleição. “Como também nos elegeu nele” Ef 1.4, Paulo se inclui entre os eleitos, ou ainda “os que dantes conheceu”, não há nada mais individual e pessoal do que isto “os que dantes conheceu”. É de uma clareza solar o fato de que estes textos se referem a indivíduos e não a um lugar, coisa ou objeto informe.

<sup>256</sup> PINSON, Matthew. Eleição individual, corporativa e arminianismo. Disponível em <<https://paleoortodoxo.wordpress.com/2017/09/04/eleicao-individual-eleicao-corporativa-e-arminianismo/>>. Acesso em: 26 set. 2017.



## 6.8 RUMO A EXCELÊNCIA DA ELEIÇÃO CRISTOCÊNTRICA – “ELEITOS NELE”.

Agora me regozijo no meio dos meus sofrimentos por vós, e cumpro na minha carne o que resta das aflições de Cristo, por amor do seu corpo, que é a igreja; da qual eu fui constituído ministro segundo a dispensação de Deus, que me foi concedida para convosco, a fim de cumprir a palavra de Deus, o mistério que esteve oculto dos séculos, e das gerações; mas agora foi manifesto aos seus santos. (Cl 1.24-26)

“como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis diante dele em amor;” (Ef 1.4)

Creio que toda dificuldade encontrada no que tange a doutrina da eleição repousa na relação entre o tempo e a eternidade. Estes conceitos são constantemente misturados, *chronos* e *kairós*. Osborne diz:

Nossas dificuldades em apreciar isso surge de nossa inabilidade de lidar com o conceito de eternidade e sua relação com o tempo. A linguagem predestinista significa afirmar que o plano de Deus tem sido sempre de salvação, e que ele criou o universo a fim de ter comunhão com a humanidade.<sup>257</sup>

Alguns estudiosos compreendem que se trata da manifestação de duas perspectivas, uma divina e outra a humana, mas não conseguem separá-las ou não tem ideia de como harmonizá-las e assim aparecem inúmeros equívocos ou lacunas evidentes em suas teologias e exposições sobre a doutrina da eleição. Sobre o tempo e a eternidade Karl Barth e John Wesley pontuaram muito bem:

Confundimos a eternidade com temporalidade. Esta é nossa falta de respeito no relacionamento com Deus. Secretamente, nesse modo de proceder, somos nós os senhores. Para nós não se trata de Deus, porém das nossas necessidades [de nossos desejos e conveniência] pelas quais queremos que Deus se oriente.<sup>258</sup>

Em Primeiro Lugar, vamos olhar adiante em toda a obra de Deus, na salvação do homem; considerando-a, do começo, o primeiro ponto, até terminar na glória. O Primeiro passo é a presciência de Deus. Deus "previu" aqueles em todas as nações; aqueles que iriam crer, desde o começo do mundo até a consumação de todas as coisas. Mas, com o objetivo de lançar uma luz sobre esta questão obscura, dever-se-ia observar que, quando nós falamos da presciência de Deus, nós não falamos de acordo com a natureza das coisas, mas segundo a maneira de homens. Porque, se nós falarmos propriamente, **não existe tal coisa como presciência, ou pós-ciência em Deus**. Todo o tempo, ou preferivelmente, toda a eternidade (para os filhos dos homens), é o momento presente para Ele; Ele não conhece uma coisa em um ponto de vista, mas do eterno para o eterno. Como todo o tempo, com tudo que existe nele, é o momento presente para Ele, então, Ele vê, de imediato, o que quer que foi ou será até o fim dos tempos.<sup>259</sup> (grifo nosso)

<sup>257</sup> PINNOCK, Clark H. e WAGNER, John D. (editors), 2016. p. 237.

<sup>258</sup> BARTH, 2009. p. 52.

<sup>259</sup> WESLEY, John. Sermão Sobre a predestinação.

Então temos como primeira dificuldade a resolver a questão do tempo, entendendo que há diferenças de perspectivas narradas nas Escrituras. E isso já implica na segunda dificuldade que é a inversão que ocorre sempre na ordem ou na ideia da eleição. Explico: nas diversas perspectivas a doutrina da eleição parte sempre do indivíduo para Deus, quando deveria ser o inverso. Por exemplo, no calvinismo a grande pergunta é “por que um crê e o outro não?”. A ênfase recai sobre a individualidade, sobre o homem individual, Jacó ou Esaú, seja ele eleito ou reprovado. O homem (ou a escolha de indivíduos) é o centro desta perspectiva. Jesus é designado para salvar os eleitos, ele é o consequente da eleição prévia dos indivíduos. Por outro lado, nas vertentes arminianas clássicas, que consideramos perspectivas na direção correta, mas que não são suficientes consideradas isoladamente, a decisão dos homens passa a ser o centro.

Enquanto no calvinismo a decisão e os planos repousam sobre cada indivíduo, nas formas presciente e corporativa a decisão dos indivíduos é que está no centro ou na raiz da eleição. Nas perspectivas arminianas, consideradas isoladamente, a decisão do homem está no centro, também em Cristo, é verdade, mas é a decisão que conta e recebe destaque, seja ela na presciência simples da fé ou em uma eleição corporativa. Aliás, a eleição corporativa, e aqui me refiro à ideia do navio da salvação, é muito falha. Entendemos a perspectiva, a ideia central da coisa, mas tal símile ajuda muito pouco. Neste, parece que o corpo de Cristo é um objeto informe ou líquido que se adequa a qualquer modo ou ambiente, e pior, o coloca longe das pessoas. Nesta visão não somos nós o corpo, mas um lugar ou um ente a qual passamos a participar.

Devemos observar que, nós não entramos no corpo de Cristo como quem entra em uma coisa ou lugar, somos feitos corpo de Cristo, um de seus membros, como um braço ou uma perna, um dedo ou orelha. Em outras palavras, fazemos parte do navio, somos o navio juntamente com Cristo (At 9.4; 2 Co 5.18-20). Explico: nós somos o corpo de Cristo, que tem muitos membros (I Co 12.2; Hb 3.6), isto é, nós não entramos no corpo, somos chamados para fazer parte do corpo: “Ora, vós sois o corpo de Cristo e seus membros em particular” (I Co 12.27), cada um como uma pequena célula ou átomo que pertence a um conjunto maior. Assim fica evidente a falha nesta perspectiva, à medida que ela põe longe de nós o corpo, esvazia a ideia bíblica da própria eleição do corpo, que é certa, corpo completo – cabeça, tronco e membros, do qual somos parte.

Quanto à esta inversão da ordem dos fatos, colocando o homem ou suas escolhas a frente nas explicações sobre a eleição, Deus é que escolhe o que quer, não o homem, Barth diz:

O que acontece é que a igreja e os filhos de Deus sempre são tentados a inverter a ordem da eleição divina, colocando em primeiro lugar sua fé, seu amor, seu testemunho, sua tradição e sua esperança e, imaginando que podem livremente decidir-se por Jesus Cristo, não se apercebem que nisso revelam que já não sabem o que esse nome significa.<sup>260</sup>

Quando a Bíblia fala de eleição e predestinação, fala da visão de Deus das coisas e não de uma perspectiva humana. Fala do conhecimento Dele mesmo: “os que dantes conheceu”, “segundo a presciência”, conhecimento de Deus somente. Tais textos expõem uma visão de cima para baixo, por isso os verbos aparecem no passado, pois para Ele nada vai mudar, tudo está determinado. Mesmo antes de o mundo começar a existir “nos escolheu”, “elegeu”, “predestinou”, sempre no passado, é como se já tivesse ocorrido, pois Ele tudo vê, o início, o meio e o fim.

O que Deus escolheu? E aqui repousa todo o mistério e a solução. Deus escolheu a Cristo. A história e tudo o que existe foi criado para a glória de Cristo. “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez.” (Jo 1.1-2). O que isto quer dizer? Que Deus não fez o mundo para que você ou eu fôssemos salvos, mas para a Glória de Cristo, para que Cristo redimisse homens e formasse uma geração semelhante a si mesmo. Nossas histórias são incidentais e não a principal. Não há Jacó ou Esaú no propósito mister da eleição, mas Cristo. A eleição de Jacó e de qualquer outro é incidental, não objetivo primário. Paulo explica:

O qual é imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; porque nele foram criadas todas as coisas nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam dominações, sejam principados, sejam potestades; tudo foi criado por ele e para ele. **Ele é antes de todas as coisas, e nele subsistem todas as coisas; também ele é a cabeça do corpo, da igreja; é o princípio, o primogênito dentre os mortos, para que em tudo tenha a preeminência,** porque aprouve a Deus que nele habitasse toda a plenitude, e que, havendo por ele feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, tanto as que estão na terra como as que estão nos céus.[...] Agora me regozijo no meio dos meus sofrimentos por vós, e cumpro na minha carne o que resta das aflições de Cristo, **por amor do seu corpo, que é a igreja;** da qual eu fui constituído ministro segundo a dispensação de Deus, que me foi concedida para convosco, a fim de cumprir a palavra de Deus, o mistério que

<sup>260</sup> BARTH, Karl. A Revelação de Deus como Sublimação da Religião. São Paulo: Fonte Editorial, 2011. p. 134.

esteve oculto dos séculos, e das gerações; mas agora foi manifesto aos seus santos, Cl 1.15-20,24-26. (grifo nosso)

Quando a Bíblia diz que Deus nos elegeu Nele, isto implica que, Deus, na eternidade, escolheu a Cristo, a glória de Cristo e a cruz como meio de redenção. Ele sabe quantos e quais serão aqueles que crerão, não porque foram empurrados ou mesmo porque houve um movimento dos meios para que cressem, mas simplesmente porque foram conhecidos como ligados a Cristo. Quando Deus escolhe a Cristo, escolhe cabeça e corpo. O corpo de Cristo não chegará aos céus sem o pé, sem as mãos ou sem um dos olhos. Não! Chegará completo, como conhecido na eternidade. Alguém pode pensar: então a eleição corporativa está 100% correta/precisa? Também não. Nem mesmo a que defende a mera primazia do corpo sem negar a eleição presciente.

É importante perceber que a escolha de Cristo (cabeça + corpo) é uma e a mesma eleição dos indivíduos que compõe o corpo. Não há primazia aqui, o meio não vem primeiro, antes, o meio e o resultado estão presentes em um só ato. A primazia é somente de Cristo e não do corpo, porque **o corpo somos nós e não outra coisa qualquer**. “Eleitos em Cristo’ evidentemente quer dizer em primeiro lugar: Não em nós mesmos”.<sup>261</sup> **A eleição de Cristo é também a nossa.** Na doutrina da eleição, as vertentes arminianas apontam para a direção correta, mas só são plenamente adequadas se tomadas em conjunto e não quando consideradas isoladamente. Deus amou os homens na eternidade, muitos mais aqueles que serão feitos semelhantes ao Filho, conhecidos como um só com o Filho, parte do corpo de Cristo. Então a Bíblia resume isto, esta unidade que temos em Cristo:

Porque, assimcomo o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros do corpo, embora muitos, formam um só corpo, assim também é Cristo pois em um só Espírito fomos todos nós batizados em um só corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos quer livres; e a todos nós foi dado beber de um só Espírito. Porque também o corpo não é um membro, mas muitos. (I Co 12.12-14)

Ora, a braço e a seu descendente foram feitas as promessas; não diz: E a seus descendentes, como falando de muitos, **mas como de um só: E a teu descendente, que é Cristo.** (Gl 3.16, grifo nosso)

Negar a eleição de pessoas é negar vários textos bíblicos, negar a forma corporativa desta eleição é um erro de igual modo. A eleição não é a escolha de Deus a respeito de indivíduos em suas respectivas individualidades e nem se fundamenta nas escolhas

<sup>261</sup> BARTH, Karl. Dádiva e louvor: Ensaio teológico de Karl Barth. Tradução: Walter O. Schlupp, Luis Marcos Sander e Walter Altmann. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2006. p. 246.

futuras dos indivíduos, nem uma coisa e nem outra. Deus olha para o Filho, e os que estão no filho, Deus ama, na unidade com Cristo - “eleitos em Cristo”.

Pai, desejo que onde eu estou, estejam comigo também aqueles que me tens dado, para verem a minha glória, a qual me deste; pois que me amaste antes da fundação do mundo. (Jo 17.24)

A mim, o mínimo de todos os santos, me foi dada esta graça de anunciar aos gentios as riquezas inescrutáveis de Cristo, e demonstrar a todos qual seja a dispensação do mistério que desde os séculos esteve oculto em Deus, que tudo criou, para que agora seja manifestada, por meio da igreja, aos principados e potestades nas regiões celestes, segundo o eterno propósito que fez em Cristo Jesus nosso Senhor, no qual temos ousadia e acesso em confiança, pela nossa fé nele. (Ef 3.9-12)

Acredito que Armínio caminhava nesta direção, pois ao mesmo tempo em que afirmava a eleição presciente de indivíduos para a salvação, tinha plena consciência que tal eleição não tinha por base as suas respectivas individualidades, mas sim a unidade com Cristo. Como um dos grandes pensadores cristãos da história, com uma herança teológica indelével:

A eleição é considerada como tendo sido feita em Cristo, que foi ordenado mediador a favor dos pecadores, e foi chamado Jesus, porque deveria salvar, não certos indivíduos, considerados meramente em sua natureza, mas, sim, salvar “o seu povo dos seus pecados” (Mt 1.21). Ele é considerado pré-ordenado, e nós, nEle, e Ele, na ordem da natureza e das causas, antes de nós. Ele foi ordenado salvador, e nós, como aqueles a serem salvos.<sup>262</sup>

Não há qualquer indicação nas Escrituras de que Deus tenha ficado preocupado com que os indivíduos achariam, pensariam ou decidiriam no futuro, mas Ele decidiu a respeito “do” e “no Filho” fazer todas as coisas. Na cruz julgou e salvou o mundo, condenando os impenitentes e salvando os que creem, dizendo “está consumado”. O número dos eleitos sempre foi conhecido, antes da criação. Duas multidões teremos no final, é o que diz a Escritura (Mt 25.31-33). Deus mostrou a João o fim de tudo (Ap 5. 9-11; 7.9; 20.11-15). Nada do que João viu mudará. Em Apocalipse é muito clara a ideia a partir de uma perspectiva de cima para baixo, onde Deus revela a João a partir de uma perspectiva atemporal, não humana. A história é vista e contada da perspectiva dos seres celestes, passado, presente e futuro fundidos em um só momento, tudo revelado. De certo modo, tudo está predestinado, condicionalmente, mas está. “Afinal a pessoa humana em

<sup>262</sup> ARMÍNIO, 2015. Vol. 3. p. 131.

sua livre decisão é objeto da prévia decisão divina”.<sup>263</sup> Há uma explicação de Barth que penso resumir muito bem esta realidade:

[a graça] em primeiro lugar ela sublinha o fato muito simples, mas que nunca foi nem será suficientemente considerado: **de que a graça é graça de Deus, ato seu, obra sua, vontade sua e reino seu.** Isso também significa, em todos os casos, que ela não só é uma determinação, mas uma predeterminação, predestinação da nossa existência humana; que perante ela estamos lidando apenas com uma instância a deparar-se conosco, mas com uma instância superior a nós, de uma superioridade fundamental e qualitativa. **Quando nós decidimos perante ela, então sempre já está decidido sobre nós mesmos: Desde o princípio (2 Ts 2.13), “antes da criação do mundo”, (Ef 1.4),** portanto antes de tomarmos conhecimento dela ou de nem sequer necessitarmos dela, independentemente (e entenda-se bem, independentemente no próprio Deus) da concretização e de toda a formação pecaminosa ou justa de nossa existência. <sup>264</sup> (grifo nosso)

Para o homem, isto é, da perspectiva humana, nada está predestinado, tudo é possível, crer e morrer na fé, perseverar ou não, receber ou rejeitar a Graça, tudo está a sua frente, é sua responsabilidade e não terá como se justificar diante de Deus, caso rejeite a graça, caso rejeite o sacrifício de Cristo. Quando nos decidimos livremente no tempo, da perspectiva divina já está eternamente decidido sobre nós. A partir de tudo quanto exposto, podemos (e até devemos) fazer uma nova leitura de Efésios 1, atentando para o propósito em Cristo.

como também **nos elegeu nele antes da fundação do mundo**, para sermos santos e irrepreensíveis diante dele em amor; e nos predestinou para **sermos filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo**, segundo o beneplácito de sua vontade, para o louvor da glória da sua graça, a qual **nos deu gratuitamente no Amado; em quem** temos a redenção pelo seu sangue, a redenção dos nossos delitos, segundo as riquezas da sua graça, que ele fez abundar para conosco em toda a sabedoria e prudência, fazendo-nos conhecer o mistério da sua vontade, segundo o seu beneplácito, **que nele propôs** para a dispensação da plenitude dos tempos, de fazer convergir **em Cristo** todas as coisas, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra, **nele**, digo, no qual também fomos feitos herança, **havendo sido predestinados** conforme o propósito daquele que faz todas as coisas segundo o conselho da sua vontade. Ef 1.4-11 (grifo nosso).

Corretamente compreendida a doutrina da eleição traz paz e segurança. Não é o mistério e desespero da eterna dúvida calvinista: “sou eu um dos eleitos?” e nem mesmo repousa sobre a individualidade, atos ou vontade humana, mas em Cristo somos justificados, salvos, eleitos, feitos filhos, não em nós mesmos, não de nós mesmos, não por nós mesmos ou em nossa individualidade. Não por obras, mas pela fé que nos liga a Cristo, o meio que nos faz aceitáveis e nos une com Ele e nEle Deus nos aceita e nos ama. Podemos

<sup>263</sup> BARTH, 2006. p. 254.

<sup>264</sup> Ibid. p. 239-240.

dizer que somos eleitos porque cremos livremente em Cristo e que fomos conhecidos desde toda a eternidade. Jesus sabia por quem e por quantos morreria, mesmo em uma expiação universal (potencial). Isto não porque assim fez incondicionalmente, mas porque dentro do propósito estabelecido em Si mesmo já conhecia o resultado, quais seriam os que creriam, “o Senhor conhece os que são seus” (2 Tm 2.19). Deus nos amou desde sempre e não passou depois a nos amar. Amou o mundo de tal maneira, mas alguns preferiram as trevas, rejeitaram o Filho. O mundo já foi julgado, condenado, o Filho é a única saída da morte para a vida.

Em termos simples, da perspectiva divina a eleição em Cristo é algo que já foi decidido e conhecido em um passado eterno e da perspectiva humana ela ocorre agora mesmo, para aquele que crê. Da perspectiva divina é uma escolha livre, um ato de liberdade e soberania onde Deus escolhe os que ele quer, isto é, todos os que creem em Cristo, e rejeita aquilo que não lhe agrada, a impiedade. Da perspectiva humana a salvação e o julgamento são algo futuro, que se concretizará, assim como aqueles que aguardavam a promessa do Messias, que tiveram seus pecados cobertos por sangue de animais até a propositura, na plenitude dos tempos, do sacrifício eterno, o verdadeiro sacrifício do qual todos os outros eram figuras.

A cruz é o instante em que o eterno toca o tempo. É a razão da paciência (Rm 3.25) e do perdão divino. O conhecimento eterno da cruz e dos redimidos é causa de prazer para Deus. “Este é meu filho amado, em quem me comprazo” (Mt 3.17). Há uma clara tensão nos textos entre o tempo e a eternidade, que precisa ser corretamente compreendida. Espero que este capítulo tenha ajudado nesta compreensão. Fomos eleitos na eternidade, cada pessoa, em unidade com Cristo. As perspectivas arminianas precisam ser unidas, corpo e indivíduos, porque se referem a uma coisa só. São como os lados de uma mesma moeda. A todos os “eleitos Nele”, que Deus os faça compreender que na união com Cristo somos feitos filhos e amados como filhos, co-herdeiros de todas as coisas.



## 7 RESPOSTAS ÀS OBJEÇÕES CALVINISTAS

São muitas as dúvidas levantadas por doutrinas alheias à ortodoxia contra a teologia arminiana, e especialmente as acusações feitas por teólogos de vertentes do determinismo (calvinismo). Entretanto, por maior que seja o nosso desejo de responder a todas as objeções, não podemos ir além daquilo que está escrito, do que nos foi revelado em Cristo. Existem temas que realmente se encontram no campo do mistério insondável (exemplo: a encarnação e a Trindade).

Entre os opositores das doutrinas da igreja primitiva temos, em tempos remotos, os gnósticos e arianos, e em tempos atuais (em especial) os calvinistas, doutrina que tem suas raízes em Agostinho de Hipona, mas que se solidificou somente no século XVI. Estes propõem diversas objeções às doutrinas da graça livre, popularmente conhecida como arminianismo, veremos algumas delas.

### **OBJEÇÃO 1: Ao defender o livre-arbítrio, a teologia arminiana atribui os méritos da salvação ao homem.**

Esta é uma objeção muito comum e que por vezes é apresentada de outros modos como “a morte de Cristo não salvou a ninguém efetivamente” ou “o centro da teologia arminiana é o livre-arbítrio”. Tentaremos separar as questões quando necessário e responder ponto a ponto, desfazendo os sofismas e as heresias decorrentes. O cerne da questão é: o fato de o homem receber livremente uma dádiva que lhe é oferecida faz dele merecedor desta dádiva? Ou ainda, o fato de tê-la recebido transfere ao homem o mérito pelo bem oferecido? O receber a cura nos faz merecedores dela? Ou por termos sido curados nos cabe repartirmos o mérito que pertence ao agente eficaz da cura? Vejamos o que disse Jacó Armínio:

Para explicar o assunto, vou empregar uma analogia que, confesso, é pouco similar, mas a sua diferença é, grandemente, em favor de meus sentimentos. Um homem rico concede, a um mendigo pobre e faminto, esmolas com que ele pode sustentar a si mesmo e à sua família. Isso deixa de ser um presente puro, porque o mendigo estende a mão para recebê-lo? Pode-se dizer, com propriedade, que “a esmola dependeu, em parte, da liberalidade do doador, e parcialmente da liberdade do recebedor”, embora o último não tivesse tomado posse da esmola, a menos que a tivesse recebido, estendendo a mão? Pode-se dizer, corretamente, porque o mendigo está sempre preparado para receber, que “ele pode ter a esmola ou não, conforme quiser?” Se essas afirmações não podem ser feitas, verdadeiramente, sobre um mendigo que recebe esmolas, muito menos podem

ser feitas a respeito do dom da fé, para cujo recebimento são necessários mais atos da graça divina! (ARMÍNIO, 2015)

Quem morreu na cruz? Quem pagou o preço? Como pode ser o homem digno de honra ou mérito pelo fato de ter recebido um presente de Deus? As acusações advindas desta primeira objeção são nada mais que falsos dilemas. “Ora, àquele que faz qualquer obra não lhe é imputado o galardão segundo a graça, mas segundo a dívida. Mas, àquele que não pratica, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça” (Rm 4.4-5). É muito claro o contraponto entre fé e obras, fruto de um longo trabalho pedagógico do apóstolo Paulo expresso em suas diversas cartas, onde faz a diferenciação entre uma coisa e outra, demonstrando que a fé não é uma obra meritória, mas sim uma renúncia a qualquer mérito. Crer é depositar confiança nos méritos obtidos por outro, Jesus, o nosso campeão, o nosso substituto.

Os calvinistas aplicam as suas deduções silogísticas aos textos bíblicos buscando confirmar seus pressupostos, quase sempre exagerando ou mudando o uso objetivado da figura ou analogia bíblica, nos termos do autor canônico. Podemos citar como exemplo o capítulo 2 de Efésios. No versículo 1, “mortos”, do grego νεκροὺς, refere-se à podridão, sujeira, estado deplorável no qual o homem se encontra, e não à incapacidade de crer no evangelho. Já em Efésios 2.8-9, mesmo sabendo que o excerto diz que a salvação é um dom gratuito, fruto da graça divina, que flui por meio da fé, invertem todo o texto para tentar afirmar que a fé é o dom, ainda que contrariando a gramática grega, quando na realidade o texto frisa claramente o contraste entre fé e obras, fazendo diferenciação entre elas.

O argumento fundamental dos versículos é que a fé anula a vanglória. Nas epístolas de Paulo, a fé é sempre apresentada em contraste com as obras. A salvação é um dom de Deus recebido pela fé, o oposto de algo merecido por causa de obras. Em outras palavras, fé e obras formam uma antítese. Fé não é uma obra e nem algum tipo de contribuição meritória por parte do pecador.

## **OBJEÇÃO 2: Se Cristo morreu por todos, por que todos não são salvos?**

Esta é uma questão bastante antiga, elaborada pelo calvinista John Owen no século XVII. Owen acreditava ter uma lógica indestrutível que demonstraria a validade das doutrinas da TULIP (Total Depravação, Incondicional Eleição, Expição Limitada, Graça Irresistível e Perseverança dos Santos). Pretendia apresentar uma fundamentação bíblica

para a doutrina da expiação limitada, segundo a qual Cristo morreu somente por algumas pessoas pré-selecionadas incondicionalmente, e refutar a doutrina de uma expiação oferecida pelo mundo inteiro. Vamos à síntese dos argumentos apresentados por Owen:

Colocando o assunto desta maneira: 'Cristo sofreu por todos os pecados de todos os homens, ou por todos os pecados de alguns homens, ou por alguns pecados de todos os homens'. Se a última afirmativa é verdadeira, então todos os homens ainda têm alguns pecados, e, portanto, ninguém pode ser redimido. Se a primeira afirmativa é verdadeira, então por que não estão todos os homens livres do pecado? Você poderá dizer: "Por causa da incredulidade deles." Mas eu pergunto: "Acaso a incredulidade é um pecado?" Se não é, por que todos os homens são punidos por causa dela? Se é um pecado, então deve estar incluída entre os pecados pelos quais Cristo morreu. Portanto, a primeira afirmativa não pode ser verdadeira. Assim, é claro que a única possibilidade restante é que Cristo levou sobre Si todos os pecados de alguns homens, os eleitos, somente. Creio que este é o ensino da Bíblia.

Iremos, para um melhor entendimento, separar os argumentos de Owen. O que muitos adeptos da teologia calvinista fazem na prática, com relativa frequência, é misturar vários temas, dificultando uma correta compreensão ou induzindo o raciocínio do leitor. Mas vamos separar as premissas e depois demonstrar o porquê do equívoco desta objeção.

I) "Cristo sofreu por todos os pecados de todos os homens?"

Pelo menos, é isso que a Bíblia declara nos versículos: "Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3.16), "e tudo isto provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por Jesus Cristo, e nos deu o ministério da reconciliação; Isto é, Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não lhes imputando os seus pecados; e pôs em nós a palavra da reconciliação" (2 Co 5.18-19); "vemos, porém, coroados de glória e de honra aquele Jesus que fora feito um pouco menor do que os anjos, por causa da paixão da morte, para que, pela graça de Deus, provasse a morte por todos" (Hb 2.9); "e ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo." (1Jo 2.2), entre outros.

Entre a interpretação calvinista e o que a Bíblia declara com muita clareza, preferimos ficar do lado das Escrituras.

II) “Cristo morreu por todos os pecados de alguns homens?”

Sim e não. No aspecto efetivo da expiação sim, visto que Cristo lavou definitivamente somente os pecados daqueles que creram e crerão ainda (Jo 3.15-16, 36; 6.47; Rm 3.22). Não nos sentidos provisional e representativo, porque Deus proveu um sacrifício em favor da humanidade e lhes deu um representante 100% puro e digno. Em outras palavras, Deus proveu um representante para toda a raça humana e não apenas para alguns homens (pré-selecionados).

III) “Ou (Cristo morreu) por alguns pecados de todos os homens?”

Esta hipótese é absurda e deste modo dispensa pormenorizações.

IV) Por fim, a confusão lógica da conclusão daquele autor:

Se a primeira afirmativa é verdadeira, então por que não estão todos os homens livres do pecado? Você poderá dizer: “Por causa da incredulidade deles.” Mas eu pergunto: “Acaso a incredulidade é um pecado?” Se não é, por que todos os homens são punidos por causa dela? Se é um pecado, então deve estar incluída entre os pecados pelos quais Cristo morreu. Portanto, a primeira afirmativa não pode ser verdadeira. Assim, é claro que a única possibilidade restante é que Cristo levou sobre Si todos os pecados de alguns homens, os eleitos, somente. Creio que este é o ensino da Bíblia.

O J. Owen contemplou a precisa resposta para a sua própria indagação “por que todos não são salvos?”. A resposta é óbvia: “por causa da incredulidade deles”, então segue a pergunta “acaso a incredulidade é um pecado?”. Aqui temos um dos vários problemas do enunciado. O escritor do movimento puritano apresenta um conceito defectivo sobre o que vem a ser o pecado e mais especificamente o “pecado original”. Vejamos o que diz Myer Pearlman: “O pecado é tanto um ato quanto um estado. Como a rebelião contra a lei de Deus é um ato da vontade do homem, também a separação de Deus vem a ser um estado pecaminoso.”

Como bem asseverou Pearlman existem duas consequências do pecado, realidades distintas: o estado pecaminoso de todos os homens (Gn 2.17; Gn 6.5; Gn 8.21; 1Rs 8.46; Jó 14.4; Sl 51.5; Sl 58.3; Ec 7.20; Is 64.6; Rm 3.10-11; Rm 5.12; Rm 7.18, 23; Rm 8.7; 1Co 2.14; Ef 2.3); e a inevitável propensão para o ato do pecado, isto é o pecado em sentido estrito, o cometer pecado. “Eis que todas as almas são minhas; como o é a alma do pai, assim também a alma do filho é minha: a alma que pecar, essa morrerá. [...] A alma que pecar, essa morrerá; o filho não levará a iniquidade do pai, nem o pai levará a iniquidade do filho. A justiça do justo ficará sobre ele e a impiedade do ímpio cairá sobre ele.” (Ez 18.4,20). “Naqueles dias nunca mais dirão: Os pais comeram uvas verdes, e os dentes dos filhos se embotaram. Mas cada um morrerá pela sua iniquidade; de todo o homem que comer as uvas verdes os dentes se embotarão.” (Jr 31.29-30)

Todos nascemos separados de Deus em um estado de rebelião e com a nossa natureza corrompida, isto é uma coisa, um aspecto resultante do pecado de Adão. Outra coisa é cometer o pecado, um ato voluntário e individual.

Voltando a questão do Owen, “Acaso a incredulidade é um pecado?”. Sim, mas no sentido de um estado do pecado e que só pode ser removido pela fé no sangue de Jesus (Rm 3.25; Cl 1.20; I Jo 2.2 e 4.10), mas não no sentido de um ato cometido. A expiação promovida na Cruz expia os nossos pecados cometidos (atos pecaminosos) nos livrando da penalidade consequente e, pela fé, nos reconcilia com Deus, nos fazendo novas criaturas, matando na cruz a antiga natureza pecaminosa, isto é, (e ainda) removendo o estado do pecado, a separação de Deus, nos reconciliando consigo mesmo por meio de Jesus Cristo. I Co 5.17-20.

O autor puritano confunde o conceito de pecado (ato pecaminoso) e o estado de pecado, quando são coisas distintas, embora intimamente relacionadas. Uma é a raiz da árvore (o estado de pecado) e outra coisa é o fruto mau, o pecado realizado. Deus não apenas lança fora os frutos podres, mas também muda a natureza da árvore. É por isso que Jesus disse “é necessário nascer de novo”.

Cristo morreu para que os nossos atos pecaminosos fossem perdoados na Cruz e para remover a separação de Deus, são duas consequências da expiação, mas são realidades distintas. A incredulidade é um estado e não um ato e este estado só pode ser mudado pela ação do Espírito Santo, no gerar de uma nova natureza naquele que crê em Jesus Cristo. A remoção do estado pecaminoso, isto é, da separação de Deus, e a nossa reconciliação individual (2Co 5.18-20) acontecem no tempo em que cremos em Jesus;

deste modo, ainda que a expiação de Cristo seja oferecida por todos os pecados cometidos (atos pecaminosos) de todos os homens, justiça que nos é imputada pela fé, o estado pecaminoso só é removido pelo Espírito, mediante a fé (Ef. 2.8). Não temos o poder de nos fazer filhos ou nos reconciliar com Ele, mas pela fé Deus nos dá esta oportunidade ou o direito de sermos feitos Seus filhos (Jo 1.12).

Outro erro da objeção é a não diferenciação entre proposta/escopo do sacrifício e a sua obra efetiva. Quando o sacrifício de Cristo é proposto, ele é feito pelo mundo todo, como deixam claro os textos que acima citamos, indo até mesmo além da humanidade, atingindo a redenção da criação (Rm 8.22-24), os céus, a Terra e tudo que existe (Cl 1.15-20). O exclusivismo expiatório, direito à salvação, era um pensamento comum nos dias de Jesus presente na seita dos fariseus. Mas não era assim no início, por exemplo, a amplitude dos sacrifícios oferecidos por Israel frequentemente incluía estrangeiros residentes em Israel (Nm 15.14, Lv 17.8-9): “Dize-lhes, pois: Qualquer homem da casa de Israel, ou dos estrangeiros que peregrinam entre vós, que oferecer holocausto ou sacrifício, e não o trazer à porta da tenda da congregação, para oferecê-lo ao Senhor, esse homem será extirpado do seu povo.”

Um sacrifício poderia ser oferecido em favor de qualquer homem, natural de Israel ou estrangeiro, mas só gozavam das bênçãos da expiação aqueles que do rito participavam (de algum modo) e/ou somente aqueles que criam. Havia ainda expiação realizada por todo o povo (Yom Kippur), mas é claro que só desfrutavam da comunhão com Deus, ainda que se oferecesse sacrifício por todos, aqueles que criam nas promessas e que eram obedientes a Deus.

Segundo Levítico 9.7, Moisés diz a Arão: “Chega-te ao altar, e faz a tua expiação de pecado e o teu holocausto; e faz expiação por ti e pelo povo; depois faz a oferta do povo, e faz expiação por eles, como ordenou o Senhor.” Hebreus 7.27 ecoa tais palavras, dizendo “que não necessitasse, como os sumos sacerdotes, de oferecer cada dia sacrifícios, primeiramente por seus próprios pecados, e depois pelos do povo; porque isto fez ele, uma vez, oferecendo-se a si mesmo”.

Para o recebimento dos benefícios da expiação, não importa, de fato, se a pessoa era natural de Israel ou estrangeira, mas depende da fé. O apóstolo Paulo explica: “porque não é judeu o que o é exteriormente, nem é circuncisão a que o é exteriormente na carne. Mas é judeu o que o é no interior, e circuncisão a que é do coração, no espírito, não na letra; cujo louvor não provém dos homens, mas de Deus” (Rm 2.28-29). Semelhantemente,

o sacrifício de Cristo é oferecido provisionalmente pelo mundo todo, e de maneira efetiva (bênçãos efetivas) por aqueles que creem no sacrifício substitutivo, pois pela fé lhe são imputados os benefícios. Esta é a verdade das Escrituras.

**OBJEÇÃO 3: Se Cristo morreu por todos, então ele não morreu por ninguém efetivamente.**

Este argumento é um dos mais utilizados por teólogos calvinistas de todas as vertentes. O teólogo calvinista J. I. Packer apresenta a questão da seguinte forma. “A morte de Cristo [na perspectiva arminiana] não teria garantido a salvação para ninguém, pois não garantiu o dom da fé para ninguém {e nem mesmo existe tal dom}; o que ela fez foi criar a possibilidade de salvação para todo aquele que crê.”<sup>265</sup>

Paulo Anglada, teólogo presbiteriano brasileiro, aponta da seguinte forma:

As Escrituras afirmam que Cristo nos resgatou do pecado morrendo na cruz em nosso lugar, o justo pelo injusto. Pois bem, por quem Cristo morreu? Segundo ele, o arminiano crê na expiação geral, na redenção universal, ou seja, que Cristo morreu na cruz por todos os seres humanos indistintamente. Ele crê que a expiação de Cristo não foi individual, mas sim potencial. Cristo não morreu na cruz em substituição a cada um dos eleitos individualmente, e sim de modo geral, por toda a raça humana, permitindo, assim, que Deus perdoasse os pecados daqueles que viessem a crer nele. A doutrina arminiana da expiação apenas tornou possível a salvação de todos, mas não assegurou a salvação de ninguém.<sup>266</sup>

Acredito que as explicações dos pontos anteriores nos auxiliam a responder os demais, porque todas as objeções orbitam o conceito da expiação limitada, que é o cerne da doutrina calvinista, quando buscam provar que Cristo teria morrido apenas por alguns. Mais uma vez aqui, por Packer e Anglada, comete-se um erro semelhante ao do item anterior, questões levantadas por John Owen. Tenho dito aos meus amigos e conhecidos, adeptos da teologia calvinista, especialmente os que adotam as doutrinas da TULIP, que além de logicamente apresentar erros claros em seus pontos centrais U-L-I, o calvinismo é uma teologia rasa que busca uma linearidade nas coisas espirituais. Mostraremos um

<sup>265</sup> PACKER, J. I. **O Antigo Evangelho**. Tradução: João Bentes. São José dos Campos-SP: Editora Fiel, 2013. p. 12.

<sup>266</sup> ANGLADA, Paulo. **Calvinismo**: as antigas doutrinas da graça. 3. ed. rev. Ananindeua: Knox Publicações, 2009. p. 6.



dos porquês. Vejamos o que Cristo fez na cruz por nós, nas palavras de Stott, aspectos do sacrifício de Cristo.

É nesse aspecto que a morte de Jesus deve ser corretamente chamada de “representativa” como também “substitutiva”. O “substituto” é aquele que age no lugar de outro de tal modo que torne desnecessária a ação desse outro. O “representante” é aquele que age em favor de outro, de tal modo que envolva esse outro em sua ação. [...] Da mesma forma, como nosso substituto, Cristo fez por nós o que não poderíamos fazer por nós mesmos: levou o nosso pecado e o nosso juízo. Mas, como nosso representante ele fez o que nós, estando unidos a ele, também fizemos: nós morremos e ressurgimos com ele.<sup>267</sup>

Como dissemos, a teologia calvinista é rasa e se prende apenas ao aspecto efetivo da expiação, isto é, a substituição no aspecto penal (somente). Entretanto, ver a expiação exclusivamente deste modo só pode levar ao erro, temos pelo menos 4 (quatro) aspectos que devem ser analisados: substitutivo, representativo, provisional e efetivo.

Cristo, em um sacrifício atemporal, considerando o seu exaustivo conhecimento de todas as coisas (presciência), externo e superior ao espaço-tempo, substitui efetivamente todos aqueles que nele creem, creram e crerão (presente, passado e futuro). “E cantavam um novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro, e de abrir os seus selos; porque foste morto, e com o teu sangue nos compraste para Deus de toda a tribo, e língua, e povo, e nação; E para o nosso Deus nos fizeste reis e sacerdotes; e reinaremos sobre a terra.” (Ap 5.9-10). Ele morreu para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna, efetivamente por todos de antemão conhecidos que creram e perseveraram até o fim.

Entretanto, em seu aspecto provisional, o sacrifício é oferecido em favor de toda humanidade, por todos e para todos, como dizem as Escrituras (Jo 3.16, 1Jo 2.2). Isto promove equidade e justiça. Deus é justo e o justificador daqueles que creem. “É a justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos e sobre todos os que creem. Porque não há distinção, [...] tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, a fim de que o próprio Deus seja justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus.” (Rm 3.22-26). Observe a clareza do texto grifado “para todos e sobre todos os que creem”, que denota tanto a provisão quanto a efetividade.

Como nosso substituto, Cristo substitui (ao final de todas as coisas) todos aqueles que ao longo da existência humana vieram a crer. Entretanto, como nosso representante Ele é aquele que representa a humanidade, que restaura a aliança entre Deus e os homens,

<sup>267</sup> STOTT, Jonh. **A Cruz de Cristo**. Tradução: João Batista. São Paulo: Editora Vida, 2006. p. 280.

que reconcilia em Si todas as coisas, o que traz ordem à existência e é a razão da paciência de Deus com todos os homens. O representante é aquele que faz a vez de um indivíduo ou de um grupo, mas ele não é considerado este alguém ou o grupo; ele, como um terceiro, os representa. “Porque há um só Deus, e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem.” (1Tm 2.5). O substituto, porém, é aquele que é feito igual, um fiador, que se apresenta como uma garantia. Na falta do substituído, o substituto pode vir a suprir ou assumir integralmente a dívida. Alguém que assume toda a responsabilidade como se fosse a própria pessoa devedora, ele o substitui em todos os sentidos, assumindo e quitando a dívida. Jesus representa a todos os homens e substitui efetivamente aqueles que creem, conforme os seguintes textos bíblicos: “Mas Deus, não tendo em conta os tempos da ignorância, anuncia agora a todos os homens, e em todo o lugar, que se arrependam; Porquanto tem determinado um dia em que com justiça há de julgar o mundo, por meio do homem que destinou; e disso deu certeza a todos, ressuscitando-o dentre os mortos” (At 17.30-31) e “O Senhor não retarda a sua promessa, ainda que alguns a têm por tardia; mas é longânimo para conosco, não querendo que alguns se percam, senão que todos venham a arrepender-se.” (2 Pe 3.9)

Os deterministas veem e se prendem apenas ao aspecto efetivo (naqueles que creem), considerando a expiação como uma força mecânica em favor de indivíduos pré-selecionados, enquanto as Escrituras demonstram, tanto no AT quanto no NT, que a vontade de Deus é que ninguém se perca (1 Tm 2.4-6) e que Ele não tem prazer na morte do ímpio (Ez 18.23-24), desejando (sinceramente) a salvação de todos. A cruz é liberdade para os que creem e ao mesmo tempo juízo sobre o pecado, cheiro de vida para os que creem e uma dura expressão da sentença de Deus sobre a impiedade. Na cruz, de uma perspectiva de cima para baixo, Deus julgou o mundo.

**OBJEÇÃO 4: Acusação de duplo pagamento pelo pecado, isto é, um pagamento efetuado pelo sacrifício de Cristo e outro pelo ímpio que recebe a condenação.**

Os calvinistas consideram que esta objeção não pode ser respondida ou que ela é de uma lógica inescapável, mas consideramos que a falta de visão e de perspectivas, isto é, a corrente mental provocada pela ênfase nas doutrinas da TULIP, é que faz o calvinista chegar a este pensamento, a uma exegese mal feita dos textos claros em que a Bíblia diz (não sugere, mas diz) que Cristo morreu pelo mundo. Vamos aos textos:

ANGLADA: Aqueles por quem a expiação foi cumprida, por causa da sua natureza penal e substitutiva, não podem sofrer a punição eterna. Deus não exige um duplo pagamento do pecado. Ele não pune os mesmos pecados duas vezes. Ele não pode punir alguém pelos pecados, se as exigências da lei quanto a esses pecados já forem cumpridas. Portanto, a doutrina da expiação particular é uma consequência necessária da doutrina da substituição penal. A teoria do governo moral foi desenvolvida exatamente para evitar esta conclusão. Ao negar a doutrina da expiação penal e substitutiva, a natureza da expiação é enfraquecida pelos arminianos, que querem evitar a conclusão Calvinista.<sup>268</sup>

SPROUL: O arminianismo tem uma oferta que é limitada em valor. Não cobre o pecado dos incrédulos. Se Jesus morreu por todos os pecados de todos os homens, se Ele expiou todos os nossos pecados e propiciou todos os nossos pecados, então todos seriam salvos. Uma oferta potencial não é uma oferta verdadeira. Jesus realmente fez oferta pelos pecados de suas ovelhas. O maior problema com a expiação definida ou limitada é encontrado nas passagens que as Escrituras usam referentes à morte de Cristo “por todos” ou pelo “mundo todo”. O mundo por quem Cristo morreu não pode significar a família humana inteira. Deve referir-se à universalidade dos eleitos (povo de todas as tribos e nações), ou a inclusão dos gentios em acréscimo ao mundo dos judeus. Foi um judeu que escreveu que Jesus não morreu meramente por nossos pecados, mas pelos pecados do mundo todo. Será que a palavra nossos refere-se aos crentes ou aos judeus crentes? Precisamos nos lembrar de que um dos pontos cardeais do Novo Testamento refere-se à inclusão dos gentios no plano da salvação de Deus. A salvação era dos judeus, mas não restrita aos judeus. Onde quer que seja dito que Cristo morreu por todos, algum limite precisa ser acrescentado, ou a conclusão teria de ser o universalismo ou a mera expiação potencial. [...] Nunca houve a menor possibilidade de que Cristo pudesse ter morrido em vão. Se o homem está verdadeiramente morto no pecado e preso ao pecado, uma mera expiação potencial ou condicional não somente pode ter acabado em fracasso, como muito certamente teria acabado em fracasso. Os arminianos não têm razão verdadeira para crer que Jesus não morreu em vão. São deixados com um Cristo que tentou salvar a todos, mas na realidade não salvou ninguém.<sup>269</sup>

Estas postulações misturam tantas questões e assuntos que acabam provocando uma confusão mental nos leitores, dificultando o entendimento de qualquer coisa. Mas vamos separar os principais argumentos desta objeção e respondê-los.

Parte 1: “Ele não pune os mesmos pecados duas vezes. Ele não pode punir alguém pelos pecados, se as exigências da lei quanto a esses pecados já forem cumpridas.”

A superficialidade das doutrinas da TULIP, no aspecto cristocêntrico, acarreta estes equívocos. Teólogos calvinistas, como nos excertos acima, tratam a condenação do ímpio como um pagamento (transação comercial/pecuniária) pelo pecado ou como uma

<sup>268</sup> Op. cit. p. 18.

<sup>269</sup> SPROUL, R. C. **Eleitos de Deus**. Tradução: Gilberto Carvalho Cury. São Paulo: Cultura Cristã, 2002. pp. 193-194.

condenação que “paga” pecados, comparando o estado de condenação com o pagamento (expição) pelo pecado promovido por Cristo. Algo absolutamente claro nas Escrituras é que Deus decidiu soberanamente perdoar os pecados daqueles que creem imputando-lhes a justiça de Deus pela fé (Rm 1.17). Só existe um sacrifício pelos pecados. “Porque, se pecarmos voluntariamente, depois de termos recebido o conhecimento da verdade, já não resta mais sacrifício pelos pecados, mas uma certa expectativa horrível de juízo, e ardor de fogo, que há de devorar os adversários” (Hb 10.26-27). Deste modo, quando é condenado ao inferno ele não vai pagar (porque não tem como ser pago) os seus pecados, não existe um purgatório. O inferno não é isto, o que ocorre é que o estado de pecado (separação de Deus) se torna perene e assim o homem é privado do supremo bem por toda a eternidade.

Só há um pagamento pelos pecados, o que Cristo realizou na cruz, só este é capaz de limpar pecados. Tudo o que o homem recebe é a retribuição por seus próprios erros, sofre as consequências do erro e do estado pecaminoso. Mas nenhum homem, nem nesta vida e nem na posterior, pode pagar (expiar) pecados, ou nos rendemos e aceitamos o perdão de Deus e a remissão em Cristo ou arcamos com as consequências da desobediência. O equívoco semântico pelo mau uso da palavra “pagamento”, sendo esta indevidamente igualada à quitação no caso da condenação ao inferno, é a raiz do problema, neste ponto.

Parte 2: “se Ele expiou todos os nossos pecados e propiciou todos os nossos pecados, então todos seriam salvos”.

As promessas são para aqueles que creem. Recebemos os benefícios dos méritos de Cristo pela fé, conforme os textos seguintes: “Assim como Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado como justiça.” (Gl 3.6, Rm 4.3, Tg 2.23). Recebemos a reconciliação quando cremos e só a partir de então ela se torna efetiva individualmente. Jesus Cristo foi sacrificado como uma oferta atemporal e é isto que confunde os deterministas, a atemporalidade da expiação. O fato de Cristo saber todas as coisas, referente àqueles que crerão, não é a causa necessária delas. É algo que parece complexo, mas na realidade é bem simples. É uma confusão dos conceitos de “certeza” e “necessidade”, mais adiante clarearemos ainda mais.

Analisando a posição contrária, isto é, por que Deus salva incondicionalmente apenas alguns pré-escolhidos e não a todos? Em “Eleitos de Deus”, o calvinista R. C. Sproul admite não ter resposta para a pergunta “por que Deus, se a graça é irresistível, não salva a todos?”, vejamos o que ele diz: “A única resposta que eu posso dar a esta pergunta é que eu não sei. Não tenho ideia por que Deus salva alguns e não todos. Não duvido por um momento que Deus tenha o poder de salvar todos, mas eu sei que Ele não escolhe salvar todos. Realmente não sei por quê.”<sup>270</sup>

É muito claro o fato de que a própria indagação constitui um argumento contrário aos calvinistas, porque a doutrina da expiação limitada desfigura o caráter santo, justo e amoroso de Deus, deste modo é melhor abraçar o mistério ou ainda ser sincero como foi R. C. Sproul neste ponto. Por outro lado, a teologia arminiana oferece respostas satisfatórias a quase todas as questões cruciais da fé Cristã, até pela sua longa trajetória de grandes nomes defendendo as doutrinas da graça livre. Os objetores calvinistas esperam que os seus adeptos aceitem irracionalidades sem questionamentos ou mesmo que aceitem impossibilidades lógicas. A Bíblia repete enfaticamente que todo aquele que crer será salvo. A condição da salvação é a fé em Cristo.

Parte 3: “Nunca houve a menor possibilidade de que Cristo pudesse ter morrido em vão.”

Pense conosco: se qualquer homem, ser racional e finito, pudesse ter por um momento um conhecimento exaustivo (presciente) sobre dado assunto ou questão, como por exemplo, antevisse todos os resultados de todos os jogos do campeonato brasileiro de clubes de futebol deste ano. Seria possível tal homem errar um resultado sobre o campeonato ou apostar errado na loteria esportiva, a menos que quisesse?

Então como Deus, conhecendo tudo e todas as coisas exaustivamente, pode perder de algum modo? (Deus não faz apostas, é somente para fins de comparação). Como pode ter sua vontade ou desejo frustrado? Como, de algum modo, pode ser contrariado em seu prévio conhecimento? Não há como! Jesus sabia exatamente por quem e por quantos (aspecto efetivo da expiação) estava morrendo por conhecer de antemão todas as coisas,

---

<sup>270</sup> Ibidem, p. 26.

mas o conhecimento prévio não é a causa motora ou necessária dos acontecimentos, o que demonstraremos no próximo item.

Parte 4: “Cristo que tentou salvar a todos, mas na realidade não salvou ninguém”.

Este argumento sugere que “efetivamente”, dado o aspecto provisional da expiação, Cristo não salvou a ninguém em particular, nem garantiu salvação a ninguém. Mais uma vez podemos perceber que o aspecto atemporal da expiação não é compreendido pelo calvinista. Consideremos assim, se a história da humanidade tivesse sido concluída pouco após a ascensão de Cristo aos céus, isto é, por exemplo, como os tessalonicenses acreditavam que a volta seria muito breve, e logo tivéssemos a ressurreição e o juízo, deste modo todos os Apóstolos e crentes da época seriam os efetivamente salvos. Voltando um pouco mais ainda, se o mundo acabasse no dia da ressurreição, todos os que creram nas promessas (os profetas, os patriarcas e todos os que foram fiéis a Deus antes de Cristo) foram efetivamente salvos em sua morte e ressurreição. Assim o argumento do teólogo calvinista cai por terra, porque o sacrifício de Cristo foi efetivo para aqueles que creram nas promessas, para os que creram em Cristo naquela época e para todos os que crerão, de modo que não há dificuldade aqui.

O que devemos fazer é imaginar uma aplicação atemporal do sacrifício, assim como aplicamos àqueles que foram antes de Cristo, que morreram crendo nas promessas, e foram efetivamente salvos na cruz, os que crerão depois (e Deus já os conhece) também o foram (de certo modo), naquele dia. O sacrifício ocorreu em um instante do tempo, mas atinge toda a temporalidade, o que é, o que era e o que há de vir.

**OBJEÇÃO 5: Impossibilidade de harmonizar presciência e liberdade de escolha.**

Lutero, no início de suas descobertas teológicas, objetou a Erasmo de Roterdã quanto ao livre-arbítrio e questionou o seu conceito de presciência, conforme abaixo segue:

Porém, quando Deus prevê alguma coisa, ela acontece porque Ele assim previra. Se você não aceita isso, mina todas as ameaças e promessas de Deus. Você nega o próprio Deus. [...]se tentarmos provar tanto a presciência de Deus como o livre-

arbítrio humano, ao mesmo tempo, teremos problemas – é como tentar demonstrar que certo algarismo é, ao mesmo tempo, um nove e um dez.<sup>271</sup>

O que Erasmo havia dito? Vejamos:

Eles [os patrísticos] explicam satisfatoriamente a dificuldade referente à presciência dizendo que ela não impõe uma necessidade à nossa vontade – mas, ao meu ver, ninguém faz isso melhor do que Laurêncio Valla. Com efeito, a presciência não é a causa das coisas que acontecem, pois sucede que temos presciência de muitas coisas que não acontecem porque as conhecemos previamente, mas, muito antes, nós as conhecemos previamente por estarem para acontecer. Assim sendo, o eclipse solar não acontece porque os astrólogos predizem a sua ocorrência, mas eles predizem a sua ocorrência porque ele certamente aconteceria. Em contrapartida, a questão da vontade e da determinação de Deus é mais difícil.<sup>272</sup>

Fazendo como Erasmo, digo que a melhor e mais clara explicação que encontrei foi a do Robert Picirilli, que abaixo segue:

Primeiramente, devemos distinguir entre certeza, contingência e necessidade. A “necessidade” precisa ser como é por razões de causa e efeito. A “contingência” realmente pode ser tanto de uma maneira como de outra (ou múltiplas). Não é obrigatório ser como é, mesmo que seja assim. Qualquer decisão livre encontra-se nesta categoria. A “certeza”, no entanto, é o que foi ou é ou será: isto é, um simples fato. Nota: todos os acontecimentos são certezas (fatos). Alguns acontecimentos são tanto certezas quanto necessidades: as leis da física, por exemplo. Por outro lado, alguns acontecimentos são tanto certezas quanto contingências: se os Flames[time universitário de futebol americano] perderem seu próximo jogo, é certo que perderão (mas somente se perderem), mas o fato de ganharem ou perderem é contingente, dependendo de como eles e a outra equipe jogarem, como o jogo for apitado etc. No entanto, nenhum acontecimento é contingente e necessário ao mesmo tempo. Todos nós cremos que realmente existem decisões que são contingentes. Podemos realmente escolher fazer de uma maneira ou de outra em muitos tipos diferentes de situações, sejam bobas ou importantes, morais ou não morais. Apesar de Deus saber qual será nossa decisão, seu conhecimento não causa a escolha. Ele conhece as escolhas que faremos somente se realmente fizermos estas escolhas. Ele pode conhecer algo de antemão sem fechar a porta a outras possibilidades. A comparação do conhecimento de Deus à nossa pode ajudar. Apesar de não podermos conhecer o futuro, podemos conhecer o passado. Por exemplo, eu sei qual foi o terno que vesti hoje pela manhã. Era obrigatório que eu usasse aquele terno? Poderia ter escolhido outro? Claro. É certeza que escolhi este terno? Sim. Ninguém diria que como eu sei que é certo que estou vestindo este terno eu não poderia ter usado outro senão eu estaria enganado! Se eu tivesse vestido outro terno, saberia agora que certamente vesti o outro. Da mesma forma, o conhecimento de Deus de um acontecimento futuro não é a causa do fato e nem significa que o fato necessariamente tem que ser como será. Ele sabe que os Estados Unidos irão à guerra contra o Iraque somente se, de fato, isto for acontecer. Quando contingências estão envolvidas, decisões livres serão tomadas pelas pessoas quando vier o momento. O conhecimento de antemão de Deus não as causa nem elimina outras possibilidades da mesma forma que o meu conhecimento do

<sup>271</sup> LUTERO, Martinho. **Nascido Escravo**. Tradução: Tiago J. Santos Filho. São José dos Campos – SP: Editora Fiel, 2014. pp. 77-78.

<sup>272</sup> ROTERDÃ, Erasmo. **O livre-arbítrio**. Ed. Reflexão, 2013. p. 108.



passado não causou o acontecimento e nem limitou suas possibilidades. Ele conhece qual a escolha que farei somente se eu fizer a escolha.<sup>273</sup>

Embora Deus saiba quem são os que serão redimidos e ainda todos os nossos atos, o prévio conhecimento dele não é a causa dos eventos, mas os eventos ocorrem como previamente conhecidos. “Deus está consciente do futuro, é, neste sentido, o mesmo que é para nós estarmos conscientes do passado”.<sup>274</sup> Assim o futuro é tão certo para Deus como a certeza que você tem daquilo que comeu em sua mais recente refeição, e isto não tem qualquer relação com necessidade ou incondicionalidade. Isto nos leva à próxima objeção.

#### **OBJEÇÃO 6: Como pode ser o homem livre se Deus conhece exhaustivamente o seu futuro?**

O homem é livre em seu cotidiano para agir e escolher conforme a sua necessidade, como bem explicou o Dr. Picirilli, a presciência não é a causa do fato, senão, inevitavelmente todos os atos de pecado seriam atribuídos a Deus, o que deve ser sempre rejeitado. Via de regra, as falsas doutrinas (heresias) e erros teológicos (como o calvinismo) confundem certeza com necessidade. Do ponto de vista de Deus todos os fatos são certos, isto é, ocorrem com certeza, mas não sob necessidade, por exemplo as nossas escolhas diárias são eventos contingentes, podem ser efetuados de um modo ou doutro. Deus sabe, desde antes da fundação do mundo, desde a propositura do sacrifício de Jesus nos tempos eternos, quem e quantos seriam remidos por este sacrifício (Jo 17.24; Ef 1.4; 1Pe 1.20), mas as escolhas temporais dos homens foram efetuadas por eles mesmos. Cada um dará conta de si mesmo (Rm 14.12).

Sempre que escolhe algo, Deus, desde sempre, já sabia qual seria a minha decisão sem ter que necessariamente causá-la, forçá-la ou torná-la inevitável. Por isso gosto tanto da frase de Karl Barth que diz [parafraseando-a] que sempre que decidimos, sempre já está eternamente decidido sobre nós mesmos. Não há surpresas para o Senhor de todas as coisas.

#### **OBJEÇÃO 7: Se Deus conhece o futuro, quem colocou o futuro lá?**

<sup>273</sup> PICIRILLI, Robert. Palestras Leroy Forlines no Free Will Baptist Bible College, 19-22 de novembro de 2002. Disponível em : <[www.globaltrainingresources.net/zip.php?id=44](http://www.globaltrainingresources.net/zip.php?id=44) /> Acesso em: 02 mai. 2013.

<sup>274</sup> Idem.

Esta última objeção tem aparecido nos debates mais recentes sobre o assunto da predestinação. Mas ela é mais simples do que parece. Basta pensar ou ter em mente o passado. “O passado é real?”. A resposta é sim. “O passado é uma realidade atual?” A resposta é não. O futuro é real na mesma medida em que o passado é real, mas ainda não é uma realidade fática, agora. Então, assim como você não foi forçado a nada no passado e Deus sustentou o mundo e a sua criação repleta de seres moralmente livres, assim no futuro (que não é, mas ainda será) Deus sustentará as criaturas livres. O futuro não está lá, como uma coisa, assim como o passado não está ali ou em qualquer lugar. Observe que a ideia é sempre provocar confusão, vertigem no pensamento. Não há uma busca pela simplificação. O futuro será, simplesmente, mas ainda não é. Deus é o mesmo ontem, hoje e para sempre. Dito de outro modo, ou fazendo uma aplicação: Deus agiu com justiça para com as criaturas livres no passado (sem violentar ou impor necessidade na vontade humana), age do mesmo modo hoje e agirá igualmente no futuro, sem qualquer dificuldade. Esta pergunta é realmente tola. Implica na teologia da necessidade, mais uma vez. Neste prisma Deus só conhece aquilo que Ele meticulosamente condicionou e predestinou, sem espaço para qualquer liberdade. Uma dedução completamente absurda e carente de qualquer fundamento bíblico ou lógico.

## **8 O SÍNODO DE DORT (por Samuel Paulo Coutinho)**

Existe algum tribunal verdadeiramente justo? Possivelmente só o Divino. O mais próximo que nós conseguimos chegar de um “tribunal justo” é, na verdade, um tribunal independente e imparcial. *Independência* significa autonomia, isto é, a liberdade do tribunal para tomar decisões sem sofrer coerção. *Imparcialidade* é a característica que representa isenção e neutralidade; é a distância equivalente que o júri mantém das partes, não tomando partido em nenhum lado, julgando as provas sem preferências e com a maior objetividade possível. Sem independência e imparcialidade, o tribunal se torna suspeito e, portanto, inapto para julgar com justiça.

O que dizer, então, de um júri estabelecido por força de um determinado partido político, no qual a própria acusação se torna a juíza? Estranhamente, dois tribunais caracterizados pela subordinação política e pela parcialidade tiveram lugar na Holanda nos anos de 1618 e 1619. Ambos patrocinados pelo partido político-religioso majoritário, e ambos dirigidos por júris declaradamente adversários dos respectivos réus.

O primeiro tribunal foi uma corte política para o julgamento de alguns líderes da nação sob a acusação de traição, entre os quais estava o herói e maior responsável vivo pela independência nacional: Johan Van Oldenbarnevelt.

O segundo tribunal foi um júri eclesiástico. Clérigos de várias nações e líderes da Igreja Reformada Holandesa reuniram-se na cidade de Dordrecht para julgar as opiniões dos Remonstrantes, uma ala minoritária da Igreja, a respeito da controvérsia sobre a predestinação. Essa assembleia ficou conhecida como “Sínodo de Dort”. Para o descrédito do Sínodo, a condenação das opiniões foi acompanhada da condenação dos indivíduos.

Além do fato desses dois tribunais ocorrerem simultaneamente, e de ambos os júris serem formados por adversários dos réus (alguns até mesmo inimigos declarados deles), nos dois casos os réus eram membros do partido Remonstrante. Mas isso não é coincidência; os dois julgamentos só ocorreram por causa da influência de um único homem: Maurício de Nassau, o Príncipe de Orange. Maurício era um inimigo político das principais lideranças Remonstrantes e, por conta disso, havia se tornado o protetor do partido Contra-Remonstrante. Não fosse a sua intervenção, a despeito das vozes ferozes que se opunham aos Remonstrantes, tais tribunais jamais teriam ocorrido.

Dada a condição das duas assembleias, alguém esperaria outro resultado senão a condenação sumária? Obviamente que não. A surpresa assustadora foi a violência desnecessária, desproporcional e cruel utilizada para punir os condenados. Esses júris altamente dependentes e parciais determinaram aos seus inimigos penas que foram desde a excomunhão na Igreja, até a demissão de cargos públicos, exílio, prisão perpétua e morte por decapitação.

Os dois julgamentos são interdependentes e não podem ser tratados de forma separada. Ambos atendiam aos mesmos interesses. Não é possível compreender um, sem compreender o outro. Juntos eles representam a união simbiótica de uma religião autoritária e exclusivista com a mão armada de um Estado dominado pelo interesse particular.

Nesse capítulo eu não pretendo escrever uma hagiografia Remonstrante; não existem santos nessa história. Parece-me que, sob a alegação de manter a ordem e preservar a autonomia religiosa de cada Província, algumas lideranças políticas ligadas aos Remonstrantes tomaram medidas autoritárias em suas regiões de atuação enquanto estavam no poder (até 1618). E essas medidas foram a faísca necessária para acender a fogueira que na sequência os destruiria. Entretanto, tais medidas não justificam as ações extremadas de seus adversários; nem legitimam os tribunais de exceção constituídos para consolidar o poder e a existência de um partido único dentro da Holanda. Na verdade, as ações dos Remonstrantes foram a desculpa necessária que os Contra-Remonstrantes precisavam para fazerem o que há muito tempo desejavam, tanto na esfera política quanto na religiosa. Veremos isso com detalhes na sequência.

Uma última consideração: o Sínodo de Dort deixou um legado que é apreciado e honrado por uma parte importante da Igreja Cristã. Esse legado não diz respeito aos conflitos políticos e religiosos que culminaram no Sínodo e nem aos procedimentos adotados dentro da assembleia pelo corpo sinodal, os quais foram, na verdade, bastante vergonhosos. A valorização que a Igreja Reformada atribui ao Sínodo deve-se, principalmente, ao conteúdo teológico do documento produzido pelos clérigos lá presentes, o qual expressa de forma bastante clara e consensual a fé Calvinista moderada adotada pela ala Reformada da Igreja cristã. Esse legado é um símbolo das Igrejas Reformadas e sua valorização é legítima.

## 8.1 O CONTEXTO DA REPÚBLICA

### 8.1.1 A Organização do País

O país que hoje chamamos erroneamente de Holanda, era, em meados do século XVII, uma união de sete províncias do norte europeu (Frísia, Groningen, Gueldres, Holanda, Overijssel, Utrecht e Zelândia) lutando para conquistar sua independência da coroa espanhola. “Holanda” era apenas uma das sete províncias, mas que acabou ganhando maior notabilidade e importância pois era a província “mais rica, mais populosa e mais urbanizada” <sup>275</sup> das sete. Ela “contribuía com cerca de 59% do orçamento

---

<sup>275</sup> KOOPMANS, Joop W.; HUUSSEN Jr, Arend H. **Historical Dictionary of the Netherlands**. 2ª ed. Maryland: Scarecrow Press, 2007, p.112, tradução nossa.

federal”.<sup>276</sup> “Certamente, a despeito de sua pequena extensão, a província da Holanda, por sua riqueza e seu poder, atraía mais a atenção dos estrangeiros, do que todas as outras juntas”.<sup>277</sup> Por causa disso, a província da Holanda assumiu o protagonismo da nação a tal ponto que seu nome veio a ser popularmente utilizado para se referir à República das Sete Províncias Unidas.

Mas esse uso pode ser muito enganoso, pois quem não está familiarizado com a história da República pode facilmente confundir atos de abrangência provincial com atos de abrangência nacional, ou então, interpretar equivocadamente a amplitude da autoridade do representante da província da Holanda. Por causa dessas considerações, de agora em diante, empregarei os termos *Holanda* e *holandês* no âmbito da província. No âmbito nacional, empregarei os termos *Sete Províncias Unidas*, *Províncias Unidas*, *Países Baixos* (do norte) ou *Nederland* para identificar o país, e *neerlandês* para nacionalidade.

Após a metade do século XVI, o Rei da Espanha, Felipe II, estava decidido a acabar com os rebeldes e com os evangélicos presentes em seus domínios. Isso deu início a um governo repressivo, que, aliado aos fatores sociais como pobreza e a altos impostos nos Países Baixos, culminou na “guerra dos 80 anos” (1568 a 1648), que foi a revolta das Sete Províncias do norte contra a Espanha. Até então, a região dos Países Baixos era dividida em dezessete províncias autônomas sob o domínio de Filipe. Com o início da revolta, as províncias do sul (atual Bélgica, Luxemburgo, norte da França e sul da Holanda) continuaram ligadas ao papado e ao domínio Espanhol, enquanto as Sete Províncias do norte romperam completamente as ligações com o reinado e com a religião da Espanha. A República das Sete Províncias Unidas adquiriu sua independência *de facto* por volta de 1579 e *de jure*<sup>278</sup> em 1648.

Ainda antes da independência, as províncias eram administradas por *Estatuderes*, uma espécie de representantes do senhor da terra, o rei espanhol Felipe II. Devido às características absolutistas e ditatoriais do rei, a função de *Estatuder* estava muito diminuída em autoridade. Após a independência, a função perdeu totalmente o sentido, porém, ao invés de ser extinta, transformou-se em um cargo representativo do poder executivo nomeado pelos Estados Gerais. Passou a ser um cargo “quase monárquico [...]”,

---

<sup>276</sup> POELHEKKE, Jan J. **Johan van Oldenbarnevelt**. In: Encyclopaedia Britannica, 9 maio 2020. Disponível: <https://www.britannica.com/biography/Johan-van-Oldenbarnevelt>. Acesso: 11 maio 2020. Tradução nossa.

<sup>277</sup> ZUMTHOR, Paul. **A Holanda no tempo de Rembrandt**. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989, p.18.

<sup>278</sup> Expressão em latim que significa “pelo ou de direito”.

que era investido com a liderança militar e possuía grande autoridade na república. Essa era uma posição sempre ocupada por um dos membros da casa de Orange-Nassau, filho do grande líder holandês Willian de Orange (m. 1584)".<sup>279</sup>

Os *Estatuderes* tinham, originalmente, poderes de nomear os membros das lideranças e das câmaras das cidades (*vroedschap*), formadas normalmente pela nobreza local. Entretanto, desde a morte de Willian em 1584, esses poderes tinham sido "mais teóricos do que reais, até o ano de 1618, quando foram revividos vigorosamente".<sup>280</sup>

... os Estatuderes eram grandes nobres cujas comitivas refletiam o esplendor e o mundo hierárquico da cultura da corte. Apesar de, depois de 1572, as Províncias Unidas serem uma república e não possuírem um mestre real, a cultura da corte e as perspectivas aristocráticas em torno dos Estatuderes continuaram como antes e, de fato, se firmaram ainda mais fortemente, sendo usadas pelos novos Estatuderes para aumentarem seu prestígio, autoridade e pretensões dinásticas. No jantar, em seus aposentos no Binnenhof, em Haia, Mauricio era cercado por "pessoas de qualidade", incluindo nobres franceses e alemães que mantinham comissões importantes no exército dos Estados Gerais, além de nobres neerlandeses importantes. Os não-nobres ocupavam uma posição subordinada na corte do Estatuder, que era comparativamente modesta antes do golpe de 1618, mas subsequentemente ganhou considerável esplendor...<sup>281</sup>

Já na época da República, a soberania da nação "emanava das municipalidades eleitas, mas que desde o século XVI se renovavam por cooptação, assegurando o poder aos notáveis do lugar".<sup>282</sup> Uma municipalidade (poder público de cada cidade) comportava um conselho legislativo, magistrados, burgomestres, agentes de execução, tesoureiros e um perito jurídico, também chamado de pensionário. O *pensionário* era, na prática, o chefe do executivo da cidade.

As cidades trabalhavam de forma federada e enviavam seus representantes para formarem um órgão de administração da província. "O conselho, formado pelos delegados das cidades e da nobreza, tinha ali o nome de *Estados*".<sup>283</sup> O grande ministro-chefe do conselho de cada província era o *landsadvocaat*, ou *grande pensionário* da província, cuja

<sup>279</sup> ZAGORIN, Perez. **How the idea of religious toleration came to the west**. New Jersey: Princeton University Press, 2003, p.151, tradução nossa.

<sup>280</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.305, tradução nossa.

<sup>281</sup> Ibid., p.306, tradução nossa.

<sup>282</sup> ZUMTHOR, Paul. **A Holanda no tempo de Rembrandt**. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989, p.19.

<sup>283</sup> Ibid.

função era “preparar e executar as decisões de seu Estado”.<sup>284</sup> Cada província constituía uma pequena república soberana.

De maneira análoga às cidades, as províncias trabalhavam de forma federada. O principal órgão do governo central era o parlamento da União, conhecido como *Estados Gerais*. Entretanto, embora existisse esse governo central, com sede em Haia na Holanda, ele “não passava de uma reunião de embaixadores” das províncias. “Os Estados Gerais desempenhavam mais um papel de representantes da soberania provincial do que de conselho soberano. A união não existia senão em virtude do acordo de todos”.<sup>285</sup> A soberania provincial era uma forte característica da República.

As Sete Províncias Unidas formavam uma União na qual cada província tinha autonomia sobre seus assuntos internos, incluindo temas políticos e religiosos. A União de Utrecht de 1579, documento que uniu as províncias do norte num acordo de cooperação mútua para a guerra contra a Espanha e que acabou fundando a República, funcionava como uma espécie de Constituição. Ela estabelecia a colaboração entre as províncias signatárias em questões “políticas, religiosas e militares; [...] preservando, no entanto, seus direitos e privilégios tradicionais”<sup>286</sup>. Nesse documento, as províncias se comprometiam a cooperar umas com as outras no contexto da guerra, contudo, todo o cuidado foi tomado para não permitir a interferência na soberania de cada província. Por exemplo, sobre a religião, a União de Utrecht determinava:

Quanto à questão religiosa, os Estados da Holanda e Zelândia agirão de acordo com o seu próprio prazer, e as outras Províncias desta União seguirão as regras estabelecidas na paz religiosa elaborada pelo Arquiduque Matthias, governador e capitão-geral destes países, com a assessoria do Conselho de Estado e dos Estados Gerais, ou estabelecerá regulamentos gerais ou especiais nesta matéria que considerar adequados para a tranquilidade e o bem-estar das províncias, cidades e membros individuais, e a preservação da propriedade e dos direitos de cada indivíduo, seja ele clérigo ou leigo; e nenhuma outra Província poderá interferir ou dificultar, desde que cada pessoa permaneça livre em sua religião e que ninguém seja investigado ou perseguido por causa de sua religião, conforme estabelecido na Pacificação de Ghent ...<sup>287</sup>

<sup>284</sup> KOOPMANS, Joop W.; HUUSSEN Jr, Arend H. **Historical Dictionary of the Netherlands**. 2ª ed. Maryland: Scarecrow Press, 2007, p.97, tradução nossa.

<sup>285</sup> ZUMTHOR, Paul. **A Holanda no tempo de Rembrandt**. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989, p.19.

<sup>286</sup> Ibid., p.229.

<sup>287</sup> THE UNION of Utrecht: 23 de Janeiro de 1579. In: ROWEN, Herbert H. **The Low Countries in Early Modern Times: A Documentary History**. New York: Harper & Row, 1972. pp.69-74. Disponível em: [https://www.constitution.org/cons/dutch/Union\\_Utrecht\\_1579.html](https://www.constitution.org/cons/dutch/Union_Utrecht_1579.html). Acesso em: 19 maio 2020, tradução nossa.



A soberania das províncias era um dos aspectos pelos quais sínodos nacionais eram evitados pelos Estados Gerais depois que a União de Utrecht de 1579 entrou em vigor. “Após o Sínodo de Haia em 1586, nenhum outro sínodo nacional foi permitido pelos Estados Gerais, exceto um: o Sínodo de Dordrecht em 1618-1619”.<sup>288</sup> Para que um sínodo nacional ocorresse, seria necessário o voto favorável de, pelo menos, quatro províncias. Mas isso significaria retirar das outras três províncias sua soberania em questões religiosas.

Embora a soberania de cada província fosse um fato nos assuntos internos, “como a Holanda era a província mais rica, superando as demais na magnitude de sua empreitada mercantil e financeira, manufatura e transporte, tornou-se o poder preponderante na república e na determinação de sua política”.<sup>289</sup> Na prática, no que dizia respeito aos assuntos da República, a Holanda conseguia impor a sua vontade sobre as demais províncias. Esse poder conferia ao *grande pensionário* da província da Holanda a proeminência “na formulação de políticas, especialmente nas relações externas”.<sup>290</sup>

### 8.1.2 Os Personagens Políticos

Willian, o Silencioso,<sup>291</sup> (1533 – 1584), Príncipe de Orange e *estatuder* de três províncias do norte dos Países Baixos (Holanda, Zelândia e Utrecht) liderou a revolta das Sete Províncias e é considerado o principal responsável pela independência do país. É venerado até os dias de hoje por seus compatriotas; um verdadeiro herói nacional. O apreço e respeito por Willian são tão grandes que a primeira bandeira neerlandesa foi baseada na farda do Príncipe. Inclusive, a cor nacional, o laranja, é uma referência direta ao nome da família – “Orange”. Além disso, o hino dos Países Baixos faz referência à conquista de Willian. Esses elementos mostram a importância e a influência do Príncipe nas Sete Províncias Unidas.

<sup>288</sup> GOUDRIAAN, Aza; VAN LIEBURG, Fred (ed.). **Revisiting the Synod of Dordt** (1618–1619). Leiden: Koninklijke Brill NV, 2011, p.X, tradução nossa.

<sup>289</sup> ZAGORIN, Perez. **How the idea of religious toleration came to the west**. New Jersey: Princeton University Press, 2003, p.151, tradução nossa.

<sup>290</sup> KOOPMANS, Joop W.; HUUSSEN Jr, Arend H. **Historical Dictionary of the Netherlands**. 2ª ed. Maryland: Scarecrow Press, 2007, p.97, tradução nossa.

<sup>291</sup> Também conhecido como “Guilherme de Orange”, ou “Guilherme, o Taciturno”;

Menos reconhecido, porém de vital importância na independência e organização das Sete Províncias Unidas, foi o estadista John Van Oldenbarnevelt (1547 – 1619). Sobre ele, Motley diz:

Assim, há poucos homens na história cujas vidas se identificaram tanto com uma história nacional quanto ele [Oldenbarnevelt]. Há poucos grandes homens na história cujos nomes tenham se tornado menos familiares para o mundo, e vivido menos na boca da posteridade. No entanto, não pode haver dúvida de que se Willian, o Silencioso, foi o conquistador da independência das Províncias Unidas, Oldenbarnevelt foi o fundador da própria Confederação. Ele nunca teve a oportunidade, ou talvez ele nunca tenha possuído a capacidade de fazer sacrifícios tão prodigiosos pela causa do país como o Príncipe o fez. Mas ele serviu seu país tenazmente da juventude à velhice com um permanente senso de dever, uma firmeza de propósito, uma visão ampla, uma incompreensível força, e uma opulência de recurso como nenhum de seus compatriotas conseguiu nem mesmo desejar rivalizar.<sup>292</sup>

Oldenbarnevelt foi o *grande pensionário* da província da Holanda e um líder nacional. Por iniciativa dele, após a morte de Willian, Maurício de Nassau<sup>293</sup>, o filho do Príncipe<sup>294</sup>, chegou a *Estatuder* das províncias da Holanda e Zelândia em 1585, e de Guelders, Overijssel e Utrecht em 1590. Oldenbarnevelt também apoiou Maurício para que ele viesse a se tornar general das forças militares das Sete Províncias Unidas (1587) e posteriormente em suas campanhas militares contra a Espanha.<sup>295</sup>

Maurício de Nassau foi um perito em ciências militares. No comando das forças nacionais, obteve importantes vitórias contra a Espanha e, a exemplo de seu pai, tornou-se um herói nacional. Sua fama era notória em todos os cantos do país; seu sobrenome era poderoso; como líder militar da união, seu poder era respeitado pelos magistrados. Além do poder inerente ao cargo de *Estatuder*, todos esses motivos adicionais tornavam sua influência imensurável.

<sup>292</sup> MOTLEY, John Lothrop. **The life and death of John of Barneveldt, advocate of Holland**. New York: Harper and Brothers Publishers, 1874, v1, p.339, tradução nossa.

<sup>293</sup> Este Maurício de Nassau não é o mesmo que veio ao Brasil em 1637.

<sup>294</sup> Há outro filho de Guilherme de Nassau e Orange que merece destaque: Philip Willian. Ainda adolescente, Philip foi levado para a Espanha onde recebeu uma educação católica e cresceu leal ao reino. Em 1596 ele retornou para os Países Baixos, e nesta oportunidade seu direito ao baronato da cidade de Breda (local no sul da Holanda de posse da casa dos Nassau) foi questionado por seu irmão Mauricio. Com o apoio de sua irmã, Philip foi reconhecido como senhor de Breda em 1606. Ele também recebeu, após a morte de seu pai, o título de Príncipe de Orange, o qual não tinha nenhuma relação com os Países Baixos, mas com um território no sul da França. Tal título de nobreza somente foi entregue a Maurício no ano da morte de Philip Willian, coincidentemente o mesmo ano da convocação do Sínodo (1618).

<sup>295</sup> Para mais detalhes da cooperação entre Oldenbarnevelt e Maurício, ver: ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.305.

A relação entre Oldenbarnevelt e Maurício não se manteve em bons termos após os anos 1600. Para resolver problemas de pirataria, Oldenbarnevelt solicitou uma ação militar em Duinkerken. Maurício foi contra devido ao risco da operação, mas obedeceu a ordem. No caminho, em Nieuwpoort, o exército neerlandês foi emboscado pelas tropas espanholas. Mesmo em menor número, o general Maurício venceu a Espanha em campo aberto, o que foi considerado surpreendente e trouxe a fama de grande comandante a Maurício. Depois disso, o relacionamento entre eles só piorou.

O grande pensionário da província da Holanda comandava os Estados Gerais no processo de assinatura de um tratado de paz com a Espanha (a Trégua dos Doze Anos), porém Maurício de Nassau repudiava qualquer possibilidade de acordo. Essa Trégua, se por um lado significava a tão esperada paz para o povo das Sete Províncias e a redução de impostos pesados que financiavam a guerra, por outro lado, significava a dispensabilidade de grande parte dos recursos militares da República e uma possível diminuição do poder do grande general militar.

Parte do fornecimento dos recursos de guerra provenientes dos Estados Gerais, de outros países e de doações particulares seriam interrompidos; para piorar, os termos do acordo de paz estabeleciam que os exércitos não poderiam mais recolher recursos em territórios inimigos e que todos os reféns seriam libertos. O acordo também garantia que a República das Províncias Unidas não exploraria águas ocidentais, o que rendeu muita oposição a Oldenbarnevelt. A grande prosperidade da Companhia das Índias Orientais havia inspirado outros a fundar uma empresa similar no Ocidente. Mas o advogado levantou firme oposição a essa companhia, pois ela poderia renovar prematuramente e imprudentemente o conflito com a Espanha.<sup>296</sup>

O *Estatuder* empenhou seus esforços para mobilizar as províncias contra a Trégua dos Doze Anos, entretanto, sua oposição falhou. As “províncias exibiram muitos sinais de cansaço de guerra e encolheram com o aumento dos impostos. Maurício foi obrigado a moderar seu tom por medo de ficar isolado demais”. “Os críticos de Oldenbarnevelt travaram uma veemente campanha publicitária em toda a República, tentando influenciar as pessoas com argumentos comerciais, militares e religiosos, tentando todas as manobras possíveis para desacreditar a Trégua proposta”. Maurício pessoalmente

---

<sup>296</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.326.

defendeu que a “Trégua proposta minaria a segurança da República e talvez até levaria à restauração da tirania espanhola”.<sup>297</sup>

Em 1609 a Trégua dos Doze Anos foi assinada. Ao contrário do que Maurício suspeitava, o tratado de paz impulsionou o comércio neerlandês pela Europa. Os embargos espanhóis contra os Países Baixos foram suspensos, o preço dos fretes caiu significativamente devido à nova situação de segurança para o transporte de mercadorias neerlandesas, e os produtos da República ficaram mais competitivos. Até mesmo a pesca experimentou um momento favorável por causa da Trégua.<sup>298</sup> Entretanto, os planos para a Companhia das Índias Ocidentais tiveram que ser adiados por mais um tempo, e a província da Zelândia sofreu um duro golpe econômico devido à abertura de novas rotas de transporte comercial entre norte e sul por conta da Trégua, o que eliminou sua exclusividade nesse setor. Assim, por mais positivo que tenha sido o armistício com a Espanha, ele não agradou a todos:

O armistício de 1607 e a entrada da Espanha em negociações de paz com os neerlandeses e, em seguida, a conclusão da trégua em 1609, foram considerados em toda a Europa como sucessos sensacionais para Oldenbarnevelt e os regentes da Holanda. A Trégua confirmou a separação do norte e do sul indefinidamente e a sobrevivência, pelo menos ao norte dos rios, da Revolta. Além disso, a Trégua foi um triunfo inquestionável, não apenas para Oldenbarnevelt e os regentes da Holanda, mas para a República, administrada por um processo consultivo de tomada de decisão sem um “líder ilustre” ou um elemento monárquico. No entanto, neste exato momento, já havia sinais preocupantes de tensões crescentes dentro da pequena República, que muitos acreditavam poder logo desfazer tudo o que havia sido alcançado. O jovem Hugo Grotius (1583-1645) foi apenas um dos muitos que previram, em 1607, que a trégua com a Espanha liberaria uma maré crescente de facção, discórdia e pressão popular.<sup>299</sup>

### 8.1.3 Os Personagens Religiosos

Paralelamente ao conflito político, crescia na República um conflito religioso potencialmente explosivo. Desde o início da Reforma Protestante (1517), os pensamentos de Martin Lutero ganharam terreno rapidamente em várias partes da Europa, incluindo a província de Antuérpia (atual Bélgica) nos Países Baixos. De lá vieram os primeiros mártires da Reforma Protestante. Eles foram monges agostinianos que “havam estudado em Wittenberg e retornado como partidários entusiásticos de Lutero, cujas obras começaram a ser publicadas nos Países Baixos já em 1518, tendo tido mais de 80 edições

<sup>297</sup> Ibid., pp.403-404, tradução nossa.

<sup>298</sup> Ibid., p.313, tradução nossa.

<sup>299</sup> Ibid., p.421, tradução nossa.

e traduções por volta de 1525.”<sup>300</sup> Os monges agostinianos da Antuérpia eram designados como a “seita Luterana” já em 1522.<sup>301</sup> “Uma porção da Bíblia de Lutero foi impressa em Amsterdã logo em 1523, com outros ‘livros heréticos’ em seguida”.<sup>302</sup> Durante a Reforma, “os primeiros professores cristãos entre elas [igrejas neerlandesas] foram Luteranos”.<sup>303</sup>

Também muito cedo, desde 1530, os Anabatistas estabeleceram sua pregação nos Países Baixos. Primeiro com Melchior Hoffmann e depois com Menno Simons, o movimento Anabatista conquistou muitíssimos seguidores naquelas terras. Quando a igreja Católica intensificou a perseguição religiosa e martirizou milhares de evangélicos nos Países Baixos, “a maioria, ao menos 1500, das pessoas executadas entre 1540 e 1570 eram Anabatistas”.<sup>304</sup>

O Calvinismo nos Países Baixos começou a se disseminar apenas em meados de 1550. Nessa época, Beza ainda não havia assumido a Academia de Genebra (1559) e, até então, o Calvinismo que crescia nas Províncias Unidas seguia a tendência dos Reformadores Protestantes da primeira geração, sem a rigidez escolástica que ainda viria. Como consequência dessa representatividade Luterana, Anabatista e Calvinista moderada em terras neerlandesas, anos mais tarde, a Igreja Reformada de Amsterdã, por exemplo, fundada em 1566, “era em muitos aspectos, *sui generis*, não subordinada a categorias eclesiásticas e dogmáticas aplicáveis em outras terras protestantes”.<sup>305</sup> Mas isso não demoraria muito para mudar. Uma onda de “zelo confessional” estava nascendo ao sul (Genebra, França e Bélgica) e caminhava em direção à República Neerlandesa.

A fama da academia de Genebra “induziu a maioria dos candidatos ao ministério a mudar para essa universidade”.<sup>306</sup> As Províncias Unidas, que estavam num processo aberto de Reforma, enviavam seus candidatos ao ministério para estudarem sob Beza. Logicamente, quando esses candidatos regressavam, traziam junto os últimos

---

<sup>300</sup> LINDBERG, Carter. **As reformas na Europa**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2001. p.355.

<sup>301</sup> Ibid., p.358.

<sup>302</sup> BANGS, Carl O. **Armínio – Um estudo da Reforma Holandesa**. Tradução: Wellington Carvalho Mariano. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, p.102.

<sup>303</sup> WATSON, Richard. **Biblical and Theological Dictionary**. New York: Lane and Scott, 1849. p.888, tradução nossa.

<sup>304</sup> LINDBERG, Carter. **As Reformas na Europa**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2001. p.361.

<sup>305</sup> BANGS, Carl O. **Armínio – Um estudo da Reforma Holandesa**. Tradução: Wellington Carvalho Mariano. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, p.109.

<sup>306</sup> WATSON, Richard. **Biblical and Theological Dictionary**. New York: Lane and Scott, 1849. p.888, tradução nossa.

desenvolvimentos do escolasticismo genebrino (com algumas exceções bem conhecidas). Mas isso não foi o fator principal da confessionalização progressiva.

O aumento da repressão Católica na França e nos Países Baixos do sul (atual Bélgica) provocou a migração de milhares de Protestantes para as terras neerlandesas em busca de liberdade, segurança e prosperidade.

A situação começou a mudar, em meados da década de 1580, com o grande influxo de população e habilidades de emigrantes do sul dos Países Baixos. Essa foi uma das quatro grandes migrações da Europa Ocidental dos tempos modernos, com a expulsão dos judeus da Espanha (1492), o êxodo Protestante dos Países Baixos dos Habsburgos [Bélgica] na década de 1560 e a fuga dos Huguenotes da França, culminando no final da década de 1680. A transferência de população dos Países Baixos do sul para o norte, em seu pico em 1585, pode muito bem ter sido a maior delas, totalizando mais de 100.000 refugiados e, possivelmente, 150.000.<sup>307</sup>

Até então, a doutrina dos Calvinistas das Províncias Unidas, quando comparada à doutrina dos Calvinistas do sul (atual Bélgica), era considerada “frouxa”. Os Reformados do sul “haviam sido sujeitos à maior pressão das autoridades católicas romanas; eles estavam geograficamente mais próximos da França e da influência de Calvino e Beza; o Norte tinha menos contato com os huguenotes”.<sup>308</sup> É compreensível que os habitantes das áreas mais perseguidas pelo Catolicismo se tornassem mais radicais em seu zelo anticatólico. Quanto mais ao sul alguém habitasse, e, portanto, mais próximo da perseguição Católica, maior a tendência de intolerância e zelo confessional.

Quando essa massa de Protestantes zelosos, incluindo ministros, chegou às Províncias Unidas, se deparou com um Protestantismo demasiadamente “flexível”; pouco confessional. Por exemplo, em 1587, os regentes da província da Holanda supunham que apenas cerca de “um décimo da população da província pertencia à Igreja Reformada” e “que havia numerosos protestantes não-Calvinistas”.<sup>309</sup> Essa migração, aliada a alguns outros fatores políticos, em breve teria um efeito de radicalização da Igreja nas Províncias Unidas.

Entre os estudantes neerlandeses que cursaram a academia de Genebra estava Jacó Armínio, cujo retorno para os Países Baixos aconteceu em 1587. Armínio era um

<sup>307</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.308, tradução nossa.

<sup>308</sup> BANGS, Carl O. **Armínio – Um estudo da Reforma Holandesa**. Tradução: Wellington Carvalho Mariano. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, p.109.

<sup>309</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.365, tradução nossa.



Calvinista comprometido<sup>310</sup>; foi ministro da igreja Reformada de Amsterdã e professor de teologia de Universidade de Leiden. Embora pastor Calvinista, nunca esteve de acordo com a predestinação absoluta de Beza.<sup>311</sup> Ele nasceu em Oudewater, uma cidade que ficava próxima à Gouda, Roterdã e Utrecht, cidades que eram reconhecidamente referências de tolerância religiosa, e que futuramente se tornariam centros do Remonstrantismo.<sup>312</sup> Armínio era um *hollander*, ou seja, um típico neerlandês do norte.

Em 1603, Armínio assumiu a função de professor na Universidade de Leiden, onde logo passou a enfrentar forte oposição do também professor Francisco Gomaro, um Calvinista rígido, original de Brugge, cidade localizada no sul dos Países Baixos, província de Flandres (*Flamengo*), atual Bélgica. “Por volta do ano 1570, no máximo, os pais de Gomaro haviam adotado a religião protestante, e sob pressão espanhola, precisaram fugir da cidade para o Palatinado em 1577 ou 1578”.<sup>313</sup> Ele era um típico neerlandês do sul. Inclusive, antes de chegar em Leiden, ele também havia sofrido perseguição dos Luteranos em Frankfurt.<sup>314</sup> “O fato de Gomaro ser *flamengo* e Armínio um *hollander* tipificava uma divisão teológico-cultural que permeava as cidades holandesas”.<sup>315</sup>

Jacó Armínio e Francisco Gomaro colidiram exatamente no assunto sobre a doutrina da predestinação e dos decretos eternos de Deus de eleger pessoas para a salvação e para perdição. Inicialmente, o debate se manteve até certo ponto confinado ao contexto acadêmico, mas logo se estendeu à vida da igreja e da política da província da Holanda e posteriormente, de todo o país.

Em 1609, Armínio ficou gravemente doente e acabou falecendo. Mas esse não foi o fim da controvérsia; na verdade, o clímax da disputa ainda estava por vir. Armínio tinha amigos e muitos simpatizantes de suas ideias que, no ano seguinte, se reuniram e dariam sequência ao debate na esfera pública.

---

<sup>310</sup> Entendemos que neste ponto do capítulo o uso do termo “calvinista” seja uma espécie de sinônimo para o termo mais amplo, “reformado” [nota do autor].

<sup>311</sup> Há alguma controvérsia sobre se Armínio, em algum momento, tenha concordado ou não com as doutrinas Calvinistas sobre a predestinação. Carl Bangs apresenta uma pesquisa detalhada e bem fundamentada defendendo que ele nunca foi, em um sentido estrito, um defensor da predestinação aos moldes de Beza. Ver BANGS, Carl O. **Armínio – Um estudo da Reforma Holandesa**. Tradução: Wellington Carvalho Mariano. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, pp.81-88.

<sup>312</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, pp.381-382, tradução nossa.

<sup>313</sup> BANGS, Carl O. **Armínio – Um estudo da Reforma Holandesa**. Tradução: Wellington Carvalho Mariano. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, p.287.

<sup>314</sup> Ibid., p.289.

<sup>315</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.436, tradução nossa.



#### 8.1.4 O Estado Moderador

Os conflitos entre Oldenbarnevelt e Maurício, e entre Armínio e Gomaro, trouxeram à tona uma outra divisão profunda da sociedade neerlandesa. “As relações entre igreja e estado haviam sido um problema agudo nos Países Baixos desde o começo da Igreja Calvinista”.<sup>316</sup> “Foram os regentes”, as lideranças políticas das províncias, que derrubaram a Igreja Católica, “confiscaram suas propriedades, expulsaram seu clero e expulsaram seus professores. Foram eles que autorizaram o despir das igrejas e as transferiram para a nova Igreja”. Entretanto, “havia um grande abismo entre a Reforma dos pregadores Calvinistas e a dos regentes”.<sup>317</sup>

O próprio significado da Reforma estava em questão; para os calvinistas significava uma conformidade rígida aos credos; para outros [regentes] significava hostilidade ao sacramentalismo e ao dogmatismo. O Calvinismo tinha que combater um movimento nativo e fortemente humanístico, crítico do sacramentalismo romano, hostil ao confessionalismo dogmático, desconfiado de qualquer autoridade vinculativa salvo a Bíblia, evangélica e tolerante.<sup>318</sup>

Tanto os pregadores Calvinistas, quanto os regentes do Estado, se opunham ao poder corrupto da antiga Igreja, abusos sacerdotais e coisas do gênero. “Mas onde os pregadores queriam que a religião e a sociedade fossem estritamente regulamentadas, ordenadas com rigidez teológica e governadas pela nova Igreja, os regentes aderiram, em sua maioria [...], a um grau moderado, um protestantismo não dogmático...”.<sup>319</sup>

Grosso modo, clérigos Calvinistas não admitiam qualquer interferência das municipalidades e dos Estados nas questões de doutrina da Igreja e seleção de ministros; isso porque os regentes tolhiam as decisões consideradas extremas e intolerantes. Na verdade, eles queriam evitar a interferência estatal na Igreja, “ao mesmo tempo que ainda contando com o Estado para protege-la e mantê-la”.<sup>320</sup> Como o futuro próximo viria a mostrar, os Calvinistas não se importavam com a intervenção do Estado na Igreja, contanto que ela servisse para confirmar e apoiar com mão-de-ferro as vontades dos

<sup>316</sup> NOBBS, Douglas. **Teocracia e tolerância**. Rio de Janeiro: Bvbooks Editora, 2017, p.xii.

<sup>317</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.369, tradução nossa.

<sup>318</sup> NOBBS, Douglas. **Teocracia e tolerância**. Rio de Janeiro: Bvbooks Editora, 2017, p.xii.

<sup>319</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.369, tradução nossa.

<sup>320</sup> BANGS, Carl O. **Armínio – Um estudo da Reforma Holandesa**. Tradução: Wellington Carvalho Mariano. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, p.268.

próprios Calvinistas. Para eles, o “governante devia fazer a Vontade de Deus da mesma forma em que os reis de Israel tinham servido ao Senhor, prevenindo a heresia e punindo a idolatria”.<sup>321</sup> E quem definiria o que é heresia e idolatria? Eles mesmos, através de um sínodo nacional.

O clero Calvinista queria o poder para garantir pureza doutrinária e acabar com as “heresias” em seu próprio arraial. Do outro lado, as lideranças públicas não renunciavam ao poder de moderar as tendências de radicalização religiosa que estavam em franca ascensão.

Os primeiros sínodos proclamaram o Catecismo Calvinista de Heidelberg como a base doutrinária da Igreja e atribuíram aos consistórios o controle sobre a nomeação e disciplina dos pregadores. Mas nem os Estados da Holanda, nem Orange [o Príncipe Willian], aceitaram isso e, em 1576, os Estados elaboraram uma “ordem da igreja” mais erastiana, atribuindo a maior parte do poder, na nomeação e dispensa de pregadores, aos conselhos municipais.<sup>322</sup>

À medida que o tempo passava, a tensão entre regentes e consistórios (conselhos eclesiásticos) aumentava. “À medida que a confessionalização prosseguia, e mais da população comum ficava sob a influência dos pregadores, os calvinistas tinham mais espaço para mobilizar a opinião popular contra os regentes”.<sup>323</sup>

Um fator que contribuiu para o aumento dessa crise foi a já mencionada imigração de refugiados Protestantes do Sul, após 1585. Eles “não foram a causa da tensão entre consistórios e regentes ou entre a ortodoxia calvinista e atitudes protestantes menos dogmáticas. Mas eles certamente agravaram as coisas, fortalecendo a ortodoxia calvinista e adicionando uma dimensão social a uma tensão de caráter basicamente político e teológico”.<sup>324</sup>

As ações moderadoras dos regentes visavam evitar que os Calvinistas extremados estabelecessem na Igreja oficial um regime papista de controle de pensamento. Foram essas ações que impediram, até o ano de 1618, que os dogmas Calvinistas sobre a predestinação fossem impostos sobre todos. E os seguidores de Armínio, sabendo disso, mantinham uma posição fortemente erastiana<sup>325</sup>.

<sup>321</sup> NOBBS, Douglas. **Teocracia e tolerância**. Rio de Janeiro: Bvbooks Editora, 2017, p.19.

<sup>322</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.370, tradução nossa.

<sup>323</sup> Ibid., pp.371-372, tradução nossa.

<sup>324</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>325</sup> Erastianismo é a ideia de as autoridades públicas (Tribunais) podem decidir e interferir sobre questões religiosas. Esta designação se deve em razão das ideias defendidas por **Thomas Lieber Erasto (1523-1584)** que defendia a superioridade das decisões do Estado sobre a Igreja.

### 8.1.5 O Ascensão do Conflito

Além do antagonismo de Maurício de Nassau, Oldenbarnevelt começou a receber também a oposição dos pregadores Calvinistas devido às políticas de tolerância religiosa. Muitas vezes ele interveio moderando as intenções radicais desses pregadores. “De fato, em 1607 já era concebível que os dois grandes dramas que se desenrolavam respectivamente na política secular e na Igreja pudessem se unir para envolver o regime em uma grande crise do corpo político”.<sup>326</sup>

Enquanto Maurício e Oldenbarnevelt quietamente se movimentavam sob a superfície para minar um ao outro, todas essas questões começaram a se fundir. Haveria um partido de guerra, militarista, devotamente calvinista e anticatólico, predestinistas, centralizadores, politicamente até monarquista e eclesiasticamente presbiteriano. Haveria um partido de paz, voltado para o comércio, teologicamente tolerante, republicano e erastiano. O primeiro apoiaria a guerra e combateria o Arminianismo; o segundo apoiaria a trégua e combateria o calvinismo. Esses tipos puros são um pouco exagerados, havia muitos que tinham afinidades sobrepostas, mas havia muitos mais que se encaixavam perfeitamente em um tipo ou no outro.

Se essas linhas partidárias não estavam abertamente evidentes no início de 1606, as realidades por trás delas estavam desenvolvidas o bastante para fazer da predestinação uma questão de combate. Por volta de 1608, no máximo, ela se tornou a convenção linguística pela qual muitas pessoas falavam acerca de todo o complexo problema do futuro de sua vida nacional, econômica social e religiosa.<sup>327</sup>

Nos anos que precederam a Trégua com a Espanha, tanto o estadista Oldenbarnevelt<sup>328</sup>, quanto Armínio e alguns de seus seguidores<sup>329</sup> trabalharam por um sínodo nacional para resolver o conflito religioso. Para o grande pensionário da província da Holanda, esse seria o meio de separar o conflito religioso do político, enfraquecendo a oposição que crescia contra seu regime. Sua ideia era revisar a Confissão Belga e o Catecismo de Heidelberg, tornando-os mais flexíveis. Para isso, em 1607 ele convocou uma reunião preparatória em Haia. Ele desejava convencer o partido Calvinista rígido, mas obviamente ele não obteve sucesso. A resposta que ele obteve foi que a “Confissão e

<sup>326</sup> Ibid., p.422, tradução nossa.

<sup>327</sup> BANGS, Carl O. **Armínio – Um estudo da Reforma Holandesa**. Tradução: Wellington Carvalho Mariano. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, pp.322-323.

<sup>328</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.422.

<sup>329</sup> BANGS, Carl O. **Armínio – Um estudo da Reforma Holandesa**. Tradução: Wellington Carvalho Mariano. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, p.348.

o Catecismo eram inalteráveis e que a única tarefa do Sínodo Nacional planejado deveria ser sua confirmação. Oldenbarnevelt perdeu imediatamente a ânsia por um Sínodo Nacional”.<sup>330</sup>

Em 1608, alguns sínodos municipais ocorreram na Holanda, e os mesmos Calvinistas que se opunham à Trégua, suspenderam ministros que não declararam concordância aos credos. Em Alkmaar, Adolphus Venator, um proeminente pregador, foi suspenso. Os Estados interviram cancelando a suspensão, mas em dezembro de 1609, Maurício exerceu seu direito de *Estatuder* e designou membros gomaristas para a câmara da cidade de Alkmaar. Logo a câmara que foi instituída dispensou Venator. Quando isso aconteceu, a *milícia cívica*, uma entidade criada para defender e manter a ordem da cidade, invadiu a prefeitura e exigiu a remoção dos impopulares Calvinistas rígidos. “Oldenbarnevelt ficou feliz em obrigar, revertendo a intervenção do *Estatuder*, apesar da flagrante violação das prerrogativas deste último e do perigoso precedente de permitir que as milícias civis imponham seus pontos de vista políticos e teológicos e expurguem um governo regente”.<sup>331</sup>

Em 1610, em Utrecht, tensões sociais, religiosas e políticas desencadearam uma revolta de membros das guildas e dissidentes da milícia municipal. Os revoltosos tomaram a cidade e expurgaram as municipalidades contrárias às guildas e ao Calvinismo. O líder da revolta, Dirk Canter, tinha ligações com Maurício. Oldenbarnevelt persuadiu os Estados Gerais a enviarem tropas militares para resolver a questão. A ordem foi restaurada, as municipalidades foram restituídas aos seus cargos, e os Calvinistas revoltosos foram removidos.

A tensão entre os dois partidos crescia dia a dia. Cada ação de um partido vinha acompanhada da retaliação do outro. Embora Oldenbarnevelt e os regentes estivessem conseguindo controlar as ações dos Calvinistas rígidos, esses últimos perceberam que tinham uma grande capacidade de manipulação das massas:

Mas, tendo percebido seu poder de mobilizar descontentamento na sociedade contra os 'libertinos' [autoridades tolerantes] e os Arminianos, os Gomaristas procuraram cada vez mais despertar o público contra seus oponentes na Igreja e no governo, denunciando-os como hereges, Pelagianos e (em alguns casos) Socinianos. Uma campanha foi desenvolvida para impedir que graduados em teologia com simpatias Arminianas obtivessem posições de pregação. O partido Arminiano dentro da Igreja, liderado pelo próprio Uytenbogaert — Armínio

<sup>330</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.422, tradução nossa.

<sup>331</sup> Ibid., pp.423-424, tradução nossa.

havia morrido no ano anterior — apoiado por Oldenbarnevelt, decidiu nesse momento que seu melhor caminho era combater os confessionalistas de frente, juntamente com os Estados, derrotá-los, remodelar a Igreja pública, e erradicar a rigidez confessional, minimizando assim os conflitos teológicos e suas consequências públicas.<sup>332</sup>

Dessa forma, em julho de 1610, os seguidores de Armínio apresentaram aos Estados da província da Holanda um documento denominado *Remonstrance* (protesto). O texto foi elaborado por Uytenbogaert e assinado por 44 clérigos Arminianos da província, entre eles, Episcópio e Grotius. O documento reafirmava, através de cinco artigos, a posição Arminiana sobre a predestinação<sup>333</sup>, e ratificava a posição Arminiana de que os regentes tinham autoridade para intervir nas disputas teológicas da Igreja a fim de promover a paz, bem como pedia pela revisão das confissões adotadas pela Igreja da província. Os Estados então propuseram um debate entre as partes para resolver a questão. Assim, em março de 1611, na cidade de Haia, seis Arminianos e seis Calvinistas se reuniram diante dos representantes da província e, neste dia, em resposta aos cinco artigos do *Remonstrance*, os Calvinistas apresentaram o *Contra-Remonstrance*, um documento contendo sete pontos sobre teologia e também afirmaram a necessidade de um sínodo nacional para resolução das questões. Desde este momento, os Arminianos ficaram conhecidos como Remonstrantes e os Calvinistas como Contra-Remonstrantes.

Nos anos que se seguiram, as principais cabeças Arminianas, com destaque para Uytenbogaert e Grotius, escreveram tratados sobre a relação Estado x Igreja, subsidiando Oldenbarnevelt e os regentes moderados em suas ações para suprimir posições extremadas e conflitos na Igreja Reformada. Entretanto, em muitos locais, o “partido da tolerância” agia com intolerância contra os ministros Calvinistas. “Os conselhos das cidades Arminianas expurgaram o elemento Contra-Remonstrante das cidades” ou, onde isso não era possível, “criaram um *modus vivendi*” com os “consistórios Contra-Remonstrantes que, até 1617, evitava atritos mais sérios”. Regentes do partido Remonstrante “suprimiam vigorosamente as tendências separatistas” dos Contra-

---

<sup>332</sup> Ibid., p.425, tradução nossa.

<sup>333</sup> Resumidamente, os cinco artigos teológicos do Remonstrance foram: (1). Deus decretou salvar, em e através de Jesus, aqueles que, pela graça, cressem em seu Filho e perseverassem; deixando no pecado os incrédulos para serem condenados. (2). Jesus Cristo morreu por todos e cada um dos homens, proporcionando redenção aos que creem; (3). O homem é incapaz de fazer, por si mesmo, qualquer coisa verdadeiramente boa, mas necessita ser regenerado pelo Espírito. (4). A graça de Deus, sem a qual o homem não pode realizar qualquer boa obra, pode ser resistida. (5). Crentes, mediante a graça, têm poder para perseverar; mas se eles podem cair da graça, isso deve ser melhor investigado na Escrituras.

Remonstrantes. “Em Utrecht, a magistratura Arminiana, depois de 1610, era tão intolerante com os ‘gomaristas’, segundo a liderança católica, quanto com os católicos”.<sup>334</sup> Os regentes expulsaram muitos ministros Gomaristas mais extremados, muitas vezes não lhes dando a oportunidade de estabelecerem igrejas separadas em suas cidades. “Nem mesmo uma pequena congregação de Contra-Remonstrantes foi estabelecida em Haia até 1617”.<sup>335</sup>

Nos anos que se sucederam, a controvérsia se expandiu ainda mais por todo o país. “Enquanto que a disputa travada entre os líderes ficava cada vez mais quente, os tumultos em torno das igrejas aos domingos em cada cidade e vilarejo cresciam de uma forma cheia de fúria, terminando geralmente em lutas abertas com facas, porretes e pedras.”<sup>336</sup>

Nas mansões de burgueses, casas de camponeses, oficinas mecânicas, a bordo de barcos de pesca, embarcações de recreio, e navios da Companhia das Índias Orientais; nas lojas, escritórios, pátios, guaritas, cervejarias; na casa de câmbio, no campo de tênis, no shopping; em banquetes, em enterros, batizados, ou casamentos; em qualquer lugar e momento em que as criaturas humanas se encontrassem, havia sempre a disputa feroz do Remonstrante e do Contra-Remonstrante, o silvo da furiosa retórica teológica, o ataque de textos hostis. [...] Província contra província, cidade contra cidade, família contra a família; era uma cena vasta de brigas, denúncia, corações rancorosos, excomunhão mútua e ódio.<sup>337</sup>

Boatos e folhetos circulavam nos Países Baixos aliando o Arminianismo ao domínio Espanhol. Calúnias sobre um suposto suborno recebido por Oldenbarnevelt para facilitar a retomada da Holanda pela Espanha espalharam-se por todo o país. Dizia-se que os Remonstrantes preparavam o caminho para a retomada da Igreja Católica. Certa vez o Príncipe disse: “Existem duas facções na terra, a de Orange e da Espanha, e os dois chefes da facção espanhola são o político e ministro Arminianos, Uytenbogaert e Oldenbarneveld”.<sup>338</sup>

E a violência continuava a crescer. Rem Bischoep, um respeitável cidadão, irmão do professor Remonstrante Simom Episcopius, teve, em 1617, sua casa completamente saqueada e destruída sob o motivo de haver pregação Arminiana dentro de seus muros.

<sup>334</sup> Ibid., p.435, tradução nossa.

<sup>335</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>336</sup> MOTLEY, John Lothrop. **The life and death of John of Barneveld, advocate of Holland**. New York: Harper and Brothers Publishers, 1874, v2. p.115, tradução nossa.

<sup>337</sup> Ibid., v1, p.338, tradução nossa.

<sup>338</sup> Ibid., v2, p.116, tradução nossa.



Cada artigo portátil de valor, linho, placa, dinheiro, móveis, foi levado; as imagens e objetos de arte destruídos; a casa eviscerada de cima a baixo.<sup>339</sup>

Ainda em 1617, distúrbios ocorreram em Haia e Brill. Neste último, o comandante da guarnição militar da cidade recusou-se a ajudar os regentes da cidade sem as instruções do *Estatuder*. Em julho do mesmo ano, os Contra-Remonstrantes apreenderam “à força a igreja do Claustro em desuso no centro de Haia e estabeleceram uma congregação lá que o governo da cidade não se atreveu a tentar suprimir”. Em Amsterdã, grupos de jovens começaram a atacar os locais onde os Remonstrantes se encontravam. “Várias casas de Remonstrantes foram saqueadas”. Em Oudewater, “um grupo de artesãos obrigou o *vroedschap* Arminiano a cancelar a demissão do pregador Contra-Remonstrante Johannes Lydius. Uma guarnição militar estava localizada nas proximidades, mas, novamente, os regentes não receberam assistência”.<sup>340</sup>

O incidente da igreja do Claustro (julho de 1617), em Haia, foi o momento em que o *Estatuder* Maurício de Nassau se posicionou aberta e definitivamente em favor do partido Calvinista. Após o estabelecimento do culto Contra-Remonstrante na igreja, Maurício deixou de frequentar as reuniões onde Uytenbogaert pregava<sup>341</sup>, e passou a frequentar a igreja do Claustro.

A batalha também continuava no meio acadêmico, “mas os Contra-Remonstrantes careciam dos músculos acadêmicos dos seus adversários. [...] Os Arminianos venceram a batalha intelectual, mas perderam a política”.<sup>342</sup>

Depois de todas aquelas revoltas (Oudewater, Haia, Brill, Amsterdã) e a omissão das forças de segurança em conter os distúrbios, e, ainda, o apoio aberto do general Maurício ao partido Contra-Remonstrante, os regentes da Holanda deram um passo que acabou destruindo o regime de Oldenbarnevelt. Em 4 de agosto de 1617, sem defesa diante dos revoltosos Contra-Remonstrantes, os Estados da província da Holanda aprovaram por maioria, com o voto contrário das cidades dominadas pelos Contra-

<sup>339</sup> Ibid., v2, p.157.

<sup>340</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.438, tradução nossa.

<sup>341</sup> Uytenbogaert era o pregador favorito de Maurício [MOTLEY, John Lothrop. **The life and death of John of Barneveld, advocate of Holland**. New York: Harper and Brothers Publishers, 1874, v2, p.52.]. Maurício disse: “Há qualidades nele [Uytenbogaert] para compensar meia dúzia de pregadores Contra-Remonstrantes” [Ibid., v1, p.347, tradução nossa.]. Entretanto, após o ministro ter adquirido informações de que o *Estatuder* estava se encontrando com prostitutas em sua corte e confrontá-lo como é dever de todo bom pastor, Maurício tornou-se inimigo de Uytenbogaert [Ibid., v2, pp.51-52].

<sup>342</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, pp.440-441, tradução nossa.



Remonstrantes, a resolução de Oldenbarnevelt denominada “*Scherpe Resolutie*”. A proposta do grande pensionário continha: a reprovação da província para a realização de um sínodo nacional; uma ordem para que os comandantes das guarnições militares das cidades da Holanda obedecessem primariamente à província, que pagava seus salários, e depois aos Estados Gerais (na prática, isso significava obedecer aos regentes e não ao general Maurício); e uma autorização para que as municipalidades recrutassem forças paramilitares (*waardgelders*) para defender e manter a ordem nas cidades.

A resolução foi, inicialmente, implementada apenas na província da Holanda, onde Oldenbarnevelt tinha jurisdição. Logo na sequência, Utrecht também aprovou uma resolução semelhante. Essa medida enfureceu o partido Contra-Remonstrante, pois ela blindava a província da Holanda e de Utrecht contra uma possível intervenção federal na Igreja caso os Contra-Remonstrantes conseguissem maioria nos Estados Gerais para aprovação de um sínodo nacional. Além disso, minava a autoridade do *Estatuder* e dava poderes para as cidades possuírem sua própria força policial para reprimir os revoltosos, independentemente da vontade do comando maior do exército.

“Não muito tempo depois, o *Estatuder*, batendo a mão no punho da espada, observou que essas diferenças só poderiam ser resolvidas pela força das armas”.<sup>343</sup> Em outro momento ele disse: “Não precisamos aqui de orações floridas e argumentos aprendidos. Com esta boa espada defenderei a religião que meu pai plantou nestas províncias, e eu gostaria de ver o homem que vai me impedir!”<sup>344</sup> Essas afirmações nos dão uma boa ideia de como o *Estatuder* pretendia dirigir suas próximas ações. Maurício era o elemento que faltava para que os Contra-Remonstrantes obtivessem total vitória sobre seus adversários. As articulações de Oldenbarnevelt não eram mais suficientes para impedir o destino que se anunciava.

O *Estatuder* então passou a enviar cartas e a percorrer várias cidades discutindo com os regentes a situação da Igreja e do Estado, persuadindo-os a concordarem com o sínodo nacional e a protestarem contra a *Scherpe Resolutie*. “Os conselhos municipais estavam sendo destituídos, na Holanda, por intervenção popular e, em Gueldres, pelo *Estatuder*”.<sup>345</sup> Maurício também viajou para mobilizar as outras cinco províncias contra a

---

<sup>343</sup> MOTLEY, John Lothrop. **The life and death of John of Barneveld, advocate of Holland**. New York: Harper and Brothers Publishers, 1874, v1, p.347, tradução nossa.

<sup>344</sup> Ibid., v2, pp.123-124, tradução nossa.

<sup>345</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, pp.444-445, tradução nossa.

Holanda e Utrecht, a fim de conquistar maioria nos Estados Gerais para invalidar a *Scherpe Resolutie* e aprovar o sínodo.

Em setembro de 1617 os Estados Gerais aprovaram por maioria de 4x3 a convocação de um sínodo nacional (votos a favor: Frísia, Groningen, Gueldres e Zelândia). A província da Holanda esperava barrar a execução do sínodo nacional com a rejeição exposta na *Scherpe Resolutie*. Com base na soberania religiosa das províncias, cujo princípio estava expresso na União de Utrecht de 1579<sup>346</sup>, os Estados da Holanda se recusaram a aceitar a possibilidade de um sínodo para definir assuntos religiosos da nação como um todo. “Na religião, cada província era totalmente soberana e não havia nenhum requisito para a Holanda se conformar com a maioria”.<sup>347</sup> Maurício argumentou que o problema religioso ameaçava a segurança da República, por isso deveria ser resolvido em âmbito nacional.

“Em 9 de julho de 1618, os Estados Gerais começaram a deliberar sobre a dissolução dos *waargelders* criados na Holanda e em Utrecht”.<sup>348</sup> A votação foi concluída com 5x2 pela dissolução. Maurício se dirigiu com o exército para Utrecht, local onde ocorreria a primeira operação de desmobilização dos *waargelders*.

Em desespero, Oldenbarnevelt enviou Grotius e Hogerbeets à frente de uma suposta delegação dos Estados da Holanda (autorizada de fato por apenas uma minoria de cidades) com instruções para oficiais de unidades do exército na província de Utrecht que sua primeira obrigação era com a província que pagou a eles, que era (principalmente) a Holanda, e que, onde houvesse um conflito de autoridade, eles deveriam ignorar as ordens dos Estados Gerais e do Estatuder. Essas instruções contradiziam claramente o que, desde meados da década de 1580, havia sido uma prática política e militar neerlandesa padrão. Eles estavam fornecendo o cerne das acusações de traição subsequentes que seus inimigos apresentariam contra Oldenbarnevelt, Grotius e Hogerbeets, e eram vistas como evidências claras de que haviam derrubado os princípios fundamentais da União.<sup>349</sup>

Em agosto de 1618, os Estados Gerais aprovaram, de forma secreta, uma resolução para Maurício investigar as ações dos regentes da Holanda e Utrecht, o que ocasionou, no dia seguinte, a prisão de Oldenbarnevelt, Grotius e Hogerbeets. Ledenberg foi preso alguns dias depois em Utrecht. Isso deu ainda mais força para o processo de deposição dos ministros, professores, comandantes e regentes Remonstrantes, o que era essencial

<sup>346</sup> Ver nota 288.

<sup>347</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.446, tradução nossa.

<sup>348</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>349</sup> Ibid., pp.447-448, tradução nossa.

para que o *Estatuder* estabelecesse sua autoridade, consolidasse a confessionalização calvinista, se vingasse de seus oponentes e acabasse com os conflitos nas cidades. O *Estatuder*, ou seus representantes, visitavam as cidades com tropas armadas e substituíam as lideranças das cidades e das igrejas (uma prática conhecida como *verzetten van de wet*). Mas o expurgo dos ministros Arminianos não poderia ser totalmente realizado até que o sínodo nacional emitisse seu parecer sobre a doutrina, o que aconteceria somente em 1619.

## 8.2 OS DOIS JULGAMENTOS

### 8.2.1 O TRIBUNAL POLÍTICO

O julgamento começou com um impasse: Oldenbarnevelt e seus companheiros deveriam ser julgados pelas províncias, ou pelos Estados Gerais? Afinal, eles eram cidadãos da Holanda, e seus cargos pertenciam à província. Até mesmo as ações decorrentes da *Scherpe Resolutie* não se aplicaram ao país, mas apenas à província da Holanda (nem mesmo em Utrecht, onde a resolução foi decisão da própria província). Entretanto, foi argumentado que a traição havia sido cometida contra a República e, portanto, cabia aos Estados Gerais o julgamento. Mas tal situação não possuía precedentes. Embora pudesse convocar ocasionalmente tribunais marciais para julgar ofensas militares, os Estados Gerais sequer possuíam um júri permanente.

Estabelecer um júri teria sido perigoso para os propósitos Contra-Remonstrantes, caso Maurício não tivesse deposto grande parte dos regentes Remonstrantes na Holanda e fora dela. Mas a essa altura, Oldenbarnevelt já não possuía muitos aliados entre as autoridades neerlandesas.

Foram escolhidos vinte e quatro juízes para o tribunal: doze representando a Holanda e doze as outras seis províncias (dois de cada uma). Entre os juízes, estavam: Renier Pauw de Amsterdã, um crítico e opositor antigo do regime de Oldenbarnevelt; Jacob van Broekhoven (líder do partido Contra-Remonstrante de Leiden); Adriaen Ploos (o homem de Maurício em Utrecht), Goosen Schaffer (preeminente em Groningen sob Maurício) e o representante de Maurício na Zelândia, Adriaen Manmaker.<sup>350</sup>

---

<sup>350</sup> Ibid., p.458.

Os réus foram interrogados separadamente sem conhecer quais eram as acusações contra eles. Ledenberg cometeu suicídio no início do processo dos interrogatórios. Centenas de perguntas aleatórias foram feitas a cada um deles. Todas as respostas eram transcritas. Muitas vezes Oldenbarnevelt, Grotius e Hogerbeets reclamaram que as transcrições eram distorcidas. Todos eles alegaram inocência diante de todas as acusações. Mesmo assim, as perguntas e as respostas foram organizadas de forma tão aleatória que o júri pinçava trechos aqui e acolá para elaborar a sentença de forma a parecer que eles tivessem confessado sua culpa no interrogatório.

No dia 12 de maio de 1619, os réus foram levados perante seus juízes e todos foram declarados culpados por alta traição. Grotius e Hogerbeets foram condenados à prisão perpétua e John van Oldenbarnevelt foi condenado à pena capital. No dia seguinte o grande pensionário foi decapitado. É esse fato (a pena de morte) que deixa a todos perplexos. Sem dúvidas foi uma punição desproporcional, completamente inesperada e apressada.

Não havia nenhuma lei que definisse os crimes pelos quais eles foram condenados, principalmente, contratar tropas paramilitares para defesa das cidades (o que já havia sido feito anteriormente na República sem levantar questionamentos) e trabalhar em favor da soberania religiosa da província contra a imposição da República, o que eles fizeram ao rejeitar um sínodo nacional. Ao condenar os acusados, o tribunal acabou elevando a soberania dos Estados Gerais acima da soberania de cada província, uma clara deturpação da União de Utrecht de 1579.

## 8.2.2 O TRIBUNAL RELIGIOSO

O Sínodo começou em 13 de novembro de 1618. Ele foi realizado na cidade de Dordrecht (Dort), na província da Holanda.

A assembleia se consistiu em três grupos: os delegados políticos dos Estados Gerais; os delegados neerlandeses das faculdades teológicas (Leiden, Groningen, Franeker, Harderwijk e Middelburg) e nove corpos eclesiásticos (oito sínodos provinciais e o sínodo da Valônia); e os representantes estrangeiros convidados pelos Estados Gerais (pastores e professores da Grã-Bretanha, Palatinado, Hesse, Nassau-Wetterau, Bremen, Emden, Genebra e alguns cantões suíços; delegados franceses foram proibidos de ir a Dort por seu rei).<sup>351</sup>

<sup>351</sup> GOUDRIAAN, Aza; VAN LIEBURG, Fred (ed.). *Revisiting the Synod of Dordt (1618–1619)*. Leiden: Koninklijke Brill NV, 2011, p.XI, tradução nossa.

Com exceção de três participantes, o corpo sinodal era inteiramente Contra-Remonstrante. Eles eram da província de Utrecht e, em princípio, tinham direito a voto. A presença deles deve-se ao fato de que nem todos os ministros Remonstrantes haviam sido expurgados (isso somente ocorreria após o Sínodo), principalmente aqueles que não causavam controvérsias. Quando as igrejas foram chamadas a enviarem seus representantes, havia sobrado esses três. Entretanto, os Calvinistas não permitiram que eles tomassem um lugar nos assentos do julgamento. Quando o Sínodo de Dort iniciou suas reuniões, dois deles uniram-se com os réus, e o terceiro ausentou-se.

O Sínodo pode ser dividido em três etapas: (1) discussões gerais de “assuntos não doutrinários, incluindo instrução de catecismo, preparação para o ministério, batismo de escravos, censura de livros e uma nova tradução da Bíblia para o holandês a partir dos idiomas originais”<sup>352</sup>; (2) o julgamento das doutrinas Arminianas e a composição dos Cânones de Dort; e (3) após a saída das comitivas estrangeiras, a discussão de “assuntos eclesiásticos neerlandeses, especialmente a ordem da Igreja. No total, o Sínodo compreendeu 180 sessões de meio dia”.<sup>353</sup>

Os Arminianos chegaram ao Sínodo somente em 6 de dezembro de 1618, e acabaram sendo expulsos pelo presidente Bogerman (um Contra-Remonstrante feroz), em 14 de janeiro de 1619. Eles não foram convocados para participarem da assembleia, mas para explicarem-se diante do corpo sinodal. Seu papel seria especificamente responder aos questionamentos e deixar que o Sínodo julgasse suas proposições. O critério de convocação dos Remonstrantes foi decidido pelos delegados dos Estados. Eles intimaram apenas treze Remonstrantes conforme suas próprias conveniências. Não foram dadas condições de igualdade numérica e nem mesmo de tempo para que os Remonstrantes pudessem defender suas posições. Eles não puderam nem ao menos escolher os membros mais qualificados para defender sua causa.

Uma sala anexa ao local onde o Sínodo ocorria foi preparada para os Remonstrantes. Eles somente se apresentavam diante do corpo sinodal quando sua presença era solicitada. Cada manifestação dos Remonstrantes no Sínodo deveria ser solicitada pelo presidente, o qual também tinha autorização para interromper e cancelar a participação dos Remonstrantes quando julgasse adequado. Na prática, os Arminianos

---

<sup>352</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>353</sup> Ibid., tradução nossa.

foram impedidos de discutir suas doutrinas. Após apresentá-las, eles eram obrigados a se retirar do local para que o Sínodo as discutisse. Não havia tréplica.

A maioria dos Calvinistas pátrios presentes no Sínodo eram inimigos declarados dos Remonstrantes e já haviam se envolvido em controvérsias com eles em outros momentos. Episcópio (Remonstrante) em certo momento do Sínodo questionou: “Senhor Presidente, se você estivesse em nossos lugares e nós no seu, você se sujeitaria ao nosso julgamento?” Bogerman respondeu: “Se assim acontecesse, deveríamos tolerar; e visto que o governo ordenou as questões de uma maneira diferente, resta-lhes suportar com paciência.” Episcópio replicou: “Uma coisa é reconhecer uma pessoa por um juiz, e outra é suportar com paciência a sentença que ela pode impor. Também suportaremos isso, mas nossas consciências não podem ser persuadidas a reconhecer vocês como juizes de nossas doutrinas, uma vez que são declaradamente nossos adversários, e tem igrejas totalmente separadas das nossas.”<sup>354</sup>

Os Remonstrantes não aceitaram a condição a qual foram submetidos e protestaram veementemente contra ela. Em certo momento do Sínodo, os Remonstrantes foram proibidos de expressar suas teses em viva voz, e então propuseram se expressar apenas por escrito. Entretanto, Bogerman conseguiu fazer com que os Remonstrantes fossem dispensados do Sínodo (14 de janeiro de 1619). Segundo Watson, “qualquer um que lê atentamente os Atos do Sínodo, e os compara com os relatos particulares, tanto de Remonstrantes como de Contra-Remonstrantes, descobrirá que isso também fora a intenção do presidente desde o início, e que todos os seus planos de desvio e conduta tempestuosa foram destinados a irritar os Remonstrantes, que possuíam mais paciência do que ele havia imaginado, e que foram, portanto, removidos do Sínodo com maior exercício de arte e com maior dificuldade do que o previsto”.<sup>355</sup>

Embora dispensados de sua participação no Sínodo, os Remonstrantes não foram autorizados a afastar-se de Dort. Além do conflito contra os Remonstrantes ao longo das reuniões, os Calvinistas em Dort também enfrentaram uns aos outros. Em 5 de fevereiro de 1619, a assembleia discutiu sobre a expiação. “Martinius de Bremen e os doutores, Ward e Davenant [inglês], mantiveram, à semelhança dos Remonstrantes, que *Cristo morreu por todos os homens*”. Outros, mantiveram que “*ele morreu apenas pelos eleitos*”.

---

<sup>354</sup> WATSON, Richard. **Biblical and Theological Dictionary**. New York: Lane and Scott, 1849. pp.888-900, tradução nossa.

<sup>355</sup> Ibid., tradução nossa.

Essa diferença de opinião trouxe muitos problemas ao Sínodo”.<sup>356</sup> Em 18 de fevereiro, Gomaro, que estava presente no Sínodo, e alguns outros clérigos neerlandeses, “trataram Martinius de uma maneira indigna; todos os estrangeiros sentiram-se ofendidos por isso e Martinius ficou pronto para deixar o Sínodo”.<sup>357</sup> Em 19 de fevereiro, a discussão foi tamanha que Gomaro e Sibrand Lubbert agrediram Martinius. De alguma forma, isso também demonstra o caráter sedicioso dos Calvinistas rígidos neerlandeses.<sup>358</sup>

Além da formulação das doutrinas Calvinistas expressas nos cânones de Dort, ao final do Sínodo, após os Calvinistas deterem os Remonstrantes na cidade por quase meio ano, mesmo que dispensados, uma resolução do Sínodo contra os Remonstrantes foi divulgada. Nela, eles foram acusados de “terem corrompido a verdadeira religião, dissolvido a unidade da Igreja, dado graves causas de escândalo, e mostrarem-se contumazes e desobedientes. Por estas inúmeras razões, o Sínodo proibiu-os de continuar o exercício dos seus ministérios, privou-os de seus cargos na Igreja e na universidade, e declarou-os incapazes de desempenhar qualquer função eclesiástica, até que, por arrependimento sincero, eles dessem à Igreja plena satisfação e, desta forma, reconciliados com ela, deviam ser readmitidos em sua comunhão”.<sup>359</sup>

As consequências não terminaram por aí. Os Contra-Remonstrantes se encarregaram de executar cada detalhe de seus planos sem se importar com a reputação histórica ou com as más impressões que suas ações poderiam causar. Sem pudor algum, após comunicarem a resolução do Sínodo aos Remonstrantes, trataram de seguir com a barbárie; informaram aos Arminianos que deveriam continuar esperando na cidade até que o governo dos Estados Gerais enviasse novas ordens. Depois disso, reuniões com novos delegados aconteceram, período em que as notícias da execução de Oldenbarnevelt e da prisão perpétua de Grotius chegaram aos seus ouvidos.

Semanas depois, eles foram removidos até Haia, onde, após se negarem a assinar o ato de cessação de seus ministérios, foram informados pelo governo que seriam banidos para “fora das Províncias Unidas e de sua jurisdição, sem autorização a retornarem até que estivessem plenamente prontos a assinar o referido ato de cessação, e até que

<sup>356</sup> WESLEY, John (Ed.). **An Account of the Synod of Dort**. In: The Arminian Magazine, London, v. 1, 1778, p.98, tradução nossa.

<sup>357</sup> Ibid., p.100, tradução nossa.

<sup>358</sup> Gomaro representava uma visão extremada (supralapsária) do Calvinismo. Os Cânones de Dort, entretanto, demonstram que o Calvinismo de Gomaro também foi derrotado em Dort, e que a visão moderada (infralapsária), defendida principalmente pelos clérigos ingleses e alemães, foi vitoriosa.

<sup>359</sup> Ibid., p.895, tradução nossa.



tivessem obtido licença especial do governo para este propósito, sob pena, em caso de descumprimento, serem tratados como perturbadores da ordem pública, como exemplo para os outros.”<sup>360</sup>

Mais de duzentos ministros Arminianos perderam seus ministérios. Muitos deles perderam todos os seus bens (conferidos em função de suas atividades). Foram jogados junto com suas famílias no olho da rua; os funcionários públicos Arminianos também foram destituídos de seus cargos; proeminentes doutores foram demitidos de suas funções (como Gerard Vossius, Caspar Barlaeus, Peter Bertius, Willian Coddseus, Gilbert JacchaBus, João Meursius e Cornélio Sylvius); <sup>361</sup> pastores foram presos; muitos Arminianos foram massacrados sob a direção de autoridades neerlandesas Calvinistas (por intermédio das mãos e armas de uma tropa brutal) quando encontrados em celebrações de culto.<sup>362</sup>

Para cumprir as medidas determinadas, os Calvinistas percorreram as Províncias Unidas com os cânones de Dort a fim de que todos os ministros da Igreja subscrevessem o documento. Os que se recusaram foram imediatamente expulsos do ministério e forçados a assinar o ato de cessação (compromisso de não pregar as doutrinas de Armínio mesmo destituídos do corpo ministerial da Igreja). Aqueles que não assinaram o ato de cessação foram presos e/ou banidos do país. Os Arminianos foram completamente proibidos de se reunirem em grupos, mesmo para a realização de cultos. Multas foram aplicadas aqueles que ousaram se encontrar para buscar a Deus. Os Calvinistas decretaram que qualquer um que abrigasse um ministro Arminiano, ou mostrasse a ele qualquer ato de bondade, ou ainda permitisse-lhe que dirigisse qualquer atividade religiosa em uma casa de família, mesmo que fosse apenas para orar por uma pessoa moribunda, seria penalizado com multas pesadas e tais ministros com a prisão ou exílio.

Pessoas que fossem descobertas coletando ofertas ou ofertando dinheiro para o sustento dos ministros destituídos ou exilados, receberiam pesadas multas. Grandes recompensas eram dadas aos indivíduos que denunciavam as pessoas que: (1) permitiam que os ministros Arminianos mantivessem seus serviços públicos (aconselhamento, orações, cultos, etc.) em suas casas; (2) participavam de reuniões com ministros Arminianos; (3) mostravam qualquer conduta favorável ao Arminianismo.<sup>363</sup>

---

<sup>360</sup> Ibid., p.896, tradução nossa.

<sup>361</sup> CALDER, Frederick. **Memoirs of Simon Epscopius**. London: Hayward and Moore. 1838. p. 412.

<sup>362</sup> Ibid., p.i-ii.

<sup>363</sup> Ibid., pp. 413-414.

## CONCLUSÃO

Muitos dizem que Maurício tinha pretensões monárquicas nas Províncias Unidas, por isso derrubou Oldenbarnevelt, o maior obstáculo para a consolidação de seu poder. Mas talvez devamos absolvê-lo dessa acusação, pois, embora ele tenha se tornado o “líder ilustre” da nação após 1618, ele não se tornou rei. No entanto, permanece o assombro quanto à desproporcionalidade da pena aplicada sobre Oldenbarnevelt e quanto à pressa de realizar a execução.

Desconsiderando os propósitos pessoais do *Estatuder*, a intenção dos dois julgamentos era de estabelecer a paz na República e na Igreja Reformada, bem como punir os culpados pela desordem. E eles, de fato, interromperam quase que instantaneamente os conflitos nas Sete Províncias Unidas. Parece que o objetivo foi alcançado, mas isso não é bem verdade. A paz na Igreja Reformada neerlandesa não foi gerada pelo amor, mas pelo orgulho. Para resolver uma discordância teológica, os Calvinistas estigmatizaram e expulsaram os discordantes (não expulsaram apenas da Igreja: mandaram embora do país). Preferiram destruir seus irmãos e manter a rigidez e a coesão em assuntos secundários, do que permitir alguma flexibilidade em sua confissão de fé.

Um efeito óbvio da rigidez confessional Contra-Remonstrante após o Sínodo foi que, as pessoas que não se agradaram das novas circunstâncias tomaram rumos diversos. “Alguns acabaram ingressando na nova Igreja Remonstrante quando ela pôde emergir ao ar livre, no final da década de 1620”. Entretanto, outros “havia se mudado para outro lugar e estavam permanentemente perdidos tanto para os Calvinistas ortodoxos quanto para os Remonstrantes”.<sup>364</sup> Muitos que haviam frequentado cultos Remonstrantes (agora proibidos) abandonaram a Igreja Reformada e retornaram ao Catolicismo; outros foram para o Luteranismo; outros passaram a se reunir de forma não denominacional. Aliás, os “pregadores Luteranos, ansiosos por colher a colheita, enfatizaram a proximidade dos ensinamentos de Armínio sobre a vontade e a graça de Lutero”.<sup>365</sup>

As medidas contra os Arminianos duraram até 1625, ano da Morte de Maurício de Nassau. Após isso, os clérigos e teólogos exilados puderam retornar para a República,

---

<sup>364</sup> ISRAEL, Jonathan I. **The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall - 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p.394, tradução nossa.

<sup>365</sup> Ibid., pp.394-395, tradução nossa.

estabelecer igrejas e até escolas. A tolerância do pensamento religioso foi restabelecida, embora a Igreja Reformada tenha permanecido rigidamente confessional. Isso demonstra que o fator “Maurício de Nassau” foi o agente vital para que o cisma terminasse com a “vitória” do partido Contra-Remonstrante em um sínodo nacional, e para que medidas tão extremadas fossem tomadas contra os irmãos Remonstrantes e todos os seus simpatizantes.

Embora os Calvinistas tenham se sentido vitoriosos após tudo o que ocorreu nas Províncias Unidas em 1618-1619, o que de fato aconteceu foi uma grande derrota para o cristianismo. Os Calvinistas não provaram a superioridade de sua doutrina, pelo contrário, apenas demonstraram o quão exclusivistas eram capazes de se tornar por orgulho confessional.

## 9 FACTS

Após o Sínodo de Dort, os pontos do Calvinismo, ainda que em resposta ao documento assinado pelos remonstrantes, foram sintetizados no acróstico TULIP. É difícil identificar a autoria da ideia, visto que tais doutrinas foram sendo desenvolvidas e massificadas aos poucos. De igual modo, as doutrinas da soteriologia remonstrante foram sintetizadas, por sua vez, no acrônimo FACTS. O artigo mais conhecido a respeito é do Dr. Brian Abasciano, membro da *Society of Evangelical Arminians*, que já foi diversas vezes traduzido e publicado em *sites* no Brasil. Assim, nos utilizaremos deste escrito em seu formato resumido como base para o nosso desenvolvimento.

### FACTS<sup>366</sup>

<i>Freed by Grace (to Believe)</i>	Livre pela graça (para crer)
<i>Atonement for All</i>	Expição para todos
<i>Conditional Election</i>	Eleição Condicional
<i>Total Depravity</i>	Depravação Total
<i>Security in Christ</i>	Segurança em Cristo

O historiador da igreja Dr. Roger Olson nos apresenta um formato resumido dos artigos apresentados, o documento lavrado na forma de protesto por Johannes Utenbogaert que recebeu o nome de *remonstrance*, também assinado por mais outros 43 ministros das igrejas holandesas. Em 1618, por ocasião do Sínodo, houve uma espécie de revisão, na forma de manifestação de sentimentos, à semelhança dos escritos de Armínio, sobre os quais trataremos mais adiante. Por enquanto, vejamos o que diz Olson. “Existem várias versões da Remonstrância (da qual os remonstrantes receberam o seu nome). Faremos uso de uma tradução para o inglês feita a partir do original em Latim apresentada de forma um tanto condensada pelo especialista inglês em arminianismo A. W Harrison:”<sup>367</sup>

<sup>366</sup> Disponível em <<https://deusamouomundo.wordpress.com/facts-x-tulip/>> Acesso em 14 de mai 2020.

<sup>367</sup> OLSON, Roger. Arminianismo: Mitos e Realidades. São Paulo: Editora Reflexão, 2013, pp. 40-41.

1. Que Deus, por um decreto eterno e imutável em Cristo antes que o mundo existisse, determinou eleger, dentre a raça caída e pecadora, para a vida eterna, aqueles que, através de Sua graça, creem em Jesus Cristo e perseveram na fé e obediência; e que, opostamente, resolveu rejeitar os inconversos e os descrentes para a condenação eterna (Jo 3.36).
2. Que, em decorrência disto, Cristo, o Salvador do mundo, morreu por todos e cada um dos homens, de modo que Ele obteve, pela morte na cruz, reconciliação e perdão pelo pecado para todos os homens; de tal maneira, porém, que ninguém senão os fiéis, de fato, desfrutam destas bençãos Jo 3-16; 1 Jo 2.2).
3. Que o homem não podia obter a fé salvífica de si mesmo ou pela força de seu próprio livre-arbítrio, mas se encontrava destituído da graça de Deus, através de Cristo, para ser renovado no pensamento e na vontade (Jo 15.5).
4. Que esta graça foi a causa do início, desenvolvimento e conclusão da salvação do homem; de forma que ninguém poderia crer nem perseverar na fé sem esta graça cooperante, e consequentemente todas as boas obras devem ser atribuídas a graça de Deus em Cristo. Todavia, quanto ao *modus operandi* desta graça, não é irresistível (At 7.51).
5. Que os verdadeiros cristãos tinham força suficiente, através da graça divina, para enfrentar Satanás, o pecado, o mundo, sua própria carne, e a todos vencê-los; mas que se por negligência eles pudessem se apostatar da verdadeira fé, perder a felicidade de uma boa consciência e deixar de ter essa graça, **tal assunto deveria ser mais profundamente investigado de acordo com as Sagradas Escrituras.**<sup>368</sup> (grifo nosso)

Interessante verificar que inicialmente a questão sobre a possibilidade de apostasia definitiva de um cristão foi deixada para consideração posterior, visto que nos próprios artigos de Armínio a resposta à esta questão não se apresenta de modo claro e é motivo de debates até os dias atuais. Em seus textos, ele ora parece tender a um lado e ora para outro. Devemos entender esta aparente ambiguidade considerando o contexto da disputa. Os textos de Armínio eram respostas ou contrapontos às proposições de calvinistas e não afirmações ou postulados oriundos de iniciativa própria. Ainda segundo Olson: “Observe que os remonstrantes, assim como Arminio antes deles, não se posicionaram em relação a questão da segurança eterna dos santos. Ou seja, eles deixaram em aberto a questão se uma pessoa verdadeiramente salva poderia ou não cair da graça.”<sup>369</sup>

Vejamos agora os FACTS analisados a partir da perspectiva de Brian Abasciano (entre aspas) e comentados por mim.

---

<sup>368</sup> Idem.

<sup>369</sup> Ibid., p. 41.

De maneira ampla e um tanto imprecisa estes pontos correspondem aos dos históricos Artigos da Remonstrância (embora esta não seja especificamente uma representação deles), os quais foram compostos em 1610 pelos primeiros arminianos e constituem o primeiro sumário formal da teologia arminiana. Os pontos serão apresentados aqui em ordem lógica, em vez da ordem acima no acrônimo, para fins de facilitar sua explanação.

### 9.1 DEPRAVAÇÃO TOTAL

“A humanidade fora criada à imagem de Deus, boa e direita, mas caiu de seu estado original sem pecado através de deliberada desobediência, deixando a humanidade em estado de pecado, separada de Deus, e debaixo da sentença de divina condenação. Depuração total não significa que os seres humanos são tão maus quanto eles podem ser, mas que o pecado impacta cada parte do ser pessoal e que as pessoas agora têm uma natureza pecaminosa com uma inclinação natural para o pecado, fazendo cada ser humano ser fundamentalmente corrupto em seu coração. Portanto, o ser humano não é capaz de pensar, ter vontade, nem fazer nada de bom em si mesmo, incluindo favor meritório para Deus, salvar-se a si mesmo do julgamento e condenação de Deus que fora reservada para vosso pecado, ou mesmo crer no Evangelho. Se qualquer pessoa será salva, Deus deve tomar iniciativa”.

Compare a exposição do Brian com o texto remonstrante, Art. 3º:

Este homem não possui graça salvadora de si mesmo, nem força a partir de seu livre-arbítrio, na medida em que ele, no estado de apostasia e pecado, não pode, por si mesmo, pensar, querer, nem fazer qualquer coisa que seja verdadeiramente boa; mas é necessário que ele nasça de novo de Deus em Cristo, por meio de seu Espírito Santo, e seja renovado em entendimento, todos os seus poderes, inclinação e vontade, a fim de que possa entender, pensar, querer e efetuar corretamente o que é verdadeiramente bom, de acordo com a Palavra de Cristo, João xv. 5 : 'Sem mim você não pode fazer nada.'<sup>370</sup> (tradução livre)

É claramente perceptível que o conceito de corrupção da natureza humana ou depravação total é basicamente expresso de igual modo por calvinistas e arminianos, sendo exatamente o mesmo. Deste modo, a questão não reside neste ponto, salvo se este

<sup>370</sup> Disponível em <<https://www.ccel.org/ccel/schaff/creeds3.iv.xv.html>> acesso em 16 de maio 2020.

for distorcido, recaindo a divergência sobre a ação proveniente da graça, se resistível ou de modo irresistível.

Versículos mais utilizados na defesa do conceito de Depravação total: Gn 6.5; Gn 8.21; 1Rs 8.46; Jo 14.4; Sl 51.5; Sl 58.3; Ec 7.20; Is 64.6; Jr 4.22; Jr 9.5-6; Jr 13.23; Jr 17.9; Jo 3.3; Jo 3.19; Jo 3.36; Jo 5.42; Jo 8.43-44; Rm 3.10-11; Rm 5.12; Rm 7.18-23; Rm 8.7; 1Co 2.14; 2Co 4.4; Ef 2.3; Ef 4.18; 2Tm 2.25-26; 2Tm 3.2-4; Tt 1.15.<sup>371</sup>

## 9.2 EXPIAÇÃO PARA TODOS

“Deus amou o mundo e deseja que todas as pessoas sejam salvas e venham ao conhecimento da verdade. Portanto, Deus entregou Seu único Filho para morrer pelos pecados do mundo todo de modo a proporcionar perdão e salvação a todas as pessoas. Enquanto Deus providenciou salvação para todas as pessoas pela morte substitutiva e sacrificial de Cristo para todos, os benefícios desta morte são recebidos pela graça mediante a fé e são eficazes apenas aos que creem”.

A ideia de que Deus morreu por todos os homens sempre foi e é majoritária na cristandade. A exceção foi a introdução do conceito de expiação limitada ou particular, que nem mesmo em Agostinho ou em Calvino (de modo explícito) tal conceito aparece. Calvino jamais a definiu nestes termos. Alguns autores como R. T. Kendall, Norman Geisler, A. H. Strong e David Allen afirmam que João Calvino defendeu a expiação ilimitada. Em seu livro “Por que Cristo Morreu?” D. Allen colaciona uma extensa lista de comentários de Calvino indicando a universalidade do sacrifício de Cristo por todos os homens. Inclusive, o que pode parecer contraditório, no próprio comentário de Romanos, Capítulo 5, Calvino claramente defende uma expiação universal.

Para constar, calvinistas como M. L. Jones, J. C. Ryle, Richard Baxter e atualmente Millard Erickson defendem ou defenderam a expiação ilimitada.

Versículos mais utilizados na defesa do conceito de Expição Ilimitada: Is 53.6; Mt 11.28-30; Mt 18.14; Jo 1.7; Jo 1.19; Jo 3.16-17; João 4.42; Jo 6.33; Jo 12.47; Rm 3.23-24; Rm 5.6; Rm 5.15; Rm 10.13; 2Co 5.14-15; 1Tm 2.3-6; 1Tm 4.10; Tt 2.11; Hb 2.9; Hb 10.10; 2Pe 3.9; 1Jo 2.2; 1Jo 4.14 e Ap 22.17.

---

<sup>371</sup> Lista disponível em <<https://bereianos.blogspot.com/2008/02/tulip-os-5-pontos-do-calvinismo.html>> acesso em 16 de maio 2020.



### 9.3 LIVRES PELA GRAÇA [PARA CRER]

“Devido a Depravação Total e a Expição para Todos (como descrito acima), Deus chama a todas as pessoas em todos os lugares para se arrependerem e crerem no Evangelho, e graciosamente habilita àqueles que ouvem o Evangelho a responder positivamente em fé. Deus regenera aqueles que creram em Cristo (Fé precede logicamente a regeneração). A graça salvadora é resistível, o que significa que ele dispensa seu chamado, projeto, e graça capacitadora (que nos traria salvação se respondida com fé) de tal forma que possamos rejeitá-la. Aqueles que ouvem o Evangelho podem ou aceitá-lo pela graça ou rejeitá-lo para sua eterna destruição. Além do âmbito de agradar ao Senhor e fazer o bem espiritual, as pessoas geralmente têm livre arbítrio, o que significa que, em relação a uma ação, eles podem ao menos realizar a ação ou negar-se a tal. Geralmente as pessoas têm escolhas genuínas e são, portanto, correspondentemente capazes de realizar escolhas. Deus tem livre arbítrio supremo e absoluto. Sua escolha de sobrenaturalmente libertar a vontade pecadores pela sua graça para crerem em Cristo é uma questão do exercício de sua própria soberania e livre arbítrio.”

Aqui nós temos o ponto “x” do debate, a chamada graça *preventia*. A ideia da palavra “preveniente” é a de antecedência, que vem antes de qualquer desejo, intento ou ação humana. Tal conceito também sempre foi considerado ortodoxo. Vejamos alguns excertos do livro “A Mecânica da Salvação” de Silas Daniel:

A crença em um livre-arbítrio preservado ou auxiliado por uma ação preveniente da graça divina é claríssima nos escritos dos Pais da Igreja pré-Agostinho. Nunca é visto alguma espécie de calvinismo nesses primeiros 400 anos da história da Igreja, seja de forma clara ou presumida. Em todos os casos, os Pais da Igreja pré-Agostinho sempre irão falar de uma cooperação entre a graça e a vontade do homem no processo da Salvação, bem como de uma possível resistibilidade à graça.

Alguns dos Pais da Igreja que defenderam a doutrina da graça preveniente foram Clemente de Roma (35-97), Tertuliano (160-220), Cipriano de Cartago (205-258), Arnóbio de Sica (250?-330), Mário Vitorino (300-370), Gregório de Nazianzo (329-389), Ambrósio (340-397) e Ambrosiaster ou Pseudo-Ambrósio (350-400).

Clemente, em sua *Primeira Carta aos Coríntios*, declara: “A cada criatura humana a graça procura manifestar a intenção salvífica de Deus em maneiras circunstancialmente adequadas àquele indivíduo, pois a graça de Deus que traz salvação se manifestou a todos os homens. Ela nos ensina a dizer ‘não’ à impiedade e às paixões mundanas e a vivermos vidas autocontroladas, retas e santas nesta presente era, enquanto esperamos pela abençoada esperança. A

ninguém, nem mesmo ao infiel recalcitrante, Deus nega graça suficiente para salvação” (CLEMENTE, 1 Coríntios VII, 4).<sup>372</sup>

Entendemos que até este instante, calvinistas e arminianos estão juntos. Os calvinistas evitam utilizar a expressão pelo fato dela ter uma identificação imediata com o arminianismo, mas ao fazer isto renunciam à companhia de todos os primeiros pais da igreja cristã. Normalmente, afirmam que a palavra “preventia” não é bíblica e se utilizam de expressões, que igualmente não constam na bíblia “graça eficaz”, “graça comum”, “graça irresistível”. Então, a questão também não reside se o termo consta ou não nas Escrituras, outros termos também não constam e são amplamente utilizados (e. g. Trindade; livre-arbítrio; união hipostática). O problema é quanto a resistibilidade desta ação.

Armínio afirmava que via muitos resistirem ao Espírito Santo, tanto nas Escrituras quanto em sua experiência de vida, e que Deus não força a ninguém, não constrange, não por força ou violência. Mas como o “morto espiritualmente” pode crer? (Ef. 2.1).

Eis o problema! O Calvinista exagera no uso das figuras de linguagem, forçando o texto para atingir o seu objetivo: “A lógica do Se – Então”. A palavra grega νεκρὸς (nekroús), que dá origem a palavras em português como necrose, necrotério e é normalmente traduzida por “mortos”, que em muitas das 19 ocorrências do Novo Testamento aparece no sentido figurado como em Mt 8.22 e Ef 2.1. A ideia do texto em Efésios não é de uma incapacidade absoluta, até porque um morto sequer poderia pecar. Mas nos apresenta o estado de podridão, necrose, em que o homem sem Deus se encontra. (cf. Jo 5.25). Então, ao extrapolar no uso da linguagem figura temos a necessidade de uma ação monergística da parte de Deus, entretanto, se for corretamente compreendido o texto, como é claramente utilizado figura do estado de pecado (podridão/necrose) a questão tornar-se mais simples. Não há necessidade de ação irresistível divina que dobre inevitavelmente a vontade humana. O que há é a necessidade da ação primeira da graça, de modo que o homem pecador seja iluminado, tenha o seu coração aberto e possa, por sua própria decisão, aderir ou resistir a Graça Salvadora.

Basicamente qualquer versículo utilizado por calvinistas na defesa da graça “eficaz” pode igualmente ser utilizado por arminianos na exposição da graça preveniente.

---

<sup>372</sup> DANIEL, Silas. Arminianismo: A Mecânica da Salvação – Uma Exposição Histórica, Doutrinária e Exegética Sobre a Graça de Deus e a Responsabilidade Humana. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, pp. (falta as páginas)

Os principais versículos citados: Jr. 31.3; Jo 3.16; Jo 6.44; Jo 12.32; Jo 16.7-11; Rm 2.4; Rm 10.14-17; Fl 2.13; 1 Tm 2.4; Tt 2.11 e 1Jo 4.19.]

#### 9.4 ELEIÇÃO CONDICIONAL

“Deus soberanamente decidiu escolher apenas aqueles que teriam fé em Seu Filho Unigênito Jesus Cristo, para salvação e sua eterna bênção. Deus pré-conheceu da eternidade aqueles indivíduos que creriam em Cristo. Entre os arminianos, há duas visões diferentes sobre a eleição condicionada à fé: **Eleição Individual**: A visão clássica na qual Deus individualmente escolheu cada crente baseado em Seu pré-conhecimento da fé de cada um e então predestinou cada um à vida eterna. **Eleição Corporativa**: Eleição para salvação é primariamente para a Igreja como um povo e abraça indivíduos apenas numa união-em-fé com Cristo, O Escolhido, e como membros deste povo. Desde que a eleição individual deriva da eleição de Cristo e do povo corporativo de Deus, indivíduos tornam-se eleitos quando creem e continuam eleitos apenas enquanto crerem.”

Já expusemos no capítulo 6 deste livro sobre as principais vertentes históricas a respeito da eleição em Cristo. Apontamos também o caminho que entendemos ser o mais correto em relação ao que o texto canônico nos permite saber, que seria a junção das visões arminianas de eleição corporativa e presciente, porque na realidade são dois lados de uma mesma moeda, um único ato divino efetuado na eternidade.

A eleição incondicional equivale aos primeiro e segundo decretos na ordem proposta por Jacó Armínio e ao primeiro ponto dos remonstrantes, que seguem respectivamente:

I. O *primeiro* decreto integral de Deus a respeito da salvação do homem pecador é aquele no qual Ele decreta a indicação de seu Filho, Jesus Cristo, para Mediador, Redentor, Salvador, Sacerdote e Rei que deve destruir o pecado pela sua própria morte, e que deve, pela sua obediência, obter a salvação que se perdeu, devendo comunicá-la pela sua própria virtude.

II. O *segundo* decreto preciso e absoluto de Deus é aquele em que Ele decretou receber *aqueles que se arrependem e crerem*, e, em Cristo, por causa dEle e por meio dEle, para efetivar a salvação de tais penitentes e crentes que perseverarem até o fim, mas deixar em pecado, e sob a ira, todas as pessoas impenitentes e incrédulas, condenando-as como alheios a Cristo.<sup>373</sup>

---

<sup>373</sup> ARMÍNIO. Obras, vol. 1, p.

Que Deus, por um propósito eterno e imutável em seu Filho Jesus Cristo, desde a fundação do mundo, determinou, tirar da raça caída e pecaminosa dos homens, para salvar em Cristo, pelo amor de Deus, e através de Cristo, aqueles que, através da graça do Espírito Santo, acreditarão em seu Filho Jesus, e perseverarão nesta fé e obediência, por meio desta graça, até o fim; e, por outro lado, deixar o incorrigível e incrédulo no pecado e sob a ira, e condená-los como alienados de Cristo, de acordo com a palavra do evangelho em João 3:16: 'Aquele que acredita no Filho tem vida eterna: e aquele que não crê no Filho não terá a vida; mas a ira de Deus permanece sobre ele', e de acordo com outras passagens das Escrituras também. (Remonstrantes)<sup>374</sup>

A Bíblia fala da fé do início ao fim, como o fio condutor invisível entre Deus e os homens. Fé é o contraponto ou o aposto às obras. Ter fé é acreditar em um terceiro salvador e não em qualquer mérito próprio por parte daquele que crê. Em outras palavras, ter fé é renunciar aos méritos, é renunciar a ideia de recompensa ou de salvação por obras, é abraçar o favor imerecido, a graça salvadora.

Principais versículos utilizados na defesa da eleição condicional: Mateus 11. 28-30; Jo 3.16; Jo 4.42; Jo 6.40; João 6.51; Atos 13.39; Rm 1.16-17; Rm 9.30; Ef 1.13; 1 Tm 4.10; 1 Pedro 1.1-2.

## 9.5 SEGURANÇA EM CRISTO

“Desde que a salvação vem mediante a fé em Cristo, a segurança da nossa salvação continua pela fé em Cristo. Exatamente como o Santo Espírito nos capacita a crer em Cristo, igualmente Ele nos capacita a continuar crendo em Cristo. Deus protege nosso relacionamento de fé com Ele de qualquer força que irresistivelmente nos arrebate de Cristo ou de nossa fé, e Ele nos preserva em salvação enquanto confiarmos em Cristo. Arminianos têm visões diferentes sobre se a Escritura ensina que crentes podem abandonar a fé em Cristo e então perecer, ou se Deus irresistivelmente mantém os crentes de perderem sua fé e, portanto, entrar em eterna condenação (como descrentes).”

O artigo 5º tem sido tema de longos debates entre arminianos, e por muitas vezes a razão de algumas denominações ou cristãos se autodesignarem calvinistas moderados, simplesmente por abraçar a ideia de que uma vez salvo, sempre salvo.

Os mais radicais veem nisto um motivo de divisão, quando na realidade não passa de uma questiúncula quase que irrelevante, sem grandes consequências na vida prática

---

<sup>374</sup> Tradução livre.

do cristão. Pois aqueles que creem que um salvo não se perde, acreditam nisto baseando-se que o salvo exhibirá os frutos de seu novo nascimento, caso contrário, dirão que tal pessoa jamais nasceu de novo. Não temos como desvendar quem nasceu ou não de novo com base em nossos sentidos. Quando alguém se afasta do evangelho um grupo dirá “apostatou” e outro “ele não era dos nossos”, mas só Deus sabe de fato o que ocorreu de fato. Há bons livros defendendo ambas as posições.

Naturalmente, como uma espécie de consequência lógica, os que defendem uma eleição presciente tendem (em sua maioria) a defender a segurança dos santos, porque “se Deus conhece os seus eleitos, estes necessariamente perseveraram até o fim”. Por outro lado, a eleição corporativa enfatiza a condição de estar em Cristo pela fé, como vemos na bíblia pessoas que naufragaram na fé (1Tm 1.19), tendem a crer na possibilidade real de apostasia.

Batistas históricos e tradicionais são, em sua grande maioria, arminianos de 4 pontos<sup>375</sup> enquanto os pentecostais e carismáticos (também em sua maioria) defendem a possibilidade de apostasia. Neste caso, cumpre-nos informar que no conjunto da obra, pelo número de versículos de advertência nas Escrituras a respeito da necessidade de perseverança na fé e o próprio sentido grego literal da palavra apostasia, que entre os seus significados compreende a ideia de divórcio e/ou separação, este autor é arminiano de 5 pontos.

Entretanto, precisamos evitar os espantinhos do próprio arminianismo. Pois quem crê na possibilidade de queda não o faz no sentido de atribuir uma fragilidade na aliança com Cristo, como se por um pensamento ruim ou palavrão e o crente “já perdeu a salvação”<sup>376</sup> e quem defende a perseverança não acredita que quem vive no pecado, dizendo-se cristão, nasceu de novo.

Em sua primeira versão, de 1610, o documento remonstrante não adotou postura fechada, como destacado pelo Dr. Roger Olson, antes, afirmaram que tal assunto merecia posteriores estudos e considerações. Vejamos em inteiro teor:

Que aqueles que são enxertados em Cristo por uma verdadeira fé, e que assim foram feitos participantes de seu vivificante Espírito, são abundantemente dotados de poder para lutar contra Satanás, o pecado, o mundo e a sua própria carne, e de ter a vitória; sempre – frisamos – com o auxílio da graça do Espírito Santo, com a assistência de Jesus Cristo em todas as suas tentações, através de seu Espírito; o qual estende para eles suas mãos e (tão somente sob a condição

<sup>375</sup> Vide o livro “Jamais Perecerão” de Thiago Titillo, editora Verbum Publicações, 2017.

<sup>376</sup> Até o termo “perder a salvação” transmite uma ideia errada do que ela seja, isto é, por graça.

de que eles estejam preparados para a luta, que busquem seu auxílio e não deixem de lutar por si mesmos [contra as trevas e o pecado]] os impele e sustenta, de modo que, por nenhum engano ou violência de Satanás, sejam desviados ou tirados das mãos de Cristo [Jo 10.28]. Mas quanto à questão se eles são capazes de, por preguiça e negligência, esquecer o início de sua vida em Cristo e de novamente abraçar o presente mundo, de modo a se afastarem da santa doutrina que uma vez lhes fora entregue, e perder a sua boa consciência e negligenciar a graça – isto deve ser assunto de uma pesquisa mais acurada nas Santas Escrituras antes que possamos ensiná-lo com inteira segurança.<sup>377</sup>

Somente por ocasião do Sínodo, em 1618, é que a questão da perseverança dos santos foi substituída por segurança em Cristo. Ou seja, enquanto estivermos em Cristo estamos salvos, ligados a ele pela fé, exercitados pelo Espírito que derrama graça sobre os homens. A conclusão lógica é que tanto os que defendem a perseverança dos santos quanto os que defendem a possibilidade de apostasia podem ser chamados de arminianos de 4 ou 5 pontos.<sup>378</sup> “Aquele, porém, que perseverar até ao fim, esse será salvo.” (Mc 13.13; Mt 24.13)

---

<sup>377</sup> Tradução livre.

<sup>378</sup> É possível ler o artigo contendo a exposição ampla original do Dr. Brian Abasciano em <http://evangelicalarminians.org/the-facts-of-salvation-a-summary-of-arminian-theologythe-biblical-doctrines-of-grace/>, uma tradução em português no link <http://personaret.blogspot.com/2015/10/os-facts-da-salvacao.html> e o original do resumo que foi utilizado como base neste livro em <http://evangelicalarminians.org/an-outline-of-the-facts-of-arminianism-vs-the-tulip-of-calvinism/>. Todos os acessos em 14 de maio de 2020.

## 10 POR UM DEBATE MADURO - EVITANDO ESPANTALHOS DO CALVINISMO

### 10.1 DEBATES

Com a narrativa teológica hegemônica daqueles que abraçaram a TULIP durante décadas nos livros teológicos, inclusive daqueles claramente arminianos ou muito mais próximos ao arminianismo do que do calvinismo, foi natural a recusa em aceitar a designação de arminiano (e.g. Norman Geisler; Henry Thiessen; Stanley Grenz) e assim as falsas representações do arminianismo se proliferaram em livros, mesmo de autores consagrados, e em sites, artigos, revistas. O curioso é que escreveram tanto sobre o arminianismo sem citar uma única frase de um texto de Jacó Armínio. Assim li J. I. Packer, Jonh Piper, Paulo Anglada, as mais diversas teologias sistemáticas e todos sem citar uma única fala de Armínio. Merecem ressalva os livros *Escolhidos* de Sam Storms e *Sola Gratia* de R. C. Sproul, que realmente leram algo de Armínio e de outros teólogos arminianos. Assim ficou fácil para Sproul perceber, por exemplo:

A citação acima, de uma das obras de Armínio, demonstra o quão seriamente ele considerava a profundidade da queda. Ele não se satisfaz em declarar que a vontade do homem estava meramente ferida ou enfraquecida. Ele insistiu em que ela estava “aprisionada, destruída e perdida”. As maneiras de se expressar de Agostinho, Martinho Lutero ou de João Calvino dificilmente são mais fortes do que a de Armínio.<sup>379</sup>

A primeira coisa que devemos fazer para um debate sadio e maduro é conhecer bem o objeto de debate a partir de fontes primárias. Nos livros que trazem subtítulos que em nada se parecem com arminianismo um autor recorre a outro autor da mesma escola que recorre a outro que defende os mesmos pontos e nenhum deles cita um erro de fato advindo da teologia de Armínio, isto é, a partir do ele tenha realmente dito ou escrito.

Um segundo ponto consiste em evitar pessoalizar os diálogos, o conhecido argumento *ad hominem*<sup>380</sup>, que normalmente exalta os ânimos e não contribui com nada para o crescimento de ninguém, a não dos opositores e críticos da fé, que não pouparão críticas ao ver um debate desta forma. Atacar a honra das pessoas é uma estratégia baixa e não condizente com a nossa natureza cristã. Não somos juízes de ninguém. Devemos

---

<sup>379</sup> SPROUL, R. C. *Sola Gratia*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, p. 122.

<sup>380</sup> Quando o assunto em tela é posto de lado e o debate se volta a honra, conduto ou ataque às pessoas.



apresentar o nosso ponto de vista e contraponto as demais perspectivas, sem necessariamente atacar pessoas do passado ou do presente.

Outro equívoco recorrente, já o cometi, é que em virtude dos espantalhos<sup>381</sup> arminianos, brota inicialmente um desejo de revanchismo, de mostrar o erro teológico do outro. Um ímpeto de tentar provar que você e suas conclusões estão corretas. Digo por experiência própria, isto é totalmente desnecessário, e pior, é inútil. Não precisamos provar verdades bíblicas, apenas declará-las. Basta demonstrar que os pressupostos e conclusões arminianas estão alinhados às Escrituras. Não temos como forçar ninguém a ver nada. Veja quantas citações patrísticas este manual contém, ainda assim haverá sempre aqueles “teólogos”, que pregam aos seus convertidos, que afirmarão que houve calvinismo no início da cristandade, mesmo sem nenhuma evidência.

Na primeira palavra que se deparar em qualquer escrito antigo que contenha algo do tipo “eleitos” ou “predestinados” já dirá que é o que Calvino veio a defender séculos depois. Então, não gaste seu tempo com debates inúteis e muito menos com quem não deseja saber ou mesmo considerar a hipótese. Confesso que quando parti para estudar soteriologia propus-me a despir (na medida do possível) das minhas tradições e considerar a possibilidade de estar errado em meus pressupostos e conclusões, ademais, temos muitos homens de Deus que defendem o calvinismo. Homens piedosos, cheio do Espírito e que estudam a Palavra tanto quanto os teólogos arminianos, mas que infelizmente chegam a conclusões diferentes. Devemos, aqui me dirijo a teólogos e pesquisadores, no início de nossas pesquisas e buscas pessoais, considerar a hipótese de o outro poder estar correto. Assim busquei proceder e isto ajudou-me a crescer e a amadurecer nos debates, e permitiu a boa convivência com pessoas que pensam diferente. A nossa certeza está na Palavra que é confirmada pelo Espírito. Temos ao nosso lado a tradição patrística, isso já é um fortíssimo argumento. Não tente provar nada, apresente a verdade e isso basta.

Se pararmos para pensar em quantos pontos estamos (calvinistas e arminianos) plenamente de acordo: Trindade, Jesus Cristo único e suficiente salvador, nascimento virginal, selo do Espírito, a necessidade de nascer de novo, salvação pela graça somente, Bíblia como regra de fé e prática, Bíblia como autoridade final em todos os casos, *analogia fidei*<sup>382</sup>, a crença que um dia Jesus voltará, que somos (os que creem) parte do corpo de

---

<sup>381</sup> Falsas representações criadas por desconhecimento ou de modo proposital para desqualificar a ideia contrária.

<sup>382</sup> A Bíblia interpreta a própria Bíblia.

Cristo, membros de uma só família, um só batismo (diferentes modos, mas um só), o Espírito Santo é Deus e uma pessoa da Trindade, a encarnação de Cristo, união hipostática<sup>383</sup> e nós focamos nas diferenças, naquilo que nos separa. Temos que ter a visão que do outro lado da mesa (em um debate ou encontro teológico) está sentado um irmão em Cristo que faz parte da nossa família, a família de Deus. A piedade cristã, o testemunho de um verdadeiro servo falará muito mais alto que o mero saber teológico sem evidências de aplicabilidade prática. Piedade, humildade, sinceridade, a alegria do Espírito e a clareza no falar são evidências da verdade de Deus mais fortes que qualquer tese por mais bem elaborada que seja.

## 10.2 CONCLUSÕES LÓGICAS

Para entender o calvinismo este ponto é importantíssimo. Toda estrutura teológica da TULIP é baseada em um silogismo condicional, lógica aristotélica do tipo “Se” “Então”, onde uma premissa é derivada necessária da premissa anterior. Em termo práticos:

**Se** o homem é totalmente morto, não pode fazer absolutamente nada;

**Então** é necessário que outro o mova;

**Se** outro o move;

**Então** o homem não tem vontade livre.

Em todo o tempo segue-se esta mesma lógica. E é exatamente por esta causa que denomino a TULIP como teoria da necessidade. O ponto seguinte é sempre necessário. Pela mesma razão é difícil a alguém que já se habituou a ler a Bíblia com estes óculos abandoná-lo. Porque parece simples e o calvinista não consegue sair da linearidade.

Eles querem que creiamos que os homens depravados são totalmente incapazes de crer, e assim logicamente a fé precisa ser um dom de Deus. Se a fé é um dom de Deus, então, segue-se que Deus deve eleger as pessoas individuais a quem Ele concederá tal fé. Além disso, de acordo com esta lógica a morte de Cristo teve por objetivo, exclusivamente, essas pessoas eleitas, e não há nenhuma provisão, quer seja potencial ou real, para o não eleito. Sendo assim, então os eleitos devem ser atraídos pela graça irresistível, senão nenhum pecador depravado viria a Cristo

<sup>383</sup> Segundo Millard Erickson, Dicionário Popular de Teologia “A união das naturezas divina e humana de Jesus em uma única pessoa.” p. 203.

e o Evangelho não teria efeito algum. Logo, eles nos dizem, o pecado depravado precisa ser regenerado antes de crer. Para completar o raciocínio, o Calvinista afirma que Deus precisa conceder o dom da perseverança, senão o cristão apostataria e pereceria.<sup>384</sup>

Entretanto, os teólogos calvinistas abraçam a lógica somente enquanto lhe serve, acabam se utilizando da falácia do táxi, ou seja, com argumentos lógicos, não admitindo contradição ou o com o princípio do terceiro excluído. “A” ou “não A”, nunca os dois. Contudo, como a lógica calvinista aplicada à Bíblia não fecha, surgem muitas contradições, então eles “pulam do carro” (táxi) e abraçam a contradição. Aqui cabe explicarmos as diferenças entre mistério, paradoxo e contradição.

Calvinistas compatibilistas afirmam que o homem é livre e que Deus determinou tudo. Ou seja, Deus determinou tudo o que homem escolhe e ainda assim o homem é livre. Denominam esta “verdade” de mistério ou antinomia. Vejamos bem:

O homem é livre, age livremente;  
Deus determina o que o homem faz;  
Logo, o homem não é livre.

O que estão fazendo é abraçando o “A” e o “não A” ao mesmo tempo. Isto não é um mistério, é uma irracionalidade, um absurdo lógico. Na matemática (e na teologia) diz-se que a conclusão é FALSA. Já ouvi argumentos do tipo: duas linhas paralelas que se cruzam na eternidade. Mas linhas paralelas nunca se cruzam! O que temos é uma ilusão de ótica, realmente algo muito semelhante a lógica da TULIP, uma contradição.

A) Um **mistério** é algo *suprarracional* que está para além da razão humana ou da física, metafísica. Exemplos de mistérios: A encarnação de Cristo; a Trindade; a criação *ex nihilo*. Não há nenhuma contradição, nenhuma estrutura que afirma “A” e “não A” ao mesmo tempo. São estruturas que não compreendemos, mas que não se contradizem;

B) **Paradoxo** é uma questão que exige reflexões mais profundas. Por exemplo: aquele que perder a sua vida por amor de mim encontrará-la-á. Vem a pergunta, para além do óbvio: Como que morrendo é que viverei? Deste modo a obviedade da lógica silogística

---

<sup>384</sup> PARKINSON. Op. Cit. p. 113.

é totalmente descartada e se faz necessária maiores reflexões e novas formas de visualizar a questão. Obs: não admitindo-se contradições;

C) A **antinomia** – *anti* (contra) e *nomos* (lei) – contra a lei. Ou seja, o teólogo calvinista diz aos seus ouvintes literalmente que lhes proporá uma contradição e que eles devem aceitá-la sem maiores questionamentos, porque é assim mesmo. Como já dissemos contradição é dizer ao mesmo tempo: José está aqui; e José não está aqui.

Adotando o silogismo calvinista, SE compreendermos bem este ponto, ENTÃO só precisamos demonstrar, aos que queiram ou estejam mais abertos ao diálogo e ao conhecimento, as irracionalidades que o calvinista precisa abraçar para sustentar a TULIP. Tendo sempre em mente que, mesmo que em termos lógicos, se Deus causa tudo e move todas as vontades, é conclusão lógica e necessária que “Deus é o autor do pecado”, pelo menos em termos de mentoria e planejamento. Um completo absurdo bíblico! E por ser tão absurdo os calvinistas jamais admitirão, assim abraçarão ao mistério, e estão sendo sinceros nisto, creio. Então as conclusões que nos parecem claras a respeito da teologia da TULIP, como dizer que Deus deseja incondicionalmente que homens sejam lançados no inferno, os calvinistas (salvo exceções) jamais concordarão. Logo, aparecerá um termo mais elaborado, atrativo, do tipo “antinomia”, para maquiagem a clara contradição das proposições. Então não pense, nem por um momento, que nossos irmãos comungam da ideia de “Deus ser o autor do pecado”, não, eles optam por abraçar a contradição.

Por mais estranho que possa parecer, com a finalidade de deixar claro quais são os mais típicos espantalhos do calvinismo, **afirmo que a esmagadora maioria dos calvinistas NÃO creem que:**

- a) Deus seja o autor do pecado;
- b) Deus quer e gosta de homens no inferno;
- c) Deus fez Adão pecar inevitavelmente;
- d) Deus controla tudo meticulosamente;
- e) Serão salvos apenas os calvinistas;
- f) Deus não ama a todos os homens. Mas sim, que os ama de diferentes modos.

Evitar caricaturas é sinal de maturidade e respeito para com os outros. Entender o que pensam é importante, primeiramente para nós mesmos analisarmos as nossas crenças, e depois para ajudarmos aqueles que desejarem deixar as contradições de lado, entendendo que Jesus é o *logos* encarnado, onde não há contradições.

### 10.3 AS VONTADES DE DEUS

Entre as muitas contradições que o calvinista precisa abraçar, sem dúvida, uma das mais difíceis é porque Deus manda pregar a todos os homens, ir a todos os lugares, deu leis e preceitos a pessoas que não podem cumprir e chama a fé aqueles para os quais, segundo a lógica da TULIP, não deu os meios para que pudessem crer. Resumidamente, por que Deus diz: “vinde a mim todos” (Mt 11.28-30; Tt 2.11; Ap 22.17) quando na realidade só deseja de fato alguns?

Para responder a esta clara contradição, a saída, como sempre bastante criativa, foi atribuir a Deus dois tipos de vontades. Uma vontade permissiva e outro que diz respeito aos decretos. A vontade permissiva é também conhecida como “Vontade Preceptiva”, que segundo Erickson é “aquilo que Deus ordena que seja feito”<sup>385</sup> e a “Vontade Decretiva” que seria uma “referência à vontade de Deus de que certas coisas aconteçam; ele é considerado o iniciador. Coloca-se em contraste com a vontade permissiva, que é mais da natureza de um consentimento passivo.”<sup>386</sup> Assim, é possível ao calvinista afirmar vontades contraditórias em Deus apelando ao mistério da vontade decretiva. Assim, Deus pode chamar a fé mesmo que no fundo não queira que os ouvintes da mensagem creiam. Pode dar um mandamento mesmo decretando que este mesmo mandamento, dada a vontade oculta, seja inteiramente descumprido. Vamos à exposição dos próprios calvinistas a respeito:

BERKHOF: Diz-se, ainda, que a vontade decretatória de Deus e Sua vontade preceptiva muitas vezes são contraditórias, que Sua vontade decretatória inclui muitas coisas que Ele proíbe em Sua vontade preceptiva, e exclui muitas coisas que Ele ordena em Sua vontade preceptiva, cf. Gn 22; Êx 4.21-23; 2 Rs 20.1-7; At 2.23. Todavia, é de grande importância sustentar tanto à vontade decretatória como a preceptiva, mas com o definido entendimento de que, embora nos pareçam diversas, são fundamentalmente uma só em Deus. Conquanto uma solução perfeitamente satisfatória da dificuldade esteja fora de questão no presente, podemos aproximar-nos de uma solução. Quando falamos da vontade

<sup>385</sup> ERICKSON, Millard J. Dicionário Popular de Teologia. [Trad. Emerson Justino]. São Paulo: Mundo Cristão, 2011, p. 58.

<sup>386</sup> Ibidem. p. 208.

decretatória e da vontade preceptiva de Deus, empregamos a palavra “vontade” em dois sentidos diferentes. Pela primeira, Deus determinou o que Ele fará ou o que virá a acontecer; na segunda Ele nos revela o que estamos na obrigação de fazer.<sup>387</sup>

GIRARDEAU: Deus ordenou a Abraão que sacrificasse seu filho Isaque. Aqui estava à vontade preceptiva de Deus, à qual o eminente patriarca, sem hesitação, se prontificou a obedecer, Mas o evento provou que Deus não queria decretivamente que Isaque fosse sacrificado. Eis aqui outro caso da falta de coincidência entre a vontade preceptiva de Deus e a decretiva. Foi Deus, por isso, insincero em ordenar que Abraão Lhe sacrificasse seu filho? Deus ordenou que os judeus aceitassem a Jesus como seu Messias e cressem nele. Temos aqui Sua vontade preceptiva. Ele também queria decretivamente que todos eles o aceitassem e cressem nele? Seguramente, não; de outro modo, Seu decreto teria falhado em sua execução. Uma vez mais, temos um caso mui notável do fato de que a ordem de Deus nem sempre corresponde à Sua vontade decretiva.<sup>388</sup>

Interessante o fato de que muitos há muitos séculos o anabatista Menno Simons (1496-1561) já identificava o absurdo de atribuir à Deus todo tipo de vontade, incluindo a vontade de que homem descumpra os mandamentos entregues a eles. Vejamos como descreveu tais teses:

Zwinglio ensinou que a vontade de Deus movia o ladrão a roubar e ao criminoso a matar, e que seu castigo seria também executado pela vontade de Deus, coisa que, no meu conceito é uma abominação superior a todas as abominações. O que eu devo dizer, amado Senhor? Deverei dizer que Tu tens ordenado ao perverso delinquir como alguns tem dito? Longe esteja de mim tal coisa. Eu sei, oh Senhor, que Tu és bom e nada de mal pode achar-se em Ti. Nós somos a obra da Tua mão, criados em Cristo Jesus para boas obras e para que andemos nelas. Deixou a vida e a morte para a nossa escolha. Tu não queres a morte do pecador, mas que se arrependa e viva. Tu és a luz eterna e, portanto, odeia toda a treva. Tu não queres que ninguém pereça, mas que todos se arrependam, venham ao conhecimento da Tua verdade e sejam salvos. Oh querido Senhor, blasfemaram tão gravemente do Teu grande e inefável amor, da Tua misericórdia e majestade, que fizeram de Ti, o Deus de toda graça e Criador de todas as coisas, um verdadeiro demônio, afirmando que Tu é a causa de todo mal, TU, que é chamado de o Pai das luzes. Evidentemente nada mal pode ser proveniente do bom, nem luz das trevas, nem vida da morte; no entanto, seus teimosos corações e mentes carnis são atribuídos a Tua vontade, de modo que podem continuar no caminho largo e ter uma desculpa para os seus pecados!<sup>389</sup>

Assim, nesta esteira, é possível atribuir a Deus as mais diversas atrocidades e creditá-las em uma suposta vontade decretiva, que ninguém pode conhecer, e que pode se apresentar de modo contrário ao que é determinado nas Escrituras ou ao que Deus nos manda pelas Escrituras. Armínio também percebeu os perigos desta doutrina ou

<sup>387</sup> BERKHOF, T. S. Op. Cit. p. 71.

<sup>388</sup> GIRARDEAU, John Lafayette. Calvinismo e Arminianismo evangélico: comparados quanto à eleição, reprobção, justificação e doutrinas correlatas. [tradução Valter Graciano Martins]. Goiânia: Primícias, 2011, p. 221.

<sup>389</sup> BENDER, S. Harold [editor]. A vida e os escritos de Menno Simons. São Paulo: Editora LMS, 2015, p. 94.

contradição, mais uma vez buscando suporte na Bíblia e na história da igreja, Thomas A. Noble nos conta que:

Armínio descreve oito tipos de distinções ao falar da vontade de Deus, incluindo aquela entre a vontade eficaz e permissiva, e a “antecedente” e a “consequente”. Esta última é uma distinção que remonta a João Damasceno: “Por sua vontade antecedente, Deus quer que todas as pessoas sejam salvas (I Timóteo 2:4). Mas por sua vontade consequente, nem todos serão salvos, pois alguns recusam (Mateus 23:37-38)”. Outra distinção é entre a vontade absoluta ou “incondicional” de Deus e sua vontade “condicional”. Nada disso pode implicar qualquer noção de vontades contraditórias em Deus, e Armínio dessa forma acabou por qualificar a distinção Reformada padrão entre a vontade revelada e a “vontade secreta” (*voluntas arcana*), a qual foi usada com demasiada frequência para implicar uma contradição, já que ela tem Deus comandando todas as pessoas a crerem ao mesmo tempo em que suprime de alguns a graça necessária para a crença.<sup>390</sup>

Distinguir vontades em Deus é uma tarefa tipicamente de academia teológica, pois no senso comum qualquer cristão sabe, lê nas Escrituras e sente no coração pelo Espírito Santo que há coisas que Deus permite e coisas que Deus faz com que aconteçam. Entretanto alguns eventos, como a citada ordem do sacrifício de Isaque por Abraão, demandam maiores detalhes ou envolvem pormenores. Demandam a visão de um propósito maior, revelado e sem contradição. Neste caso, atribuímos a prova de fé que ficaria marcada para história e a tipificação do sacrifício perfeito, quando o Pai oferece o Filho unigênito, só que desta vez não para o cutelo, ou melhor, o sacrifício na Cruz. Assim, em razão de algumas dificuldades foi desenvolvido o conceito de vontades “antecedente” e “consequente”, para além das permissivas e determinadas, que nunca se contradizem. Vejamos o texto de João 3.16 como exemplo:

“Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito.” A ideia clara é a de que Deus amou ao mundo inteiro, todos os homens, e pode-se dizer que até a sua própria criação, que atualmente geme com dores de parto. Então, a ideia inicial é a de que o amor de Deus alcança a todos, que todos sejam restaurados. O que chamamos de vontade antecedente. “Para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.” Aqui vemos claramente uma restrição, “todo o que nele crê”. Uma condição, não todos. Assim, em razão do pecado e da rebeldia humana uma consequência (ou consequências são) é gerada. Assim a vontade consequente, pós rebelião humana, é que sejam salvos todos aqueles que vierem a crer.

<sup>390</sup> COUTO, Vinicius. Soberania Divina e Responsabilidade Humana. Ensaio sobre a Teologia Armínio-Wesleyana. Editora Reflexão, 2019, p. 22.



De certo modo todos nós agimos com condições semelhantes em nossas relações. O nosso desejo antecedente é que tudo vá bem, mas surgem os percalços e novas hipóteses (vontade) consequentes são instaladas. Você diz ao seu filho “se você for bem na escola (Vontade antecedente) irá ganhar uma viagem à Disney. Contudo se for mal (vontade consequente), será disciplinado e não vai viajar a lugar nenhum.” Com Adão e Eva Deus agiu de igual modo proibindo comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. A santidade é a vontade antecedente, mas “no dia em que dela comerdes, certamente morrerás”, vontade consequente. Se atentarmos um pouco a alguns textos que as vezes lemos sem muita atenção veremos que vários fragmentos expressam claramente estas proposições de vontade sendo aplicadas, alguns exemplos são:

Disse-lhes ele: Pela dureza de vossos corações Moisés vos permitiu repudiar vossas mulheres [CONSEQUENTE]; mas não foi assim desde o princípio [ANTECEDENTE]. (Mateus 19.8, NAA)

É a justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos [ANTECEDENTE] e sobre todos os que creem [CONSEQUENTE]. Porque não há distinção, pois todos pecaram e carecem da glória de Deus (Romanos 3.22-23)

Ora, é para esse fim que labutamos e nos esforçamos sobremodo, porquanto temos posto a nossa esperança no Deus vivo, Salvador de todos os homens [ANTECEDENTE], especialmente dos fiéis [CONSEQUENTE]. (1Tm 4.10).

Jacó Armínio entendia que era possível separar vontades nos desejos e preceitos divinos, com base nas Escrituras, mas nunca de modo que tais vontades fossem contraditórias. Ele afirmou isto enfaticamente ao comentar Romanos 9:

Mas a onipotência não acompanha a vontade, considerada em todos os aspectos, pois Deus quer que Sua lei seja obedecida por todos, o que nem sempre é feito. **Nem ainda há, em Deus, duas vontades mutuamente contrárias**, uma das quais deseja que a Sua lei deve ser obedecida por todos, e a outra, que não deve ser obedecida; pois, nesse caso, não seria maravilhoso que a lei não fosse obedecida por muitos, quando esta vontade, armada pela onipotência, impede a obediência a ela. Mas alguns, quando tentam explicar como pode ser possível que essas vontades não devem ser contrárias, dizem que a vontade de Deus deve ser considerada em uma dupla relação, como *secreta e revelada*. A vontade revelada faz referência àquelas coisas que são agradáveis ou desagradáveis a Deus, a secreta àquelas coisas que Ele simplesmente e absolutamente deseja que devam ou não ser feitas; e que é inteiramente consistente que, em Sua vontade revelada, Ele deve querer que uma e a mesma ação devam ser feitas, e, em Sua vontade secreta, que não devem ser feitas, uma vez que Ele quer, de um modo diferente, nos dois casos. [...] **É espantoso em que labirintos eles se envolvem, sendo cegados ou por imperícia ou por preconceito, ou por ambos**. Para aqueles

que corretamente consideram o assunto, a vontade de Deus parecerá ser uma e a mesma coisa em si mesma – distinta em seus objetos.<sup>391</sup>

Dito de modo simples, Armínio percebeu, para além das claras contradições, a “enrascada” que os adeptos da TULIP se envolveriam ao tentar sustentar vontades contraditórias. Por exemplo: como poderíamos saber se Deus quer de fato que façamos o que Ele diz? Ou, “se a vontade é secreta como podemos ter qualquer noção sobre ela, ou mesmo sobre a sua existência?”. Seria muito difícil sustentar boa vontade e verdade nos convites divinos, quaisquer que sejam eles, para os homens, uma vez que secretamente, em uma trama draconiana, deseja incondicionalmente mandar estes ou alguns destes mesmos homens para o inferno?

É por isto que homens como John Wesley, Roger Olson e este autor também não conseguiriam ser calvinistas de forma alguma, porque torna-se muito complexo distinguir qualquer coisa ou mesmo os conceitos de bem e mal, pois o nominalismo é a base da teologia da TULIP, sendo esta uma base totalmente insegura. Nenhum calvinista pode saber se será salvo, por exemplo. Não podem verdadeiramente afirmar isto. Eu digo a qualquer pessoa a plenos pulmões “eu sou salvo em Cristo”, porque Ele disse que todo aquele que crê seria salvo. Mas a salvação calvinista depende de um decreto oculto, secreto, e não da fé em Cristo. Evangelizam, contrariando deduções lógicas simples, atribuindo contradições à vontade e à Palavra de Deus que, convidando a todos, só deseja que alguns sejam salvos, sem momento algum explicar aos ouvintes que, segundo as suas crenças, Deus não ama a todos os homens, pelo menos não do mesmo modo. Além de não aceitar irracionalidades e contradições como argumento, o desespero e a falta de segurança quanto ao que faço em obediência à Palavra (será vontade preceptiva ou decretiva?), isto não me deixaria dormir. Isto sem mencionar a teoria da “graça evanescente”, sobre a qual Calvino discorre no terceiro volume de suas Institutas, em nada difere da fé comum. É uma espécie de fé temporária. Ou seja, um calvinista pode acreditar que crê e esta fé não ser a fé dos predestinados, ser apenas um sentimento evanescente. Se você consegue conviver com tais suposições e elucubrações sobre uma suposta vontade oculta, seja um bom calvinista.

---

<sup>391</sup> VAILATTI. Carlos Augusto (tradução); Jacó Armínio - Uma análise de Romanos 9. São Paulo: Editora Reflexão, 2016, p. 58-60.

## **11 JOHN WESLEY: TEÓLOGO E REFORMADOR SOCIAL<sup>392</sup> (por Vinícius Couto e Marlon Marques)**

Para entender o posicionamento teológico e filosófico de qualquer pensador, é sempre indispensável nos familiarizarmos a respeito de como era o contexto de tal pessoa. Esse entendimento é relevante porque muitas vezes os desafios que nos cercam, levam-nos a uma reflexão direta sobre o que devemos fazer com as armas que temos em nossas mãos. No caso de John Wesley não foi diferente: como ele poderia usar a teologia que aprendeu na universidade e que teve acesso mediante suas leituras diante dos problemas sociais que seu povo enfrentava?

A resposta para essa pergunta poderá ser obtida, ainda que parcialmente, em duas seções. Na primeira, estamos comprometidos em demonstrar como eram os dias que Wesley viveu, ou seja, apresentando as dificuldades econômicas, morais, religiosas e filosóficas da Inglaterra do século XVIII. Em segundo lugar, estamos comprometidos em apresentar como Wesley lidou com a tensão teológica de uma antropologia pessimista diante de uma sociedade em caos. O que um cristão deveria fazer? Ficar calado e se conformar com a depravação total humana ou se levantar como um ministro da reconciliação de Deus? Foi com essa segunda postura que Wesley aplicou sua teologia e se tornou um dos expoentes mais relevantes de seu tempo no campo da teologia.

### **11.1 A INGLATERRA PRÉ-WESLEY**

É necessário compreendermos como era a Inglaterra antes de seu nascimento e momentos iminentes dele ser despertado para uma grande revolução avivalística que causou impacto por todo o país e que se propagou até os Estados Unidos e demais lugares onde esses dois países exerceram influência desde o século XVIII até os dias hodiernos. Abordar-se-á tanto o contexto político quanto o contexto religioso e moral que a Inglaterra vivia. Momentos de turbulência em ambos os aspectos podem ser verificados.

#### **11.1.1 O contexto político**

---

<sup>392</sup> Este texto (aqui em sua forma revisada) foi cedido pelos autores para publicação neste Manual e foi publicado, originalmente, em COUTO, Vinicius; MARQUES, Marlon. John Wesley: teólogo e reformador social do século XVIII. **Revista Bona Conscientia**, Campinas, v. 1, n 1, 2018, p. 13-40.

A Reforma Protestante na Inglaterra foi algo atípico, diferente das Reformas ocorridas na parte continental da Europa. O rei Henrique VIII, com seus desentendimentos com Roma, desligou-se do catolicismo romano. Entretanto, não nutria simpatia pelos reformadores, muito menos por Lutero. Contudo, convenientemente apropriando-se do pensamento do pré-reformador John Wycliffe, acerca de uma igreja nacional, Henrique VIII anuiu com mais respaldo desligar-se de Roma. Justo González destacou:

O rei não sentia a mínima simpatia para com os protestantes. De fato, uns poucos anos antes compusera um trabalho contra Lutero, recebendo de Leão X o título de “defensor da fé”. Porém, as ideias luteranas, unidas ao remanescente que vinha das de Wycliffe, circulavam por todo o país, e os que as sustentavam se alegravam de ver o distanciamento progressivo entre o rei e o papa. Deve ser lembrado também que o programa de Wycliffe incluía também uma igreja nacional, debaixo da direção de autoridades civis.<sup>393</sup>

Fato é que esse semiprotestantismo inglês, capitaneado por Henrique VIII, não era do mesmo teor do autêntico protestantismo alemão e suíço. Praticamente, Henrique VIII só tirou o poder das mãos do papa para colocar nas suas. Tudo isto porque o papa Clemente VII não quis anular seu casamento com Catarina de Aragão, pois não nascera um descendente do sexo masculino nesse relacionamento. Como ele não obtinha um sucessor, queria casar-se com Ana Bolena, mais jovem que Catarina, para tentar conseguir um futuro rei. González seguiu afirmando que:

o rompimento definitivo deu-se em 1534, quando o Parlamento, seguindo os desejos do rei, promulgou uma série de leis proibindo o pagamento de anuidades e de outras contribuições a Roma, declarando que o matrimônio de Henrique com Catarina não era válido e que Maria, consequentemente, não era herdeira do trono, fazendo do rei o “chefe supremo da Igreja da Inglaterra”, e declarando traidor todo o que se atrevesse a dizer que o rei era cismático e herege.<sup>394</sup>

O título de traidor era atribuído àqueles que não concordassem que Henrique VII, e não mais o papa, era o chefe da Igreja da Inglaterra. O rei cumpriu o que prometeu, mesmo colocando seus leais amigos, até aquele momento, como o cardeal Wolsey e o jurista Thomas More, à pena capital. Wolsey morreu a caminho de sua certa execução.

---

<sup>393</sup> GONZÁLEZ, Justo. *História Ilustrada do Cristianismo – A Era dos Reformadores Até a Era Inconclusa*. São Paulo: Vida Nova, 2011, vol. 2, p. 72-73

<sup>394</sup> *Ibid.*, p. 73.

More morreu dizendo: “Morro sendo servo do rei, mas antes de tudo sou servo de Deus”.<sup>395</sup>

Eduardo VI teve um curto reinado, mas permitiu que durante o seu reinado a Reforma inglesa tivesse raízes mais profundas e mais similares que as alemãs e suíças.<sup>396</sup> Enquanto Eduardo VI não atingia a idade suficiente para governar a Inglaterra, seu tio, Duque de Somerset, irmão de sua mãe, Joana Seymour, ajudava a governar. O Duque de Somerset era simpatizante do protestantismo e influenciou o jovem Henrique VI a introduzir reformas religiosas e teológicas na Inglaterra, como repelir as leis de traição e heresia, aprovar o casamento dos sacerdotes, dentre outros.<sup>397</sup> A entrada do protestantismo europeu continental pode ser constatada abaixo:

A medida mais notável desse período foi a publicação do Livro de Oração Comum, cujo principal autor foi Crammer, dando ao povo inglês, pela primeira vez, uma liturgia em seu próprio idioma. Ao mesmo tempo, muitas pessoas que se exilaram por questões religiosas regressaram ao país, e agora traziam ideias teológicas procedentes do continente, em sua maioria calvinistas ou zwinglianas.<sup>398</sup>

Depois que Eduardo VI morreu, foi sucedido por Maria, que ficou conhecida pelo epíteto de sanguinária. Seu objetivo era fazer com que a Inglaterra voltasse ao que era antes de seu pai Henrique VIII ter rompido com Roma. Desfez os atos dele e de seu irmão e promoveu imensas perseguições. Segundo Mateo Lelievre, “católicos, mas não romanos, com Henrique VII; protestantes com Eduardo VI, voltaram ao papismo durante o reinado de Maria. [...] apenas duzentos entre 9.400 colocaram suas convicções acima dos benefícios”.<sup>399</sup>

O mais irônico disso tudo foi que quanto mais Maria perseguia brutalmente seus oponentes, especialmente os protestantes, mais estes cresciam em seu reinado. Robert Hastings Nichols expôs:

Entre as vítimas [de Maria] destacam-se o arcebispo Crammer e os bispos Ridley e Latimer. Essa perseguição fez o que as leis e os livros de oração não tinham conseguido: fortaleceu substancialmente o protestantismo na Inglaterra. “Coragem, mestre Ridlet”, dizia Latimer, enquanto as chamas

<sup>395</sup> CAIRNS, Earle. O Cristianismo Através dos Séculos – Uma História da Igreja Cristã. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 297-298; Cf. GONZÁLEZ, Justo. História Ilustrada do Cristianismo – A Era dos Reformadores Até a Era Inconclusa. São Paulo: Vida Nova, 2011, vol. 2, p. 74.

<sup>396</sup> LELIEVRE, Mateo. João Wesley – Sua Vida e Obra. São Paulo: Vida, 1997, p. 8.

<sup>397</sup> CAIRNS, Earle. O Cristianismo Através dos Séculos – Uma História da Igreja Cristã. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 299.

<sup>398</sup> GONZÁLEZ, Justo. História Ilustrada do Cristianismo – A Era dos Reformadores Até a Era Inconclusa. São Paulo: Vida Nova, 2011, vol. 2, p. 76.

<sup>399</sup> LELIEVRE, Matteo. João Wesley – Sua Vida e Obra. São Paulo: Vida, 1997, p. 8.

subiam ao redor deles em Oxfor, “acenderemos neste dia uma luz tão grande na Inglaterra, pela graça de Deus, que ninguém jamais poderá apagar”. E isso foi realmente uma profecia. A maioria dos ingleses rejeitou aquela forma de religião que oferecia semelhantes espetáculos de selvageria em nome de Cristo. A Inglaterra tornou-se consideravelmente muito mais protestante, depois da morte da rainha Maria, em decorrência da sua cruel batalha para tornar o país católico romano.<sup>400</sup>

Elisabeth, também chamada Isabel, fez com que o protestantismo voltasse a fixar-se nos rincões ingleses, tanto que o papa Pio V excomungou Elisabeth em 1570, ainda mais apelando aos súditos para que ela fosse deposta.<sup>401</sup>

Neste período que prevaleceu a influência de um dos maiores teólogos anglicanos de todos os tempos, Richard Hooker<sup>402</sup>. Seus escritos e sua influência teológica serviram para o definitivo estabelecimento elisabetano diante de quaisquer ameaças possíveis à rainha Elisabeth. Seu conceito de via média ficou amplamente conhecido, que é a junção de aspectos católicos romanos (principalmente na forma de governo eclesiástico e indumentária) e de aspectos protestantes (especialmente no aspecto teológico).

Outro aspecto de Hooker foi sua perspectiva de moderação mesmo no âmbito teológico. Como Roger Olson aludiu: “[Hooker] combinou esses elementos, ainda, com uma visão moderadamente escolástica da natureza e da graça, além da teologia natural e da ênfase ao livre-arbítrio e à participação humana no processo da salvação (sinergismo)”.<sup>403</sup> Com Elisabeth, os famosos 39 Artigos de Religião da Igreja da Inglaterra foram difundidos. Na verdade, no período de Eduardo VI, Thomas Crammer escreveu os 42 Artigos de Religião da Igreja da Inglaterra<sup>404</sup>, sendo então resumido para 39 no período de Elisabeth.<sup>405</sup>

Mesmo com a volta da influência do protestantismo em solo inglês, os puritanos, que haviam se fortalecido após o regresso, rejeitaram as formas elisabetanas na Igreja da Inglaterra. Richard Heitzenrater aludiu que “como o número de puritanos havia aumentado (por causa dos exilados que voltaram do continente e dos novos convertidos),

<sup>400</sup> NICHOLS, Robert Hastings. História da Igreja Cristã. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 190-191.

<sup>401</sup> HEITZENRATER, Richard. Wesley e o Povo Chamado Metodista. São Bernardo do Campo: Editeo, 2016, p. 9.

<sup>402</sup> Para mais informações sobre Hooker e suas influências em Wesley, ver COUTO, Vinicius. Quadrilátero wesleyano como método teológico e hermenêutico: revisão, adaptação e renovação. São Paulo: Reflexão, 2019.

<sup>403</sup> OLSON, Roger. História da Teologia Cristã – 2000 Anos de Tradição e Reformas. São Paulo: vida, 2001, p. 451.

<sup>404</sup> Ibid., p. 448.

<sup>405</sup> NICHOLS, Robert Hastings. História da Igreja Cristã. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 191.

eles protestaram contra as estruturas políticas e teológicas postas em prática por Elisabete e seus conselheiros”.<sup>406</sup>

Depois, no governo de James I, houve um clima de esperança para os puritanos. Estes pensavam que James I era calvinista e, com isso, pensavam que o rei concordaria com o sistema de governo dos puritanos. Contudo, a questão é que os puritanos divergiam entre si. Uns adotavam o sistema presbiteriano (genovês) de governo eclesiástico, outros adotavam o sistema congregacional (típico entre os batistas), embora todos detestassem o sistema episcopal.

A questão é que James I não era a favor do calvinismo dos puritanos. Ele, na verdade, depois do Sínodo de Dort, teve ojeriza ao calvinismo, que era amplamente crido pelos puritanos. Silas Daniel relata o seguinte:

Sobre o Sínodo de Dort, o rei Tiago I [James I], da Inglaterra, que inicialmente aprovara a realização do conclave, enviando uma representação britânica, diria também, um ano após aquela decisão: “Essa doutrina [definida nos Cânones de Dort] é tão horrível que eu estou persuadido de que se houvesse um concílio de espíritos imundos reunidos no inferno, e seu príncipe, o Diabo, fosse colocar a questão a todos eles em geral ou a cada um em particular, para obter sua opinião sobre o meio mais provável de incitar o ódio dos homens contra Deus, seu Criador, nada poderia ser inventado por eles que seria mais eficaz para este propósito, ou que poderia colocar uma afronta maior sobre o amor de Deus pela humanidade, do que esse infame decreto do recente Sínodo [de Dort].<sup>407</sup>

Fato é que os puritanos entraram em desavença não somente com James I, mas também com Charles I. Este, que tinha como arcebispo William Laud, teve mais desavenças ainda com os puritanos. William Laud era extremamente obstinado e queria impor as mesmas leis eclesiásticas na Escócia, reduto do presbiterianismo de John Knox.

Sob a liderança de Oliver Cromwell, e depois que William Laud morreu, o puritanismo governou sob forte poderio militar. Neste período, foi elaborada a tão conhecida Confissão de Westminster. Mesmo com os puritanos governando a Inglaterra, muitos dentre eles que prezavam pela vida mais piedosa, não gostaram dos rumos que o puritanismo político ocasionou. Lelievre relatou que:

Durante um século inteiro, o puritanismo foi uma grande escola de piedade e liberdade, e seus exageros e incapacidade intelectual não devem nos impedir de ver a importância dos serviços que prestou ao protestantismo. Sob a forma

---

<sup>406</sup> HEITZENRATER, Richard. Wesley e o Povo Chamado Metodista. São Bernardo do Campo: Editeo, 2016, p. 9.

<sup>407</sup> DANIEL, Silas. Arminianismo: A Mecânica da Salvação – Uma Exposição Histórica, Doutrinária e Exegética Sobre a Graça de Deus e a Responsabilidade Humana. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 275.



presbiteriana na Escócia e dos independentes na Inglaterra, representou um movimento religioso de intensidade extraordinária, que deixou marcas indeléveis na história religiosa daquela grande nação. A guerra encarniçada que os reis lhe fizeram obrigou-o a rebaixar-se ao terreno perigoso das lutas políticas. Por isso associou-se ao povo contra o despotismo da realeza.<sup>408</sup>

Depois, em 1680, os puritanos foram depostos do governo e a monarquia voltou a imperar em solo inglês. Charles II, filho de Charles I, começou a reinar e causou uma grande perseguição aos puritanos. Tanto Charles II quanto James II acentuaram a perseguição. Foi somente com a expulsão do último da Inglaterra e com o reinado de Maria II e William III houve novamente a tolerância para os puritanos e demais não conformistas.<sup>409</sup>

A partir daí, não houve muita relevância de acontecimentos exorbitantes para serem mencionados. Sendo estabelecida uma relativa paz a partir desses tumultuados episódios da história inglesa desde o reinado de Henrique VIII.

#### 11.1.2 O contexto sociorreligioso

A questão sociorreligiosa do período pré-Wesley não era das melhores. Havia muita baixa moral e muita corrupção não somente nas classes baixas da população, e de igual modo nas altas. Não somente nos recônditos da atuação política, mas também na atuação religiosa. A situação era tão complicada nesse aspecto que Mateo Lelievre registra o seguinte:

A reforma religiosa, que faltava, só se tornou real muito tempo depois, e neste intervalo surgiu um recrudescimento espantoso da desmoralização. Certo escritor moderno [no tempo de Lelievre, no começo do século passado] disse: “Nunca surgiu na Inglaterra cristã um século de tanta falta de fé como aquele que se iniciou com o reinado de Ana e alcançou seu tenebroso apogeu no governo de Jorge II. Os puritanos já estavam enterrados, e os metodistas ainda não tinham nascido. O fastio e o tédio da sociedade pareciam o que se pode ver em um libertino após uma noite de orgia. O reinado na chocarrice havia passado, se é que tinha começado o da fé e o do céu”.<sup>410</sup>

A situação era mesmo deplorável quanto às questões morais. Obscenidades eram propagadas sem nenhum pudor, mesmo em meio às mais nobres damas da sociedade

<sup>408</sup> LELIEVRE, Matteo. João Wesley – Sua Vida e Obra. São Paulo: Vida, 1997, p. 9.

<sup>409</sup> CAIRNS, Earle. O Cristianismo Através dos Séculos – Uma História da Igreja Cristã. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 310.

<sup>410</sup> LELIEVRE, op. cit., p. 10.

inglesa.<sup>411</sup> A corrupção moral na política se expressava nas compras de votos para conseguir a maioria das cadeiras no parlamento inglês. A ganância era algo, infelizmente, comum na Inglaterra daquele período. O pudor que hoje há e é conhecido na sociedade inglesa, não era realidade nesse período.<sup>412</sup>

O conhecidíssimo filósofo e político francês Montesquieu, em visita à Inglaterra, testemunhou do caos moral que era o país naquele período. A religião era algo risível para os ingleses antes do despertar religioso promovido pelo metodismo. Até uma pessoa não apegada à religião, como Montesquieu percebia isso.

Montesquieu aborda o seguinte sobre a moralidade na sociedade inglesa do seu período: “Aqui se aprecia muito o dinheiro, mas mui pouco a honra e a virtude. Os ingleses já não são dignos de sua liberdade, pois a venderam ao rei e se o monarca a devolvesse, eles a negociariam novamente”.<sup>413</sup> Continuando seu relato sobre a sociedade inglesa, o barão de La Brède aborda a questão religiosa, tão degradante, como estamos a observar neste tópico. Vejamos o filósofo francês novamente:

Não há religião na Inglaterra; quatro ou cinco membros da Câmara dos Comuns frequentam a missa ou o culto oficial. Se porventura alguém falar em Deus, todos riem. Enquanto estive ali, tendo alguém dito que acreditava em algo como se fosse um artigo de fé, todos os presentes irromperam em gargalhadas. A condição religiosa da Inglaterra parecia-lhe pior do que a da França, apesar de esta última ainda estar debaixo da Regência. Na França dizem que eu tenho pouca religião e, na Inglaterra, a possuo demais.<sup>414</sup>

Era tão absurda a moralidade do clero da Igreja da Inglaterra que sacerdotes anglicanos faziam parte de escritores com tons obscenos e eróticos. Mundanismo e descaso para com as coisas sagradas era característica deles. Lelievre relata bem delineadamente essa questão:

Entre os escritores de obras levianas, picantes ou obscenas, havia um grande número de clérigos, dentre os quais Swift e Sterne se destacam pelo seu nível de erudição. As características usuais dos ministros eram o mundanismo e a levandade, e as paróquias cujos pastores não eram, além disso, escravos da intemperança e da luxúria, consideravam-se ditosas.<sup>415</sup>

O filósofo Voltaire abordava justamente essa levandade e frugalidade dos clérigos anglicanos. Afirmava que o povo inglês não estranhava o fato de ministros ingleses terem

---

<sup>411</sup> Ibid., p. 10.

<sup>412</sup> Idem.

<sup>413</sup> MONTESQUIEU apud LELIEVRE, Matteo. João Wesley – Sua Vida e Obra. São Paulo: Vida, 1997, p. 11.

<sup>414</sup> Ibid., p. 11.

<sup>415</sup> Ibid., p. 15.

o costume de ir costumeiramente às tabernas e ficarem embriagados, mesmo sem darem escândalos e com seriedade.<sup>416</sup>

A conveniência e falta de moralidade não era algo típico somente dos mais ricos. As classes mais populares também eram corruptas. Uma hora estavam mais ao lado dos *tories*<sup>417</sup> e outra hora estavam mais ao lado dos *whigs*.<sup>418</sup> Não era o caso de estarem do lado de um ou outro partido porque estes propunham benefícios ao povo, mas sim porque tais partidos propunham vantagem não muito legais a eles.

Os efeitos da rainha Maria, a Sanguinária, foram tão drásticos, que o povo inglês, praticamente como um todo, rejeitava o catolicismo romano mesmo não tendo simpatia pela religião. O vício em bebidas alcoólicas muito fortes era algo normal. Isto era algo que Wesley lutaria contra. O gim era a bebida mais consumida pela população inglesa. Os ingleses consumiam mais de 30 milhões de litros por ano. Nos cartazes, logo na entrada das tabernas, havia o aviso que com duas moedas as pessoas poderiam beber até cair no chão e que por quatro moedas receberiam até palha para servir de colchão e travesseiro para os bêbados exagerados.<sup>419</sup>

Quanto às superstições, era comum entre o povo inglês. A fé cristã, como podemos constatar, era desprezada ao extremo, pois crer em superstições com toda naturalidade somente podemos deduzir disso que os valores morais e a própria fé cristã eram desconhecidos em tal ambiente. Lelievre nos relata que:

Dois séculos depois da Reforma ainda prevaleciam muitas das superstições da Igreja Romana. Os habitantes de Devonshire ensinavam aos filhos recitar diversas invocações aos santos. No país de Gales, por outro lado, eram conservados muitos dos costumes próprios dos druidas. Muitos acreditavam que as casas velhas eram frequentadas por duendes. Os bruxos e os charlatões de todos os tipos praticavam abertamente suas atividades lucrativas.<sup>420</sup>

Era preciso uma renovação moral, na verdade, espiritual para que o povo inglês pudesse sair dessa penúria que estamos constatando. Isso era o que o anglicano Isaac Taylor constatou sobre a solução para tal ambiente baixo. Uma proposta que se encaixou muito bem nesse contexto viria logo em breve, o metodismo. Taylor relata que a Inglaterra havia caído em um paganismo completo, quando Wesley apareceu.<sup>421</sup>

<sup>416</sup> VOLTARE apud LELIEVRE, Mateo. João Wesley – Sua Vida e Obra. São Paulo: Vida, 1997, p. 16.

<sup>417</sup> Tory era o partido mais conservador. Hoje o nome do partido é justamente partido Conservador.

<sup>418</sup> Whig era o partido mais liberal. Hoje o nome do partido é justamente partido Liberal.

<sup>419</sup> TAINE apud LELIEVRE, Mateo. João Wesley – Sua Vida e Obra. São Paulo: Vida, 1997, p. 13.

<sup>420</sup> Ibid., p. 14.

<sup>421</sup> Idem.

Duncan Reily afirmou que no final do século XVII e início do século XVIII havia muitos teólogos da Igreja da Inglaterra que adotaram a “religião natural”, que enfatizava que Deus pode ser encontrado na beleza da Criação, mas que conceitos como pecado e salvação não eram tão importantes. Reily declarou que essa religião natural era uma religião sem Cristo, sem conceito de pecado e redenção, que não havia nenhuma ênfase específica ao amor nem menção ao Reino de Deus e, muito menos, considerava a Bíblia como Palavra de Deus infalível.<sup>422</sup>

Ele prossegue afirmando que o cristianismo foi perdendo sua força vital para essa religião natural e para o deísmo. Este propagava que Deus criou o mundo e que deixou as leis da natureza guiando o universo, não precisando de intervenção divina para nada. Os deístas valorizavam a transcendência e negavam a imanência. Por isso, a oração era desnecessária. Isso era reflexo do otimismo e do antropocentrismo característico do Iluminismo. Reily explicou que:

A religião natural e seu acompanhante natural, o deísmo, dominaram o pensamento anglicano. O deísmo conceitua um Deus que criou o mundo perfeito, no qual, como se fosse um grande relógio, “deu corda” e deixou correr sozinho. O Cristianismo tão velho quanto à criação, publicado por Mateus Tindal em 1733, ficou conhecido como “A Bíblia do Deísmo”.<sup>423</sup>

Quando não era uma busca desenfreada por prazer, diversão e pouco caso com a moralidade, era uma ênfase moral como substituta para a fé pessoal no sacrifício de Jesus para limpeza dos pecados e santificação. Welliston Walker aborda que o racionalismo iluminista causou isso. Ele declarou que “o racionalismo penetra todas as classes de pensadores religiosos, de modo que mesmo entre os ortodoxos o cristianismo se assemelhava mais a um sistema de moralidade apoiados por sanções divinas”.<sup>424</sup>

Para mencionarmos a questão social de extrema dificuldade de pobreza, é necessário abordarmos a exploração que havia para com os mais pobres. Edwards Thompson afirma que os camponeses empobrecidos estavam ao léu. Eram explorados por proprietários de terra que sugavam todo o suor dos camponeses. Acrescenta-se a isso o fato de terem que dar os dízimos à Igreja que não lhes era favorável em tempo algum.<sup>425</sup>

<sup>422</sup> REILY, Duncan. Momentos Decisivos do Metodismo. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1991, p. 14.

<sup>423</sup> Ibid, p. 14.

<sup>424</sup> WALKER apud CHAVES, Odilon Massolar. História e Teologia de João Wesley. Casimiro de Abreu: Edição Independente, 2012, p. 25.

<sup>425</sup> THOMPSON apud CHAVES, Odilon Massolar. História e Teologia de João Wesley. Casimiro de Abreu: Edição Independente, 2012, p. 11.

Thompson relatou o que pobres e pequenos comerciantes tinham que fazer para que fazer para poderem sobreviver. Ele pontua que “os pobres perdiam seus direitos na terra e eram tentados ao crime pela sua pobreza e pelas medidas preventivas inadequadas; o pequeno comerciante ou mestre de ofícios, era tentado à falsificação ou a transações ilícitas por temos à prisão por dívida”.<sup>426</sup> Além do mais, Thompson continuou: “O povo foi submetido, simultaneamente, à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política. As relações entre patrões e empregados tornaram-se mais duras e menos pessoais”.<sup>427</sup>

Não temos dúvida de que o cenário em que Wesley viveu estava num caos social, o que aumentava cada vez mais a pobreza e incitava a violência por meio de assaltos, furtos e outras ações ilegais. A política não ajudava muito. Wesley criticou bastante as injustiças promovidas pelas autoridades. A religião, que deveria ajudar o povo carente, fazia acepção de pessoas, colocando bancos em aluguel e às vezes à venda. Os pobres, quando podiam participar da liturgia, ficavam de fora das paróquias. Além disso, a revolução industrial desse período levou o êxodo rural a uma situação trágica. Sem emprego e muitas vezes sem ter o que comer, a população que não tinha o apoio religioso se entregava à alternativa mais barata: a embriaguez. Assim, os males e as adversidades eram mitigados e entorpecidos pelos efeitos do álcool.

## 11.2 A TEOLOGIA HOLÍSTICA DE JOHN WESLEY

Wesley precisou lidar com todos esses problemas elencados na primeira parte deste capítulo. Era impossível fechar os olhos para todas essas mazelas e fingir que tudo estava bem. Pessoas sofriam calamidades físicas, psicológicas, financeiras e de inúmeras naturezas acometiam as criaturas de Deus feitas conforme a Sua imagem e semelhança. Como apenas pregar um sermão na capela e ignorar o sofrimento dos aflitos? Essa inquietação tomou conta de John Wesley, o qual ponderou e desenvolveu uma teologia “prática” que podia sair do púlpito e alcançar as multidões de maneira transformacional. Deste modo, veremos nesta segunda parte, como a teologia de Wesley era holística,

---

<sup>426</sup> Ibid., p. 11.

<sup>427</sup> Idem.

visando atender às questões salvíficas no tocante à eternidade, sem perder o foco das necessidades presentes dos homens e da criação de Deus.

### 11.2.1 Wesley, um teólogo holístico

A palavra “holismo” é derivada da palavra grega ὅλος (*holos*), cujo significado é pleno, completo, todo, inteiro. Ela ocorre quatro vezes no Novo Testamento, a saber, em Mateus 22.40, quando Jesus afirmou ao seu interlocutor que “Destes dois mandamentos [amar a Deus e ao próximo] dependem *toda* a Lei e os Profetas”; em João 9.34 quando os fariseus criticaram o cego de nascença curado por Jesus de ser “nascido *todo* em pecados”; em João 13.10, quando na cerimônia do lava-pés Jesus explicou a Pedro que a totalidade do corpo estava limpo por já ter tomado banho e que era necessário lavar apenas os pés; e, finalmente, em 1 João 5.19, onde o Apóstolo afirma que “o mundo *todo* está sob o poder do Maligno”. Além dessas quatro, ainda existem mais 106 ocorrências em suas derivações.

A ideia de ὅλος é de plenitude, integralidade. Nesse sentido, a teologia de Wesley foi holística, visto que sua preocupação soteriológica era mais ampla do que a eternidade. Alguns movimentos mais recentes têm buscado algo semelhante. A Teologia da Libertação (TdL), por exemplo, nasceu de uma preocupação com os pobres e da necessidade de buscar opções libertadoras para a opressão social sofridas por eles. Por isso, o uso de ferramentas sócio-analíticas das ciências sociais (principalmente o materialismo dialético) foi preponderante para fundamentar sua epistemologia.<sup>428</sup> Nessa busca de “libertar” os seres humanos das opressões, a Teologia da Libertação adentrou outras áreas como a questão das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos homossexuais, etc.<sup>429</sup> Não que isso seja ruim, num primeiro momento. A preocupação com os seres criados conforme a imagem de Deus é algo que não pode ser sobreposto pela ânsia do capital, do bem, do dinheiro e do poder. Vidas certamente são mais importantes. No entanto, também não vemos qualquer indício ou perspectiva de solução para estes problemas nas propostas marxistas.

<sup>428</sup> O historiador Cairns testifica isso dizendo que “muitos usam a metodologia marxista e consideram Cristo o ativista revolucionário da teologia da libertação” (in: CAIRNS, Earle E. O Cristianismo através dos séculos. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 541).

<sup>429</sup> Grenz e Olson destacaram que as três principais teologias da libertação são: “a teologia do negro, a teologia da libertação latino-americana e a teologia feminista” (in: GRENZ, Stanley; OLSON, Roger. A teologia do século 20 e os anos críticos do século 21: Deus e o mundo numa era líquida. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 238).

Além da TdL, outro movimento de vertente mais evangélico é o da Teologia da Missão Integral (TMI). Como a própria nomenclatura sugere, trata-se de uma preocupação mais ampla no campo da missiologia. Nesta perspectiva, a missão da igreja não se delimita à proclamação verbal do Evangelho, mas à sua missão profética em favor dos pobres e oprimidos e ao ser humano como um todo. A máxima da TMI é “o evangelho todo para o ser humano todo”.<sup>430</sup>

O problema das duas teologias supracitadas (TdL e TMI) é o fato de usarem bastante o marxismo e de outras mediações sócio-analíticas para a construção filosófica de suas ideias. Gustavo Gutierrez, pai da TdL, declarou que “é evidente [...] a importância das ciências sociais para a reflexão teológica na América Latina”, bem como a “influência do pensamento marxista centrado na práxis, dirigido para a transformação do mundo”.<sup>431</sup> Já a TMI é um movimento bastante heterogêneo, ao ponto de ser possível encontrar pessoas com “discurso progressista a favor do aborto e do casamento homoafetivo”.<sup>432</sup>

Além dessas duas teologias, há outra perspectiva que nasceu no movimento neo-calvinista de Abraham Kuyper (1837-1920), um teólogo holandês. Kuyper desenvolveu uma visão mais ampla do calvinismo diante dos desafios do modernismo e lançou, numa série de palestras que ficaram conhecidas como *Stone Lectures*, ideias sobre como sua teologia (o calvinismo) poderia responder a questões religiosas, científicas, artísticas e políticas, dentre outras, no seu tempo. Seguindo e ampliando a proposta de Kuyper, o teólogo Calvin Seerveld (1930-), cunhou o termo “reformacional” a fim de “descrever a filosofia na tradição reformada, que conscientemente procura ser moldada por uma cosmovisão cristã”.<sup>433</sup> De acordo com Seerveld, o neologismo criado por ele indicava três coisas:

(1) uma vida que estaria profundamente comprometida com a injunção das Escrituras para não se conformar aos padrões desta era, mas para ser reformada

<sup>430</sup> CARVALHO, Guilherme de. A teologia política da Missão Integral no Brasil e a filosofia social reformacional: aproximações. In: LEITE, Cláudio Antônio Cardoso; CARVALHO, Guilherme de; CUNHA, Maurício José Silva. Cosmovisão Cristã e Transformação: espiritualidade, razão e ordem social. Viçosa: Ultimato, 2006, p. 237.

<sup>431</sup> GUTIERREZ, Gustavo. Teologia da Libertação: perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000, pp. 60, 65.

<sup>432</sup> MARQUES, Marlon. Salvação Integral: salvação pessoal e social na teologia de John Wesley. São Paulo: Reflexão, 2017, p. 108. Para uma abordagem histórica mais completa da TMI, bem como uma crítica analítica, conferir CARVALHO, Guilherme Vilela Ribeiro de. A Missão Integral na Encruzilhada: reconsiderando a tensão no pensamento teológico de Lausanne. In: RAMOS, Leonardo; CAMARGO, Marcel; AMORIM, Rodolfo (Orgs.). Fé Cristã e Cultura Contemporânea. Viçosa: Ultimato, 2009, pp. 17-56.

<sup>433</sup> BARTHOLOMEW, Craig. Toward a post-liberal agenda for Old Testament study. In: HESS, S. Richard; WENHAN, Gordon J. (Orgs.). Make the Old Testament Live: From Curriculum to Classroom. Grand Rapids: Eerdmans, 1998, p. 30.



pela renovação de nossa consciência, de modo que seremos capazes de discernir o que Deus deseja para a ação na terra (cf. Romanos 12:1-2); e (2) uma abordagem na história para honrar o gênio da Reforma encabeçada por Martinho Lutero e João Calvino no século XVI, desenvolvida por Groen van Prinsterer e Abraham Kuyper no século XIX, como uma tradição cristã particular por meio da qual alguém poderia servir ricamente ao Senhor; com (3) a preocupação de estarmos comunitariamente ocupados em reformar-nos de maneira contínua, em vez de ficarmos de pé no passado (*ecclesia reformata semper reformanda est*).<sup>434</sup>

Kuyper enxergava o cristianismo como algo muito mais amplo do que um conjunto de “doutrinas” ou a reunião cúlrica dos crentes, senão como “um sistema total de vida e pensamento, uma ‘biocosmovisão’”<sup>435</sup> e que os cristãos deveriam reformar a cultura a partir do Evangelho, afinal, “não há um único centímetro, em todos os departamentos da vida humana, sobre o qual Cristo, o Senhor de todos, não diga: é meu”.<sup>436</sup> Guilherme de Carvalho explicou que “a forma neocalvinista [kuyperiana] de progressismo seria então o compromisso com a reforma da ordem social, para submetê-la às leis de Deus”, ou seja, “um progressismo reformacional”.<sup>437</sup>

Em termos cronológicos, Wesley é mais antigo na preocupação transformacional do Evangelho no que diz respeito à cultura, tendo proposto, já no século XVIII, uma teologia holística. O DNA arminiano-wesleyano é composto por ortodoxia e ortopraxia. Nesse sentido, somos anteriores a Kuyper, TdL e TMI. Só precisamos resgatar melhor a nossa teologia. A chave para esse desenvolvimento teológico está no paradoxo de sua teologia que é, ao mesmo tempo, pessimista e otimista.

<sup>434</sup> SEERVELD, Calvin. *Balaam's Apocalyptic Prophecies: A study in reading Scripture* [1968]. Toronto: Wedge Publishing Foundation. 1980, p. 46.

<sup>435</sup> CARVALHO, Introdução à filosofia cristã, p. 4.

<sup>436</sup> KUYPER, Abraham. In: BRATT, James D. (Ed.). *Abraham Kuyper: A Centennial Reader*. Grand Rapids: Eerdmans, 1998, p. 461.

<sup>437</sup> CARVALHO, Guilherme. A Teologia Política da Missão Integral no Brasil e a Filosofia Social Reformacional: aproximações. In: LEITE, Cláudio Antônio Cardoso; CARVALHO, Guilherme de; CUNHA, Maurício José Silva (Orgs.). *Cosmovisão Cristã e Transformação*. Viçosa: Ultimato, 2006, pp. 262-263. O termo “reformacional” ganhou muito mais força com outro filósofo holandês, Herman Dooyeweerd (1894-1977), e seu cunhado, Dirk Hendrik Theodoor Vollenhoven (1892-1978). Eles criaram, no começo dos anos 1930, a Vereniging Voor Calvinistische Wijsbegeerte (Associação para a Filosofia Calvinista), que mais tarde teve o nome mudado para Associação para a Filosofia Cristã e que publicava o periódico *Philosophia Reformata*. Dooyeweerd publicou, em 1959, *Vernieuwing en Beinning om het Reformatorisch Grondmotief* (Renovação e Reflexão concernente ao Motivo Básico Reformacional). Dooyeweerd influenciou muitas outras mentes. Para uma abordagem introdutória sobre ele, ver OLIVEIRA, Fabiano de Almeida. *Philosophando Coram Deo: uma apresentação panorâmica da vida, pensamento e antecedentes intelectuais de herman dooyeweerd*. *Fides Reformata*, XI, Nº 2 (2006), pp. 73-100. Outros expoentes do pensamento reformacional são Hans Rookmaaker (1922-1977), que desenvolveu sua área de pesquisa nas áreas de arte e filosofia e Francis Schaeffer (1912-1984), que atuou brilhantemente na área de teologia e filosofia (Cf. HENGELAAR-ROOKMAAKER, Marlen. *The artistic legacy of the Reformation and protestant artists today*. In: BERTHOUD, Pierre; LALLEMAN, Pieter J. (Orgs.). *The Reformation: Its Roots and Its Legacy*. Eugene: Pickwick Publications, 2017, pp. 42-45.

### 11.2.2 A antropologia pessimista wesleyana

Wesley estava de acordo com o pensamento agostiniano e reformado de que o ser humano é totalmente depravado. Esta doutrina ensina que o ser humano, em sua integralidade, foi afetado pela Queda de Adão. A ideia é que toda a extensão humana (corpo, alma e espírito) foi corrompida pela desobediência adâmica, de maneira que não restou habilidade no ser humano para se voltar, de maneira autônoma, para Deus. Além disso, a corrupção herdada deixou a raça humana inerentemente má.

Tal condição é inata, ou seja, de nascença, pois como afirmaram Davi e Paulo, “Eis que eu nasci na iniquidade, e em pecado minha mãe me concebeu (Sl 51.5) e “da mesma forma como o pecado entrou no mundo por um homem, e pelo pecado a morte, assim também a morte veio a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5.12). Pelágio (350 – 423), entretanto, ensinou que, ao criar o homem, Deus não o sujeitou como fizera com as outras criaturas, mas “deu-lhe o privilégio singular de ser capaz de cumprir a vontade divina por sua própria escolha”<sup>438</sup>, caindo numa exacerbação do livre-arbítrio sob a motivação de uma santidade perfeccionista. Agostinho (354 – 430), em contrapartida, entendia que o ser humano, desde a concepção, é fruto da *massa damnata* (massa de pecado), um antro pecaminoso e propagador de pecadores que, por solidariedade da raça, herdou essa natureza corrupta de Adão.<sup>439</sup>

Os reformadores concordaram com Agostinho no que diz respeito à universalidade do pecado e à natureza humana pós-lapsária.<sup>440</sup> Lutero, por exemplo, asseverou que após a queda, o ser humano ficou dominado pelo pecado, ao ponto de sua vontade se tornar curvada sobre si mesma, escravizada e manchada com o mal em todas as suas ações.<sup>441</sup> Zwinglio, por sua vez, atestou que a humanidade se afastou completamente de Deus e que o resultado prático disso foi a preferência das criaturas em detrimento do Criador.<sup>442</sup> Calvino também entendia, tal qual Agostinho, que o pecado original é a “depravação e corrupção hereditárias de nossa natureza, difundidas por todas as partes da alma, que,

<sup>438</sup> KELLY, J. N. D. *Patrística: origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2009, p. 270.

<sup>439</sup> Agostinho. *De Civitate Dei*, 14.11.

<sup>440</sup> Para maiores informações a respeito do posicionamento hamartiológico dos reformadores Lutero, Zwinglio e Calvino, ver GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1993.

<sup>441</sup> RUPP, Gordon E.; WATSON, Philip S. (Orgs.). *Luther and Erasmus: Free will and salvation*. Philadelphia: Westminster Press, 1969, pp. 220, 252.

<sup>442</sup> FURCHA, E. J.; PIPKIN, H. W. (Orgs.). *Huldrych Zwingli: Writings*. Alisson Park: Pickwick, 1984, volume 1, pp. 207-208.

em primeiro lugar, *nos* fazem condenáveis à ira de Deus; em segundo lugar, também produzem em nós *aquelas* obras que a Escritura chama de ‘obras da carne’<sup>443</sup> e que, portanto, “a razão natural nunca poderia [nos] guiar (...) a Cristo”.<sup>444</sup>

O salmista declarou esse problema humano ao clamar pela misericórdia divina: “Mas não leves o teu servo a julgamento, pois ninguém é justo diante de ti” (Sl 143.2). Uma vez que “não há homem que não peque” (2 Cr 6.36), Salomão, durante a consagração do Templo, orava pedindo que Deus perdoasse as pessoas que reconhecessem seu pecado, dizendo: “...ouve então do céu, lugar da tua habitação, a sua oração e as suas súplicas, defende a sua causa e perdoa ao teu povo que houver pecado contra ti” (2 Cr 6.39). Deus respondeu a esse pedido dizendo que “se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face, e se desviar dos seus maus caminhos, então eu ouvirei do céu, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua terra” (2 Cr 7.14).

O profeta Miqueias também reconheceu esse problema da pecaminosidade extensiva e inata do ser humano quando reconheceu que “não há um justo sequer” (Mq 7.2). E, Paulo, citando o(s) Salmo(s) 14.1-3 e/ou 53.1-3, disse: “Como está escrito: ‘Não há nenhum justo, nem um sequer; não há ninguém que entenda, ninguém que busque a Deus. Todos se desviaram, tornaram-se juntamente inúteis; não há ninguém que faça o bem, não há nem um sequer’” (Rm 3.10-12).

Wesley concordou com a doutrina agostiniano-reformatória da depravação total. Ele entendia que toda a raça humana foi corrompida pela Queda de Adão e que isso aconteceu em toda a extensão humana, não havendo bondade e justiça meritória no ser humano não regenerado. Em seu sermão “O pecado original”, o clérigo anglicano comentou alguns daqueles versículos bíblicos que embasam essa condição pecaminosa do ser humano caído:

As Escrituras asseveram que “através da desobediência de um homem, todos os homens foram constituídos pecadores”; que “em Adão todos morreram” -- morreram espiritualmente, perderam a vida e a imagem de Deus; que aquele pecador e caído Adão, então, “originou um filho à sua própria semelhança”; -- nem seria possível que ele pudesse originá-lo de outra forma, porque “quem pode produzir uma coisa pura de uma impureza?” — que, conseqüentemente, nós estávamos, assim como outros homens, pela natureza, “mortos nas transgressões e pecados”; “sem esperança, e sem Deus no mundo”, e, portanto, “filhos da ira”; de modo que todo homem podia dizer, “Eu fui moldado na iniquidade; e, no pecado, minha mãe me concebeu”; que “não existe diferença”, em “todos que pecaram e não alcançaram a glória de Deus”; daquela gloriosa imagem de Deus, na qual o homem foi originalmente criado. E,

<sup>443</sup> CALVINO, João. Institutas, Edição Clássica. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, Vol. 2 (1.8), p. 20.

<sup>444</sup> CALVINO, João; HAROUTUNIAN, Joseph (Org.). Calvin: Commentaries. London: SCM Press, 1958, p. 132.

conseqüentemente, quando “o Senhor olhou dos céus para os filhos dos homens, Ele viu que todos eles haviam saído do caminho; que eles haviam se tornado completamente abomináveis; que não havia um justo; não; nem um”, ninguém que verdadeiramente buscasse a Deus. De acordo com isto, e o que é declarado pelo Espírito Santo, nas palavras acima citadas, “Deus viu”, quando ele olhou dos céus, antes, “que a maldade do homem estava grande na terra”; tão grande, que “cada imaginação dos pensamentos de seu coração era, tão somente, continuamente pecaminosa”.<sup>445</sup>

Neste mesmo sermão, Wesley mostra que tal perspectiva pessimista da antropologia constitui uma doutrina essencial do cristianismo, de modo que quem a nega, não pode ser um cristão genuíno: “Estaria o homem repleto, por natureza, de toda a forma do mal? Seria vazio de qualquer bem? Acha-se de todo decaído?” A resposta precisa ser positiva, caso contrário, não passaria de mero paganismo, como ele mesmo responde: “Se até aqui você concorda, então é cristão. Negue isso e não passará de um pagão”.<sup>446</sup>

“A depravação total [...] mostra quão mesquinha, caída e alienada é a sociedade não regenerada. Por isso, aquela ideia marxista de um mundo melhor, com base na bondade inerente humana, não passa de uma utopia vazia”, pois como seria possível “que pessoas más, inerentemente falando, transformem o mundo num lugar melhor?” Contudo, John Wesley, deixou sua contribuição nesta discussão, mostrando que “não é necessário sermos pessimistas, pois o objetivo da graça de Deus é de restaurar o ser humano para que este seja um restaurador”, pois “a mudança vem de dentro para fora e não de fora para dentro, como propõem os esquerdistas de matriz marxista-leninista”.<sup>447</sup>

### 11.2.3 A importância da *imago Dei* para Wesley

É comum, no calvinismo popular, a ideia de que a imagem de Deus tenha sido completamente perdida. Entretanto, Calvino alegou que “a imagem de Deus não foi [...] aniquilada e apagada de todo, todavia foi corrompida a tal ponto que, qualquer coisa que lhe reste, não passa de horrenda deformidade”.<sup>448</sup> O reformador genebrino ainda declarou que “pela queda, a imagem divina ficou quase que totalmente extinta de nós”<sup>449</sup> e que “é verdade que ela não foi totalmente extinta; mas, infelizmente, quão ínfima é a

<sup>445</sup> WESLEY, John. Sermões de John Wesley. O pecado original. São Paulo: Editeo, 2006. 1CD-Rom.

<sup>446</sup> Idem.

<sup>447</sup> COUTO, Vinicius. Prefácio. In: MARQUES, Marlon. Arminianismo para a vida. São Paulo: Reflexão, 2018, p. 10.

<sup>448</sup> CALVINO, João. Institutas, Edição Clássica. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, Vol. 1, p. 90.

<sup>449</sup> CALVINO, João. O Livro dos Salmos. São Paulo: Paracletos, 1999, Vol. 1, p. 169.

porção dela que ainda permanece em meio à miserável subversão e ruínas da queda”.<sup>450</sup> Apesar de haver uma ideia de que calvinismo e arminianismo são antagônicos, Wesley propunha algo muito semelhante a esse posicionamento de Calvino.

Embora possuísse uma visão pessimista do ser humano não regenerado, Wesley detinha uma compreensão paradoxal quanto ao indivíduo redimido que só pode ser compreendida à luz de um entendimento teleológico, cujo ponto de partida para essa compreensão se dá no tocante à *imago Dei* (imagem de Deus). O teólogo nazareno H. Ray Dunning confirmou que Wesley “pontuava repetidamente que a finalidade (*telos*) de Deus é a produzir a renovação da imagem de Deus em nossas vidas” e que, “deste modo, Wesley definia a essência da vida cristã como uma atividade divina de renovar os seres humanos à imagem de Deus.”<sup>451</sup>

Essa renovação é importante para Wesley porque ele entendia que o ser humano fora criado bom e perfeito, mas que a Queda havia corrompido a imagem de Deus, sendo, portanto, plano do Criador a restauração desta imagem nos remidos (Cf. Rm 8.29). Por isso, ele dividia a imagem de Deus em três dimensões, a saber, natural, política e moral.

A imagem natural dizia respeito, dentre outras coisas, a características intelectuais e volitivas, bem como à imortalidade da alma. No campo da volição, encontra-se “a liberdade, que nada mais é do que o livre-arbítrio. Porém, não seria o livre-arbítrio para as coisas espirituais ainda e sim para decisões naturais, na esfera horizontal”.<sup>452</sup> Neste sentido, o ser humano não regenerado ainda possui capacidade de tomar decisões terrenas (e.g. escolher um curso, um produto de limpeza, um canal de televisão, que roupa vestir, etc). Isso se dá porque esse aspecto da imagem de Deus não foi perdido, mas corrompido, de modo que tal indivíduo (não regenerado), embora faça escolhas, não as faz da maneira mais sábia, pois está alienado de Deus.

Esse “livre-arbítrio natural” tem muita semelhança com o conceito de livre agência. Reisinger, teólogo calvinista, explica que “agente” é “alguém age, realiza um ato, ou tem poder para agir – uma força em movimento” e que “O homem é um agente moral livre,” o qual “é somente livre para agir de acordo com sua natureza”, que é pecaminosa.<sup>453</sup> Berkhof explicou que “o homem é um agente livre, com capacidade de autodeterminação

<sup>450</sup> Idem.

<sup>451</sup> DUNNING, H. Ray. Refletindo a imagem

divina: ética cristã na perspectiva wesleyana. Maceió: Sal Cultural, 2015, p. 37.

<sup>452</sup> COUTO, Vinicius. Fé x Obras: ortodoxia e ortopraxia na teologia de John Wesley. São Paulo: Reflexão, 2018, p. 102.

<sup>453</sup> REISINGER, Ernst. God's Will, Man's Will, and Free Will. Nashville: Thomas Nelson, 1982, pp. 27,28.

racional” que “pode refletir sobre uma inteligente escolha de certos fins, e também pode determinar sua ação com respeito a eles”.<sup>454</sup> A. A. Hodge, explicando sobre os decretos de Deus em relação à humanidade, declarou que “o agente seria um agente livre” e “que o ato seria perfeitamente espontâneo e livre, da parte do agente”.<sup>455</sup>

A confusão entre livre-arbítrio e livre agência se dá porque o primeiro é usado pelos calvinistas para se referir às questões espirituais (verticais) e o último para decisões terrenas e materiais (horizontais). Vale a pena explicar que o termo “livre agência” foi inventado em 1662 quando um teólogo britânico chamado Edward Stillingfleet escreveu um tratado religioso chamado *Origenes Sacrae*. Ele usou o termo “livre agente” como um sinônimo para “livre-arbítrio,” que, conforme explicou Pink, tinha na época um conceito radical e controverso.<sup>456</sup>

A controvérsia residia na ideia comum ao pelagianismo e semi-pelagianismo de que o ser humano caído ainda tem liberdade de tomar a iniciativa nas escolhas espirituais, podendo, assim, escolher Deus. Deste modo, os calvinistas alegaram, a partir de Stillingfleet, que o livre-arbítrio foi perdido, mas que o homem é um agente livre. Ou seja, o ser humano não toma decisões espirituais, mas tem liberdade, em consonância com sua natureza caída, para decisões materiais. Berkhof explicou essa dinâmica volitiva:

Em certo sentido, o homem perdeu a sua liberdade; noutro sentido, não a perdeu. Há uma certa liberdade que é posseção inalienável de um agente livre, a saber, a liberdade de escolher o que lhe agrada, em pleno acordo com as disposições e tendências predominantes da sua alma. O homem não perdeu nenhuma das faculdades constitucionais necessárias para constituí-lo um agente moral responsável. Ele ainda possui razão, consciência e a liberdade de escolha. Ele tem capacidade para adquirir conhecimento e para sentir e reconhecer distinções e obrigações morais; e os seus afetos, tendências e ações são espontâneos, de sorte que ele escolhe e recusa conforme ache que o objeto de exame lhe sirva ou não. Além disso, ele tem a capacidade de apreciar e de fazer muitas coisas que são boas e amáveis, benévolas e justas, nas relações que ele mantém com os seus semelhantes. Mas o homem perdeu a sua liberdade material, isto é, o poder racional de determinar o procedimento, rumo ao bem supremo, que esteja em harmonia com a constituição moral original da sua natureza. O homem tem, por sua natureza, uma irresistível inclinação para o mal. Ele não é capaz de compreender e de amar a excelência espiritual, de procurar e realizar coisas espirituais, as coisas de Deus, que pertencem à salvação.<sup>457</sup>

<sup>454</sup> BERKHOF, Louis. Teologia Sistemática. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, p. 100.

<sup>455</sup> HODGE apud BERKHOF, Louis. Teologia Sistemática, 2012, pp. 98-99.

<sup>456</sup> PINK, Daniel H. Free Agent Nation: How americans new independent workers are transforming the way of life. New York: Warner Books, 2001, p. 65. Cf. STILLINGFLEET, Edward. *Origines Sacrae: Or a Rational Account of the Grounds of Natural and Revealed Religion*. London: R.W., 1666, pp. 438, 479, 481.

<sup>457</sup> BERKHOF, Louis. Teologia Sistemática. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, pp. 230-231.



A visão antropológica de Wesley estava de acordo com essa premissa agostiniano-reformatória.<sup>458</sup> Tais liberdades materiais, mesmo que inclinadas para a natureza pecaminosa, fazem parte da imagem natural, que apesar de não ter sido perdida, foi corrompida, de modo que os seres humanos não tomam as decisões mais sábias. Wesley ainda entendia que nesta perspectiva tridimensional da *imago Dei* havia a imagem moral. Este aspecto da imagem, por sua vez, fazia o contraste com a imagem natural. Se a primeira constituía o livre-arbítrio natural, a última constituía o livre-arbítrio espiritual. Enquanto a primeira foi corrompida no ser humano não regenerado, a última foi perdida.

Mann explicou que “a imagem moral é a capacidade que temos de nos relacionarmos com Deus e de refletir seu amor.”<sup>459</sup> Collins acrescentou que a imagem moral era a capacidade que o homem tinha de conhecer, amar e obedecer a Deus. Essa capacidade foi perdida com a Queda e o homem caído está morto em seus delitos e pecados, carecendo de uma ação externa, denominada, na teologia de Wesley, de graça preveniente, a fim de que se volte para o Criador.<sup>460</sup> Wesley explicou que, ao comer do fruto do conhecimento do bem e do mal Adão alienou-se de Deus: “E, naquele dia; sim, naquele momento, ele morreu! A vida de Deus foi extinta de sua alma. A glória partiu dele. Ele perdeu toda a imagem moral de Deus – a retidão e a santidade verdadeira.”<sup>461</sup> Como resultado, “Ele era impuro; e era infeliz; ele era cheio de pecado; cheio de culpa e medos torturantes. Separado de Deus, e olhando a si mesmo agora como um Juiz cruel, *'ele teve medo'*.”<sup>462</sup>

#### 11.2.4 A soteriologia otimista wesleyana

Creio que esteja bem claro o fato de que Wesley defendia a depravação total e que sua visão acerca dos não regenerados é tão pessimista quanto à posição de Agostinho e dos reformadores. A questão agora é que, ao mesmo tempo que Wesley tem essa perspectiva pessimista, ele também entende que há um propósito divino otimista quanto à salvação dos indivíduos. Não se trata de quantos serão salvos, mas do que os salvos

<sup>458</sup> A diferença do ponto de vista wesleyano para o calvinista reside no compatibilismo. Para o calvinismo, a vontade do agente é livre, mas ao mesmo tempo determinada por Deus, ao passo que para Wesley não há essa determinação, caso contrário, isso incorreria no fato de Deus ser o autor do pecado.

<sup>459</sup> MANN, Perfecting grace: Holiness, Human Being and the Sciences. New York: T & T Clarck, 2006, p. 139.

<sup>460</sup> COLLINS, Kenneth. Teologia de John Wesley: o amor santo e a forma da graça. Rio de Janeiro: CPAD, 2010, p. 90.

<sup>461</sup> John. Sermões de John Wesley. A finalidade da vinda de Cristo. São Paulo: Editeo, 2006. 1CD-Rom.

<sup>462</sup> Idem.



podem fazer como agentes do Reino de Deus, pois a graça de Deus é otimista. É aqui que se encaixa a imagem política.

Este terceiro aspecto da *imago Dei* diz respeito à capacidade relacional que Deus compartilhou com a raça humana. O próprio Deus é um ser relacional, pois no ato criativo, declarou: “**façamos** o homem conforme à nossa imagem” (Gn 1.26a – grifo nosso). Em sentido relacional, o ser humano podia se relacionar em quatro níveis: 1) *com Deus*, pois todos os dias na viração do dia havia um relacionamento entre Adão e o Criador; 2) *com a natureza*, pois foi ordenado que Adão dominasse sobre as aves, os peixes e que cuidasse do jardim<sup>463</sup>; 3) *consigo mesmo*, pois Adão estava só no jardim até que Deus criou uma ajudadora sob a premissa de que não era bom que o homem estivesse só; e 4) *com o próximo*, pois com a criação da ajudadora Adão começou a fazer parte de um ambiente social.

Se a imagem natural foi corrompida e a imagem moral perdida, a imagem política passou pelas duas coisas. Ela foi perdida no quesito relacionamento com Deus, mas foi ofuscada nos demais relacionamentos, de modo que o ser humano passou a usurpar da criação, subjugando-a para os próprios deleites e não mais para a glória de Deus; passou a enxergar-se em extremos, em alguns casos hipervalorizando-se e em outros inferiorizando-se; e passou a oprimir o próximo, pensando apenas nos benefícios pessoais. A Queda trouxe um caos para a sociedade e para a criação de Deus.

Por isso, Wesley entendia que a salvação era mais abrangente e mais integral do que apenas a eternidade com Cristo, ou seja, ela era holística. A necessidade de apregoar o Evangelho era urgente, a fim de que os seres humanos fossem reconciliados com Deus. Contudo, uma vez que o cristão foi reconciliado com Deus, era preciso que este atuasse a favor da reconciliação geral, afinal, Deus nos deu o ministério (no sentido de serviço) da reconciliação (2 Co 5.18). Deste modo, este cristão, agora ministro da reconciliação, precisava agir, na igreja e na sociedade, como um reconciliador das pessoas consigo mesmas; das pessoas com as outras pessoas – colaborando para que a sociedade fosse mais justa; e das pessoas com a criação, afinal, a criação geme aguardando a manifestação dos filhos de Deus (Rm 8.19ss).

---

<sup>463</sup> Ver o artigo COUTO, Vinicius. Oikonomia Theou: apontamentos ecolitúrgicos a partir da teologia de John Wesley. Integratio, v. 1, nº 2, 2015. Disponível em: <http://fnbonline.com.br/revista/integratio/index.php/INT/article/download/16/19>.

Por isso, a salvação para Wesley é otimista. A regeneração proporciona não apenas a nova condição de filho de Deus e de alguém redimido em conjunto com a justificação e a adoção. A regeneração inicia um processo de restauração da imagem de Deus no ser humano, visto que “Deus [...] nos renovará no espírito de nosso entendimento e nos recriará segundo a imagem daquele que nos criou.”<sup>464</sup> A salvação é um ato gracioso operado por Deus, levando o agora cristão a um *modus vivendi* transformador decorrente da transformação experimentada. “Trata-se de uma fé viva e modeladora, que não alcança apenas o regenerado, mas é uma graça livre e universal que deseja mudar a sociedade.”<sup>465</sup> Madoxx chamou essa experiência de “graça responsiva,” isto é, uma graça que deve ser respondida, correspondida e responsável.<sup>466</sup>

Além disso, a visão transformacional de Wesley foi uma boa resposta à filosofia predominante de sua época, o Iluminismo, que ensinava um progressismo autônomo para as questões sociais. Os teólogos que se renderam ao Iluminismo passaram a defender o Deísmo, uma ideia de que Deus criou todas as coisas e que não intervém nas questões terrenas, cabendo, portanto, aos homens, mudar o mundo, batalhando por uma sociedade mais justa e igualitária.

Wesley não se rendeu a esse espírito progressista deísta. Pelo contrário, ele criticou diversas vezes essa autonomia professada pelos Iluministas e rechaçou os posicionamentos que contrariavam a fé cristã. Contudo, entendia que alguns progressismos eram necessários, tais como a inclusão dos pobres, melhores condições trabalhistas, mais humanidade em relação aos encarcerados, elevação das questões de saúde pública e abolição da escravatura.

Por isso, sua perspectiva de Reino de Deus não se limitava a algo futuro e milenar, mas cobria o momento presente. Isso porque este Reino tem um aspecto interior (Mc 4.26),<sup>467</sup> estando presente no coração de todo verdadeiro crente (Lc 17.21)<sup>468</sup> e, por isso, é de dupla natureza: interno (no coração dos crentes) e com seu ápice na glória (cf Jo 3.3).<sup>469</sup> No caso do aspecto terreno, Wesley entende que há intervenção de Deus, pois o

<sup>464</sup> WESLEY, John. The Works of the Reverend John Wesley. New York: J. & J. Harper, 1826, Volume VI, p. 392. Sermão On perfection.

<sup>465</sup> COUTO, Vinicius. Fé x Obras: ortodoxia e ortopraxia na teologia de John Wesley. São Paulo, Reflexão, 2018, p. 135.

<sup>466</sup> MADDOXX, Randy. Responsible Grace: John Wesley's practical theology. Nashville: Kingswood Books, 1994, pp. 18-25.

<sup>467</sup> WESLEY, John. Obras de Wesley. Henrico: Wesley Heritage Foudation, 1998a, Tomo IX, p. 406.

<sup>468</sup> Ibid., p. 462.

<sup>469</sup> Ibid., p. 487.

Reino não pode ser entendido como algo meramente existencial, como acabam fazendo os teólogos da libertação e muitos teólogos da Missão Integral (Mt 20.1).<sup>470</sup> Contudo, o Reino de Deus também possui uma realidade futura, ou seja, ele envolve a salvação eterna (Mc 10.24).<sup>471</sup> Esse aspecto também é importante porque os existencialistas acabam desvalorizando a eternidade com Cristo, reduzindo a salvação às questões sociais. A salvação eterna é o propósito ou o alvo pleno e finalístico, o poder da salvação no crente é capaz, e deve, de promover as mudanças no que tange ao amor e a justiça em seu tempo e espaço ao seu redor.

Deste modo, a visão wesleyana acerca do otimismo da graça para os remidos gerava uma responsabilidade deles diante da participação ativa e presente no Reino de Deus. Por isso, Wesley disse: “Todos [cristãos] (...) busquem, em suas situações pessoais, fazer justiça ao oprimido, confortar o aflito, ajudar ao pobre e ao necessitado e socorrer aos que passam por qualquer necessidade.”<sup>472</sup> Por isso, ainda, Wesley entendeu, a partir da parábola das ovelhas e dos bodes, que todo cristão verdadeiro precisa praticar obras de misericórdia (Mt 25.35-46)<sup>473</sup> e que todo talento natural pode ser usado a serviço do Reino de Deus, contanto que esteja acompanhado do conhecimento das Escrituras e de espírito fervoroso (At 18.24).<sup>474</sup>

Para se ter dimensão de como os temas Reino de Deus, imagem de Deus, salvação e obras de misericórdia estão todos conectados no pensamento de Wesley, em seu comentário sobre Romanos 14.17, ele declarou que o Reino de Deus é a imagem de Deus gravada no coração dos regenerados, juntamente com o amor ao próximo, a paz que excede todo entendimento e o gozo do Espírito Santo.<sup>475</sup>

### 11.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi com essa perspectiva teológica que Wesley atuou em seu tempo, que conforme foi apontado na primeira parte deste artigo, foi marcado por inúmeras injustiças sociais, mazelas e transtornos ideológico-filosóficos. Como um homem de seu tempo, ele pôde estudar as Escrituras, os pais da Igreja, os medievais e os teólogos de seus dias, bem como

---

<sup>470</sup> Ibid., p. 372.

<sup>471</sup> Ibid., p. 415.

<sup>472</sup> Ibid., p. 64.

<sup>473</sup> Ibid., pp. 386-387.

<sup>474</sup> WESLEY, John. Obras de Wesley. Henrico: Wesley Heritage Foudation, 1998b, Tomo X, p. 56.

<sup>475</sup> Ibid p. 131.

confrontar tudo isso com a realidade cultural que o cercava. Sua leitura teológica trouxe respostas práticas para as dificuldades sociais, filosóficas e religiosas, tornando-o um teólogo e reformador social relevante do século XVIII.

Entretanto, a época de Wesley não traz problemas tão diferentes dos que os cristãos do século XXI enfrentam, salvo algumas pontualidades, como identidade de gênero, liberalismo teológico (quem em seus dias era incipiente) e filosofias materialistas-dialéticas, dentre outras. Por isso, vale ressaltar que a teologia wesleyana grita ainda hoje, conclamando os cristãos a atuarem como ministros da reconciliação para a glória de Deus.

GRATUITO

## 12 A VIDA INTELECTUAL E ACADÊMICA DE JOHN WESLEY<sup>476</sup> (por Marlon Marques)

Este capítulo aborda o trabalho intelectual e acadêmico do sacerdote anglicano John Wesley, começando desde os relatos de erudição que Wesley recebeu desde tenra idade em sua casa com seus pais. Também são abordados alguns embates teológicos que Wesley teve durante a sua vida. É comumente relatado sobre Wesley quanto a vida devocional e seu compromisso evangelístico, assim como ter sido o fundador do metodismo, que se tornaria oficialmente uma instituição eclesiástica nos Estados Unidos anos antes de sua morte e na Inglaterra anos depois de seu falecimento. Entretanto, fora do ambiente metodista, e mesmo em alguns recintos de tradição wesleyana, o labor intelectual e acadêmico de Wesley não é conhecido. Este capítulo visa destacar este lado não enfatizado de John Wesley.

Muitos tendem a pensar em John Wesley somente como um grande evangelista e adepto de uma rigorosa prática de oração e estudos bíblicos exaustivos. Não que isso seja ruim ou algo que pareça desmerecer Wesley. Claramente, isto é o que todo cristão tem que se ater. Contudo, isso não chega perto de caracterizar Wesley em toda a sua longa caminhada de vida. Longa porque ele viveu praticamente o século XVIII todo, nasceu em 1703 e faleceu em 1791. Algo surpreendente, haja vista naquele tempo a expectativa de vida ser muito mais baixa que hoje. A disciplina alimentar e seus estudos medicinais certamente contribuíram para sua vida longa.

Wesley foi um grande intelectual. Dedicado professor universitário, escritor objetivo e nada prolixo, um debatedor de argumentos lógicos e penetrantes. Infelizmente, muitos (até mesmo muitos metodistas e demais wesleyanos) não sabem desse Wesley intelectual e acadêmico. Entretanto, neste breve texto, procurar-se-á evidenciar o brilhantismo de John junto à sua dedicação na causa do Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo.

### 12.1 O AMBIENTE INTELECTUAL NA CASA DE JOHN WESLEY

---

<sup>476</sup> Este artigo foi anteriormente publicado pela revista Enfoque Teológico. Após revisão e adaptação, publicado neste livro com autorização.

A casa onde Wesley cresceu não poderia ser mais erudita. Seu pai era um escritor. Seu famoso livro é um comentário do livro de Jó.<sup>477</sup> Clory Trindade de Oliveira, teólogo metodista brasileiro, relata em um de seus artigos, citando Mateo Lelievre, que Samuel Wesley produziu folhetos políticos e religiosos, artigos para periódicos e demais trabalhos de teologia.<sup>478</sup> Sua mãe, Susana Wesley, era uma mulher fora de seu tempo no quesito de interesse pela leitura em meio a tantos afazeres domésticos.

Samuel e Susana discutiam até sobre questões políticas. Havia momentos em que nas orações familiares, Susana, em discordância de atitudes do rei, não dizia amém quando Samuel orava por ele. Samuel, um excelente tory (partido ligado à Coroa.), não aceitava essa postura de Susana.<sup>479</sup> Muitos biógrafos de Wesley até afirmam que Susana era muito mais inteligente que Samuel, seu marido. Não há por que duvidar disso. Como afirmou William Henry Fitchett, historiador metodista australiano, Susana era uma “menina notável que estudara teologia quando ainda se vestia de criança”.<sup>480</sup> Segundo o mesmo autor, Susana sabia grego, latim e francês antes dos vinte anos de idade. Realmente, sua dedicação aos estudos era espetacular. Fitchett novamente a menciona: “E onde se acharia outra esposa ou mãe nesse século que seria comparável a Susana Wesley?”.<sup>481</sup>

Susana Wesley é considerada a mãe do metodismo.<sup>482</sup> Um título mais do que apropriado a esta grande mulher. Susana comandava os cultos quando da ausência do marido<sup>483</sup>, seja quando este estava em reuniões eclesiais ou na prisão, pois, infelizmente, Samuel contraía muitas dívidas. Um caso maculado na família Wesley, mais especificamente, do chefe da família.

Susana não só foi responsável pela introdução da mulher na liderança eclesial, como também foi responsável pela introdução dos leigos na liderança.<sup>484</sup> Seus métodos de pedagogia para com seus filhos foram de extrema importância para uma vida disciplinada, especialmente a de seu filho John Wesley. Fitchett nos alude:

<sup>477</sup> FITCHETT, William Henry. Wesley e Seu Século. Porto Alegre: Imprensa Metodista, s/n.

<sup>478</sup> OLIVEIRA, Clory Trindade de. Aspectos da Filosofia Educacional de John Wesley. In: Revista da COGEIME. Piracicaba, 12 (22), 2003, vol. 22, p. 72

<sup>479</sup> HEITZENRATER, Richard. Wesley e o Povo Chamado Metodista. São Bernardo do Campo: Editeo, 2006. p. 27

<sup>480</sup> FITCHETT, op. cit. s/n

<sup>481</sup> Ibid. s/n

<sup>482</sup> REILY, Duncan Alexander. Metodismo Brasileiro e Wesleyano. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1981, p. 50

<sup>483</sup> Ibid., p.50

<sup>484</sup> Ibid., p. 49

Era regra fixa e imperativa que criança alguma recebesse qualquer coisa pela qual chorasse, e o efeito moral sobre o espírito da criança, ao descobrir que o único modo infalível, de não conseguir o objeto desejado, devia ser em chorar por ele, devia ser admirado.<sup>485</sup>

John Wesley, quando criança, já era um menino muito pensativo e chegado a indagações. Seu pai, Samuel, brincava dizendo que Jacky (seu apelido entre seus familiares) não comeria seu jantar se não achasse uma boa razão para isso.<sup>486</sup>

## 12.2 COMEÇO ACADÊMICO DE WESLEY

Em 1714, Samuel conseguiu com a ajuda do Duque de Buckingham uma vaga no colégio Charterhouse para John Wesley, uma boa escola por onde passou seis anos em exercícios acadêmicos e disciplinares no tocante ao equilíbrio próprio. Depois da Charterhouse, Wesley entrou no Christ Church, na Universidade de Oxford. Seu irmão Charles também estudou neste lugar. Em 1724, John Wesley torna-se bacharel e, no ano seguinte, torna-se professor no Lincon. Daí em diante sua vida acadêmica não tem mais fim. No ano seguinte volta a Oxford e se torna mestre no outro ano.<sup>487</sup>

Algo interessante era que Wesley era moderador de debates em Oxford. Como um professor jovem e dedicado, Wesley foi convidado para esta função na universidade. Fitchett relata:

Na Oxford de então os debates públicos figuravam entre as mais importantes funções da universidade. No Colégio Lincon esses debates se realizavam diariamente, e era dever do moderador presidi-los. Wesley foi chamado outra vez para este fim, e uma disciplina intelectual de não pouco valor para si mesmo; aumentava-lhe a facilidade em falar, a sua prontidão em debate, a ligeireza em descobrir as falácias num argumento qualquer. Ajudavam a dar-lhe as qualidades formidáveis de polemista que lhe serviram tão bem em anos futuros e mais tempestuosos.<sup>488</sup>

John Wesley chegou à universidade em 1720, quando entrou no Christ College, e saiu somente em 1751. Deste modo é possível ter a noção da vida acadêmica de Wesley

---

<sup>485</sup> FITCHETT, 1916, s/n

<sup>486</sup> Ibid., s/n

<sup>487</sup> Ibid., s/n

<sup>488</sup> Ibid., s/n



considerando esses mais de trinta anos dedicados literalmente à academia na conceituada universidade de Oxford.<sup>489</sup>

Wesley era um professor universitário empenhado, como de costume, no esforço perfeccionista em buscar o saber e de passá-lo também. Amós Nascimento, teólogo metodista brasileiro, nos relata que “de 1726 a 1730 e entre 1729 e 1734 ele [Wesley] foi *lecture in Greek*, de 1726 a 1730 ele foi *Lecture in Logic*, e de 1730 a 1735 ele foi *Lecture in Philosophy* em Oxford”.<sup>490</sup> Fato é que Wesley sempre foi um homem ligado ao estudo, pois, como veremos mais à frente, entendia que era obrigação de um ministro do Evangelho dedicar-se aos estudos com a finalidade de evidenciar a racionalidade da fé cristã, como também de não ser calado, porventura, por algum cético ou incrédulo com mais conhecimento.

Wesley estava bem manejado e a par dos estudos do método científico de sua época, ou seja, do século XVIII. Era bem informado nas ciências naturais e no campo filosófico, interessado largamente por temas ligados à filosofia, como o cartesianismo e as obras de Voltaire.<sup>491</sup>

### 12.3 QUESTÕES CONTRA MORÁVIOS, CALVINISTAS, CATÓLICOS ROMANOS E FILÓSOFOS

Muitos veem Wesley como um admirador dos místicos. Isso não é de todo falso. A questão é que Wesley rompeu com o misticismo de William Law, a quem dedicara tão zeloso estudo, juntamente com Thomas Kempis e Jeremy Taylor. Anos depois de seu aquecimento no coração, mais precisamente em 24 de maio de 1738, Wesley começou a distanciar-se gradualmente do misticismo que tanto se devotara. Fitchett nos relata:

Em outro lugar Wesley diz: “Todos os mais inimigos do cristianismo são como nada; os místicos são os mais perigosos; pois lhes dão punhaladas nas partes vitais; e os adeptos mais sérios do cristianismo são justamente os mais suscetíveis de caírem por esses golpes.”<sup>492</sup>

Wesley, no âmbito teológico, teve desentendimento com os morávios e, principalmente, com os calvinistas. Com relação aos morávios, Wesley, depois de três ou quatro anos com eles, separou-se deles devido ao forte quietismo que os morávios

<sup>489</sup> NASCIMENTO, Amós. John Wesley, o Iluminismo e a Educação Metodista na Inglaterra. In: Revista da COGEIME. Piracicaba, 12 (22), 2003. Vol. 22, p. 90

<sup>490</sup> Ibid., p. 90

<sup>491</sup> Ibid., p. 91

<sup>492</sup> FITCHETT, 1916, s/n

exerciam. Ele tinha discordância total com o modo como os morávios entendiam acerca do agir de Deus para fazerem algo. Não faziam nada no tocante a evangelizarem e praticarem boas obras se não sentissem Deus lhes tocar. Com isso, Wesley se viu na ação de quebrar vínculos com os morávios, pois via os atos de piedade e obras de misericórdia como algo vital para o cristianismo.<sup>493</sup>

Em relação aos calvinistas, Wesley teve muitos contratempos. George Whitefield, Condessa de Huntingdon e Augustus Toplady foram os mais ávidos críticos de Wesley. O último, Toplady, era o mais irascível e desrespeitoso, sendo refutado e respondido amavelmente pelo grande companheiro de Wesley, o amável John Fletcher.

Wesley e Whitefield, companheiros desde, pelo menos, 1729, em ocasião do Clube Santo, desentenderam-se devido aos pontos calvinistas que Whitefield professava e Wesley rejeitava com bastante veemência.<sup>494</sup> Whitefield também discordava veementemente da doutrina característica não só de Wesley, mas do metodismo e wesleyanismo no geral, que é a perfeição cristã. Por conseguinte, Wesley e Whitefield discordavam severamente na questão da justiça imputada. Como os demais calvinistas, Whitefield cria que Deus, por meio de Cristo Jesus, perdoava o crente e o declarava justo. Wesley concordava com isso, mas não parava por aí. Ele cria que Deus, por meio de Cristo, nos tornava justo. A fé na obra sacrificial e vicária de Cristo Jesus era a condição para tal ato que Cristo nos proporciona. Heitzenrater destaca que “essa fé resultaria em uma verdadeira mudança no crente, onde, pela graça de Deus, a justiça de Cristo seria concedida à pessoa, que não apenas seria tida como justa, mas se tornaria justa (santificada ou santa)”.<sup>495</sup>

Com relação aos católicos, Wesley até escreveu uma carta a um católico romano e outra a um sacerdote do mesmo credo. Nessas cartas, Wesley, em um tom irênico, promove a atenção aos pontos que católicos romanos e protestantes têm em comum. Entretanto, por ocasião da Lei de Tolerância aos Católicos, de 1778, Wesley não consentiu com tal lei, corroborando a posição anticatólica inglesa do período. Mas por que Wesley, que se utilizava de autores católicos romanos em seus estudos teológicos, rechaçava a tolerância para com os “papistas” (termo que protestantes se referiam aos católicos romanos)? Heitzenrater nos responde:

---

<sup>493</sup> HEITZENRATER, op. cit., p. 106

<sup>494</sup> Ver Sermão 128 – Graça Livre

<sup>495</sup> HEITZENRATER, op. cit., p. 107

Embora não estivesse pronto a perseguir qualquer pessoa por causa de seus princípios religiosos, Wesley logo insistiu que 'nenhum governo [não católico] deve tolerar homens de convicção católica romana'. A razão era simples: nenhum católico romano poderia garantir sua aliança ou comportamento pacífico, visto que seguia a máxima 'nenhuma fé deve ser mantida com esses hereges' e de ter o papa o poder de dispensar qualquer promessa, juramento ou voto (JWL, 6:370-73).

O tema da escravidão incomodava muito a Wesley. Ele não admitia que houvesse ainda, nos seus dias, escravidão. É sabido que a escravidão de negros foi uma, se não a mais, cruel forma de escravidão que houve em todos os períodos da história que se tem registro. Sua última carta antes de falecer foi direcionada ao grande e mundialmente conhecido parlamentar William Wilberforce, que dedicou seu empenho político pela causa da libertação dos negros da desumana e infernal escravidão que varreu o mundo todo naquele contexto.

Em seu labor por esta causa, Wesley comprou uma briga intensa e notória com o grande filósofo cético Dave Hume. Este, a todo custo, queria a continuação da escravidão por interesses econômicos. Wesley via isso não só como algo desumano, como já vimos, mas também de uma mesquinhez imensa. Amós Nascimento nos informa que:

...a acirrada campanha de Wesley contra Hume... entra em debate não só o ceticismo de Hume e sua irônica crítica da religião, mas também a sua polêmica defesa da escravidão africana, ao que Wesley veementemente protestou, liderando uma campanha contra o filósofo escocês.<sup>496</sup>

Não foi somente contra Dave Hume que Wesley direcionou suas críticas e ataques intelectuais na área filosófica. Ele criticou também veementemente filósofos ligados à doutrina do senso comum como Shafsterbury, Joseph Butler, Francis Hutcheson, e Adam Smith.<sup>497</sup> Wesley não se eximia de uma bela disputa quando algo, principalmente quando direcionado ao cristianismo, crescia em notoriedade e atenção pela mídia da época.

Wesley tinha pavor daqueles que criticavam o pecado original e afirmavam que o ser humano nasce neutro, portanto, sem inclinação ao pecado, contrariando totalmente a definição da corrupção da natureza humana. O pecado original, como todo cristão ortodoxo crê, apresenta que todo ser humano já nasce herdando a natureza pecaminosa de Adão e de Eva. Não há neutralidade. O egoísmo e teimosia de uma pequenina criança revela o quanto o ser humano é afetado seriamente pelo pecado natural. Esse é um marco

<sup>496</sup> NASCIMENTO, op. cit., p. 92

<sup>497</sup> Idem.

característico de ser cristão como Wesley enfatizou sempre, demasiadamente, em suas obras. Vejamos:

Aqui está o chibote: é o homem, por natureza, cheio de toda forma de mal? Ele está vazio de todo o bem? Ele é totalmente caído? Sua alma está totalmente corrompida? Ou, para voltar ao texto, é 'toda a imaginação dos pensamentos de seu coração só má continuamente?'. Admita isso e você é, de longe, cristão. Negue isso, e você não é nada mais que um infiel.<sup>498</sup>

O conhecidíssimo filósofo suíço Jean Jacques Rousseau, considerado como um dos principais filósofos do iluminismo, afirmou categoricamente que o ser humano nasce neutro, sem inclinações para o mal. A sociedade, opinava Rousseau, é que corrompia o ser humano. John Wesley, contemporâneo de Rousseau, conhecia o seu discurso e o criticava asperamente por negar o pecado original. O curioso é que Rousseau era filho de um relojoeiro calvinista e neto de um huguenote que fugiu para Genebra. A ironia era este ser de família calvinista e negar o pecado original e, por sua vez, negar algo tão intrínseco ao calvinismo (como também ao arminianismo), que é a depravação total do ser humano. Com relação a Rousseau, o teólogo alemão metodista Manfred Marquardt relata que Wesley “chamou Jacques Rousseau de ‘almofadinha’, pois ele não acreditava nas Escrituras quando elas dizem respeito ao pecado original”.<sup>499</sup>

#### 12.4 PENSAMENTOS POLÍTICOS DE WESLEY

Nas questões políticas, Wesley, como seu pai, era um *tory*. Como um *tory* legítimo, não desafiava as decisões da realeza. Isso era incomum para os seus adeptos, pois ia de encontro aos princípios do partido *tory*. Wesley, como característica do seu partido, cria na atribuição divina de controlar todo o Estado. Não que o Estado controlasse e dirigisse tudo e todos, como em um sistema socialista e estatista, mas sim no tocante aos valores divinos e bíblicos comandarem a nação toda da Inglaterra, bem como de todas as nações do mundo.

Wesley, citado por Leon O. Hynson, afirma que um *tory* é “alguém que acredita em Deus, não nas pessoas, para ser a origem de todo poder civil”.<sup>500</sup> Certamente ele não desafiaria a Coroa inglesa, a não ser que ela ferisse gravemente os valores do Evangelho.

<sup>498</sup> Sermão 44 – Sobre o Pecado Original

<sup>499</sup> MARQUARDT, Manfred. Redescobrimo o Sagrado. São Bernardo do Campo: Editeo, 2000, p. 18

<sup>500</sup> WESLEY Apud HYNSON, Methodist History, vol 10, p. 38

Como era totalmente leal à Coroa, criticou e pregou contra a independência das colônias inglesas na América. Escreveu um livreto intitulado “Uma Calma Mensagem às Colônias Americanas”, um texto baseado na obra de Samuel Johnson chamada “Lançar Impostos não é Tirania”. Por causa desse texto, seu mais ferrenho opositor, Augustus Toplady, atacou Wesley em defesa dos americanos. Coube, como de costume, a John Fletcher defender seu grande amigo das investidas de um calvinista birrento.

John Wesley era realmente, como foi asseverado, um *tory*, o que pode ser considerado hoje o equivalente a um membro do partido conservador, na Inglaterra. A despeito de muitos metodistas, não só ingleses, latino-americanos identificarem-se com um certo socialismo e/ou comunismo, ele não compactuava com essa direção.<sup>501</sup> Podemos afirmar que de modo algum compactuaria com o socialismo porque ele [em tese] o rejeitou, no 24º artigo, dos 25 artigos elaborados por Wesley para o metodismo norte-americano, um comunismo nos moldes anabatistas. Ele disse que “as riquezas e os bens dos cristãos não são comuns, quanto ao direito, título e posse dos mesmos, como falsamente apregoam alguns; não obstante, cada um deve dar liberalmente, do que possui, aos pobres”.<sup>502</sup>

Duncan Reily, grande historiador metodista norte-americano, mas radicado no Brasil, elucida-nos mais ainda acerca do artigo 24: “4. Não somos da Reforma Radical ou Anabatista, cujas convicções religiosas levaram alguns deles ao “comunismo cristão” ([artigo] nº24)”<sup>503</sup>. Ao continuar-se abordando sobre essa questão, Reily comenta em outro lugar:

Conforme diz Maldwyn Edwards: ‘Ele [John Wesley] achava que o indivíduo era responsável pelo bem-estar social, e não o Estado. Era o dever e privilégio do rico ajudar o pobre, do entendido esclarecer o ignorante, do santo buscar o pecador. Ele colocava sua inteira confiança no esforço pessoal e individual. (Edwards, ‘after Wesley, pag. 117) Nisto Wesley era filho do seu século, porque quase todos os reformadores sociais daquela época pensavam da mesma maneira.’<sup>504</sup>

<sup>501</sup> O partido trabalhista, de cunho socialista, foi criado com ampla ajuda dos metodistas. Certo é que Wesley e os primeiros metodistas eram conservadores. Entretanto, depois de umas décadas, a maioria dos metodistas inclinou-se para um certo socialismo/comunismo, como é verificado nos dias de hoje na Inglaterra, no partido trabalhista. Entretanto, o maior nome metodista do século passado no âmbito político não foi um trabalhista, mas sim um conservador, mais precisamente, uma conservadora, chamada Margaret Thatcher.

<sup>502</sup> [http://www.igreja-metodista.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=69&Itemid=80](http://www.igreja-metodista.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=80)

<sup>503</sup> REILY, Duncan Alexander. Fundamentos Doutrinários do Metodismo Brasileiro. São Paulo: Exodus, 1997., p. 40

<sup>504</sup> REILY, Duncan Alexander. A Influência do Metodismo na Reforma Social na Inglaterra no Século XVIII. S.I., JUGEAS, 1953., p. 2

O teólogo metodista norte-americano Theodore Runyon, em seu livro *A Nova Criação – A Teologia De João Wesley Hoje*, afirma que Wesley pregava, como era peculiar em seu tempo, a economia de livre mercado.<sup>505</sup>

## 12.5 ERUDIÇÃO BRILHANTE DE WESLEY

Wesley, de fato, era um grande erudito. Era reconhecido como um dos homens de grande cultura do século XVIII na Inglaterra. Tinha uma rica cultura alicerçada (além das Escrituras) nos grandes clássicos da literatura mundial de todos os tempos, perpassando na de seus dias nas áreas de ensaios, novelas, peças teatrais, tratados, história política, ciências e afins.<sup>506</sup> É incrível como, mesmo tendo um tempo altamente preenchido metodicamente com seus afazeres, viajando cinco mil milhas e pregando cerca de quinhentos sermões por ano, tinha ainda tempo para escrever demasiadamente. Fica implícita a questão de que para escrever bem e muito é preciso ter também um tempo de leitura considerável.

Certo também era que Wesley não fazia da literatura um meio de ganhar fama e, muito menos, dinheiro. Ele fazia isso para que a fé não fosse atacada e ficasse sem resposta para os céticos e ateus, e para que almas fossem persuadidas, por meio de palavras escritas, pelo poder do Espírito Santo.

A teologia prática, não a especulativa, era o seu objetivo principal. Escrevia muito, mas direcionado a finalidades práticas. Isso não quer dizer que Wesley não elucubrava ou especulava. Ele fazia isso sim, entretanto, não com o intuito de expor vaidades, pressupondo muito tempo ocioso somente para esbanjar-se em pensamentos abstratos para a promoção de uma elevada fama de filósofo. Não. Wesley preferia a teologia prática. Chegou a dizer que “Deus fez a teologia prática e o diabo fez a da controvérsia”.<sup>507</sup>

Foi um estudante vivaz durante toda sua vida. Permaneceu vinculado à universidade até à época de seu casamento, no ano de 1751, quando tinha a idade de 48 anos.<sup>508</sup> É extrema verdade quando é dito que o metodismo nasce na universidade. O

---

<sup>505</sup> RUNYON, Theodore. *A Nova Criação: A Teologia de João Wesley Hoje*. São Bernardo do Campo: Editeo, 2002, p. 27

<sup>506</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.70

<sup>507</sup> FITCHETT, 1916, s/n

<sup>508</sup> Ibid., p. 70

grupo Clube Santo, organizado, inicialmente por Charles Wesley, testa este fato. Duncan Reily afirma que Wesley:

...era, afinal, produto intelectual da Universidade de Oxford, em pleno Século das Luzes. Mas ele era também filho legítimo do *ethos* intelectual da Igreja da Inglaterra, a qual deve tanto a Hooker e outros de mentalidade semelhante, resultando em uma base larga para as decisões e definições teológicas, e que sempre dá um espaço privilegiado à razão.<sup>509</sup>

John Wesley era professor de grego em Oxford e conhecia o Novo Testamento em sua língua original de uma forma intensa. Nestes mesmos anos em Oxford, aprofundou seus estudos não só em grego, mas em latim, hebraico, árabe, lógica, metafísica, Bíblia, teologia, ética, filosofia, oratória, poesia etc.<sup>510</sup>

O pai do metodismo, segundo Albert Outler, lia extensivamente e fez uso constante de suas leituras, ou seja, elas foram proveitosas.<sup>511</sup> A partir de 1725, Wesley registra suas leituras, abrangendo mais de 1.400 diferentes autores em mais de 3.000 diferentes documentos. Segundo Outler, Wesley cita sempre Horácio, Virgílio, Ovídio, Cícero, Juvenal, Aristófanes, Adriano, Homero, Lucasso, Lucrécio, Pérsides, Píndaro, Sêneca, Agostinho, Kempis, além da patrística, místicos medievais, escritores da Renascença e cientistas modernos de seu tempo.<sup>512</sup>

Fato era também que Wesley não aceitava que os metodistas fossem ignorantes. Estimulava-os na busca pelo conhecimento não só bíblico, mas também em outras áreas das ciências, assim como ele mesmo fazia, dando exemplo, dedicou-se. Asseverou: “Os metodistas poderão ser pobres, mas não há necessidade de que eles sejam ignorantes”.<sup>513</sup> Punha ao alcance de todos os membros das sociedades metodistas a instrução como obrigatória. Estimulava e orientava os demasiados tipos de literatura que havia na época para que eles tivessem contato. Como Fitchett declarou, Wesley quis que “nenhum membro de suas sociedades havia de ser deixado sem instrução”.<sup>514</sup>

É impressionante o quão John Wesley dedicava-se aos estudos de uma forma bem intensa e insistente. Era algo bem típico de sua ideia de perfeição cristã. Ele entendia que

<sup>509</sup> REILY, Duncan Alexander. Wesley e Sua Bíblia. São Bernardo do Campo: Editeo, 1997, p. 77

<sup>510</sup> Ibid., p. 73

<sup>511</sup> Ibid., p. 74

<sup>512</sup> Ibid., p. 73

<sup>513</sup> John O. Gorss APUD OLIVEIRA, Cogeime, vol 22, p. 86

<sup>514</sup> FITCHETT, op. cit., s/n



mesmo que se conseguisse atingir a perfeição cristã<sup>515</sup> nesta vida, mesmo assim o cristão, em hipótese alguma, ficaria destituído da obrigação de crescer mais e mais na graça divina. Não havia limite, pois, até no Reino futuro de Deus, haverá aumento na graça divina para os justificados.<sup>516</sup>

Wesley, com sua dedicação aos estudos, não buscava somente, a si mesmo, dedicar-se nessa prática tão boa de resultados, que é a busca pelo conhecimento e pelo saber. Estimulava também aos seus rodeados, seja quem for que estivesse próximo a ele. A chama da alegria do saber permaneceu até os seus últimos dias na Terra. Clory Trindade de Oliveira nos salienta que “o próprio Wesley, sempre que tinha oportunidade, aproveitava as ocasiões para estudar juntamente com algumas pessoas, a fim de estimulá-las.”<sup>517</sup>

Vejamos o que Wesley, em relatos no seu diário, em 1747, nos informa sobre esse assunto de estímulo ao conhecimento para benefício não somente de si mesmo, mas dos outros também:

Durante esta semana, estudei em companhia de alguns jovens um compêndio de retórica e outro de ética. Eu não vejo porque um homem de inteligência mediana não possa aprender em seis meses uma sólida filosofia, mais do que se aprende em Oxford em quatro anos e, em algumas vezes, em sete anos de estudos.<sup>518</sup>

Muitos pensam que Wesley escreveu pouco, para além de seus sermões. Alguns metodistas desavisados até imaginam isso também. Mas o fato é que Wesley escreveu uma grande quantidade de publicações. Estudiosos de Wesley estimam uma faixa de 371 publicações, incluindo obras preparadas em conjunto com seu irmão Charles Wesley. Também de acordo com estudiosos de Wesley, seus escritos são divididos em publicações de viés poéticos, filológicos, filosóficos, históricos e teológicos. Certamente, um acervo imenso!

Um feito extraordinário de Wesley e que revolucionou o aprendizado dos membros das sociedades metodistas foi a compilação dos livros que julgava importantes para a Biblioteca Cristã. Wesley fez isso com a intenção de que os metodistas se aprofundassem nas diversas leituras. O que é mais significativo e interessante é o fato dele

<sup>515</sup> Característica típica da teologia wesleyana, perfeição cristã não significando impecabilidade, mas tem o sentido de completude, maturidade, constância.

<sup>516</sup> REILY, 1997, p. 26

<sup>517</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 87

<sup>518</sup> Ibid., p. 87

ter sido muito eclético na composição de livros e autores para a Biblioteca Cristã. Vejamos as palavras de Fitchett, sobre a composição da Biblioteca Cristã que:

representa o seu esforço mais ambicioso nesse campo. Ele [Wesley] abreviou a uns cinquenta livros famosos para este fim, e esta biblioteca é um monumento para a grandeza do seu espírito. Os antigos pais da Igreja primitiva, os maiores entre os teólogos anglicanos, os mais afamados entre os não conformistas ingleses [anglicanos e outros protestantes de outros segmentos, mesmo os independentes que não aceitaram o Ato de Uniformidade de 1662, que exigia total aceitação do Livro de Orações anglicano], bem como escritores estrangeiros como Pascal e Bengel, se acham lado a lado da lista.<sup>519</sup>

Nas suas Notas do Novo Testamento, Wesley não só comentou os versos neotestamentários, mas também elaborou uma tradução do Novo Testamento. Certo é que ele não entendia o fruto do seu labor como uma nova tradução propriamente dita, mas sim uma revisão da Versão King James, a versão bíblica oficial dos tempos de Wesley.<sup>520</sup>

Tanto os sermões que escreveu, quanto as Notas, mais especificamente do Novo Testamento, são como que os manuais de teologia que legou para os metodistas não somente de seu tempo, mas também para todos os metodistas de todos os tempos. Tanto é que as igrejas desta vertente, não somente as metodistas, mas uma ampla gama de igrejas de tradição wesleyana, apropriam-se e utilizam-se dos sermões e Notas como guia para o estudo das Escrituras Sagradas.

É importante lembrarmos que as Notas do Novo Testamento foram escritas em um período que Wesley estava tremendamente enfermo. Ele mesmo pensava que não passaria daqueles dias, a saber, de 1753. Certamente não sabia que ainda viveria, pela graça de Deus e de Sua bondade, mais 38 anos, haja vista ter falecido somente no ano de 1791.

Curioso e um tanto cômico para nós que sabemos que Wesley ainda demoraria quase quarenta anos para morrer, quando este já havia escrito um epitáfio para colocar no seu túmulo. Vejamos: “Aqui jaz o corpo de John Wesley, um tição tirado do fogo, que morreu de tuberculose no 51º ano de sua vida, não deixando atrás dele dez libras após o pagamento de suas dívidas, e rogando que Deus tenha misericórdia de si, um servo inútil [Zc 3:2; Lc 18:13; 17:10]”.<sup>521</sup>

<sup>519</sup> FITCHETT, 1916, s/n

<sup>520</sup> REILY, 1997, p. 98

<sup>521</sup> Ibid., p. 13-14

Fato é que Wesley inspirou-se em quatro escritores para a composição de suas Notas do Novo Testamento. No prefácio destas, informa o nome desses escritores. São eles: Johann Albrecht Bengel, Philip Doddridge, John Guyse e John Heylyn. Bengel, certamente, foi o mais requisitado por Wesley. As Notas de Apocalipse foram, em sua ampla maioria, inspiradas nos volumosos comentários de Bengel acerca do livro de Apocalipse.<sup>522</sup>

Outro feito editorial e literário da parte de Wesley e sua dedicação à leitura e incentivo aos metodistas foi a criação da Revista Arminiana [*The Arminian Magazine*]. Os calvinistas, como sempre, usavam duas revistas para criticarem avidamente não somente os seus pensamentos, mas também o homem Wesley. Tais revistas eram a Revista Espiritual e a Revista Evangélica.<sup>523</sup> Chegou-se ao ponto dos calvinistas inventarem que as festas de amor, realizadas nas sociedades metodistas, eram festas de orgias, quando nada mais eram festas dedicadas à prática do amor cristão em uma ceia servida com um pão e bebida servida para ser tomada em um copo comum. Nestas reuniões havia hinos, orações e testemunhos.<sup>524</sup>

A Revista Arminiana foi criada justamente com o intuito de Wesley e os demais metodistas, não apenas responderem aos ataques dos calvinistas, que, como já vimos, eram muitos, mas também para ele e os metodistas escreverem artigos para diversos fins, como os de edificação espiritual, artigos teológicos e pequenas biografias dentre outros. Richard Heitzenrater nos informa acerca dessa questão propriamente dita acerca da Revista Arminiana:

Em novembro de 1777, Wesley decidiu enfrentar o desafio calvinista face a face, produzindo ele próprio uma revista mensal. Seus comentários introdutórios ao leitor da *Arminian Magazine* (Revista Arminiana) são dirigidos diretamente à sua competidora, as duas revistas calvinistas. Ele mostra que os escritores das duas revistas não apenas defendem a doutrina que 'Cristo não morreu por todos mas por um em cada dez, e apenas para os eleitos', mas defendem também seus 'queridos decretos com argumentos dignos de Bedlam e com linguagem própria de Billingsgate' (o mal visto hospital de doenças mentais, e o infame mercado de peixes, respectivamente). A revista mensal de Wesley teria quatro partes: 1) artigos que defendia a redenção universal (expição); 2) biografias de pessoas santas; 3) cartas e narrativas de experiência da vida de pessoas piedosas vivas; e 4) poesia que explicava e confirmava as doutrinas essenciais. Num todo ela era destinada a ser uma cartilha do viver e do morrer santos, um manual de peregrinação espiritual. O primeiro número começou com a vida do grande defensor da expiação universal, Arminius, que deu o tom, assim como o título a toda a série. Wesley estava consciente de que seu nome ofenderia alguns, mas

<sup>522</sup> Ibid., p. 16

<sup>523</sup> HEITZENRATER, op. cit., p. 267

<sup>524</sup> Idem.

estava confiante que noventa e nove em cem pessoas na Inglaterra rejeitavam a predestinação absoluta e não se aborreciam com o título escolhido.<sup>525</sup>

Abordando um pouco a respeito do famoso Diário de Wesley, é sabido que o seu conteúdo é de grande dimensão. Os originais formam a impressionante soma de vinte e um volumes escritos em uma letra pequenina e nítida. O primeiro escrito data de 14 de outubro de 1735 e estende-se até a data de 24 de outubro de 1790. Portanto, mais de meio século de registro da rotina, pensamentos e questões que Wesley registrou em seu diário. Mais precisamente, 55 anos.<sup>526</sup>

O Diário de Wesley certamente foi um grande relato que legou a todos os cristãos, não só aos metodistas. Entretanto, muitos veem que a sua obra de maior importância, maior até que o Diário, foi o Apelo aos Homens de Razão e Religião. Fitchet relata que:

...aquele que deseja saber o que é a língua inglesa, no auge de seu poder e clareza, bem pode recorrer aos famosos 'Apelos'. Não têm iguais em fogo e poder, não têm rivais em sua transluzente clareza. Pelo menos, quem escreve aqui, não conhece outra coisa na língua inglesa que lhes sobrepuje, quer em clareza, simplicidade ou força.<sup>527</sup>

Essa sua obra, "Apelos", nome reduzido, serviu para mostrar a grande eloquência que Wesley possuía e sua forma bem organizada de concatenar erudição e clareza. Seus argumentos são bastante lógicos e diretos, como sempre foi sua característica de escrita. A Obra mencionada relata como Wesley soube argumentar bem contra os detratores do metodismo. A organização de ideias e clareza objetivo de suas palavras é observada na defesa da salvação somente pela fé:

Porque 'nós somos salvos pela fé'. Mas nós não temos ouvido isto como outra objeção contra nós, de que pregamos a salvação somente pela fé? E Paulo não faz a mesma coisa? 'Pela graça', diz ele, 'somos salvos', pela fé'. Algumas palavras poder ser mais categóricas? E, em outra parte: 'Crê no Senhor Jesus, e tu serás salvo. (Atos 16:31)

O que queremos dizer por isto (se já não foi suficientemente explicado) é que nós somos salvos dos nossos pecados apenas pela confiança no amor de Deus. Logo, 'observamos que tipo de amor o Pai nos outorgou', como o Apóstolo observa, que 'nós O amamos porque Ele primeiro nos amou'. E, então, aquele mandamento é escrito em nossos corações: 'Aquele que ama a Deus ama seu irmão também'; do qual brotam o amor

<sup>525</sup> Ibid., p. 268

<sup>526</sup> FITCHETT, 1916, s/n

<sup>527</sup> IBID, s/n

aos seres humanos, a mansidão, a humildade intelectual e o bom caráter. Agora, essa é a mesma essência da salvação cristã: a salvação do pecado. E desta salvação interior flui a santidade de vida e de conduta. Bem, essas coisas não são desta forma? Se você sabe em quem tem crido, você não precisa de mais provas”.<sup>528</sup>

Quando vemos seus escritos, podemos ver claramente essa preocupação de Wesley aumentando com o tempo. A despeito de críticas aos metodistas do tempo de Wesley quanto a eles serem indoutos, entusiastas, ignorantes, nada mais falso e desonesto. Wesley, como podemos ver abaixo, preocupava-se constantemente com a dedicação pastoral dos líderes das sociedades metodistas não só no aspecto espiritual, mas também no aspecto de leitura e dedicação no saber. O erudito apologista, PhD em teologia e filosofia, William Lane Craig, cita em seu livro *Apologética para Questões Difíceis da Vida*, a obra *Discurso ao Clero*, de Wesley, enaltecendo a exortação e dedicação do fundador do metodismo. Vejamos alguns trechos. É extremamente importante lermos essa exortação de Wesley. Se o leitor ler somente essa parte deste artigo, já será mais do que o bastante para compreender a recomendação:

(1) Como alguém que se esforça para explicar a Escritura a outras pessoas, tenho o conhecimento necessário para que ela possa ser luz nos caminhos dessas pessoas? [...] Estou familiarizado com as várias partes da Escritura; com todas as partes do Antigo Testamento e do Novo Testamento? Ao ouvir qualquer texto, conheço o seu contexto e os seus paralelos? [...] Conheço a construção gramatical dos quatro evangelhos, de Atos, das epístolas; tenho domínio sobre o sentido espiritual (bem como o literal) do que eu leio? [...] Conheço as objeções que judeus, deístas, papistas, socinianos e todos os outros sectários fazem às passagens da Escritura, ou a partir delas [...]? Estou preparado para oferecer respostas satisfatórias a cada uma dessas objeções? (2) Conheço grego e hebraico? De outra forma, como poderei (como faz todo ministro) não somente explicar os livros que estão escritos nessas línguas, mas também os defender contra todos os oponentes? Estou à mercê de cada pessoa que conhece, ou pelo menos pretende conhecer, o original? [...] Entendo a linguagem do Novo Testamento? Tenho domínio sobre ela? Se não, quantos anos gastei na escola? Quantos na universidade? E o que fiz durante esses anos todos? Não deveria ficar coberto de vergonha? (3) Conheço meu próprio ofício? Tenho considerado profundamente diante de Deus o meu próprio caráter? O que significa ser um embaixador de Cristo, um enviado do Rei dos céus? (4) Conheço o suficiente da história profana de modo a confirmar e ilustrar a sagrada? Estou familiarizado com os costumes antigos dos judeus e de outras nações mencionadas na Escrituras? [...] Sou suficientemente (se não mais) versado em geografia, de modo a conhecer a situação e dar alguma explicação de todos os lugares consideráveis mencionados nela? (5) Conheço suficientemente as ciências? Fui capaz de penetrar em sua lógica? Se não, provavelmente não irei muito longe, a não ser tropeçar em seu umbral. [...] Ou, ao contrário, minha estúpida indolência e preguiça me fizeram crer naquilo que tolos e cavalheiros simplórios afirmam: “que a lógica não serve para nada?” Ela é boa pelo menos [...] para fazer as pessoas

<sup>528</sup> WESLEY, John. Um Apelo aos Homens de Razão e Religião. Maceió: Sal Cultural, 2016, p. 30-31

falarem menos – ao lhes mostrar qual é, e qual não é, o ponto de uma discussão; e quão extremamente difícil é provar qualquer coisa. Conheço metafísica; se não conheço a profundidade dos eruditos – as sutilezas de Duns Scotus ou de Tomás de Aquino – pelo menos sei os rudimentos, os princípios gerais dessa útil ciência? Fui capaz de conhecer o suficiente dela, de modo que isso clareie minha própria apreensão e classifique minhas ideias em categorias apropriadas; de modo que isso me capacite a ler, com fluência e prazer, além de proveito, as obras do dr. Henry Moore, a “Search After Truth” [A busca da verdade] de Malebranche, e a “Demonstration of the Being and Attributes of God” [Demonstração do ser e dos atributos de Deus] de dr. Clark? Compreendo a filosofia natural? Compreendo Gravesande, Keill, os Principia de Isaac Newton, com sua “teoria da luz e das cores”? Além disso, tenho alguma bagagem de conhecimento matemático? [...] Se não avancei assim, se ainda sou um noviço, que é que eu tenho feito desde os tempos em que saí da escola? (6) Estou familiarizado com os Pais; pelo menos com aqueles veneráveis homens que viveram nos primeiros tempos da igreja? Li e reli os restos dourados de Clemente Romano, de Inácio e Policarpo, e dei uma lida, pelo menos, nos trabalhos de Justino Mártir, Tertuliano, Orígenes, Clemente de Alexandria e de Cipriano? (7) Tenho conhecimento adequado do mundo? Tenho estudado as pessoas (bem como os livros), e observado seus temperamentos, máximas e costumes? [...] Esforço-me para não ser rude ou mal-educado: [...] sou [...] afável e cortês para com todas as pessoas? Se sou deficiente mesmo nas capacidades mais básicas, não deveria me arrepender frequentemente dessa falta? Quão frequentemente [...] tenho sido menos útil do que eu poderia ter sido!<sup>529</sup>

Com todo esse conselho acima, não dá para afirmar que Wesley tenha sido somente um pregador itinerante preocupado mais com a alma no pós-vida do que com o conhecimento e com as diversas ciências. Wesley via isso como algo obrigatório de todo pastor e líder cristãos. Pastores e líderes que não se empenhavam nesse conselho, eram tidos por ele como preguiçoso e muito pouco útil à causa do Evangelho, quando não, dando vazão para que detratores e inimigos do cristianismo corroborarem a infame pecha aos cristãos como indoutos e ignorantes.

*Homo unius libri*<sup>530</sup> era o lema de Wesley conhecido por todos aqueles que conviviam com ele e por todos os que têm conhecimento de sua vasta obra que dedicou por todos os seus anos de vida, mais precisamente a partir de 1725. Com esse termo em latim, Wesley não entendia, como já se foi enfatizado, que ele era um fundamentalista (desconsideremos o anacronismo), enfatizando somente a leitura da Bíblia em detrimento de estudos de suporte para entendê-la e de leituras de caráter sistematizador de doutrinas a partir das revelações bíblicas. Wesley era um erudito, como pôde ser constatado. Acerca do uso desse termo em latim, Duncan Reily afirma:

Ao dizer, em inglês, ‘Quero ser um homem de um só livro’, ele diz: ‘Que seja eu homo unius libri’. Ele está lembrando aos leitores, quer povo simples, quer

<sup>529</sup> John Wesley, Apud. CRAIG, 2010, p. 24-26

<sup>530</sup> Expressão latina atribuída a Tomás de Aquino. Significa “Homem de um único livro”.

intelectuais, que sua linguagem simples e sem adornos é uma opção consciente, e que ele é perfeitamente capaz de usar a linguagem rebuscada da academia e até de apresentar discursos inteiramente em latim, como de fato havia feito, perante a universidade de Oxford.<sup>531</sup>

Seu interesse pela medicina, farmacologia e afins é amplamente conhecido. Wesley estimava diversas áreas do saber, principalmente devido à ajuda aos pobres que como isso poderia fazer. Bem se sabe que Wesley estimava aos pobres e estimulava todos os metodistas nesta causa, a saber, de beneficiar, por quaisquer meios os pobres e demais necessitados. Chegou até a afirmar que os únicos leais aos ricos eram os metodistas, pois eram os únicos que lhes falavam da sua real situação de penúria e direção ao inferno, por amarem mais as riquezas que ao seu Criador.<sup>532</sup>

Ele era tão fascinado pela farmacologia de seu tempo que demonstrou, utilizando-se de peritos nesta área, como Harvey, Cheyne, Weems e outros, o processo que se deu no corpo humano em decorrência da Queda de Adão e Eva. Segundo Wesley, o corpo humano foi criado por Deus para funcionar indefinida e eternamente. Contudo, a desobediência do casal posto no Paraíso, ao comer do fruto proibido por Deus, fez com que uma substância, passando pela boca, infectasse e passeasse por todo o longo corpo humano, causando, assim, a morte lenta do corpo.<sup>533</sup>

Na área da medicina, Wesley se interessava muito em aprender receitas medicinais caseiras. Não era somente por simples curiosidade ou por uma obrigação forçosa que se interessava pelo assunto, mas principalmente com fins curativos, pela imensa preocupação que tinha para os mais necessitados. Promover o bem-estar físico em meio às necessidades da vida comum fez Wesley enveredar-se nessas áreas. Sobre o empenho de Wesley no interesse medicinal e o porquê desse interesse, Amós Nascimento nos informa:

Sobre medicina, ele [Wesley] estudou com afinco as obras de Boyle e colecionou uma série de receitas medicinais caseiras em um livro, *Primitive Physick, or na Essay on Natural Method od Curing Most Diseases*, que teve mais de vinte edições durante a vida de Wesley e foi republicado recentemente [no ano de 1973]. Deve-se lembrar que, ao compilar métodos naturais para o tratamento da saúde, Wesley também pretendia buscar alternativas à credence popular no poder do álcool como cura de todos os males, como no exemplo da utilização multifuncional de bebidas alcóolicas como esterilizante, anestésico e – como se poderia dizer hoje – estimulante.<sup>534</sup>

<sup>531</sup> REILY, 1997, p. 37

<sup>532</sup> Ibid., p. 71

<sup>533</sup> Ibid., p. 57

<sup>534</sup> NASCIMENTO, op. cit., p. 92



Outro fato notório é que Wesley apreciava muito o modo de articulação do pensamento de John Locke. Com isso, acabou escrevendo *A História da Inglaterra* e o *Compêndio de Filosofia Social*. Vejamos bem. Wesley escreveu um livro sobre a história inglesa. Realmente, diante de toda a sua rotina, diante de todos os seus sermões e anotações em seu diário, aventurou-se a escrever em mais duas áreas distintas, a saber, história e filosofia. É algo que deve ser lembrado como exemplo para nós do tão tecnológico século XXI.

Adentrou ainda em temas do âmbito econômico em decorrência de suas reflexões sobre a história social. Ele usou diversos sermões para tratar sobre esta questão, como “O Uso do Dinheiro”, em que aparece a fórmula wesleyana marcante: “Ganhe tudo o que você puder, economize tudo o que você puder, e dê tudo o que você puder”. Outros sermões também abordam a questão das riquezas, como “O Perigo das Riquezas, Tesouros Celestiais em Vasos de Barro” e “O Perigo da Riqueza Acumulada”, onde ele critica Adam Smith.

Para finalizarmos, não poderia falta a preocupação que Wesley tinha para com a cultura, retórica e música. John Wesley e seu irmão Charles Wesley escreveram tratados sobre música como *O Campo da Música*, *Pensamentos Sobre o Poder da Música*, *Hinos e Poemas Sagrados* e outros. John Wesley também escreveu um tratado sobre retórica, da qual sempre se utilizava.

## 12.6 CONCLUSÃO

Vimos, durante todo esse estudo sobre a intelectualidade e academicidade de Wesley, que não se limitava, como muitos acreditam, somente às pregações e orações com o intuito principal de salvar as almas perdidas para vivenciarem um certo prazer pela vida em um mundo vindouro. Nada mais falso poderia ser dito acerca do grande intelectual e acadêmico John Wesley.

No decorrer deste breve texto, vimos como a sapiência e preocupação com os estudos foram uma constante entre os ancestrais de Wesley. Seus avós, bem como seus pais, principalmente sua notória e destacada mãe, são exemplos da dedicação da família e a preocupação da busca pela erudição. Vimos como sua escola, faculdade e demais títulos em Oxford contribuíram para um rápido e exitoso alcance de uma posição privilegiada, principalmente entre o seu tempo, em que era professor universitário em

uma das maiores universidades inglesas e de âmbito e reconhecimento internacional, que é Oxford.

Suas disputas, sempre visando os pensamentos e não as pessoas (embora a recíproca nem sempre fosse verdadeira), contribuíram para Wesley colocar em prática sua dedicação ao estudo da lógica, com argumentos diretos e penetrantes, muito bem articulados para expor a veracidade das suas premissas e a falsidade das elaboradas por seus oponentes. Sua vasta obra merece ser não somente conhecida, mas também lida. Escrever o tanto que Wesley escreveu, mesmo tendo pessoas para cuidar espiritualmente, sermões que tinha de pregar e escrever, além da leitura constante para manter-se sempre atualizado e dedicado ao conhecimento, não é para qualquer um.

Com isso, não há o que se duvidar da força intelectual e acadêmica em John Wesley. O desejo é o de apresentar aos leitores este lado pouco conhecido do “tição tirado do fogo”.

### 13 O DESENVOLVIMENTO DO ARMINIANISMO NO BRASIL<sup>535</sup>

Do primeiro ao último capítulo deste livro, falamos muito da história de debates. Concílios, sínodos, enfim, as inúmeras vezes em que este debate foi suscitado. É comum por vezes desprezarmos o valor dos debates saudáveis, mas até mesmo os mais acalorados podem trazer algo produtivo ao final, ser convertido em um bem. “Todavia, se faz necessário que haja divergências entre vós, para que os aprovados se tornem conhecidos em vosso meio” (1Co 11.19). O próprio Cânon da Escrituras, *data venia*, muito se deve à heresia de Marcião, que desprezava o Antigo Testamento. Então, sem os questionamentos e as reflexões não temos como melhorar, aprimorar a nossa crença e fé. Não haveria como aquilo que é bom e excelente se manifestar e ser estabelecido. Assim foram nos primeiros concílios, em defesa da deidade de Cristo, da Trindade, da Graça e tantos outros exercícios e disciplinas que exigiram anos e até vidas em dedicação a obra de Deus. Traduções, revisões, comparações, tudo dentro da multiforme graça divina. Em tempos hodiernos o debate ressurgiu em torno da soteriologia.

Como relatado no primeiro capítulo, com a proximidade dos 500 anos da Reforma (31 de outubro de 2017) o interesse pela teologia e pensamento dos reformadores cresceu muitíssimo, em nível exponencial. Centenas de livros sobre o assunto foram publicados nos EUA e no Brasil. Seminários e congressos teológicos organizados expondo as famosas “Antigas Doutrinas da Graça”. Vídeos, debates e pregações nas redes sociais tratando do tema. Doutores, pastores e escritores defendendo a teologia de João Calvino, o legado (segundo eles) de Lutero, Zwinglio, Calvino, Beza, John Owen, Jonathan Edwards, Charles Spurgeon e tanto outros. “Sobre os ombros de gigantes”, ouvia dos amigos calvinistas. Não nego a importância e relevância de qualquer destes para a história da igreja, as contribuições teológicas e testemunho de vidas de muitos deles, mas isto não muda o fato de que eles poderiam (e estavam) errados em suas conclusões soteriológicas. Não muda o fato de que nenhum deles poderia citar não mais que uma frase isolada dos patrísticos, pois o único apoio que possuíam e possuem nos primeiros 600 anos da cristandade são os dois últimos livros de Agostinho em longa idade. E, mesmo o Agostinho anterior também discordaria da teologia destes. Então, de modo respeitoso, eles podem ser contestados e o foram diversas vezes. Um dos anexos deste livro é uma

---

<sup>535</sup> Neste capítulo, apresento a visão histórica a partir da perspectiva deste autor. O capítulo tem propositalmente um tom mais pessoal, narrado em primeira pessoa.

extensa lista de teólogos de igual envergadura e importância (excluindo-se os nomes da Patrística que já seriam suficientes para um bom estudante de história chegar a uma conclusão) que jamais concordaram com o calvinismo.

O objetivo deste último capítulo é trazer aos leitores situações de bastidores do movimento arminiano brasileiro, detalhes que não estão registrados e que dificilmente o seriam, uma vez que vou citar pessoas desconhecidas do público “consumidor” de teologia arminiana, mas que contribuíram muito para que a roda girasse e para chegarmos ao bom momento que vivemos. O desejo é de honrar aqueles que trabalharam no anonimato. A minha maior preocupação neste ponto é que posso deixar de citar a alguém, mas tenho orado pedindo a Deus a direção a fim de não deixar de fora nenhum dos pequenos ou grandes servos do Senhor que contribuíram com esta obra. Hoje temos o desenvolvimento de uma tradição soteriológica sólida e que agrega boa parte, e diria que muitas das mais respeitadas denominações e igrejas evangélicas do Brasil. Esta história só pode ser relatada por alguém que esteve e viu os primeiros passos que trouxeram resultados práticos ao movimento. E, por misericórdia divina, pude participar do início da primeira grande onda do movimento entre 2010/2013. Antes, porém, preciso explicar como cheguei ao arminianismo.

A primeira vez que ouvi falar em predestinação nos moldes calvinistas se deu por volta do ano de 2002. Àquela época não tinha qualquer noção teológica mais apurada, ressaltadas as doutrinas de minha própria denominação, entretanto já compreendia que uma predestinação de modo incondicional não era algo bíblico e em poucos dias consegui desfazer a confusão mental que atormentava o jovem que havia cruzado com o calvinismo. Alguns anos depois (2004) conheci um senhor temente a Deus e muito simpático que tinha à época por volta de 60 anos de idade, chamado de “irmão Gael”<sup>536</sup>. Ele conhecia e se dedicava ao estudo das Escrituras tanto quanto eu e nossas conversas eram longas e amistosas. Pesava a favor dele a experiência e o maior tempo de leitura, pela idade. Passamos a debater por e-mail, textos impressos, congregávamos na mesma igreja e sempre que podíamos expúnhamos um ao outro as nossas perspectivas. Isto me forçou a estudar mais, pois não era fácil debater com o irmão Gael, e, ao contrário do que ocorre nos dias de hoje, onde vemos desrespeito e xingamentos, nossas conversas eram muito prazerosas, a ponto de tomarmos café juntos só para falar sobre a Bíblia e soteriologia.

---

<sup>536</sup> Mizaél, Cidade de Barra do Corda - MA.

Em 2007, mudei de cidade, obviamente ninguém foi demovido de sua convicção e continuamos bons amigos (espero em breve revê-lo). Interessante que, mesmo em 2007, estudando bastante os termos bíblicos sobre o assunto, não sabia nada sobre TULIP ou FACTS, até então.

Somente por volta do ano de 2010 e 2011, ao retomar o contato com um grande amigo que acompanhei nos primeiros passos da fé<sup>537</sup>, ouvi claramente sobre as doutrinas do calvinismo. Ele havia se tornado calvinista. Ainda hoje é um bom amigo, e continua calvinista. Foi então que iniciei as primeiras pesquisas na internet. Era raro achar alguma coisa sobre Armínio, que nem sabia quem havia sido! Os calvinistas com quem tive contato inicialmente zombavam, recomendando que eu lesse Charles Finney (claramente semipelagiano), além de afirmar diversas vezes que as crenças e as doutrinas sobre o processo de salvação que lhes apresentava tinham sido condenadas no Sínodo de Dort em 1618/1619. A angústia aumentava porque me sentia sozinho teologicamente. Meus irmãos, amigos, líderes e pastores não estavam interessados neste assunto. “Não valia a pena o debate”. A eclesiologia era muito mais importante! Foi quando uma verdadeira luz teológica apareceu, o site *arminianismo.com* de Paulo César Antunes.

Criado em 2006, já havia alguns anos que este e outros colaboradores, como Clovis Rocha, vinham em um esforço contínuo em traduzir artigos e textos de expoentes arminianos para o nosso vernáculo. Foi neste espaço virtual que a obra realmente começou. Nele conheci o PC Antunes<sup>538</sup>, Samuel Coutinho, Douglas Ferreira, Alcino Junior, Jean Patrick, Marlon Marques, Walson Sales e o jovem Anderson Torres. Acredito que o mais velho tinha pouco mais de 30 anos, todos com muitos sonhos. Cabe destacar aqui que o pastor Wellington Mariano recentemente escreveu e publicou um artigo com o título de “Arminianismo no Brasil: Trajetória, Desenvolvimento e Desdobramentos”, onde conta o que para ele são os marcos teológicos do movimento arminiano: eventos, publicações, conferências arminianas realizadas com autores internacionais, tudo isto você encontrará no livro “Soberania Divina e reponsabilidade humana”<sup>539</sup>, organizada pelo pastor Vinícius Couto. Vale muito a pena a leitura, da qual utilizei aqui alguns excetos.

A título de comparação entre a natureza e propósito dos escritos, imaginemos a realização de alguns eventos tipo retiro ou cruzadas evangelísticas. Mariano conta sobre

---

<sup>537</sup> O acompanhei-o nos primeiros passos da fé em minha cidade natal: São Luís do Maranhão, por volta dos anos 2000.

<sup>538</sup> PC é uma abreviação de Paulo César, forma como este era conhecido entre os amigos.

<sup>539</sup> Op. Cit. Editora Reflexão, 2019.

as datas, temas propostos, preletores e o que foi exposto, enquanto aqui cito o papel daqueles que trabalharam na intercessão, limpeza, cozinha, divulgação e apoio, os que ninguém vê (ou viu). Aproveito aqui para um pequeno parêntese a respeito do surgimento do neocalvinismo, em seu texto Mariano diz que:

Por volta do final da década de 1990 começou a surgir, na *internet*, um movimento em que o (novo) calvinismo era a grande força. Tais pastores e líderes orgulhosamente calvinistas passaram a alavancar suas ideias através da plataforma das mídias sociais. Pregações e ensinamentos que outrora estavam restritos aos membros e congregantes de tais igrejas passaram a estar ao alcance de todos aqueles com acesso à internet. De maneira parecida ao efeito que a invenção da imprensa teve na disseminação do protestantismo, as mídias sociais agora passam a difundir as doutrinas de Agostinho e Calvino. A Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, o maior corpo protestante estadunidense, é onde esse renascimento pode ser nitidamente observado. Em 1979 esta convenção elegeria uma série ininterrupta de presidentes defensores da inerrância bíblica. O calvinismo ressurgiria, pouco tempo mais tarde, dentro desse mesmo grupo. De acordo com alguns registros, tal movimento dentro da convenção surgiu em 1982 com a criação da SBFC (*Southern Baptist Founders Conference*). O apelo do calvinismo atingiu os mais jovens, em especial universitários e seminaristas, que são influenciados pela literatura acadêmica calvinista e materiais diversos oriundos dessa literatura que são disponibilizados na internet. Tal público jovem pode ser atestado com a publicação de *Young, Restless, Reformed* (Jovem, Incansável e Reformado) de Collin Hansen.<sup>540</sup>

Então, de certo modo, o ressurgimento de ambos os movimentos ocorreria de forma semelhante, isto é, por meio da popularização da informação via internet: redes sociais, sites e blogs. Assim, a resposta arminiana veio de igual modo ou pela mesma via. “O calvinismo é, portanto, responsável pelo avivamento arminiano no Brasil, resultado do efeito pendular”.<sup>541</sup> [Hoje sou grato a Deus por ter conhecido o calvinismo, pois foi assim o meu despertar teológico]. Se bem que em promoção, organização de eventos e *marketing* pessoal os calvinistas estão milhas à frente dos arminianos (aqui me incluo). Como disse no início, houve uma enxurrada de livros calvinistas e sobre as “antigas doutrinas da graça”, enquanto nada, absolutamente nada sobre o arminianismo era publicado, exceto a partir de 2006 no site do PC Antunes:

O primeiro website a difundir o arminianismo no Brasil de maneira sistêmica e em massa foi o arminianismo.com, de Paulo Cesar Antunes. O conhecimento e formação dos arminianos estrangeiros, em especial os estadunidenses, aliados a um maior número de obras disponíveis no mercado dos EUA, fez com que o Brasil ficasse quase que exclusivamente dependente da produção arminiana dos Estados Unidos. O website, portanto, passou a alimentar, através de traduções de

<sup>540</sup> In COUTO. Op. Cit. pp. 38-39.

<sup>541</sup> Ibidem, p. 42.

artigos, palestras, excertos de livros etc. os primeiros websites e blogs voltados para a defesa e propagação do arminianismo no Brasil.<sup>542</sup>

O *site* tornou-se refúgio e alento a muitos que também se sentiam sozinhos em seus estudos e pesquisas. Nele tomei conhecimento sobre outras páginas que traziam bons textos traduzidos, como a de Lailson Castanha – Ideário Arminiano, *teologiaarminiana.blogspot.com/*, iniciado em 2009. Simples, mas com bons textos. Outro blog importante foi o “Crédulo” de Anderson Torres, *credulo.wordpress.com*. E com a popularização do *facebook*, por volta de 2012/2013, começamos a criar páginas<sup>543</sup>, sugestão de migração dos debates proposta por Alcino Junior. Nasceram páginas e grupos com o nome de arminianismo, arminianos, e tantas outras. Só para exemplificar o grupo Arminianismo<sup>544</sup> que administramos, o mais antigo do *Facebook* sobre o assunto, conta atualmente com mais de dez mil membros. Logo outros se juntaram ao movimento, desta vez quero citar os artistas gráficos que produziam as imagens e mensagens para as páginas, a Glória Hefzbá, David Junio<sup>545</sup> (produtor do Livrecast – programa de podcast sobre a teologia arminiana) e o Lucas Martins. Glória e Lucas também trabalhavam em revisão de textos, quando solicitados. De certo modo aquilo que a heresia de Marcião foi para a formação do Cânon, o neocalvinismo foi para o ressurgimento do arminianismo no Brasil e no mundo.

Em 2012, Samuel Coutinho<sup>546</sup> resolveu criar o site DeusAmouOMundo.com. Pesquisando muito e traduzindo textos de diversos autores, que, com a desativação do *site arminianismo.com*, hoje é o espaço virtual com maior volume e qualidade de conteúdos arminianos, especialmente sobre o Sínodo de Dort. Então, aquele grupo de amigos ligados por um interesse comum, resolveu criar um grupo de estudos e debates, restrito a alguns poucos membros (girando sempre em torno de 20 participantes). Neste espaço debatemos sobre eventos, livros e artigos para tradução, alinhamento de termos/verbetes a serem utilizados no Brasil [sempre que possível, visando a uma uniformização de linguagem, pelo menos a partir dos nossos grupos, páginas e livros], peculiaridades do arminianismo brasileiro, pequenas diferenças entre os conceitos em Armínio e Wesley, repartirmos textos e materiais de pesquisas e ajudávamos um ao outro

<sup>542</sup> Ibidem, pp. 43-44.

<sup>543</sup> Membros ou grupos de amigos que interagiam e trocavam informações no site arminianismo.com

<sup>544</sup> Vide <<https://www.facebook.com/groups/grupo.arminianismo>>

<sup>545</sup> É Junio mesmo, está correta a grafia.

<sup>546</sup> Autor do capítulo a respeito do Sínodo neste livro.



na seleção de bibliografia para o livros e até mesmo planejamento para gravações de vídeos ou debates na TV, possíveis objeções propostas. Era algo muito bom! Descobertas, novas amizades e crescimento teológico de certo modo comum a todos<sup>547</sup>.

Exemplos de debates e consensos alcançados: definição clara de arminianismo clássico e arminianismo-wesleyano, pois há uma leve diferença de ênfase na forma de ação da graça proveniente em cada grupo. Outra, a melhor designação para o arminianismo em português: sinergismo, monergismo condicional, sintelismo, ou como sugeriu em um de seus livros o Dr. Roger Olson, sinergismo evangélico, que veio a se tornar o termo padrão e mais utilizado por todos os escritores brasileiros.

A esta altura dos estudos e debates, já tínhamos a atenção de alguns pastores que desejavam mais informações, materiais, dicas e estudos porque também viam a massificação da propaganda da TULIP pela internet ou haviam sido convidados a falar sobre o assunto ou debater a respeito ou outro motivo qualquer. Alguns dos primeiros membros foi o Pr. Zwinglio Rodrigues que se tornou autor de muitas boas obras arminianas. Logo em seguida, fizemos contato com o Pr. Jamierson de Oliveira<sup>548</sup>, editor chefe das Bíblias de Estudo Missionária e Bíblia de Estudos Apologética. Com *know-how* editorial e boa bagagem, chegou agregando muitas boas ideias, inclusive abrindo espaço a muitos a participação no programa Vejam Só da RIT TV. Mais adiante procuramos o Bispo Ildo Mello da igreja Metodista Livre, que se mostrava interessado em mais informações sobre o assunto. E ainda muitos outros que não participaram diretamente do grupo (núcleo duro) ou de debates, mas que se aproximaram do nosso pequeno grupo. Veja como por meio de pequenos servos Deus pode fazer grandes coisas.

Novos *sites* continuaram a surgir ou passaram a divulgar teologia arminiana como *globaltrainingresources.net/*, *site* internacional que disponibilizava material de estudos a Batistas Livres. O *Personaret: Arminianismo*, de Luís Henrique<sup>549</sup>. Ainda em 2013 o site do Douglas Ferreira <sup>550</sup> “Reflexões da perspectiva teológica arminiana”, *arminiano.blogspot.com/*, este que sempre foi um garimpeiro ou um minerador de boas obras em inglês para estudos e futuras traduções, sem esquecer do *blog* do hoje pastor e professor de teologia Jean Patrik, que gostava de publicar textos deste autor, *blogdojeanpatrik.blogspot.com/*.

<sup>547</sup> Obviamente havia alguns membros com mais bagagens que outros, mesmo no início.

<sup>548</sup> Autor do livro: *Arminianismo Puro e Simples*. Publicado pela CPAD.

<sup>549</sup> Autor do livro: *Assim Cremos: pecado, graça e fé na ortodoxia arminiana*. Editora Reflexão, 2016.

<sup>550</sup> Hoje com Especialização e Graduação em Filosofia, leciona na mesma área.

Então, um marco essencial, que em palestras sobre administração ou gestão pública costumam chamar de “a virada da chave”, foi a publicação do livro de Roger Olson, “Teologia Arminiana: Mitos e Realidades”, lançado em junho de 2013, um total sucesso. Com tradução de Wellington Mariano, que logo em seguida traduziu o “Contra o Calvinismo”, assim a Editora Reflexão, por meio de sua Diretora Executiva Caroline Dias, tornou-se a pioneira em teologia arminiana no Brasil, literalmente criando um nicho que pareceria reprimido por muito tempo. Neste momento, considero o estopim para o que vemos hoje em termos editoriais. A produção e o interesse só aumentavam a cada nova obra publicada. Passamos a escrever para *sites* com maior visibilidade (este autor, o Zwinglio Rodrigues e mais a frente o Vinícius Couto), vários textos e artigos foram postados no portal *gospelprime.com*. Estes eram replicados por dezenas ou talvez centenas de outros *sites* menores. Textos teológicos que publiquei com 12 ou 13 páginas cada tinham até mais de 1.500 *likes*. Pare e pense comigo, quantas pessoas em sua comunidade local leem artigos teológicos na internet com mais de 10 páginas A4 de texto escrito? Com certeza não muitas. Então considerávamos estes números altamente expressivos. A esta época o Portal (sobre os mais diversos assuntos relativos à fé cristã, teologia era e é apenas uma das inúmeras colunas e abas) de notícias *gospelprime*, em sua totalidade, tinha por volta de 10.000 (dez mil) acessos/dia, segundo me informou o proprietário na ocasião.

Logo saíram coleções de livros, com quase todos os pequeninos do início publicando os seus primeiros títulos, louvado seja Deus. Ao passo que outros nomes mais conhecidos resolveram gravar vídeos e publicar textos específicos sobre o assunto, como já citado Bispo Ildo Melo, que passou a escrever e defender abertamente a soteriologia arminiana, inclusive com artigos no *gospelprime*. O Pr. João Flávio Martinez<sup>551</sup>, administrador do já conhecido e consagrado *site* CACP - Central Apologética de Estudos e Pesquisas, *cacp.org.br*, se apresentou muito preocupado com possíveis estragos que o neocalvinismo poderia provocar na vida de novos convertidos, passou a pesquisar e escrever sobre o assunto. Outros somaram na tradução de obras, cada vez mais volumosas, como o apologista Walson Sales<sup>552</sup>, tradutor da obra “Que amor é este?”, escrito por outro apologista muito conhecido entre os pentecostais, Dave Hunt. Walson

---

<sup>551</sup> Autor do livro: Calvinismo Recalcitrante. CACP.

<sup>552</sup> Autor do livro: Ateísmo: Respostas às objeções a realidade do cristianismo. Editora Bereia.

traduziu dezenas de artigos para várias páginas e contribuiu com a divulgação de vários bons textos.

Outro que contribuiu e continua a contribuir é Valdemir Moreira<sup>553</sup>, um incansável divulgador de notícias sobre teologia arminiana nas redes sociais, tornou-se o principal administrador do canal de vídeos do *youtube* Teologia Arminiana, atualmente conta com mais de 7.500 inscritos. Outro nome importante foi o do Pr Thiago Titillo, ex-calvinista, com seus bons livros “A Gênese da Predestinação na História da teologia cristã” e logo depois o “Eleição Condicional”, ambos publicados pela Editora Reflexão, com textos fluídos e muito bem escritos. Hoje temos coleções de livros sobre teologia arminiana e pelo 5 ou 6 editoras publicando títulos de autores com teologia claramente arminiana ou em defesa dos pontos do arminianismo.



Resumindo, inicialmente não existiam títulos em português declarados ou em defesa da teologia arminiana, seja pelo desconhecimento à época, seja pelo medo da exclusão acadêmica, cujo domínio editorial era quase exclusivamente calvinista. Entretanto, quero citar os remanescentes, aqueles que não se dobraram. O primeiro deles, Zacarias de Aguiar (batista), em seu manual de teologia sistemática, já esboçava uma teologia arminiana, vejamos:

<sup>553</sup> Autor do livro: Teoria e Método Teológico no pensamento de Jacó Armínio. Editora Reflexão, 2018.

O homem é incapaz de opera a sua própria salvação, embora ele tenha que participar pessoalmente, movido por Deus, reagindo favoravelmente à ação redentora de Deus. Portanto, antes que o pecador possa responder ao chamado para salvação, Deus já tomou a iniciativa de salvá-lo.<sup>554</sup>

Entre os batistas, vamos encontrar alguns na Holanda, durante a controvérsia, que foram influenciados por Armínio (o grupo de Smyth e Helwys). Um pouco mais tarde, cerca de 1640, surgiram dois grupos, chamados os *batistas gerais*, influenciados pelos puritanos, e os *batistas particulares*, influenciados pelos calvinistas.<sup>555</sup>

No Brasil, devemos lembrar ainda a ênfase arminiana através do ilustre professor de teologia sistemática, A. B. Langston, cuja obra serviu, por muito tempo, de texto para a disciplina em muitos seminários. Não obstante a posição calvinista de alguns teólogos batistas de influência (A. H. Strong, C. H. Spurgeon, no passado, e Millard Erickson, no presente, por exemplo), e de um movimento calvinista que surge em nossos dias, geralmente os batistas não entendem a eleição nos termos calvinistas.<sup>556</sup>

Por sua vez, Wellington Mariano também destacou alguns daqueles que esboçaram claramente em suas teologias uma soteriologia arminiana:

Talvez as duas obras mais declaradamente arminianas publicada no Brasil antes desse período de despertar editorial arminiano seja a obra *Fundamentos da Teologia Arminio-Wesleyana* de Mildred-Bangs e *Introdução a Teologia Cristã* de Wiley e Culbertson. Tais obras, entretanto, haviam sido publicadas há certo tempo e eram difíceis de serem encontradas, pois estavam fora de circulação. Por outro lado, talvez as duas obras mais arminianas em sua soteriologia, mas que seus respectivos autores não fazem uso do rótulo arminiano são *Conhecendo as Doutrinas da Bíblia*, de Myer Pearlman e *Eleitos, Mas Livres*, de Norman Geisler.<sup>557</sup>

Assim, mesmo em número infinitamente menor, havia títulos de soteriologia arminiana disponíveis, mas não de amplo conhecimento público ou que não traziam detalhes sobre Armínio, os Remonstrantes ou sobre a linhagem ortodoxa posterior de teólogos wesleyanos. Hoje temos, desde 2015, as Obras de Jacó Armínio publicadas pela CPAD e ainda títulos dos mais proeminentes estudiosos de Armínio a exemplo de Carl Bangs (biógrafo), Keith Stanglin, Thomas Noble, Thomas McCall, Stephen Gunter, Rustin E. Brian e o historiador Roger Olson. Com este crescimento e maior publicidade, outros nomes, que com certeza já faziam suas pesquisas particulares, se juntaram ao movimento (em termos de eventos e publicações). Vale destacar nomes como o Dr. Carlos Augustus Vaillati, doutorado em cultura judaica pela USP, o Dr. Ivan de Oliveira, pós-doutor em Ciências da Religião (Mackenzie/SP), em Direitos Humanos (Universidade de Coimbra)

<sup>554</sup> SEVERA. Op. Cit. p. 258.

<sup>555</sup> Ibidem. pp. 260-261.

<sup>556</sup> Idem.

<sup>557</sup> In COUTO. Op. Cit. pp. 46-47.

e Doutor em Direito (UNIMES/SP), com a tese *Relação de Consumo Religiosa*; o doutorando em Ciências da Religião, Pr. Vinícius Couto, o Me. Kleber Maia, Me. Wellington Mariano, fora outros nomes das Assembleias de Deus que também publicaram livros e tem participações importantes nas redes sociais ou em programas de TV (RIT), como o Pr. Silas Daniel<sup>558</sup>, do corpo editorial da CPAD, merecem destaque também o Pr. Altair Germano, o pastor e apologista Elias Soares<sup>559</sup> e o pastor José Gonçalves [AD-PI].

Aquele pequeno grão de mostarda cresceu tanto que, em 2017, resultou em uma Declaração de Fé das Assembleias de Deus – CGADB, com o subtítulo de “Jesus salva, cura, batiza no Espírito Santo e breve voltará”, organizada pelo pastor Esequias Soares da Silva, traz em seus capítulos X e XI, sobre a salvação e sobre a igreja, uma soteriologia claramente arminiana. Alguns dos citados neste livro são membros desta denominação. Não estou afirmando que a soteriologia ou que o debate soteriológico foi a única motivadora ou a principal para a elaboração do documento, mas com certeza foi uma preocupação e motivo de grande atenção de seus redatores. Aquele pequeno movimento, os grupos de jovens debatendo sobre predestinação, veio servir de preparação para desafios maiores, fornecendo dados, textos, livros, ensaios, testemunhos e largo material já produzido que serviu e pode servir de base para muitos outros cristãos e trabalhos acadêmicos.

Uma segunda onda foi iniciada por volta do ano de 2014, que muito se deve a popularização do aplicativo *Whatsapp*. Grupos de estudos sendo criados, muitos já professores teológicos em outras áreas migrando para expor também a soteriologia arminiana, e que por coincidência, ou como dizem, a história se repete, a maioria destes esposando o arminianismo-wesleyano. Não sei exatamente quando cada um deles iniciou seus estudos sobre o assunto, mas sei que os conheci (ou tive conhecimento sobre) em 2014 ou depois. Vale citar os Pastores Luís Felipe Borduam [Nazareno], Ediudson Fontes [AD], Luís Roldan [AD], os professores Valdeci do Carmo [AD], Valmir Nascimento [AD], Silas Daniel [AD], Geziel Costa [AD], Rodrigo Caldas Lemos [Jaboque] e o Me. Daniel Gouveia<sup>560</sup> [IBL].

É uma bela história até aqui, que tive o prazer de participar com você.

<sup>558</sup> Autor do livro: Arminianismo: a mecânica da Salvação.

<sup>559</sup> Este que embora não temos declaração ou livro em que diga ser arminiano, mas expõe suas teses muito próximas as arminianas e bem distantes das calvinistas.

<sup>560</sup> Autor do livro: Soberania de Deus na Justificação.

Sinto-me muito feliz por poder fazer parte dela. Outras ondas de avivamento virão.  
Que Deus vos abençoe ricamente em Cristo Jesus.

*Sola gratia et fides!*

*Soli Deo Gloria!*

GRATUITO

## APÊNDICE: OS CINCO ARTIGOS REMONSTRANTES FUNDAMENTADOS BIBLICAMENTE – Zwinglio Rodrigues

### INTRODUÇÃO

Este texto<sup>561</sup> é oportuno e necessário para os interessados (principalmente, o público popular) na teologia arminiana. Ele traz em seu bojo os denominados *Cinco Artigos Remonstrantes*. Como explica Roger Olson, esses artigos formam o documento de origem do arminianismo clássico cujo foco principal está em questões soteriológicas.

Os artigos podem ser assim descritos: “1. Deus decretou salvar aqueles que irão crer em Jesus Cristo e perseverar na fé; deixando no pecado os incrédulos para serem condenados. 2. Jesus Cristo morreu por todos os homens, proporcionando redenção se alguém crer nele. 3. O homem está num estado de pecado, incapaz de si mesmo fazer qualquer coisa verdadeiramente boa, mas necessita ser nascido de novo. 4. O homem não pode sem a graça de Deus realizar qualquer boa obra ou ação, mas esta graça pode ser resistida. 5. Crentes têm poder para perseverar, mas se eles podem apostatar-se, isso deve ser mais particularmente determinado pelas Sagradas Escrituras.”

Todo arminiano deve conhecer esses artigos. Mas, mais importante ainda, precisa saber vinculá-los ao texto bíblico e necessita ser capaz de apresentá-los com clareza bíblica. Para tanto, articula-se aqui apenas a apresentação dos artigos dando ênfase às escrituras bíblicas que os sustentam. Esta articulação, em alguns casos, traz à baila apenas indicativos bíblicos sustentadores da doutrina, noutros, faz-se uma análise mais detida de certas referências bíblicas.

Espera-se que a leitura desse texto demonstre que os *Cinco Artigos Remonstrantes* estão bem calcados, escriturísticamente falando, e que naquilo que desejam expressar são fiéis à soteriologia bíblica.

#### 1. DEUS ELEGE OU REPROVA COM BASE NA FÉ OU NA INCREDELIDADE PREVISTAS

---

<sup>561</sup> O conteúdo apresentado aqui foi extraído de RODRIGUES, Zwinglio Alves. Uma introdução ao arminianismo clássico: história e doutrinas. São Paulo: Editora Reflexão, 2015. Com autorização da Editora.



A “eleição” é um decreto divino anterior à salvação e depende totalmente da livre e soberana expressão da misericórdia de Deus: “não me escolheste vós a mim, mas eu vos escolhi a vós” (Jo 15:16). Deus é a causa eficiente da eleição. Soberanamente ele decreta. A teologia arminiana clássica reconhece isto tanto no sentido de uma eleição de comunidades (Dt 7:6; 14:2; At 13:17) e eleição de indivíduos (Rm 16:13; 2Jo 1:1, 13), sendo esta última o sentido mais elevado que as Escrituras dão à eleição.

O arminianismo clássico sustenta que Deus determinou salvar e condenar certas pessoas em particular. Este decreto tem seu fundamento no pré-conhecimento de Deus, conforme demonstração imediatamente acima. Deus elege antevendo a resposta de fé (Jo 3:15-16, 36; 4:14; 5:24, 40; 6:47,50-58; 20:31; Rm 3:21-30; 4:3-5, 9, 11, 13, 16, 20-24; 5:1-2; 9:30-33; 10:4, 9-13; 1Co 1:21; 15:1-2; Gl 2:15-16; 3:2-9, 11, 14, 22, 24, 26-28; Ef 1:13; 2:8; Fp 3:9; Hb 3:6, 14, 18-19; 4:2-3; 6:12; 1Jo 2:23-25; 5:10-13, 20). Os atos livres das pessoas em aceitar ou rejeitar a graça de Deus são levados em conta (Lc 13:34; At 7:51).

A eleição e a reprobção (não entenda “reprobção” como uma pré-ordenação para a condenação) no sistema arminiano clássico relaciona-se com a doutrina da presciência cognitiva divina que antecipa o conhecimento de Deus quanto aos pensamentos e ações das pessoas. O apóstolo Pedro escreveu: “eleitos, segundo a presciência (*prognosis*) de Deus pai [...]” (1Pe 1:2). Paulo escrevendo aos Romanos disse: “porque aos que *dantes conheceu* (*proginoskos*) [...]” (Rm 8:29). Ambas as palavras, *prognosis* (verbo), cognato de *proginoskos*, necessitam de uma breve explicação quanto ao significado delas.

Jacobs e Krienke explicam que *prognosis* no mundo grego “significa a ‘presciência’ que possibilita a predição do futuro.”<sup>562</sup> Esse é o seu sentido básico e aparece com esta conotação em Atos 26:5 e 2Pedro 3:17. Vine, *et. al*, comenta: “A ‘presciência’ (verbo *prognosis* cognato de *proginosko* - 1Pedro 1:2) de Deus envolve a sua graça eletiva, mas não impede a vontade humana. Ele ‘conhece de antemão’ (substantivo *proginosko* - Romanos 8:29) o exercício da fé que traz salvação.”<sup>563</sup> Segundo Muller, os pais da igreja (exemplos: Justino e Teodoreto) em sua maioria entendiam *prognosis* (1Pe 1:2) como expresso no mundo grego.<sup>564</sup> Jack Cottrell, em seu artigo *Predestinação e*

<sup>562</sup> JACOBS, P; KRIENKE, H. Presciência. In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin. Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento. Vol. I e II. São Paulo: Vida Nova, 2000, vol. II, p. 1792.

<sup>563</sup> VINE, W. E; UNGER, Merril F; WHITE JR., William. Dicionário Vine: o significado exegético expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Tradução Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD, 2011, p. 493.

<sup>564</sup> MULLER, Ênio R. 1 Pedro, introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1988.

*Pré-conhecimento: comentário sobre Romanos 8:29*, texto mais que recomendado, apresenta a mesma compreensão: “é o ato cognitivo pelo qual Deus conheceu ou identificou os membros de sua família (como distinto de todas as outras) ainda antes da fundação do mundo. Ele os identificou pelo fato de que eles eram (seriam) aqueles que cumpriram (cumpririam) as condições exigidas para a salvação.”<sup>565</sup>

## 2. CRISTO MORREU POR TODOS E POR CADA HOMEM

Jesus morreu por todos os homens! Porém, a salvação depende de uma resposta de fé, conforme expressei imediatamente acima. A conexão entre a resposta de fé e a salvação não nega a preeminência da graça, pois toda a salvação na soteriologia arminiana clássica é inteiramente da graça divina. A resposta da fé é assistida pela graça preveniente, ação operante do Espírito Santo junto ao homem. O sacrifício de Cristo disponibiliza salvação a todos os homens, mas a conquista apenas para os que crêem.

Jesus é o salvador do mundo. A soteriologia bíblica é inclusivista, ou seja, propõe salvação para todos. A redenção é universal (Jo 3:16; 1Jo 2:2), mas isso não leva ao universalismo real. O tipo de universalismo à nossa frente é o “qualificado” que advoga ser a expiação ilimitada quanto ao fato de ter Cristo morrido por todos, mas sua obra de redenção alcança apenas as pessoas arrependidas e que manifestam fé nEle.

Vejamos uma fundamentação bíblica.

Referências como Jo 1:29, 3:16, 6:33; Rm 11:12, 15 e 1Jo 2:2 ensinam ter sido a morte de Jesus em favor de todo o **mundo**. O uso desse vocábulo nessas referências (entre outras) aponta para todas as pessoas constituintes da raça humana. Leiamos 1Jo 2:2: “Ele [Jesus] é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do **mundo** inteiro.” Segundo Strong, “mundo” trata-se de uma metonímia, e como tal, refere-se aos “habitantes da terra, os homens, a humanidade.”<sup>566</sup>

O mundo é a comunidade de todos os homens pecaminosos e a redenção em e por meio de Cristo é ofertada a todos os homens desde Adão até ao último. Todo ensaio de

<sup>565</sup> COTTRELL, Jack. Predestinação e Pre-conhecimento: comentário sobre Romanos 8:29. Tradução Paulo César Antunes. Disponível em <http://www.arminianismo.com/backupsite/index.php/categorias/diversos/artigos/20-jack-cottrell/1477-jack-cottrell-predestinacao-e-pre-conhecimento-comentario-sobre-romanos-8-29> Acesso 15 jan. 2015. Recomendo a leitura cuidadosa desse artigo escrito pelo Dr. Cottrell. Nele, o autor explica porque é inconveniente tomar “dantes conheceu” como sinônimo de “escolheu incondicionalmente” conforme fazem alguns intérpretes calvinistas.

<sup>566</sup> Bíblia de Estudos Palavras-Chave Hebraico e Grego, 2011, p. 2272.

impor limites a essa referência constitui-se em erro. Esta tentativa é uma ofensa contra a palavra de Deus. Nenhuma limitação pode ser imposta a, por exemplo, Jo 3:16 e 1João 2:2. A expiação de Cristo é apresentada como sendo potencialmente universal.

O crítico da expiação ilimitada levanta uma nuvem de fumaça quanto à questão do significado de “mundo” em Jo 3:16. Esse vocábulo tem sentidos variados na Bíblia. No entanto, embora “mundo” (*kosmos*) possa significar, também, por exemplo, o sistema maligno sob o domínio do diabo, em nenhum lugar do Novo Testamento esta palavra é usada como sinônimo para “eleitos” ou “mundo dos eleitos”. O teólogo D. A. Carson, que não é arminiano, comenta:

Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho (Jo 3:16). Eu sei que alguns calvinistas tentam tomar o grego *kosmos* (“mundo”) aqui para se referir aos que eles chamam de eleitos. Mas isto realmente não servirá. Todas as evidências do uso da palavra no Evangelho de João são contrárias a esta sugestão.<sup>567</sup>

Outras escrituras inclusivistas podem ser encontradas, por exemplo, nas epístolas pastorais: 1Tm 2:4, 6; 4:10; Tt 2:11. Todo capítulo dois de 1Timóteo enfatiza a possibilidade de todos os homens serem salvos. Estes são objetos do poder salvífico de Deus. No capítulo quatro, Paulo mais uma vez introduz essa certeza. Para Tito, Paulo escreve sobre essa universalidade da provisão divina da salvação. Cristo, a efetivação histórica da graça salvadora divina, oferta o dom da salvação para “todos os homens” e não para alguns.

Analisemos o vocábulo grego *holos* presente nas escrituras 1João 5:19 e 2:2. *Holos*, segundo Strong, significa “‘todo’ ou ‘tudo’, i.e., ‘completo’: em extensão ou quantidade [...] como advérbio: tudo, inteiramente.” Gingrich e Danker<sup>568</sup> estão de acordo, e Rienecker e Rogers<sup>569</sup> *idem*. Leiamos as referências bíblicas.

Sabemos que somos de Deus e que o **mundo todo** jaz no maligno. (1Jo 5:19)

E ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de **todo o mundo**. (1 Jo 2:2)

<sup>567</sup> CARSON, D. A. A difícil doutrina do amor de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p. 17.

<sup>568</sup> GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. Léxico do Novo Testamento Grego/Português. São Paulo: Editora Vida Nova, 1984.

<sup>569</sup> RIENECKER, Fritz e ROGERS, Cleon. Chave Linguística do Novo Testamento Grego. São Paulo: Vida Nova, 1995.

“Mundo todo”, em termos de quantidade, indica a totalidade das pessoas. Nenhum intérprete calvinista ousa impor (ou ousa?) ao texto uma espécie de categoria de pessoas, mas toma a referência como um todo inclusivo, pois o autor está a tratar disso e o estudioso calvinista sabe que o mundo, a humanidade rebelde inteira está nas garras do maligno. No entanto, ao ler 1João 2:2, a coisa muda de figura: “E ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo todo.”

“Mundo todo” nesta passagem, para intérpretes calvinistas, significa “mundo dos eleitos”. Dessa forma, em um mesmo texto, sob a pena do mesmo autor, em um contexto imediato, tais intérpretes dão sentidos diferentes à mesma palavra (*todo*) e expressão (*mundo todo*).

O “mundo todo” em 1Jo 5:19 que está em pecado é o “mundo todo” de 1Jo 2:2 passível de receber os benefícios da expiação. A boa hermenêutica deve chegar a essa conclusão, pois estamos tratando de regras básicas. A análise gramatical, *per se*, resolve a questão.

Não sendo suficiente para alguns, o próximo passo hermenêutico é a análise contextual e esta prova não poder comportar outro significado que não seja entender “todo mundo” como a totalidade das pessoas. Ademais, João fala sobre “pelos nossos pecados”, referindo-se aos crentes, e “pelos do mundo inteiro” referindo-se aos descrentes. Duas categorias bem distintas.

Outro malabarismo interpretativo chega ao ponto de concluir que quando João diz “pelos nossos” ele está se referindo aos judeus convertidos e quando diz “pelos do mundo inteiro” trata-se de uma indicação dos gentios convertidos. Disso supõe-se serem os interlocutores de João todos judeus. Ora, a primeira epístola de João é um texto tardio escrito em cerca de 90 d.C. e as comunidades eram compostas de crentes judeus e gentios. Tomando por certo que as epístolas joaninas foram endereçadas às comunidades cristãs da Ásia Menor, reforça-se ainda mais o caráter misto das igrejas.

### 3. O HOMEM É TÃO DEPRAVADO QUE A GRAÇA DIVINA É NECESSÁRIA TANTO PARA A FÉ COMO PARA AS BOAS OBRAS

O arminianismo crê que os homens nascem espiritual e moralmente em estado de total depravação e, por isso, são incapazes de realizar qualquer bem diante de Deus sem o amparo de sua graça preveniente. Tal incapacidade é física, intelectual e volitiva. Todo

aspecto da natureza e personalidade humanas são afetados. Não há nenhum bem espiritual que o ser humano possa fazer a parte da graça divina. Apenas pela graça os efeitos do pecado original podem ser superados e o ser humano, finalmente, poderá cumprir os mandamentos espirituais de Deus. A depravação total é extensiva, alcançando, inclusive, o livre-arbítrio, e a vontade humana tornou-se escrava do pecado.

O homem foi criado “à imagem de Deus” (Gn 1:17) e “Deus fez o homem reto” (Ec 7:29), dizem as escrituras. Mas, o homem caiu (Gn 3). Admitir a *Queda* conforme apresentada na Bíblia faz de quem nela crê um cristão. Negá-la, confirma o descrente como sendo um pagão. O pecado de Adão afetou toda a humanidade (Rm 5:12-21; 1ª Co 15:21-22). Da queda adâmica, a humanidade passou para o estado de depravação total. O pecado, com sua sombra, cobriu toda a existência humana e os dramas da vida mostram isso.

Em Adão cada ser humano estava presente de forma potencial, por isso, quando ele escolheu o mal, seus descendentes herdaram o estigma do pecado. As referências seguintes são claras.

Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porquanto todos pecaram. Porque, assim como pela desobediência de um só homem muitos foram constituídos pecadores, assim também pela obediência de um, muitos serão constituídos justos (Rm 5: 12, 19).

Tais escrituras admitem a participação da humanidade no pecado original. Devemos salientar a não exclusão da ideia do pecado de cada indivíduo. Por ambas, ele será condenado.

É assim que a Bíblia descreve o estado da humanidade decaída sob os efeitos devastadores do pecado original: “ímpios” (Rm 5.6), “filhos da desobediência” (Cl 3.6), “filhos da ira” (Ef 2.3), “servos do pecado” (Rm 6.20), “abominável e corrupto” (Jó 15.16), “insensatos, desobedientes, extraviados” (Tt 3.3).

O estado decaído e irredimível, claro, a parte da graça preveniente, deixou a humanidade e cada indivíduo em particular mortos: “a morte passou a todos os homens” (Rm 5:12). Esta morte é tanto física (Rm 5:14) como espiritual (Rm 5:17-18, 21). Outros estragos são os seguintes: a *imago Dei* no homem foi danificada. Isto não quer dizer que foi destruída. Sturz recorda isso argumentando que “a *imago Dei* tornou-se (na *aliança*

*noética*) a base da lei da ‘vida pela vida.’”<sup>570</sup>; **a mente humana ficou corrompida e obscurecida** (são os chamados efeitos *noéticos*<sup>571</sup>). Vide Rm 1:28; 2Co 4:4; **a vontade humana foi infeccionada** (Rm 3:11; 9:16).

A universalidade do pecado adâmico e sua relação com a raça humana é uma doutrina basilar da fé cristã ortodoxa. Adão pecou e seus descendentes foram violentamente afetados. Os homens são totalmente depravados. A resultante do pecado adâmico é o “pecado original”, a “corrupção herdada”, a “poluição original”, como queiram designar, e apenas isso explica satisfatoriamente o estado no qual se encontra o mundo e explica com propriedade porque o homem é responsável por seus atos.

Finalizando, algumas consequências da depravação total do homem em relação a Deus podem ser assim esboçadas: 1. Por sua rebeldia, o homem afasta-se de Deus (Rm 3:12); 2. Por isso, recebe o salário do pecado, a saber, a morte (Rm 6:23); 3. O homem não pode agradar a Deus (Rm 8:8); 4. Ele está em estado de inimizade com Deus (Rm 8:7).

#### 4. PODE-SE RESISTIR À GRAÇA DIVINA

Atos 7:51 é uma escritura que comprova a resistibilidade ao Espírito: “homens de dura cerviz e incircuncisos de coração e de ouvidos, vós sempre **resistis** (no grego, *antiptō*) ao Espírito Santo; assim como fizeram vossos pais, também vós o fazeis.” Ora, como puderam os interlocutores de Estevão resistir ao Espírito Santo? Como eles foram capazes de, como diz Vine, “esforçar-se contra”<sup>572</sup> o Espírito? Ou então, como diz Strong, “opor-se a [o]”<sup>573</sup> Espírito?

Esta não foi a primeira vez que isso aconteceu, pois Estevão lembra à sua audiência o mesmo comportamento de seus antepassados frente aos profetas enviados pelo Espírito Santo. As gerações anteriores abertamente se rebelaram. Mataram os profetas por se negarem a enxergar neles valor espiritual (v. 52). Assumiram uma postura de “incircuncisos de coração e de ouvidos.” Estevão lembra escrituras como Deuteronômio 10:16 e Jeremias 4:4. A atitude dos antepassados foi de desobediência deliberada ao Senhor. Eles impediam a aproximação do Espírito junto a seus corações. Trocaram a

<sup>570</sup> STURZ, Richard J. Teologia Sistemática. Tradução Lucy Yamakami. São Paulo: Vida Nova, 2012, p. 299.

<sup>571</sup> Do termo grego *nous*, “mente”.

<sup>572</sup> VINE, W. E; UNGER, Merril F; WHITE JR., William. Dicionário Vine: o significado exegético expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Tradução Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 944.

<sup>573</sup> Op. Cit., p. 2074.

substância das coisas divinas pela adoração às formas externas. Foi assim com eles como costuma ser conosco.

E. H. Trenchard comenta ter sido o comportamento dos contemporâneos de Estevão mais grave que o dos antepassados:

Eles haviam resistido ao empenho do Espírito Santo de forma até mais persistente que os seus pais, pois os seus predecessores haviam martirizados os profetas, e eles haviam traído e assassinado o Justo (cf. 3;14; 22:14), tema de promessas proféticas.<sup>574</sup>

O maior grau de resistência por parte da audiência de Estevão é identificado com a negação do Cristo. Em suma, a parênese de Estevão, segundo Dillon, lembra que:

- 1) Todo Israel, ou seja, as gerações presentes e do passado, é acusado de resistência obstinada à palavra de Deus;
- 2) Deus enviou profetas repetidamente para corrigir seu modo de agir;
- 3) Eles rejeitaram e perseguiram (e mataram) os profetas;
- 4) Deus impôs um terrível juízo sobre eles em forma do fim dos reinos de Israel (2Rs 17;18) e de Judá (Ne 9:27).<sup>575</sup>

No ano 70 d.C., Jerusalém foi assolada pelo General Tito.

O escritor aos Hebreus também trata sobre as gerações passadas dos filhos de Israel desafiando a autoridade divina de modo aberto e franco. Tendo-as como exemplos negativos, ele exorta seus leitores: “Hoje, se ouvirdes a sua voz, não endureçais os vossos corações” (3:7-8).

Em Isaías 63:10 o profeta anota: “Mas eles foram rebeldes, e contristaram o seu Espírito Santo pelo que se lhes tornou em inimigo, e ele mesmo pelejou contra eles.” O verbo “contristar” em hebraico é *asabh*, e, de acordo com Strong, em um mau sentido, significa “contrariar”. Contrariaram ao Espírito por serem rebeldes, por desobedecerem a voz do Espírito Santo que insta junto aos homens diuturnamente. Desobedecer é consequência da resistência. Gênesis 6:3 diz: “Então disse o Senhor: o meu Espírito não agirá para sempre no homem, pois este é carnal [...]”

Outra escritura contundente é Lucas 7:30: “Mas os fariseus e os intérpretes da lei rejeitaram, quanto a si mesmos, o desígnio de Deus, não tendo sido batizados.”

<sup>574</sup> TRENCHARD, E. H. Atos. **In:** BRUCE, F. F. Comentário Bíblico NVI: Antigo e Novo Testamentos / editor geral F. F. Bruce; tradução Valdemar Kroger. – 2. ed. – São Paulo: Editora Vida, 2012, p. 1219.

<sup>575</sup> DILLON, Richard J. Atos dos Apóstolos. **In:** BROWN, Raymond E; FITZMYER, Joseph A; MURPHY, Roland E (Edit.) Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e artigos sistemáticos. Tradução Celso Eronides Fernandes. Santo André (SP): Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2011, p. 348.



Os intérpretes da lei “rejeitaram”, anularam (*atheteo*) “o desígnio divino”, a determinação, a decisão, o decreto, a vontade (*boule*) de Deus. Rienecker escreveu: “Os líderes frustraram ou aniquilaram o desígnio redentor de Deus para si mesmo e para os outros.”<sup>576</sup> A resistência deles foi tão obstinada que afetou a outras pessoas. Jesus os acusou: “Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque fechais o reino dos céus diante dos homens; pois vós não entrais, nem deixais entrar os que estão entrando” (Mt 23:13).

Está previsto dentro do plano soteriológico a resistência humana à graça divina, pois as pessoas foram dotadas por Deus de vontade e Ele não salva à revelia da volição humana. Isso parte de uma decisão soberana de Deus. O homem desafia a vontade divina. São muitas as referências bíblicas mostrando a vontade de Deus sendo desafiada (Mt 7:21, 12:50; Jo 5:40, 7:7; 1Ts 4:3; 1Jo 2:17). É do encontro entre a graça preveniente (esta não dobra a vontade humana) e o assentimento humano (arbítrio libertado) que os benefícios da expiação de Cristo podem ser aplicados na vida de uma pessoa. Caso uma pessoa rejeite as convicções do Espírito Santo, Deus não sofre prejuízos, mas a pessoa. Resistir a operação da graça exalta a Deus, pois, Ele mesmo, em sua soberania, decidiu ser possível ao homem resisti-lo. Nitidamente, as Escrituras exibem Deus manifestando desejos condicionais e incondicionais. As referências a seguir mostram Deus desejando, mas não sendo correspondido:

O Senhor não retarda a sua promessa, ainda que alguns a têm por tardia; porém é longânimo para convosco, **não querendo que ninguém se perca, senão que todos venham a arrepender-se.** 2ª Pedro 3:9

Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas, apedrejas os que a ti são enviados! **Quantas vezes quis eu ajuntar os teus filhos,** como a galinha ajunta os seus pintos debaixo das asas, **e não o quiseste!** Mateus 23:37

O direito do uso do livre-arbítrio permanece. Esta é a razão óbvia de nem todos serem salvos. Resistir ao Espírito não nega a onipotência de Deus. Há coisas que Deus não pode fazer, como, por exemplo, colidir com Sua própria natureza. Hebreus 6:8 diz: “para que, mediante duas coisas imutáveis, nas quais **é impossível que Deus minta** [...]”.

Este *corpus* argumentativo apresentado até então não implica em afirmar que o cerne do arminianismo é o livre-arbítrio como caluniam os críticos. O arminianismo inicia com a bondade de Deus e termina ao afirmar o livre-arbítrio. Este é o percurso. Então, o

<sup>576</sup> RIENECKER, Fritz. Evangelho de Lucas: comentário Esperança. Tradução: Werner Fuchs. Curitiba, PR: Editora Evangélica Esperança, 2005, p. 116.

livre-arbítrio não é a pedra angular do construto teológico arminiano clássico em oposição ao determinismo calvinista.

a) João 6:44

Passemos nesse instante a uma discussão de João 6:44 usado pelos críticos para negar a resistibilidade da graça. João escreveu: “Ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, o não **trouxer**; e eu o ressuscitarei no último Dia.”

O teólogo R. C. Sproul está convencido que a palavra grega traduzida por “trouxer” deve significar “compelir”, “arrastar”. Porém, o vocábulo *helkō* pode ser traduzido também por “atrair” (Strong), “atrair” e “trazer” (Rienecker e Rogers). Para Sproul, o verbo “compelir” denota um ato vigoroso. Em nossa opinião “compelir” na pena de Sproul é um eufemismo para “violentar”. Uma “atração forte” pode ser admitida, porém, uma “atração na marra”, um “arraste violento”, não concebemos, pois os lexicógrafos não nos permitem chegar a esse ponto interpretativo.

Sproul cita duas referências onde *helkō* aparece, na tentativa de sustentar seu significado preferido. São elas:

Entretanto, vós outros menosprezastes o pobre. Não são os ricos que vos oprimem, e não são eles que vos arrastam para tribunais? Tg 2:6

Vendo os seus senhores que lhes desfizera a esperança do lucro, agarrando Paulo e Silas, os arrastaram para a praça, à presença das autoridades. At 16:19

Ambas tratam de ações do homem sobre o homem. Na primeira, temos a opressão dos ricos sobre os pobres. Na segunda, encontramos Paulo e Silas sendo conduzidos aos magistrados num clima de extrema violência. É cabível esperar do homem atitudes de violência contra o homem. Nesse sentido, Sproul está correto em optar por “arrastar” como tradução e, por conseguinte, como significado. Mas, no tocante ao texto joanino, à luz de Zacarias 4:6 que diz “**Não por força nem por violência**, mas sim pelo meu Espírito, diz o Senhor dos Exércitos”, cremos que significados agressivos não caem bem. Sproul está convencido que Deus coage, arrasta forçosamente os eleitos até Cristo e João 6:44 prova isso.

Talvez, a palavra grega mais apropriada para denotar o que se deseja dizer com “graça irresistível” seja *surō* cujo significado é “arrastar, puxar”. *Helkō*, como foi dito, implica em termos mais suaves como “atrair” e “trazer”. Vamos ao comentário de Vine.

Este significado menos violento, presente normalmente no termo *helkō*, mas sempre ausente em *surō*, é visto no uso metafórico de *helkō*, para significar “puxar” por poder interior, mediante impulso divino. (Jo 6:44, 12:32).<sup>577</sup>

Observe que *helkō* em João 6:44 é usado de modo metafórico para tratar de uma ação de influxo e resposta, ou seja, o Pai influencia (atrai) a pessoa e esta, por sua vez, responde positiva ou negativamente. O poder interior atuante é de atração e não de arraste. Nesta situação de influxo e resposta, *helkō* não pode ser tomada com o sentido de *surō*. Isso descarta o paralelo proposto por Sproul com os textos de Tiago e Atos que lidam com situações concretas, físicas, de relacionamentos humanos cujos contextos claramente expõem ações violentas, de força, iguais ao ato de arrastar uma rede (Jo 21:6, 11).

Em Tiago e Atos cabe a interpretação de *helkō* com o sentido de *surō*. Gingrich e Danker separam “puxar”, “arrastar” e “atrair” quando apontam o significado de *helkō*: “ελκύω (*helkō*) e ἐλκω (*helkō*) **puxar, desembainhar** Jo 18:10; At 16:19; 21:30; **lançar** Jo 21:6, 11; **arrastar** Tg 2:6. **Atrair** Jo 6:44; 12:32.”<sup>578</sup> Esses lexicógrafos enxergam uma ação irresistível, forçosa, em Tiago 2:6, mas não em João 6:44. Igualmente, faz James Strong:

ελκύω (*helkyō*) ou ἐλκω (*helkō*): arrastar (literal ou figurado): - puxar. Puxar, arrastar (Jo 21:6, 11; 18:10). Referindo-se a pessoas: arrastar, trazer à força diante de magistrados (At 16:19; Tg 2:6) [...] De modo metafórico: atrair, **induzir alguém a vir** (Jo 6:44; 12:32).<sup>579</sup>

Ora, “induzir alguém a vir” nunca é “arrastar alguém a”. Induzir significa aconselhar, incutir instigar alguém a algum ato. A “atração” aludida por João não é mecânica, não é exercida sem o consentimento volitivo do homem. Não é um ato violento, mas amoroso: “Com amor eterno eu te amei, por isso com benignidade te atraí” (Jr 31:3). “Atraí-os [...] com laços de amor” (Os 11:4). Então, podemos chegar à conclusão do desamparo linguístico e lexicógrafo de Sproul.

## 5. PERSEVERANÇA DOS SANTOS

É possível decair da graça? Se sim, este lapso pode se constituir em um estado definitivo?

<sup>577</sup> Op. Cit., p. 414.

<sup>578</sup> GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. *Léxico do Novo Testamento Grego/Português*. São Paulo: Editora Vida Nova, 1993, p. 70.

<sup>579</sup> Op. Cit., p. 2183.

Há uma lista considerável de advertências bíblicas (Mt 24.12,13; Lc 9.62; Lc 17.32; Jo 15.6; cf. Rm 11.17-21; 1 Co 9.27; Cl 1:21-23; Gl 5.4; 1 Tm 1.19; 1 Tm 4.1; 2 Tm 2.12; Hb 3:6, 12, 14; 2 Pe 3:17 entre outras ) e exortações à permanência na fé: “Venho sem demora. Conserva o que tens, para que ninguém tome a tua coroa” (Ap 3:11); “Sê fiel até a morte, e dar-te-ei a coroa da vida” (Ap 2:10); “Porque nos temos tornado participantes de Cristo, se, de fato, guardarmos firmes, até ao fim, a confiança que, desde o princípio, tivemos” (Hb 3:14); “Sede vigilantes, permaneçei firmes na fé” (1Co 16:13); “Quem permanece em mim, e eu, nele, esse dá muito fruto” (Jo 15:5); “Se vós permanecerdes na minha palavra, sois realmente meus discípulos” (Jo 8:31); “Aquele que perseverar até o fim, será salvo” (Mt 10:22). Este conjunto de advertências só fazem sentido caso seja possível tanto o desvio da fé (o caso do filho pródigo) como a apostasia final.

Que é apostasia? A definição dada por Ferguson e Wright é muito clara: “É o abandono geral da religião ou negação da fé por aqueles que antes a sustentavam.”<sup>580</sup> A palavra vem do vocábulo grego *aphistêmi* (“retirar-se”, “ausentar-se de”, “apostatar”) e pode ser encontrada em 1Timóteo 4:1: “Ora, o Espírito afirma expressamente que, nos últimos tempos, alguns apostatarão da fé, por obedecerem a espíritos enganadores e a ensinos de demônios.” Outras passagens são Lucas 8:13 e Hebreus 3:12. A apostasia é possível de forma real? Analisemos uma passagem bíblica emblemática: Hebreus 6:4-6.

É impossível, pois, que aqueles que uma vez foram iluminados, e provaram o dom celestial, e se tornaram participantes do Espírito Santo, e provaram a boa palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro, e caíram, sim, é impossível outra vez renová-los para arrependimento, visto que, de novo, estão crucificando para si mesmos o Filho de Deus e expondo-o à ignomínia.

Para alguns defensores da perseverança incondicional, as advertências contidas neste texto e a ideia da possibilidade da apostasia não passam de uma articulação autoral hipotética com o objetivo de assustar crentes verdadeiros. Temos aqui a chamada interpretação “calvinista hipotética” defendida pelo teólogo Millard Erickson<sup>581</sup>, por exemplo. Outra interpretação calvinista é a “calvinista franca”, para a qual os apóstatas nunca foram cristãos genuínos, conforme propugna o teólogo calvinista Anthony Hoekema.<sup>582</sup>

<sup>580</sup> FERGUNSON, S. B.; WRIGHT, D. F. Novo Dicionário de Teologia. São Paulo: Hagnos, 2011, p. 84.

<sup>581</sup> ERICKSON, Millard J. Introdução à Teologia Sistemática. São Paulo: Vida Nova, 1997.

<sup>582</sup> HOEKEMA, Anthony A. Salvos Pela Graça: a doutrina bíblica da salvação. Traduzido por Wadislau Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

Noutro espectro, encontramos arminianos compreendendo as admoestações como alertas a respeito da possibilidade de uma apostasia real. Entre eles destacam-se os argumentos “arminiano normal” e “arminiano radical”. Para o primeiro, a passagem de Hebreus apoia a teoria da apostasia real de um crente verdadeiro. Daniel B. Pecota<sup>583</sup> aderiu a essa perspectiva. O segundo, defendido por Myer Pearlman<sup>584</sup>, diz que um genuíno cristão não apenas pode apostatar da fé, mas que seu retorno é impossível.

Outra maneira de interpretar a referência em questão é a chamada “interpretação do paradoxo” que diz serem a segurança eterna dos crentes e a possibilidade real de queda deles lados diferentes de uma verdade maior. Defende-a, Russel Norman Champlin<sup>585</sup>.

A princípio, pode-se afirmar que por toda a epístola o autor chama a atenção dos destinatários sobre o perigo de rejeitarem a Palavra de Deus e, devido à indiferença, abandonarem a fé negligenciando a caminhada de perfeição até a glória da ressurreição, fato que redundará em juízo eterno (2:1-3; 3:12-14; 4:1, 6, 11; 10:25-27, 31; 12:16-17, 25, 29). Lendo e relendo o texto integral, notamos reiteradas vezes o escritor advertindo aos destinatários quanto ao zelo no empreendimento espiritual para não retornarem aos antigos caminhos. Isso nos parece claro em toda a epístola. Vejamos um sumário.

1. Os crentes hebreus professaram a fé cristã. – Hb 5:12.
2. A profissão de fé era genuína e a paciência frente à intensa perseguição foi um sinal disso – Hb 10:33-34.
3. O ápice do sofrimento era alcançado na luta contra o pecado e quando enfrentavam a derrição – Hb 12:3-4; 13:13.
4. A fraqueza se apoderou a tal pronto que o escritor usa a metáfora de um corpo débil e prostrado – Hb 12:12.
5. Arrefeceram no desenvolvimento espiritual e estavam em vias do desvio e, quiçá, da apostasia, caso permitissem o endurecimento do coração – Hb 6:1-4; 3:3.

<sup>583</sup> PECOTA, Daniel B. A obra salvífica de Cristo. In: HORTON, Stanley M. Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1996, pp, 335-381.

<sup>584</sup> PEARLMAN, Myer. Conhecendo as Doutrinas da Bíblia. São Paulo: Editora Vida, 2006.

<sup>585</sup> CHAMPLIN, R. N. O Novo Testamento Interpretado Versículo Por Versículo. Vol. 1, 3, 5. São Paulo: Candeia, 1998.

O elucidativo comentário de Pearlman ajuda a entender mais vividamente os alertas e a real situação de perigo dos interlocutores do autor da epístola:

Aqueles aos quais foram dirigidas essas palavras eram cristãos hebreus, que, desanimados e perseguidos (10:32-39), estavam tentados a voltar ao Judaísmo. Antes de serem novamente recebidos na sinagoga, requeria-se deles que, publicamente, fizessem as seguintes declarações (10:29): que Jesus não era o Filho de Deus; que seu sangue havia sido derramado justamente como de um malfeitor comum; e que seus milagres foram operados pelo poder do maligno. Tudo isso está implícito em Hebreus 10:29. Antes de sua conversão havia pertencido à nação que crucificou a Cristo; voltar à sinagoga seria de novo crucificar o Filho de Deus e expô-lo ao vitupério; seria o terrível pecado da apostasia (Hb 6:6); seria como o pecado imperdoável para o qual não há remissão, porque a pessoa que está endurecida a ponto de cometê-lo não pode ser “renovada para arrependimento”; seria digna dum castigo mais terrível do que a morte (10:28); e significaria incorrer na vingança do Deus vivo (10:30, 31).<sup>586</sup>

A perseguição e o desânimo produziram uma apatia espiritual (“vos tornastes lentos para ouvir”) e neste estado eles estavam expostos às falsas doutrinas (Hb 13:9), prestes a serem levados por elas como uma nau dispersa pelo vento e mar agitados. Por esta razão, a epístola deve ser lida como uma advertência a autênticos cristãos passíveis de experimentarem as agruras do abandono da genuína fé. Por isso, se diz: “**Não abandoneis**, portanto, a vossa confiança; ela tem grande galardão. Com efeito, tendes necessidade de perseverança, para que, havendo feito a vontade de Deus, alcanceis a promessa (Hb 10:35-36).”

A epístola foi dirigida a autênticos crentes e negar isso força-nos a admitir termos à frente um texto cristão dialogando com não cristãos. Isto é possível?

Passemos a uma análise da passagem dividindo-a assim:

1. Que uma vez foram iluminados.
2. Provaram o dom celestial.
3. E se tornaram participantes do Espírito Santo, provaram a boa palavra de Deus.
4. Os poderes do mundo vindouro.
5. Caíram e, sim, é impossível outra vez renová-los para arrependimento.

---

<sup>586</sup> Op. Cit., p. 173.

A ideia transmitida por essas descrições é que o autor trata de autênticos cristãos. Elas sinalizam para uma experiência salvífica real. Na última descrição, somos instruídos sobre um tipo de queda na fé que não permite um retorno ao estado anterior. Aqueles que chegam a esse nível de fracasso espiritual são chamados por Guthrie<sup>587</sup> de os “sujeitos da impossibilidade”.

A crença nesse tipo de afastamento da fé remonta ao segundo século d.C. Segundo Hawthorne<sup>588</sup>, *O Pastor de Hermas*<sup>589</sup> (c. 148 d.C.) talvez tenha sido o primeiro a apresentar esta interpretação. No Quarto Mandamento, capítulo 29, ele escreve: “Para os servos de Deus existe apenas uma conversão.” Assumimos esta interpretação.

Na tentativa de justificar esta adesão, na sequência, apresentamos a interpretação dos versículos onde estão as palavras-chave articulada por alguns intérpretes que concluem, a partir da totalidade do argumento, a possibilidade real da apostasia de um crente convertido.

### ***Foram iluminados***

A palavra grega usada para “iluminados” é *phôtisthentas*. Leiamos cinco explicações deste vocábulo.

1. Fritz Rienecker e Cleon Rogers escrevem que ela indica “*a iluminação indica que Deus dá o entendimento e os olhos da luz espiritual.*”<sup>590</sup>
2. James Strong diz “*que o processo de salvação inicia-se com Deus concedendo ‘luz’ a todos os homens.*”<sup>591</sup>
3. Fritz Laubach afirma: “*trata-se de um acontecimento de fé caracterizado como único [...] A iluminação que acontece uma única vez deve estar se referindo à fundação da fé, ao recebimento do Espírito Santo na conversão e no renascimento.*”<sup>592</sup>

<sup>587</sup> GUTHRIE, Donald. Hebreus: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2011.

<sup>588</sup> HAWTHORNE, Gerald F. Hebreus. In: BRUCE, F. F. Comentário Bíblico NVI: Antigo e Novo Testamentos / editor geral F. F. Bruce; tradução Valdemar Kroker. – 2. ed. – São Paulo: Editora Vida, 2012, pp. 1429-1458.

<sup>589</sup> Livro muito lido entre os séculos II e IV da era cristã. Faz parte do Códice Sinaítico, do século IV, como um dos livros do Novo Testamento.

<sup>590</sup> Op. Cit., p. 505.

<sup>591</sup> Op. Cit., p. 1281.

<sup>592</sup> LAUBACH, Fritz. Carta aos Hebreus: comentário esperança. Tradução Werner Fuchs. Curitiba: Editora Evangélica Esperança. 2000, p. 99.



4. Donald Guthrie comenta que *“aqueles que são referidos aqui, portanto, devem ter alguma revelação inicial de Jesus Cristo.”*<sup>593</sup>

5. Gerald F. Hawthorne explica que essa *“expressão pode significar iluminação interior completa – a capacidade dada por Deus para entender e responder de forma positiva à mensagem cristã.”*<sup>594</sup>

O uso de *phôtisthentas* pelo escritor canônico indica que em algum momento os sujeitos da impossibilidade alcançaram entendimento e luz suficientes para a sua salvação. Ocorreu a fundação da fé e o recebimento do Espírito Santo com o qual uma comunhão mística foi inaugurada. Para Laubach, a experiência de salvação foi consumada.

Em Hb 10:32 consta: *“Lembraí-vos, porém, dos dias anteriores, em que, depois de iluminados (phôtisthentas), sustentastes grande luta e sofrimentos. Também a formulação “... depois de termos recebido o pleno conhecimento da verdade...” (Hb 10:26) remete-nos a um acontecimento fundamental na vida humana.*<sup>595</sup>

O autor está dizendo que a *“iluminação”* de Deus nas mentes dos indivíduos traz compreensão da glória de Deus. Kistemaker<sup>596</sup> fala sobre o uso de *phôtisthentas* em 10:32 apresentando como uma expressão sinônima de *“conhecimento da verdade”* (Hb 10:26). Então, os indivíduos da impossibilidade obtiveram uma revelação especial do Salvador.

Esta *“iluminação”* é *“a iluminação dada pela fé em Cristo”*<sup>597</sup>, diz Myles M. Bourke (1917-2004). Bourke reforça sua conclusão citando 2 Coríntios 4:6: *“Porque Deus, que disse que das trevas resplandecesse a luz, é quem resplandeceu em nossos corações, para iluminação do conhecimento da glória de Deus, na face de Jesus Cristo.”*

Laubach segue na mesma direção.

Se compararmos o que diz o apóstolo Paulo em 2Co 4:6, ao descrever o mesmo acontecimento com essas palavras, somos levados à conclusão de que a iluminação [...] deve estar se referindo à fundação da fé, ao recebimento do Espírito Santo na conversão e no renascimento [...].<sup>598</sup>

<sup>593</sup> Op. Cit., p. 133.

<sup>594</sup> Op. Cit., p. 1443.

<sup>595</sup> Op. Cit., p. 99.

<sup>596</sup> KISTEMAKER, Simon. Comentário do Novo Testamento: Hebreus. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

<sup>597</sup> BOURKE, Myles M. A epístola aos Hebreus. In: BROWN, Raymond E; FITZMYER, Joseph A; MURPHY, Roland E (Edit.) Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e artigos sistemáticos. Tradução Celso Eronides Fernandes. Santo André (SP): Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2011, p. 709.

<sup>598</sup> Op. Cit., p. 99.

Sendo assim, a luz do evangelho penetrou concretamente na vida dos sujeitos da impossibilidade. Tentar reduzir essa iluminação a uma mera acuidade intelectual faz do texto uma zombaria.

Para Grudem, teólogo calvinista, o uso de *phôtisthentas* em Hebreus 6:4 não implica em salvação de pessoas. Estas foram iluminadas, mas não responderam com uma fé autêntica. Ele argumenta sobre o fato da palavra *phôtizo* não ser um termo técnico que carregue em si a necessidade de ser tomado como indicativo de uma regeneração. Mas, há um problema para esse tipo de explicação superar. O termo grego *hápax*, presente no texto sob análise, traduzido pela expressão “uma vez”, denota, segundo Vine (*et. al.*), “‘de uma vez por todas’, acerca do que é de validade perpétua e não requer repetição (Hb 6:4, 9:28, 10:2; 1 Pe 3:18; Jd 3, 5).”<sup>599</sup> Observe: a “iluminação” é uma experiência sem repetição. O sentido restrito da experiência de “iluminação” reivindicado por Grudem não pode mais acontecer em hipótese alguma na vida de uma pessoa? Possivelmente nenhum calvinista dirá sim.

Duas coisas:

1<sup>a</sup>) A palavra *hápax* não revela que a experiência não vai se repetir condicionada às razões *a* ou *b*, mas ela simplesmente dá como certo que a experiência passada não mais ocorrerá em qualquer momento futuro.

2<sup>a</sup>) Wiley escreveu: “Na presente acepção, não significa *uma vez* no sentido de preparação para algo a seguir, mas *de uma vez por todas*.”<sup>600</sup> Grudem nega a experiência real, regenerativa, mas Laubach a confirma.

Voltemos a Wiley: “Deve observar-se também que a expressão **uma vez** (ênfase nossa) não modifica meramente o primeiro participio, iluminados, mas aplica-se a todos os participios seguintes.”<sup>601</sup>

Ou seja, as experiências seguintes foram reais e são irrepetíveis.

***Provaram o dom celestial, a boa Palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro***

<sup>599</sup> Op. Cit., p. 1043.

<sup>600</sup> WILEY, Horton H. A Excelência da Nova Aliança em Cristo: comentário exaustivo da carta aos Hebreus. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2008, p. 289.

<sup>601</sup> Id.

No grego, “provaram” é *geuomai* e esta palavra de acordo com Rienecker e Rogers “expressa o desfrutar real e consciente das bênçãos apreendidas em seu verdadeiro caráter.”<sup>602</sup> David Peterson escreve: “sugere experimentar algo de forma real e pessoal – e não simplesmente uma degustação.”<sup>603</sup> Para esses autores, “provaram” significa uma experiência profunda. Calvino interpretava *geuomai* como indicando apenas um movimento feito com a ponta dos lábios. Assim, ele evidencia a distinção entre “provar” e “beber”. Ou seja, os sujeitos da impossibilidade, metaforicamente falando, provaram, mas não beberam, não ingeriram, em outras palavras, não tiveram uma experiência pessoal de fé, de salvação consumada.

Strong explica o sentido: “[...] De modo metafórico, experimentar, provar, partilhar de (Hb 2:9, 6:4-5)”<sup>604</sup> A novidade aqui é a referência 2:9, que diz: “Vemos, porém, coroado de glória e de honra aquele Jesus que fora feito um pouco menor do que os anjos, por causa da paixão da morte, para que, pela graça de Deus, provasse a morte por todos.”

Vamos ao ponto: Jesus provou a morte em sentido amplo e irrestrito ou ele apenas “provou-a com a ponta da língua”? A palavra é a mesma: *geuomai*. O Comentário Bíblico Beacon diz: “Ela (*geuomai*) não pode ser reduzida a uma ‘amostra’ dos religiosos ociosos, assim como não pode ser reduzida a uma brincadeira quando aplicada a morte de Jesus (2:9 cf. Mt 16:18; Mc 9:1; Lc 9:27; Jo 8:52).”<sup>605</sup> Strong não entende haver variação de significado da palavra passando de uma referência a outra; passando de uma experiência a outra. Interessante é o que dizem Grinch e Danker:

γεύομαι provar, experimentar, desfrutar Lc 14.24; Jo 2.9; At 20.11; Cl 2.21; comer At 10.10. Fig. chegar a conhecer, experimentar Mc 9,1; Jo 8.52; Hb 2.9; 1 Pe 2.3; obter Hb 6.4.<sup>606</sup>

Os lexicógrafos acima optam pela palavra “obter”. Compreendemos que isso contribui para não deixar dúvidas quanto a uma experiência real, verdadeira, de posse, de consumação de uma experiência de regeneração. Nos escritos rabínicos, o termo “provar” significa “participação”, “experiência em”, sem qualquer modificação da ideia.

### ***Tornaram-se participantes do Espírito Santo.***

<sup>602</sup> Op. Cit., p. 505.

<sup>603</sup> PETERSON, David. Hebreus. In: CARSON, D. A. (et al.) Comentário Bíblico Vida Nova. São Paulo: Vida Nova, 2009.

<sup>604</sup> Op. Cit., p. 1093.

<sup>605</sup> TAYLOR, Richards S. (et. al.) Comentário Bíblico Beacon. Vol. 10. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 58.

<sup>606</sup> Op. Cit., p. 58.

A palavra grega para “participantes” é *metochos*. Também pode ser traduzida por “companheiros” (Lc 5:7). Mas, nesse contexto em análise, Vine (*et. al.*) confirma-a como “participantes”. Laubach entende a declaração “tornaram-se participantes do Espírito Santo”, como outra forma de descrever a nova vida recebida por meio de Cristo Jesus. Recorrendo ao contexto imediato, encontramos a mesma palavra grega com o mesmo sentido atrelada a uma real experiência de conversão. Hebreus 3:1: “Por isso, santos irmãos, que **participais** da vocação celestial...”; em 3:14: “Porque nos temos tornado **participantes** de Cristo...” Guthrie comenta:

Visto que em 3:1 o escritor está se dirigindo àqueles que participam de uma vocação celeste, o mesmo sentido deve ser pretendido aqui. A idéia de participar do Espírito Santo é notável. Isto imediatamente distingue a pessoa daquela que não tem mais do que um conhecimento superficial do cristianismo.<sup>607</sup>

Guthrie confere à experiência dos “sujeitos da impossibilidade” o *status* de uma experiência de salvação integral. De fato, houve uma comunhão mística entre eles e Cristo. Eles também “provaram a boa palavra de Deus” (v. 5) e “os poderes do mundo vindouro” (v. 5), sinais da genuína experiência cristã.

Até aqui, quatro experiências relativas à conversão foram trabalhadas: 1. *Foram iluminados*; 2. *Provaram o dom celestial*; 3. *Tornaram-se participantes do Espírito Santo*; 4. *Provaram a boa palavra de Deus*. A magnitude dessas experiências espirituais é eloquente e se tais experiências não confirmam uma autêntica conversão, não sabemos mais como descrevê-la.

### **Caíram**

Agora, o alerta passa da constatação do estágio de progresso espiritual autêntico e profundo dos sujeitos da impossibilidade para o ponto alto da advertência: a admissão de um estado de queda irredimível.

No grego, a palavra é *parapipto* sendo traduzida por *cair*, *cair para fora*, *desviar-se*. Trata-se de um assunto tão excepcional, que esta palavra aparece em 6:6 e em nenhuma outra parte do Novo Testamento, informa-nos Strong, Laubach e Guthrie. Daí, *parapipto* revestir-se de um significado teológico ímpar. A “queda” em relevo é a apostasia, a

<sup>607</sup> Op. Cit., p. 134.

negação total e cabal da fé em Cristo. Essa negação eleva-se ao nível da mais profunda inimizade. Otto Michel, citado por Laubach<sup>608</sup> escreveu:

A cruz de Jesus torna-se um acontecimento atual, do qual são culpados não somente os adversários de Jesus, mas também os membros da igreja que fracassam. Com a apostasia começa uma situação que entrega Cristo ao mundo, combatendo-o. Portanto, não basta dizer que o cristão que decai da fé é privado da força da cruz, pelo contrário, ele começa a participar diretamente da luta contra Cristo.

A razão da queda era de ordem doutrinal e litúrgica. Possivelmente, alguns crentes estavam querendo voltar, ou voltaram, às práticas sacrificiais do Levítico. Guthrie comenta: “Qualquer pessoa que voltasse do cristianismo para o judaísmo se identificaria não somente com a descrença judaica, como também com aquela maldade que levou a crucificação de Jesus.”<sup>609</sup>

Também estaria servindo como fator de desestímulo e apatia espiritual, possibilitando a ruína espiritual abissal, o temor das atrozes perseguições.

### ***Impossível outra vez renová-los para arrependimento***

A palavra grega utilizada para “impossível” é *adynaton*. A mesma é usada em Hb 6:18; 10:4 e 11:6. De acordo com Guthrie, todos esses usos encerram “declarações absolutas”<sup>610</sup>. Por isso, o próprio Guthrie, conforme foi dito anteriormente, usa a designação “sujeitos da impossibilidade”. Eles não podem mais ser “renovados”. No grego, o vocábulo traduzido por “renovar” é *anakainízein*, mais uma palavra encontrada apenas em Hebreus. Strong apresenta seu sentido: “Renovar, restaurar ao estado original. Em o Novo Testamento, utilizado de forma metafórica em referência às pessoas que caíram da fé verdadeira; trazer de volta ao arrependimento e à fé original.”<sup>611</sup> O estado deles é irreversível. Arreponderam-se um dia, mas agora estão impossibilitados de serem renovados “outra vez para arrependimento”. Os apóstatas não podem ser recuperados. Kistemaker comenta:

O escritor não revela a identidade do agente implicado. Está ele dizendo que Deus não permite (6:3) um segundo arrependimento? Ou ele quer dizer que uma pessoa que caiu, que se desviou do Deus vivo não pode ser restaurada ao

<sup>608</sup> Op. Cit., p. 101.

<sup>609</sup> Op. Cit., p. 135.

<sup>610</sup> Op. Cit., p. 133.

<sup>611</sup> Op. Cit., p. 340.

arrependimento por causa do coração endurecido? Embora o escritor não dê a resposta, nós entendemos que ambas as perguntas poderiam receber uma resposta afirmativa.<sup>612</sup>

Disso tudo, podemos concluir existir um estado do qual um retorno à fé original é impossível.

Em seu estudo, *Perseverance of the Saints: A Case Study from the Warning Passages in Hebrews*,<sup>613</sup> o destacado teólogo calvinista, Wayne Grudem, reconhece que a interpretação arminiana desta passagem de Hebreus é bem fundamentada quanto à força cumulativa das palavras e da gramática.

Uma nota: o abandono da fé, ou a apostasia, não ocorre de uma hora para outra, mas é resultado de um processo gradual de descrença e desobediência.

## CONCLUSÃO

Trouxe à baila neste texto os chamados cinco artigos de fé arminianos e os amparei biblicamente pondo em relevo algumas escrituras decisivas e comentando-as de modo breve. O esforço empreendido teve como finalidade apresentar um subsídio para estudos preliminares do que se convencionou a chamar de “arminianismo clássico”, movimento teológico que apresenta e defende a soteriologia proposta por Jacó Armínio, teólogo holandês do século XVI.

Primeiro, tratou-se da doutrina da eleição que, para o arminianismo clássico, é condicional. Ou seja, são eleitas as pessoas que Deus anteviu que creriam e perseverariam na fé. O sistema arminiano de decretos começa com Jesus Cristo, o eleito de Deus. As pessoas são eleitas por causa da eleição de Cristo; são predestinadas por causa dEle. Ao receber Jesus, o eleito, como Senhor e Salvador, as pessoas se tornam eleitas. Fundamentou-se essa discussão evocando escrituras como João 15:16, Romanos 8:29 e 1Pedro 1:2.

Em seguida, trabalhou-se o segundo artigo: expiação ilimitada. A expiação é universal. A oferta sacrificial de Cristo contemplou as exigências da lei de Deus e tornou a salvação possível a todos (Jo 3:16, 2Pe 2:1). Isso não nos leva ao universalismo rela, mas

<sup>612</sup> Op. Cit., p. 229.

<sup>613</sup> GRUDEM, Wayne. *Perseverance of the Saints: A Case Study from the Warning Passages in Hebrews*. Disponível em <http://www.waynegrudem.com/perseverance-of-the-saints-a-case-study-from-hebrews-64-6-and-the-other-warning-passages-in-hebrews/> Acesso em 15 de jan. 2015.

ao universalismo qualificado que advoga estar a salvação disponível a todas as pessoas se estas se arrependerem de seus pecados e manifestarem fé. Algumas escrituras foram apresentadas como portadoras da mensagem de uma expiação universal (Jo 1:29, 6:33; Rm 11:12, 15; 1Tm 2:4, 6, 4:10; Tt 2:11; 2Pe 3:9, 1Jo 2:2).

O arminianismo clássico às vezes é acusado de não crer na doutrina da depravação total. Mas, todos os arminianos clássicos acreditam estar a humanidade sob a égide do pecado. Nossa antropologia teológica é pessimista. As pessoas nascem espiritualmente mortas e elas são incapazes de realizar qualquer bem espiritual diante do Senhor. A *Queda* legou à humanidade incapacidades físicas, intelectuais e volitivas. A humanidade se tornou indigna, disforme, sórdida, manchada e ulcerosa. As referências bíblicas elencadas, entre outras, e que sustentam esta doutrina são: Jó 15:16; Rm 5:6, 6:20; Ef 2:3; Cl 3:6; Tt 3:3.

Na sequência, discutiu-se a doutrina da graça resistível. O arminianismo clássico entende ser inútil para Deus passar por cima da vontade humana. Deus opta por persuadir ao invés de violentar ou mudar a vontade da humana.

Resistir a graça implica que não aceita-la é o fator decisivo na salvação? Não! Nada é acrescentado ao plano de salvação pela aceitação ou não dela. Aceitar livremente um presente não o descaracteriza como presente. Não se trata de uma obra meritória. O arminianismo clássico confessa peremptoriamente a *sola gratia*. Para sustentar bíblicamente a doutrina da graça resistível, trabalhou-se mais de perto Lucas 7:30, 51. Estas referências deixam claro que faz parte do plano soteriológico divino a possibilidade da resistência da graça. Outros textos foram apresentados: Mt 7:21, 12:50; Jo 5:40, 7:7; 1Ts 4:3; 1Jo 2:17. Todas estas passagens mostram a vontade de Deus sendo desafiada. Em seguida, pôs-se em discussão João 6:44, texto usado pelos calvinistas para provar que a graça não pode ser resistida.

No capítulo oito<sup>614</sup>, foi discutido o quinto artigo remonstrante: a perseverança dos santos. É possível decair da graça? Se sim, tal lapso pode redundar em um estado definitivo de queda? Essas perguntas foram respondidas. O arminianismo clássico responde sim para ambas. A perseverança é condicional. A perseverança é contingente na fé e santidade tendo como suporte a graça. Disso, evidente, não se deduz uma salvação *auto-soterica*. Para dar suporte escriturístico a esta doutrina, uma série de passagens

---

<sup>614</sup> Neste ponto o autor se refere ao livro *Arminianismo Clássico*, publicado pela editora reflexão.



bíblicas foram citadas: Mt 24.12,13; Lc 9.62; Lc 17.32; Jo 15.6; cf. Rm 11.17-21; 1Co 9.27; Cl 1:21-23; Gl 5.4; 1Tm 1.19; 1Tm 4.1; 2Tm 2.12; Hb 3:6, 12, 14; 2Pe 3:17. Não foram analisados cada um desses textos por falta de espaço, mas, fazendo um recorte no universo de textos bíblicos que provam a possibilidade da queda e de sua irreversibilidade, trabalhou-se a emblemática passagem de Hebreus 6:4-6.

Muitos não sabem, mas a maioria das igrejas evangélicas no Brasil são arminianas. Isto, para o bem e para o mal. Para o bem porque estamos certos de que a soteriologia arminiana clássica é mais fiel às Escrituras. Para o mal, porque muitas denominações não são bem orientadas no tocante aos artigos de fé arminianos e sua sólida base bíblica. Espera-se que a simplicidade, objetividade e urgência deste texto oriente a todos os membros do Corpo de Cristo que confessam ou não as doutrinas esboçadas aqui.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Teologias Sistemáticas e Manuais Teológicos:**

BERGSTÉIN, Eurico. **Teologia Sistemática**. CPAD, 2007

BINNEY, R. Amos. **Compêndio de Teologia** (Wesleyano)

BRUNELLI, Walter. **Teologia para pentecostais**.

DUNNING, Ray H. **Graça, Fé & Santidade**: uma teologia sistemática wesleyana.

GEISLER, Norman. **Teologia Sistemática**. Ed. CPAD, 2010

GONZALÉZ, Justus L. **Introdução a Teologia cristã** (wesleyana)

HORTON, Stanley M. **Teologia Sistemática**. Ed. CPAD, 1999

JOINER, Eduardo. **Manual Prático de Teologia**. Ed. Central Gospel, 2010

LANGSTON, Alva Bee. **Esboço de Teologia Sistemática**. Ed. Juerp, 1980

MULLENS, E. Young. **A Religião na sua expressão doutrinária** (arminiano de 4 pontos).

PEARLMAN, Myer. **Conhecendo as Doutrinas da Bíblia**. Ed. Vida, 2006

SANTOS, Jorge Pinheiro. **Teologia Bíblica e Sistemática**. Ed. Fonte Editorial, 2012

SEVERA, Zacarias de Aguiar. **Manual de Teologia Sistemática**. Ed. AD Santos, 2012

THIESSEN, Henry C. **Palestras em Teologia Sistemática**. Ed. Batista Regular, 2010

VÁRIOS Autores. **Teologia Sistemática Pentecostal**. CPAD, 2008

WILLIAMS, J. Rodman. **Teologia Sistemática: Perspectiva Pentecostal**. Ed. Vida, 2008.

WYNKOOP, Mildred Bangs. **Fundamentos da Teologia Arminio-Wesleyana**. Ed. CNP, 2004

### **Outros Títulos Arminianos**

BURTNER, Robert; CHILES, Robert. **Coletânea da Teologia de John Wesley**. Ed. Imprensa Metodista.

COLLIN, Kenneth J. **Teologia de John Wesley**. Ed. CPAD, 2012

DUFFIELD, Guy P; CLEAVE, Nathaniel M. Van Cleave. **Os Fundamentos da Teologia Pentecostal**. Ed. Quadrangular, 2000

GEISLER, Norman. **Eleitos, mas livres e o Livre-arbítrio**. Ed. Vida, 2001

GEISLER, Norman; FEINBERG, Paul D. **Introdução à Filosofia**. Ed. Vida Nova, 1996

LEWIS, C. S. **Cristianismo Puro e Simples**. Ed. Martins Fontes, 2009

MORELAND, J. P; CRAIG, William L. **Filosofia e cosmovisão cristã**. Ed. Vida Nova, 2005

WALLS, Jerry L.; DONGELL, R. Joseph. **Por que não sou calvinista**. Ed. Reflexão, 2014

ROTTERDÂ, Erasmo. **O livre-arbítrio**. Ed. Reflexão, 2013

HUNT, Dave. *Que amor é este?* [Trad. Clóvis Rocha dos Santos e Walson Sales da Silva]. São Paulo: Editora Reflexão, 2015.

TITILLO, Thiago Velozo. **A gênese da predestinação na história da teologia cristã**. Ed. Fonte Editorial, 2014

MULLINS, Edgar Young. **A religião cristã em sua expressão doutrinária**. Ed. Hagnos, 2005

OLSON, Roger E. **Contra o calvinismo**. Ed. Reflexão, 2014

\_\_\_\_\_. **História da Teologia Cristã**. Ed. Vida, 2000

\_\_\_\_\_. **História das Controvérsias na Teologia Cristã**. Ed. Vida, 2004

\_\_\_\_\_. **Teologia Arminiana: Mitos e Realidades**. Ed. Reflexão, 2013

PLANTINGA, Alvin. **Deus, a liberdade e o mal**. Ed. Vida Nova, 2012

WESLEY, John. **O diário de John Wesley**. Ed. Arte Editorial,

WILEY, H. Orton; CULBERTSON, Paul T. **Introdução à Teologia Cristã**. Ed. CNP, 1990

## REFERÊNCIAS

ABASCIANO, Brian J. **Eleição Corporativa em Romanos 9**: Uma Resposta a Thomas Schreiner. Disponível em <http://www.arminianismo.com/index.php/categorias/obras/livros/136-miner-raymond-teologia-sistemica-vol2->. Acesso em: 28 mai. 2018.

AGOSTINHO, **De Civitate Dei**;

\_\_\_\_\_. **De libero arbítrio**;

\_\_\_\_\_. **A Perseverança dos Santos**;

\_\_\_\_\_. **A cidade de Deus**.

ALLEN, David. **Por quem Cristo Morreu?**: uma análise crítica sobre a extensão da expiação. Natal-RN: Editora Carisma, 2019, p. 64.

ANGLADA, Paulo. **Calvinismo**: as antigas doutrinas da graça. 3. ed. rev. Ananindeua: Knox Publicações, 2009.

ANSELMO, Santo. **Livre-arbítrio e predestinação**: uma conciliação entre presciência e graça divina. São Paulo: Fonte Editorial, 2008.

AQUINO, Tomás. **O livre-arbítrio**: *Questiones disputates De Veritate*: questão 24. [Trad. Paulo Fantin e Bernardo Veiga]. 1. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

ARMÍNIO, Jacó. **As obras de Armínio**. (Volume. 1). [Trad. Degmar Ribas]. Rio de Janeiro: Reflexão, 2015.

\_\_\_\_\_. **As obras de Armínio**. (Volume. 2). [Trad. Degmar Ribas]. Rio de Janeiro: Reflexão, 2015.

\_\_\_\_\_. **As obras de Armínio**. (Volume. 3). [Trad. Degmar Ribas]. Rio de Janeiro: Reflexão, 2015.

BANGS, Carl O. **Armínio** – um estudo da Reforma Holandesa. 1. ed. [Trad. Wellington Mariano]. São Paulo: Reflexão, 2015.

BARTH, Karl. **Dádiva e louvor**: Ensaios teológicos de Karl Barth. [Trad. Walter O. Schlupp, Luis Marcos Sander e Walter Altmann]. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Revelação de Deus como Sublimação da Religião**. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **Carta aos Romanos**. Tradução: [Trad. Lindolfo Anders]. 5ª Ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **Palavra de Deus, Palavra do Homem**, 2ª Ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2011. 1990.

BARTHOLOMEW, Craig. **Toward a post-liberal agenda for Old Testament study**. In: HESS, S. Richard; WENHAN, Gordon J. (Orgs.). *Make the Old Testament Live: From Curriculum to Classroom*. Grand Rapids: Eerdmans, 1998.

BERCOT, David W. **Que falem os primeiros cristãos**: uma análise moderna sob a luz do cristianismo primitivo. 1. ed. São Paulo: LMS, 2013.

BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. [Trad. Odayr Olivetti]. Campinas: Luz para o caminho, 1990.

\_\_\_\_\_, Louis. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

BETTENSON, Henry. **Documentos da igreja Cristã**. São Paulo: Aste, 2007.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Estudo Palavras-Chaves Hebraico e Grego**. Almeida Revista e Corrigida. 4. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2011.

BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL. Almeida Revista e Corrigida. 4. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.

BOURKE, Myles M. **A epístola aos Hebreus**. In: BROWN, Raymond E; FITZMYER, Joseph A; MURPHY, Roland E (Edit.) *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e artigos sistemáticos*. Tradução Celso Eronides Fernandes. Santo André (SP): Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2011.

CAIRNS, Earle. **O Cristianismo Através dos Séculos** – Uma História da Igreja Cristã. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CALVINO, João. **As institutas da Religião cristã**: Edição clássica (latim).

\_\_\_\_\_. **Institutas**, Edição Clássica, vol. 1. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

\_\_\_\_\_. **Institutas**, Edição Clássica, vol. 2. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Livro dos Salmos**, vol. 1. São Paulo: Paracletos, 1999.

\_\_\_\_\_; HAROUTUNIAN, Joseph (Org.). **Calvin**: Commentaries. London: SCM Press, 1958.

CARSON, D. A. **A difícil doutrina do amor de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

CARSON, D. A... [et al]. **Comentário Bíblico Vida Nova**. São Paulo: Vida Nova, 2009.

CARVALHO, Guilherme de. A teologia política da Missão Integral no Brasil e a filosofia social reformacional: aproximações. In: LEITE, Cláudio Antônio Cardoso; CARVALHO, Guilherme de; CUNHA, Maurício José Silva. **Cosmovisão Cristã e Transformação**: espiritualidade, razão e ordem social. Viçosa: Ultimato, 2006.

\_\_\_\_. A Missão Integral na Encruzilhada: reconsiderando a tensão no pensamento teológico de Lausanne. In: RAMOS, Leonardo; CAMARGO, Marcel; AMORIM, Rodolfo (Orgs.). **Fé Cristã e Cultura Contemporânea**. Viçosa: Ultimato, 2009.

CHAMPLIN, R. N. **O Novo Testamento Interpretado Versículo Por Versículo**. Vol. 1, 3, 5. São Paulo: Candeia, 1998.

CHAVES, Odilon Massolar. **História e Teologia de João Wesley**. Casimiro de Abreu: Edição Independente, 2012.

COLLIN, Kenneth. **Teologia de John Wesley**: o amor santo e a forma da graça. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

COTTRELL, Jack. **Predestinação e Pré-conhecimento**: comentário sobre Romanos 8:29. Tradução Paulo César Antunes. Disponível em <http://www.arminianismo.com/backupsite/index.php/categorias/diversos/artigos/20-jack-cottrell/1477-jack-cottrell-predestinacao-e-pre-conhecimento-comentario-sobre-romanos-8-29>. Acesso em 15 jan. 2015.

COUTO, Vinicius. **Fé x Obras**: ortodoxia e ortopraxia na teologia de John Wesley. São Paulo: Reflexão, 2018.

\_\_\_\_. **Introdução à teologia Armínio-Wesleyana**. São Paulo: Reflexão, 2014.

\_\_\_\_. Oikonomia Theou: apontamentos ecolitúrgicos a partir da teologia de John Wesley. **Integratio**, v. 1, nº 2, 2015. Disponível em: <http://fnbonline.com.br/revista/integratio/index.php/INT/article/download/16/19>.

\_\_\_\_. Prefácio. In: MARQUES, Marlon. **Arminianismo para a vida**. São Paulo: Reflexão, 2018.

\_\_\_\_. **Quadrilátero wesleyano como método teológico e hermenêutico**: revisitação, adaptação e renovação. São Paulo: Reflexão, 2019.

\_\_\_\_. **Soberania Divina e Responsabilidade Humana**. Ensaio sobre a Teologia Armínio-Wesleyana. São Paulo: Editora Reflexão, 2019.

COUTO, Vinicius; MARQUES, Marlon. **John Wesley**: teólogo e reformador social do século XVIII. Revista Bona Conscientia, Campinas, v. 1, n 1, 2018, p. 13-40.

CRAIG, William Lane. **Apologética Para Questões Difíceis da Vida**. São Paulo: Vida Nova, 2010.

\_\_\_\_. **O único Deus Sábio**: A compatibilidade entre a Presciência Divina e a Liberdade Humana. [Trad. Walson Sales]. Maceió: Editora Sal Cultural, 2016.

DANIEL, Silas. **Arminianismo**: A Mecânica da Salvação – Uma Exposição Histórica, Doutrinária e Exegética Sobre a Graça de Deus e a Responsabilidade Humana. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

DILLON, Richard J. Atos dos Apóstolos. In: BROWN, Raymond E; FITZMYER, Joseph A; MURPHY, Roland E (Edit.) **Novo Comentário Bíblico São Jerônimo**: Novo Testamento e artigos sistemáticos. Tradução Celso Eronides Fernandes. Santo André (SP): Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2011.

DUNNING, H. Ray. **Refletindo a imagem divina**: ética cristã na perspectiva wesleyana. Maceió: Sal Cultural, 2015.

ERASMO, de Roterdã. **Livre-arbítrio e Salvação**. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Editora Reflexão. 2014.

ERICKSON, Millard J. **Dicionário Popular de Teologia**. [Trad. Emerson Justino]. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1997.

FERGUNSON, S. B.; WRIGHT, D. F. **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2011.

FISCHER, Austin. **Jovem, incansável, não mais reformado**. Buracos negros, amor, e uma para dentro e fora do calvinismo. [Trad. Wellington Mariano]. Maceió: Sal Cultural, 2015.

FITCHETT, William Henry. **Wesley e Seu Século**. Porto Alegre: Imprensa Metodista, s/n.

FURCHA, E. J.; PIPKIN, H. W (Orgs.). **Huldrych Zwingli**: Writings, vol. 1. Alisson Park: Pickwick, 1984.

GEISLER, Norman. **Eleitos, mas livres**: uma perspectiva equilibrada entre a eleição divina e o livre-arbítrio. [Trad. Heber Carlos de Campos]. São Paulo: Editora Vida, 2005.

GEORGE, Timothy. **Teologia dos reformadores**. São Paulo: Vida Nova, 1993.

GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. **Léxico do Novo Testamento Grego/Português**. São Paulo: Editora Vida Nova, 1984.

GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. **Léxico do Novo Testamento Grego/Português**. São Paulo: Editora Vida Nova, 1993.

GONZALEZ, Justo. **Breve Dicionário de Teologia**. [Trad. Silvana Perrella Brito]. São Paulo: Hagnos, 2009.

\_\_\_\_\_. **História Ilustrada do Cristianismo** – A Era dos Reformadores Até a Era Inconclusa, vol. 2. São Paulo: Vida Nova, 2011.

GRENZ, Stanley; OLSON, Roger. **A teologia do século 20 e os anos críticos do século 21**: Deus e o mundo numa era líquida. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

GRUDEM, Wayne. **Perseverance of the Saints**: A Case Study from the Warning Passages in Hebrews. Disponível em <http://www.waynegrudem.com/perseverance-of-the-saints->



[a-case-study-from-hebrews-64-6-and-the-other-warning-passages-in-hebrews/](#) . Acesso em 15 de jan. 2015.

GUTHRIE, Donald. **Hebreus**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2011.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**: perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000.

HAWTHORNE, Gerald F. Hebreus. In: BRUCE, F. F. **Comentário Bíblico NVI**: Antigo e Novo Testamentos / editor geral F. F. Bruce; tradução Valdemar Kroger. – 2. ed. – São Paulo: Editora Vida, 2012, pp. 1429-1458.

HEITZENRATER, Richard. **Wesley e o Povo Chamado Metodista**. São Bernardo do Campo: Editeo, 2016.

HEITZENRATER, Richard. **Wesley e o Povo Chamado Metodista**. São Bernardo do Campo: Editeo, 2006.

HENGELAAR-ROOKMAAKER, Marlen. **The artistic legacy of the Reformation and protestant artists today**. In: BERTHOUD, Pierre; LALLEMAN, Pieter J. (Orgs.). *The Reformation: Its Roots and Its Legacy*. Eugene: Pickwick Publications, 2017.

HOEKEMA, Anthony A. **Salvos Pela Graça: a doutrina bíblica da salvação**. Traduzido por Wadislau Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

HUNT, Dave. **Que amor é este?** [Trad. Clóvis Rocha dos Santos e Walson Sales da Silva]. São Paulo: Editora Reflexão, 2015.

HYNISON, Leon. In: **Methodist History**. 12 (1973)

JACOBS, P; KRIENKE, H. Presciência. In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin. **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. Vol. I e II. São Paulo: Vida Nova, 2000, vol. II, p. 1792.

JOINER, Eduardo. **Manual prático de teologia**. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2014.

JUSTINO. I **Apologia**. 44, apud JUSTINO DE ROMA: I e II Apologias: Diálogo com Trifão. São Paulo: PAULUS. 1995.

KELLY, J. N. D. **Patrística**: a origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã. [Trad. Marcio Loureiro Redondo]. São Paulo: Vida Nova, 1994.

KELLY, J. N. D. **Patrística**: origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã. São Paulo: Vida Nova, 2009.

KISTEMAKER, Simon. **Comentário do Novo Testamento**: Hebreus. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

KREEFT, Peter. e TACELLI, Ronald K. **Manual de Defesa da Fé** – Apologética Cristã. Rio de Janeiro, 2008.

KUYPER, Abraham. In: BRATT, James D. (Ed.). **Abraham Kuyper: A Centennial Reader**. Grand Rapids: Eerdmans, 1998.

LADD, George Eldon. **Teologia do Novo Testamento**. [Trad. Degmar Ribas Junior]. ed.-ver. São Paulo: HAGNOS 2003.

LAUBACH, Fritz. **Carta aos Hebreus: comentário esperança**. Tradução Werner Fuchs. Curitiba: Editora Evangélica Esperança. 2000.

LAWSON, Steven J. **Pilares da Graça**. Tradução: Walter Graciano Martins – São José dos Campos, SP. Editora Fiel, 2013.

LELIEVRE, Mateo. **João Wesley – Sua Vida e Obra**. São Paulo: Vida, 1997.

LUTERO, Martinho. **Nascido Escravo**. Tradução: Tiago J. Santos Filho. São José dos Campos – SP: Editora Fiel, 2014.

MADOXX, Randy. **Responsible Grace: John Wesley's practical theology**. Nashville: Kingswood Books, 1994.

MAIA, Hermisten. **Fundamentos da Teologia Reformada**. São Paulo: Mundo Cristão, 2007. (coleção teologia brasileira).

MANN, **Perfecting grace: Holiness, Human Being and the Sciences**. New York: T & T Clark, 2006.

MARQUARDT, Manfred. **Redescobrimdo o Sagrado**. São Bernardo do Campo: Editeo, 2000.

MARQUES, Marlon. **Salvação Integral: salvação pessoal e social na teologia de John Wesley**. São Paulo: Reflexão, 2017.

MULLER, Ênio R. **1 Pedro**, introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1988.

MURRAY, Iain H. **Spurgeon versus Hipercalvinismo: a batalha pela pregação do Evangelho**. São Paulo: PES, 2006.

MYATT, Alan.; FERREIRA, Franklin. **Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro: Vida Nova, 2002. p. 193.

NASCIMENTO, Amós. **John Wesley, o Iluminismo e a Educação Metodista na Inglaterra**. In: Revista da COGEIME. Piracicaba, 12 (22), 2003.

NICHOLS, Robert Hastings. **História da Igreja Cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

OLIVEIRA, Clory Trindade de. **Aspectos da Filosofia Educacional de John Wesley**. In: Revista da COGEIME. Piracicaba, 12 (22), 2003.

OLIVEIRA, Fabiano de Almeida. **Philosophando Coram Deo**: uma apresentação panorâmica da vida, pensamento e antecedentes intelectuais de herman dooyeweerd. Fides Reformata, São Paulo, v. 11, n. 2, 2006, p. 73-100.

OLSON, Roger. **Contra o Calvinismo**. [Trad. Wellington Carvalho Mariano ]. São Paulo: Editora Reflexão, 2013.

\_\_\_\_\_. **História da Teologia Cristã** – 2000 Anos de Tradição e Reformas. São Paulo: vida, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teologia Arminiana** – Mitos e Realidades. Tradução: Welligton Carvalho Mariano. São Paulo: Editora Reflexão, 2013.

OWEN, Johh. **Por quem Cristo morreu?**. Tradução: Sylvia E. de Oliveira. 3ª Ed. São Paulo: Editora PES, 2011. p. 23-24.

PACKER, J. I. **O Antigo Evangelho**. Tradução: João Bentes. São José dos Campos-SP: Editora Fiel, 2013.

PEARLMAN, Myer. **Conhecendo as Doutrinas Bíblicas**. Tradução: Lawrence Olson. São Paulo: Editora Vida, 2009.

\_\_\_\_\_. **Conhecendo as Doutrinas da Bíblia**. [Tradução Lawrence Olson]. São Paulo, Editora Vida, 1996.

\_\_\_\_\_. **Conhecendo as Doutrinas da Bíblia**. São Paulo: Editora Vida, 2006.

PECOTA, Daniel B. A obra salvífica de Cristo. In: HORTON, Stanley M. **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1996.

PETERSON, David. Hebreus. In: CARSON, D. A. (et al.) **Comentário Bíblico Vida Nova**. São Paulo: Vida Nova, 2009.

PICIRILLI, Robert E. **Livre-arbítrio revisitado**: uma resposta a Lutero, Calvino e Edwards. Cuiabá: Palavra Fiel, 2019.

PICIRILLI, Robert. Palestras Leroy Forlines no Free Will Baptist Bible College, 19-22 de novembro de 2002. Disponível em : <[www.globaltrainingresources.net/zip.php?id=44](http://www.globaltrainingresources.net/zip.php?id=44) /> Acesso em: 02 mai. 2013.

PINK, Daniel H. **Free Agent Nation**: How americans new independent workers are transforming the way of life. New York: Warner Books, 2001.

PINNOCK, Clark H. e WAGNER, John D. (editores). **Graça para todos**: A dinâmica arminiana da salvação. São Paulo: Editora Reflexão, 2016. pp. 140-141.

PINSON, Matthew. **Eleição individual, corporativa e arminianismo**. Disponível em <<https://paleoortodoxo.wordpress.com/2017/09/04/eleicao-individual-eleicao-corporativa-e-arminianismo/>>. Acesso em: 26 set. 2017.

REILY, Duncan Alexander. **A Influência do Metodismo na Reforma Social na Inglaterra no Século XVIII**. S.I., JUGEAS, 1953.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos Doutrinários do Metodismo Brasileiro**. São Paulo: Exodus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Metodismo Brasileiro e Wesleyano**. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1981.

\_\_\_\_\_. **Wesley e Sua Bíblia**. São Bernardo do Campo: Editeo, 1997.

\_\_\_\_\_. **Momentos Decisivos do Metodismo**. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1991.

REISINGER, Ernst. **God's Will, Man's Will, and Free Will**. Nashville: Thomas Nelson, 1982.

RIENECKER, Fritz e ROGERS, Cleon. **Chave Linguística do Novo Testamento Grego**. São Paulo: Vida Nova, 1995.

RIENECKER, Fritz. **Evangelho de Lucas: comentário Esperança**. Tradução: Werner Fuchs. Curitiba, PR: Editora Evangélica Esperança, 2005.

RODRIGUES, Zwinglio Alves. **Uma introdução ao arminianismo clássico: história e doutrinas**. São Paulo: Editora Reflexão, 2015.

RUNYON, Theodore. **A Nova Criação: A Teologia de João Wesley Hoje**. São Bernardo do Campo: Editeo, 2002.

RUPP, Gordon E.; WATSON, Philip S. (Orgs.). **Luther and Erasmus: Free will and salvation**. Philadelphia: Westminster Press, 1969.

SANTOS, Flávyo H. C. **Teologia Arminiana: Respostas às objeções calvinistas**. Disponível em <<http://www.cacp.org.br/teologia-arminiana-respostas-as-objecoes-calvinistas/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SEERVELD, Calvin. **Balaam's Apocalyptic Prophecies: A study in reading Scripture [1968]**. Toronto: Wedge Publishing Foundation. 1980.

SEVERA, Zacarias. **Manual de Teologia Sistemática**. Curitiba: A. D. Santos Editora Ltda, 2012.

SHANK, Robert. **Eleitos no Filho – um estudo da doutrina da eleição**. [Trad. Vinícius Couto e Glória Hefzbá]. São Paulo: Editora Reflexão, 2015.

SPROUL, R. C. **Eleitos de Deus**. 4. ed. [Trad. Gilberto Carvalho Cury]. São Paulo: Cultura Cristã, 2016.

STANGLIN, Keith D.; MCCALL, Thomas H. **Jacob Arminius: Theologian of Grace**. New York: Oxford University Press, 2012. Publicado no Brasil em português sob o título de Jacó Arminio: Teólogo da Graça (Editora Reflexão, 2016).

STILLINGFLEET, Edward. **Origines Sacrae**: Or a Rational Account of the Grounds of Natural and Revealed Religion. London: R.W., 1666.

STOTT, Jonh. **A Cruz de Cristo**. Tradução: João Batista. São Paulo: Editora Vida, 2006.

STURZ, Richard J. **Teologia Sistemática**. Tradução Lucy Yamakami. São Paulo: Vida Nova, 2012.

TAYLOR, Richards S. (et. al.) **Comentário Bíblico Beacon**. Vol. 10. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

THIESSEN, Henry Clarence. **Palestras introdutórias à Teologia Sistemática**. São Paulo: Batista Regular, 1987.

TITILLO, Thiago. **Eleição Condicional**. (Coleção Teologia Arminiana). São Paulo: Reflexão, 2015.

TRENCHARD, E. H. Atos. In: BRUCE, F. F. **Comentário Bíblico NVI**: Antigo e Novo Testamentos / editor geral F. F. Bruce; tradução Valdemar Kroger. – 2. ed. – São Paulo: Editora Vida, 2012.

VINE, W. E; UNGER, Merrill F; WHITE JR., William. **Dicionário Vine**: o significado exegético expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Tradução Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD, 2011.

VINE, W. E; UNGER, Merrill F; WHITE JR., William. **Dicionário Vine**: o significado exegético expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Tradução Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

WESLEY, John. **Obras de Wesley**, vol. 9-10. Henrico: Wesley Heritage Foudation, 1998.

\_\_\_\_\_. Sermões de John Wesley. **O pecado original**. São Paulo: Editeo, 2006. 1CD-Rom.

\_\_\_\_\_. **The Works of the Reverend John Wesley**, vol. 6. New York: J. & J. Harper, 1826.

\_\_\_\_\_. **Um Apelo aos Homens de Razão e Religião**. Maceió: Sal Cultural, 2016.

WILEY, H. Orton, CULBERTSON, Paul T. **Introdução à Teologia Cristã**. Campinas: CNP.

WILEY, H. Orton. **A Excelência da Nova Aliança em Cristo**: comentário exaustivo da carta aos Hebreus. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2008.

WYNKOOP, Mildred Bangs. **Fundamentos da Teologia Armínio-Wesleyana**. Campinas: CNP, 2004.

GRATUITO